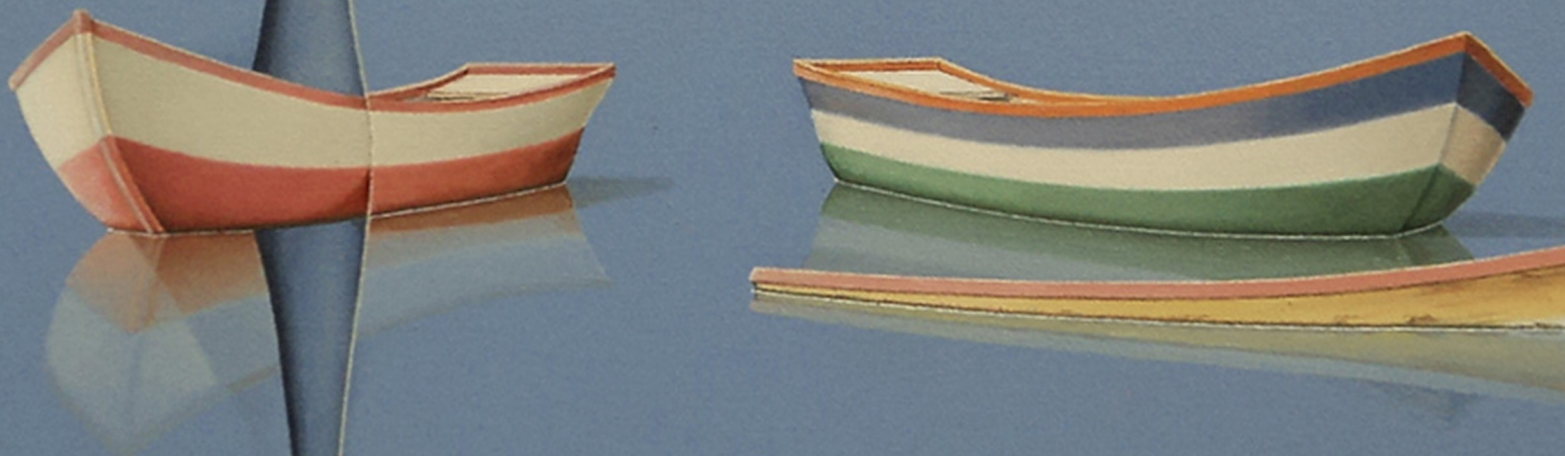


EXTRAMUROS

REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVASF

Volume 1, número 1 | jan./jul., 2013



EXTRAMUROS

REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVASF

Volume 1, número 1 | jan./jul., 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Reitor

PROF. DR. JULIANELI TOLENTINO DE LIMA

Vice-Reitor

PROF. DR. PROF. DR. TÉLIO NOBRE LEITE

Pró-Reitora de Extensão

PROF. DRA. LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

PROF. DR. HELINANDO PEQUENO DE OLIVEIRA

Pró-Reitor de Ensino

PROF. DR. LEONARDO RODRIGUES SAMPAIO

Pró-Reitora de Assistência Estudantil

ASSISTENTE SOCIAL ISABEL CRISTINA SAMPAIO ANGELIM

Pró-Reitor de Orçamento e Gestão

PROF. DR. ANTÔNIO PIRES CRISÓSTOMO

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

PROF. ME. JOSÉ RAIMUNDO CORDEIRO NETO

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Pró-Reitora de Extensão

PROF. DRA. LUCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Diretor de Extensão

PROF. DR. WAGNER PEREIRA FÉLIX

Diretor de Arte, Cultura e Ação Comunitária

PROF. ME. EURICLÉSIO BARRETO SODRÉ

Diretor do Espaço Ciência e Cultura

PROF. DR. MILITÃO FIGUEREDO

Técnico do Espaço Ciência e Cultura

ROGER FAZOLLO - BIÓLOGO

Assistente em Administração – Gabinete da Pró-Reitoria

EDILÚCIA BARROS DA SILVA

Assessora da Pró-Reitoria

JACKELINE FERREIRA GOMES

Assistente de Apoio às Atividades de Estágio

MARIANA FILGUEIRAS VIEIRA

Assistente de Apoio às Atividades de Extensão

RUTH MORAIS NUNES DE AMORIM

Auxiliar Administrativo

EDILENE GOMES

Estagiários – Coordenação de Estágio

EDUARDO NEVES ROCHA DE BRITO

MARCEL CARVALHO MARQUES

Estagiários – Diretoria de Extensão

BRUNA SANTOS SIQUEIRA – Cursos de Idiomas

GRAZIELE ÁQUILA DE SOUZA BRANDÃO – Ligas Acadêmicas

ROMULLO ABIZAIR AMÂNCIO DOS SANTOS

Estagiários – Diretoria de Arte

BRUCE WAGNER AMORIM PEREIRA

CAROLINE MOREIRA BACURAU

DÁRIO PEIXOTO WANDERLEY JÚNIOR

RODRIGO GOMES WANDERLEY

COMISSÃO EDITORIAL

Editor Responsável

PROF. DR. FULVIO TORRES FLORES

Editor de Layout

PROF. ESP. CECILIO RICARDO DE CARVALHO BASTOS

CONSELHO EDITORIAL

PROFA. DRA. DARIZY FLÁVIA VASCONCELOS

UFBA - Universidade Federal da Bahia

PROF. DR. FRANCISCO ROBERTO CAPORAL

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

PROFA. DRA. GHISLAINE DUQUE

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. GISELE GIANDONI WOLKOFF

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

PROF. DR. DR. *h.c.* HANS-JOACHIM APPELL CORIOLANO

DSHS - Deutsche Sporthochschule Köln

PROF. DR. HELINANDO PEQUENO DE OLIVEIRA

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. HOSANA DOS SANTOS SILVA

UNIFESP - Universidade Federal do Estado de São Paulo

PROFA. DRA. JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTE

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

PROF. DRA. LÚCIA MARISY SOUZA RIBEIRO DE OLIVEIRA

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. MARCIA BENTO MOREIRA

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

PROFA. DRA. SIMONE MALAGUTI

LMU - Ludwig-Maximilians-Universität München

PARECERISTAS *AD HOC*

v. 1, n. 1, jan./jul. 2013

PROFA. DRA. ALINE RODRIGUES BARBOSA (UFSC)
PROFA. DRA. ALVANY MARIA DOS SANTOS SANTIAGO (UNIVASF)
PROFA. DRA. ANA KARENINA DE MELO ARRAES AMORIM (UFRN)
PROF. DR. ANTONIO FERNANDO PEREIRA FALCÃO (UFBA)
PROF. ME. ANTONIO PEREIRA FILHO (UNIVASF)
PROF. DR. CLAUDIO ROBERTO DOS SANTOS DE ALMEIDA (UNIVASF)
PROF. DR. DANIEL SALGADO PIFANO (UNIVASF)
PROFA. DRA. DARIZY FLÁVIA S. AMORIM DE VASCONCELOS (UFBA)
PROFA. DRA. ELIZABETH FERREIRA MARTINEZ (SLMANDIC)
PROFA. DRA. ELZA FÁTIMA ROSA VELOSO (FMU-SP)
PROF. ME. FÁBIO HENRIQUE DE CARVALHO (UNIVASF)
PROFA. DRA. FAN HUI WEN (Instituto Butantan)
PROFA. DRA. FLÁVIA HELENA M. DE A. FREIRE (UnP)
PROF. DR. FULVIO TORRES FLORES (UNIVASF)
PROFA. DRA. GHISLAINE DUQUE (UNIVASF)
PROFA. DRA. GISELE GIANDONI WOLKOFF (UTFPR)
PROFA. DRA. GRAZIELA MARIA LISBOA PINHEIRO (ONG-Sapucai)
PROF. DR. HELDER RIBEIRO FREITAS (UNIVASF)
PROF. DR. HELINANDO PEQUENO DE OLIVEIRA (UNIVASF)
PROFA. DRA. HOSANA DOS SANTOS DA SILVA (UNIFESP)
PROFA. DRA. IVANA CRISTINA LOVO (UFMG)
PROFA. DRA. IVANISE MARINA MORETTI REBECCHI (UFRN)
PROFA. DRA. JANAINA CARLA DOS SANTOS (UNIVASF)
PROCURADORA JOANILE GUIMARÃES VERDUGO (PGE-PE)
PROF. DR. JOÃO ALVES DO NASCIMENTO JÚNIOR (UNIVASF)
PROF. DR. JORGE LUIS CAVALCANTI RAMOS (UNIVASF)
PROF. DR. JOSÉ SILVEIRA FILHO (Pref. Mun. Fortaleza/UFC)
PROFA. DRA. KARLA PATRICIA DE OLIVEIRA LUNA (UEPB)
PROFA. DRA. LARA ELENA GOMES (UNIVASF)
PROFA. MA. LUCIANA PAULA FERNANDES DUTRA (UNIVASF)
PROFA. DRA. LUZANIA BARRETO RODRIGUES (UNIVASF)
PROF. DR. MARCELO DE MAIO NASCIMENTO (UNIVASF)
PROF. DR. MARCELO SILVA DE SOUZA RIBEIRO (UNIVASF)
PROFA. DRA. MARCIA BENTO MOREIRA (UNIVASF)
PROF. ME. MARCUS VINÍCIUS MIDENA RAMOS (UNIVASF)
PROFA. MA. MARIA DAS GRAÇAS CLEOPHAS PORTO (UNIVASF)
PROFA. DRA. MICHELY CORREIA DINIZ (UNIVASF)
PROF. DR. PEDRO CARLOS GAMA DA SILVA (EMBRAPA)
PROFA. DRA. REGINA MAGNA BONIFÁCIO DE ARAÚJO (UFOP)
PROF. DR. RUBIO JOSÉ FERREIRA (IFPE)
PROF. ME. SÉRGIO PAES DE BARROS (UTFPR)
PROFA. DRA. SIMONE MALAGUTI (Ludwig-Maximilians University)
PROF. DRA. SÔNIA MARIA KOHLER DIAS (UNIVALI)
PROF. ME. VENÂNCIO DE SANT'ANA TAVARES (UNIVASF)
PROF. ME. VICTOR ANGELO M. MONTALLI (São Leopoldo Mandic)
DEFENSOR WAGNER ARAÚJO NETO (DPU)

Todos os textos e suas imagens, assim como a revisão, são de responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução parcial das informações publicadas, desde que seja citada a fonte.

Universidade Federal do Vale do São Francisco
Pró-Reitoria de Extensão

EXTRAMUROS – Revista de Extensão da UNIVASF
Petrolina-PE.
Pró-Reitoria de Extensão
Vol. 1, n. 1 (jan./jul.-2013).
189 p.
Semestral
ISSN 2318-3640
1. Extensão. 2. Universidade. 3. Revista.
I. Título

REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVASF

Av. José de Sá Maniçoba, s/n.
Centro
Petrolina – PE
CEP 56304-205

Gabinete da Pró-Reitoria: (87) 2101-6768
www.extramuros.univasf.edu.br
extramuros@univasf.edu.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>Profa. Dra. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira</i>	
EDITORIAL	9
<i>Prof. Dr. Fulvio Torres Flores</i>	
RELATOS	
Assistência odontológica a pacientes transplantados de células-tronco hematopoiéticas do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais	13
<i>Maria Elisa Souza e Silva, Renata Gonçalves Resende, Bruna Mara Ruas, Ricardo Santiago Gomez, Ricardo Rodrigues Vaz, Ulisses Eliezer Salomão, Humberto Corrêa de Almeida e Mauro Henrique Nogueira Guimarães Abreu</i>	
Avaliação do desenvolvimento de crianças hospitalizadas e orientação de cuidadores para a estimulação	19
<i>Rosana A. Salvador Rossit, Camila Gomes Corrêa, Karina Godoy Brandão de França e Renata Savino Rodrigues</i>	
Universidade cidadã: descobrindo campeões	33
<i>Antonio Aritan de Oliveira Ventura e Maíra da Rocha Melo Souza</i>	
Morfofarma: feira de morfologia para promoção da saúde e consolidação de conhecimentos	41
<i>Braz José do Nascimento Júnior, Mariana Rodrigues Xavier e Christiano Carvalho G. Pinheiro</i>	
O letramento na sala de aula e a formação do professor	47
<i>Kaline Jurema Jambeiro Rocha e Maria Tarciana de Almeida Barros</i>	
ARTIGOS	
Aprendendo matemática no projeto “Visitas” da UFMG: uma experiência de sucesso	59
<i>Jorge Sabatucci e Aniura Milané</i>	
Prevenção das intoxicações por agrotóxico no Submédio do Vale do São Francisco junto a trabalhadores rurais	70
<i>Jenifen Miranda Vilas Boas e Cheila Nataly Galindo Bedor</i>	
De como o sertão do Submédio São Francisco ganhou um núcleo de mobilização antimanicomial: da história aos desafios atuais	81
<i>Barbara E. B. Cabral, Michele L. de S. Costa, Grécia R. N. de Lima, Jessica R. S. Melo e Geizeane R. dos Santos</i>	

Ensinando odontologia em cenários extramuros: uma parceria entre a Faculdade de Odontologia da UFMG, Associação Mineira de Reabilitação e uma escola para portadores de deficiências neuromotoras <i>Lia Silva de Castilho, Vera Lúcia Silva Resende, Maria Elisa Souza e Silva, Amanda Pacheco, Natália Frias e Elizabeth Moreira</i>	97
Envelhecendo equilibradamente: considerações de um programa de atividade física para idosos fundamentado no método Pilates <i>Marcelo de Maio Nascimento e Ruthe Kécia Rodrigues de Lima</i>	108
Ginástica artística: uma proposta de aplicabilidade <i>Rosângela Marques Busto, Abdallah Achour Junior e Rosana Sohaila Teixeira Moreira</i>	124
A ampliação das fronteiras do acesso à justiça: em foco o Projeto Direito Perto de Casa <i>Paula Daniella Almeida Castro</i>	134
Integração e formação em Letras Português e Inglês <i>Didiê Ana Ceni Denardi e Amanda Jacobsen de Oliveira</i>	144
Horta escolar agroecológica como instrumento de educação ambiental e alimentar na Creche Municipal Dr. Washington Barros – Petrolina/PE <i>Helder Ribeiro Freitas, Rita de Cássia Rodrigues Gonçalves-Gervásio, Cristiane Moraes Marinho, Alex Sandro Silva Fonseca, Anny Karoline Rocha Quirino, Kerly Mariana Marques dos Santos Xavier e Paulo Vitor Pereira do Nascimento</i>	155
Educação ambiental em uma comunidade acometida pela fluorose grave: uma abordagem interdisciplinar entre a geologia e odontologia <i>Lúcia Maria Fantinel, Leila Nunes Menegase Velásquez, Dora Atman Costa, Efigênia Ferreira e Ferreira e Lia Silva de Castilho</i>	170
CHAMADA DE TEXTOS PARA V. 1, N. 2	184
ILUSTRAÇÕES DA REVISTA	188
DADOS TÉCNICOS	189

Profa. Dra. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira Pró-Reitora de
Extensão da
UNIVASF

lucia.oliveira@
univasf.edu.br

A universidade brasileira, local de saber, durante anos veiculou a sua marca apenas ao ensino superior por ter sido essa a sua função de origem. A Constituição de 1988 avançou ao definir a universidade pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no seu Art. 207, e a LDB que entrou em vigor em 1996 trouxe como finalidade da educação superior a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. Lamentavelmente, a despeito desse suporte legal, a desarticulação deste tripé de sustentação universitária permanece em muitas IES desencadeando uma série de problemas porque, centrando suas atividades apenas no ensino, a universidade não cumpre o seu papel de instituição formadora, desvinculando-se de seu compromisso com a produção do saber científico e se tornando alheia às questões da sociedade onde está inserida. Pelo contrário, quando a sociedade se torna objeto das suas pesquisas, surgem soluções e alternativas para problemas diagnosticados neste processo e a universidade, aí sim, passa a cumprir com excelência o seu papel.

As atividades de extensão, portanto, quando realizadas com a devida seriedade e qualidade associadas ao ensino e à pesquisa, são uma ferramenta importante para o desenvolvimento de comunidades fragilizadas pela desinformação e pela pobreza. Como afirma Silvio Paulo Botomé em sua obra *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária* (Ed. Vozes, 1996), o significado de extensão envolve a questão do acesso da população ao conhecimento que a universidade produz e domina através do ensino e da pesquisa, sendo sua razão de ser a efetiva contribuição para melhorar as relações das pessoas com sua realidade, as situações com que se defrontam, elevando suas qualidades de vida. É ela, portanto, que viabiliza a interação entre a universidade e a sociedade, constituindo-se em elemento capaz de operacionalizar a relação teoria/prática e promovendo a troca entre os saberes acadêmico e popular.

A PROEX – Pró-Reitoria de Extensão da UNIVASF, entendendo que a vida e a sociedade não são realidades diferentes por estarem inseridas no mesmo contexto, vem desde 2012 definindo e executando políticas de aproximação da universidade com as populações, especialmente aquelas em estado de vulnerabilidade social, cultural e econômica, de forma a trocar com elas informações capazes de potencializar as suas vantagens, onde o capital humano influencia o capital social, ampliando a participação e transformação com respeito ao meio ambiente e promovendo o desenvolvimento sustentável, mas sempre com a compreensão de que são as próprias comunidades que encontrarão os caminhos para suprir as suas necessidades. Nesse processo no qual todos ensinam e todos aprendem há enormes ganhos.

Tanto para a universidade, que a partir dos saberes populares assimilados por docentes, discentes e técnicos pode reelaborar as suas teorias e readequar os currículos dos seus cursos, quanto para as populações que têm a oportunidade de resgatarem a sua história é de vital importância identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar objetivos compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos resultados e do potencial de replicabilidade das soluções encontradas para situações semelhantes em diferentes ambientes. Além de estarem debatendo temas como democracia, direitos, políticas públicas, funções do estado, desenvolvimento comunitário e sistemas de produção que podem melhorar a sua inserção no mercado.

Trata-se, como na visão de Paulo Freire em *Extensão ou Comunicação?* (Ed. Paz e Terra, 2002), de uma educação para a libertação, na qual jovens, homens e mulheres aprendem a ser sujeitos de si mesmos e da sua história. A revista de extensão EXTRAMUROS é mais uma conquista da PROEX colocada à disposição dos interessados em socializar as suas experiências com a sociedade a quem, enquanto servidores públicos, nos compete SERVIR.

Prof. Dr. Fulvio Torres Flores Editor
Responsável

fulvio.flores@
univasf.edu.br

Realizada a inúmeras mãos, é hora de agradecer, na ocasião do lançamento do primeiro número, a todos aqueles que contribuíram para que a EXTRAMUROS exista.

Em primeiro lugar, à Profa. Dra. **Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira**, Pró-Reitora de Extensão, que me convidou para editar a revista, confiando-me o trabalho. À Profa. Dra. **Luzania Barreto Rodrigues**, que sugeriu o nome “Extramuros” para a revista, o qual foi aceito com entusiasmo em reunião da Câmara de Extensão pelo seu significado tão propício para esta revista. Ao Prof. Me. **Ricardo Guimarães Cardoso**, pela criação do logotipo da EXTRAMUROS.

Ao Prof. Me. **Marcus Vinicius Midená Ramos**, editor da REVASF - Revista de Educação do Vale do São Francisco, pelas informações diversas e orientações sobre o Open Journal System. À Assistente Editorial **Pérola Ramira Ciccone**, a quem recorri quando a revista tinha apenas um nome, por todo o conhecimento compartilhado advindo de sua valorosa experiência com a Revista de Cultura e Extensão da USP. Também ao Bibliotecário **André do Nascimento Serradas**, da Seção de Apoio ao Credenciamento de Revistas USP, pelos esclarecimentos que gentilmente prestou.

Aos membros do **Conselho Editorial**, que acreditaram na revista e aceitaram participar prontamente. Aos **Pareceristas**, que se dispuseram a cumprir prazos nem sempre generosos. Em especial, agradeço à Profa. Dra. **Gisele Giandoni Wolkoff** (UTFPR) e ao Prof. Dr. **Marcelo de Maio Nascimento** (UNIVASF) pela colaboração na formação do Conselho Editorial e na indicação de pareceristas de diversas áreas e universidades.

Ao Prof. Esp. **Cecilio Ricardo de Carvalho Bastos**, que aceitou cuidar do *layout* da revista e o fez com a competência e a qualidade características de seu trabalho. Finalizando, agradeço ao Artista **A. C. Coêlho de Assis (Coelhão)**, pela permissão de publicar as imagens de suas obras na capa e nas divisões de seções da revista, o que nos alegrou imensamente.

Os 15 relatos e artigos constantes desta primeira edição são o resultado de uma seleção de quase 50 textos recebidos ao longo de quatro meses. Ainda há uma relativamente séria confusão com o que é prática extensionista universitária, o que ficou patente pelo grande número de textos que tratavam exclusivamente de assuntos ligados à pesquisa, sem envolver de forma dialogada a sociedade. Embora esse tenha sido um fato notado, o que mais surpreendeu foi a qualidade e a variedade de ações extensionistas desenvolvidas no Brasil em diversas áreas do saber.

Ao longo do processo, com as indicações dos pareceristas e editores, esses textos foram divididos em duas seções principais: *Relatos* e *Artigos*. A seção *Relatos* apresenta relatos de experiência mais breves e fluidos, sem dispensar um arcabouço teórico para a apresentação e articulação das ideias. Por sua vez, a seção *Artigos* apresenta textos com maior extensão e aprofundamento teórico.

O texto que abre a seção *Relatos* da revista é *Assistência odontológica a pacientes transplantados de células-tronco hematopoiéticas do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais*, de Maria Eliza Souza e Silva et al., uma reflexão sobre um projeto desenvolvido desde 2001 no qual é prestado atendimento odontológico e também procedimentos educativos qualificados a pacientes pré e pós-transplante de células-tronco hematopoiéticas.

Em *Avaliação do desenvolvimento de crianças hospitalizadas e orientação de cuidadores para a estimulação* aprendemos com Rosana A. Salvador Rossit et al. sobre um projeto desenvolvido na UNIFESP, no qual se identificou que há crianças hospitalizadas que apresentam atrasos em seu desenvolvimento e que é possível aproveitar esse momento a fim de intervir orientando e aconselhando as mães e cuidadoras dos bebês.

Universidade cidadã: descobrindo campeões, de autoria de Antonio Aritan de Oliveira Ventura e Maíra da Rocha Melo Souza, descreve uma ação da UFPRE envolvendo crianças e adolescentes de 9 a 17 anos cujo objetivo era promover a inclusão social e a cidadania, assim como a diminuição de desigualdades sociais, a partir da prática de algumas modalidades esportivas.

A discussão trazida por Braz José do Nascimento Júnior, Mariana Rodrigues Xavier e Christiano Carvalho G. Pinheiro em *Morfofarma: feira de morfologia para promoção da saúde e consolidação de conhecimentos* refere-se à experiência de uma feira de morfologia na qual universitários da UNIVASF apresentaram trabalhos para alunos de escolas do município de Petrolina-PE, o que requereu pesquisa e planejamento dos universitários e propiciou aos alunos a aproximação com questões científicas de relevância.

Encerrando a seção *Relatos*, *O letramento na sala de aula e a formação do professor*, de Kaline Jurema Jambeiro Rocha e Maria Tarciana de Almeida Barros, reflete sobre um projeto da UNIVASF que procurou atuar complementando a formação de futuros professores do ensino fundamental por meio da realização de 15 encontros sobre alfabetização e letramento, preenchendo lacunas advindas das grades curriculares da graduação e criando técnicas para alfabetizar letrando.

Abrindo a seção *Artigos*, em *Aprendendo matemática no projeto “Visitas” da UFMG: uma experiência de sucesso*, Jorge Sabatucci e Aniura Milanés mostram como é possível, por meio de oficinas para professores da educação básica, assim como palestras e minicursos para interessados, ensinar matemática por meio de atividades desafiantes sem deixar de serem prazerosas e criativas.

Prevenção das intoxicações por agrotóxico no Submédio do Vale do São Francisco junto a trabalhadores rurais, de Jenifen Miranda Vilas Boas e Cheila Nataly Galindo Bedor, discute a importância de um projeto da UNIVASF que contou com 21 oficinas sobre agrotóxicos realizadas em sete escolas públicas de Petrolina para alunos e trabalhadores, a fim de alertar a respeito da gravidade do uso de substâncias agrotóxicas, tendo sido verificado que tal ação gerou uma maior compreensão dos participantes e ajudou a fortalecer a prevenção de intoxicação por agrotóxicos na cidade.

Barbara E. B. Cabral et al., em *De como o sertão do Submédio São Francisco ganhou um núcleo de mobilização antimanicomial: da história aos desafios atuais*, discorrem sobre a parceria entre a UNIVASF e redes de atenção à saúde mental na formulação e prática de ações que estimulam o debate sobre a reforma psiquiátrica e seus desdobramentos.

Em *Ensinando odontologia em cenários extramuros: uma parceria entre a Faculdade de Odontologia da UFMG, Associação Mineira de Reabilitação e uma escola para portadores de deficiências neuromotoras*, Elizabeth Moreira et al. descrevem e discutem ações de promoção de saúde bucal por meio de um trabalho multidisciplinar que busca a integração social do deficiente neuromotor.

Marcelo de Maio Nascimento e Ruthe Kécia Rodrigues de Lima, autores de *Envelhecendo equilibradamente: considerações de um programa de atividade física para idosos fundamentado no método Pilates*, examinam um trabalho desenvolvido na UNIVASF no qual 70 idosos de 60 a 80 anos foram estimulados à prática de educação física como forma de retardar o processo de envelhecimento.

Em *Ginástica artística: uma proposta de aplicabilidade*, Rosangela Marques Busto, Abdallah Achour Junior e Rosana Sohaila Teixeira Moreira apresentam os resultados de uma ação desenvolvida na UEL na qual professores e discentes universitários promoveram ações pedagógicas de iniciação em ginástica artística para 700 meninas de 10 a 12 anos de classes sociais diferentes.

A ampliação das fronteiras do acesso à justiça: em foco o Projeto Direito Perto de Casa, de autoria de Paula Daniella Almeida Castro, evidencia a importância de um projeto de extensão da UNEB na área do direito na cidade de Juazeiro-BA a fim de promover o acesso qualitativo à justiça.

Didiê Ana Ceni Dernardi e Amanda Jacobsen de Oliveira, em *Integração e formação em Letras Português e Inglês*, apresentam contribuições de um projeto da UTFPR para a formação docente inicial e continuada de professores de língua portuguesa e inglesa, e também para o processo de ensino-aprendizagem dessas línguas na educação básica do sudoeste do Paraná.

Horta escolar agroecológica como instrumento de educação ambiental e alimentar na Creche Municipal Dr. Washington Barros – Petrolina/PE, de Helder Ribeiro Freitas et al., discute a realização de um projeto da UNIVASF com atividades educativas por meio das quais as crianças entraram em contato com alimentos em seu ambiente de produção, assim como aprenderam sobre recursos ambientais, contribuindo para a sensibilização dessas crianças para uma alimentação saudável e para estimular que professores incluam o trabalho com hortas em seu cotidiano pedagógico.

Encerrando a seção *Artigos*, Lúcia Maria Fantinel et al. discutem, em *Educação ambiental em uma comunidade acometida pela fluorose grave: uma abordagem interdisciplinar entre a geologia e odontologia*, ações de educação em saúde promovidas pela UFMG, entre as quais um teatro de fantoches e uma exposição interativa, que possibilitaram abordar temas relativos aos problemas trazidos pela ingestão de altos teores de fluoretos, e as consequências que os membros da comunidade acometidos por lesões fluoróticas sofrem em seu cotidiano.



Assistência odontológica a pacientes transplantados de células-tronco hematopoiéticas do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais

Maria Elisa Souza e Silva¹
Renata Gonçalves Resende²
Bruna Mara Ruas³
Ricardo Santiago Gomez⁴
Ricardo Rodrigues Vaz⁵
Ulisses Eliezer Salomão⁶
Humberto Corrêa de Almeida⁷
Mauro Henrique N. Guimarães Abreu⁸

¹ Docente da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (FAO - UFMG).
mariaelisa1956@gmail.com.br

² Doutoranda em Medicina Molecular da UFMG.
renatagresende@yahoo.com.br

³ Discente da FAO - UFMG.
brunamara@gmail.com

⁴ Docente da UFMG.
rsgomez@ufmg.br

⁵ Docente da UFMG.
ricardovazufmg@yahoo.com.br

⁶ Docente da UFMG.
ulissessalomao@hotmail.com

⁷ Docente da UFMG.
humbertodeal@uol.com

⁸ Docente da UFMG.
maurohenriqueabreu@ig.com.br

RESUMO

O projeto de extensão “Assistência Odontológica a Pacientes Transplantados de Células-Tronco Hematopoiéticas do Hospital das Clínicas da UFMG” presta atendimento aos pacientes pré e pós-transplante de células-tronco hematopoiéticas (TCTH) e funciona na Faculdade de Odontologia (FO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde março de 2001. O TCTH é empregado com efetividade para tratamento de várias neoplasias hematológicas ou de outros tecidos. No entanto, a ausência de cuidados com a cavidade bucal ou o tratamento odontológico inadequado pode levar a sérios problemas sistêmicos no período de mielosupressão. Os pacientes do projeto recebem atendimento odontológico qualificado durante todas as fases do TCTH, onde são realizados procedimentos educativos, restauradores, cirúrgicos, periodontais, endodônticos, e protéticos, dentre outros. Por agregar voluntariamente professores, profissionais especializados, alunos de graduação e de pós-graduação, esse projeto de extensão estimula e propicia o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, gerando conhecimento e pesquisas, com vistas a compreender e melhorar o TCTH. O objetivo deste trabalho é o de apresentar as diversas atividades do projeto de extensão “Assistência Odontológica a Pacientes Transplantados de Células-Tronco Hematopoiéticas do Hospital das Clínicas da UFMG”, que já é uma referência no cenário de ensino, pesquisa e extensão da FO-UFMG no que se refere ao TCTH.

Palavras-chave: Transplante de células-tronco hematopoiéticas; Serviços de saúde bucal.

Dental treatment to patients subjected to hematopoietic stem-cell transplantation at the University Hospital of Universidade Federal de Minas Gerais

ABSTRACT

The extension project “Dental Care to Patients Transplanted with Hematopoietic Stem-Cell at the University Hospital of UFMG” cares for patients undergoing and those who have done the hematopoietic stem-cells transplant, and it works in the Faculty of Dentistry (FO) of Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) since March 2001. Transplantation of hematopoietic stem-cell transplantation (HSCT) is increasingly

used with effectiveness in treating various hematologic malignancies or other tissues. However, the lack of care for the oral cavity or inappropriate dental treatment can lead to serious systemic problems during myelosuppression. Patients receive qualified dental care during the pre-and post-transplant, which hosts educational procedures, restorative, surgical, periodontal, endodontic, and prosthetic devices, among others. By aggregating voluntarily teachers, professionals, graduate and postgraduate, this extension project encourages and enables the development of interdisciplinary activities, generating knowledge and research, in order to understand and improve HSCT. The objective of this work is to present the various activities of the extension project, which is already a reference in teaching, research and extension of FO-UFMG related to HSCT.

Keywords: Hematopoietic stem-cell transplantation; Dental treatment.

INTRODUÇÃO

O transplante de célula-tronco hematopoiéticas (TCTH) é um procedimento que envolve a eliminação das células malignas com uma alta dose de quimioterapia, com ou sem a irradiação corpórea total, seguida pela infusão de células normais mieloproliferativas (BORTIN, 1970; DEEG et al., 1996; DONATO et al., 1998; LISHNER et al., 1990; STORB; THOMAS, 1983; THOMAS et al., 1975) e é o tratamento de escolha para diversas doenças hematológicas ou de outros tecidos, insuficiências medulares ou outros distúrbios congênitos da hematopoese (DAHLLÖF; BAGESUND; RINGDEN, 1997; FEEDMAN, 1998; FONSECA, 2000; LOGUE; SAVIANI, 2013).

A prevenção ou redução do risco de complicações sistêmicas em pacientes que recebem o transplante requer a estabilização ou eliminação de infecções bucais antes do início do transplante ou da terapia mielossupressora, pois a condição de imunossupressão do paciente favorece a agutização de problemas bucais prévios, no transcorrer do TCTH (SCHUBERT; PETERSON; LOID, 1999; SCULLY, 2010).

Estudos têm identificado que a cavidade bucal é uma importante porta de entrada para infecções sistêmicas em pacientes submetidos ao transplante de células-tronco hematopoiéticas (BISHAI, 1997). As complicações em decorrência de infecções bucais podem ocorrer em qualquer fase do transplante e podem causar problemas significativos, como complicações sistêmicas, aumentando não apenas o custo do tratamento como a taxa de mortalidade (SCHUBERT; PETERSON; LOID, 1999; SANTOS et al., 2011).

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a experiência do projeto de extensão “Assistência Odontológica a Pacientes Transplantados de Células-Tronco Hematopoiéticas do Hospital das Clínicas da UFMG” (HC-UFMG) da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (FO-UFMG) - TMO.

RELATO DAS ATIVIDADES

O projeto de extensão de “Assistência Odontológica a Pacientes Transplantados de Células-Tronco Hematopoiéticas do Hospital das Clínicas da UFMG” (HC-UFMG) foi criado na Faculdade de Odontologia da UFMG em março de 2001 para atendimento odontológico qualificado aos pacientes que seriam submetidos ao transplante de células-tronco hematopoiéticas ou que já foram submetidos a esse procedimento. Além disso, oferece atenção odontológica àqueles pacientes que apenas estão em tratamento hematológico. Todos os pacientes são originários do Hospital das Clínicas da UFMG.

Devido ao comprometimento dos docentes, voluntários e alunos com o projeto e também em função de sua importância para a preservação da saúde dos pacientes, ele pode ser considerado como um projeto de caráter perene.

Os pacientes são encaminhados à FO-UFMG pelo médico assistente do setor de “Transplante de Medula Óssea” do HC-UFMG para avaliação pré, trans ou pós-TCTH.

A fase pré-TCTH compreende a preparação para a realização do transplante, a fase trans-TCTH compreende os três primeiros meses após o procedimento e a fase pós-TCTH se estende além do dia +100, três meses após o TCTH (SCHUBERT; SULLIVAN; TRUELOVE, 1986). Os pacientes que apresentam afecções hematológicas, mas sem necessidade de realização do TCTH, também são acompanhados pelo projeto de extensão, quando solicitado pelo médico responsável.

Os atendimentos clínicos são realizados semanalmente, nas noites de quartas-feiras por estudantes de graduação em Odontologia, que cursam entre os sexto e nono períodos. Os alunos atuam sob a supervisão de alunos de pós-graduação, de voluntários e de professores da FO-UFMG, das diversas áreas da odontologia: dentística, endodontia, periodontia, patologia bucal, cirurgia buco-maxilo-facial, prótese e saúde coletiva. O processo seletivo para a inclusão de novos alunos é realizado semestralmente e leva em conta seu desempenho acadêmico, mas também o grau de maturidade para a abordagem de pacientes com este tipo de perfil. É comum que o aluno selecionado permaneça no projeto até a conclusão do seu curso de graduação.

São realizados procedimentos diversificados de acordo com a demanda de cada usuário do serviço, tendo em vista o planejamento do tratamento, que é feito individualmente. Os pacientes pré-TCTH são submetidos à avaliação clínica e radiográfica e, de acordo com a necessidade, são realizados procedimentos preventivos, restauradores, cirúrgicos, endodônticos além de educação para a saúde. Os atendimentos dos pacientes são realizados com o objetivo de torná-los aptos à realização do transplante, sem o risco de problemas de origem odontológica. Existe uma clara intenção de otimização do tempo e dos procedimentos, com vistas à liberação do paciente, enquanto ele está na fase pré-transplante. No caso da necessidade de cirurgias é feita uma discussão sobre cada caso e apenas quando necessário é prescrita profilaxia antibiótica (LODI et al., 2012).

Procedimentos que podem ser postergados, como confecção de coroas definitivas e de próteses, são indicados para serem realizados na fase pós-transplante. Durante o trans-TCTH, comumente são feitas avaliações quanto à mucosite, doença do enxerto contra o hospedeiro (DECH) aguda, xerostomia, infecção (viral, bacteriana e fúngica), sangramento e interferências com a alimentação. Esse atendimento é feito pelo serviço

odontológico do Hospital das Clínicas da UFMG, tendo em vista que normalmente os pacientes com estes tipos de problemas estão internados. Por fim, na fase pós-TCTH o paciente é submetido aos diversos procedimentos odontológicos, de acordo com a sua necessidade clínica. Além disso, os pacientes realizam a biopsia de lábio do dia +100, procedimento preconizado pelo setor de “Transplante de Medula Óssea” do HC-UFMG para estadiar a DECH crônica bucal (RESENDE et al., 2011).

Depois de sua alta clínica, enquanto se mantiver aderido ao serviço de controle de pacientes transplantados do HC, ele passa a ser acompanhado em consultas de retorno programadas, semestralmente ou anualmente, de acordo com o grau de controle da saúde bucal.

Além de sua missão principal de prestar assistência odontológica especializada aos pacientes, o projeto de extensão contribui ainda de forma significativa na formação dos discentes na medida em que proporciona um campo de aprendizado diferenciado ao graduando. Isso ocorre porque o aluno se aperfeiçoa e coloca em prática o conhecimento já adquirido de forma a abordar diferenciadamente o paciente sistemicamente comprometido. Além disso, o estudante desenvolve a habilidade interdisciplinar, tão fundamental para sua formação profissional e, diferentemente de sua formação acadêmica convencional, o aluno passa a se preocupar em abordar os problemas de saúde bucal de forma otimizada e ágil, tendo em vista, especialmente, a necessidade do paciente de ser liberado para os procedimentos médicos. Ao longo dos últimos 10 anos cerca de 600 pacientes de TCTH foram atendidos.

Outra característica muito importante deste projeto de extensão é a realização sistemática, durante o semestre letivo, de atividades teóricas quinzenais abordando temas que se referem ao universo do atendimento odontológico aos pacientes TCTH e Hepáticos e outros, que sejam detectados como de interesse à formação acadêmica dos estudantes. Temas como interpretação de exames complementares, técnicas restauradoras, cirúrgicas, terapia periodontal, discussão de protocolos de atendimento para facilitar o fluxo da atenção são alguns dos temas que, recorrentemente, são trabalhados. Com a aprovação das instâncias devidas na UFMG, a participação dos alunos no projeto de TMO é geradora de créditos que são utilizados para integralização curricular.

Outro fato que merece ser destacado é a produção de conhecimento. Várias pesquisas envolvendo o universo do TCTH foram e são desenvolvidos com a efetiva participação dos alunos de graduação e pós-graduação, sob orientação dos professores, com o intuito de aprimorar o entendimento das diversas patologias que podem acometer os pacientes do TCTH e do Transplante Hepático e contribuir para melhorias no tratamento de uma forma geral.

A partir do ano de 2010, em função do volume de pacientes já atendidos, foi criado outro projeto que, embora seja independente do TMO enquanto projeto de extensão, desenvolve a coleta de dados dos prontuários odontológicos e médicos dos pacientes do TMO para um banco de dados especialmente criado para este fim, isto é, fornecer material para produção de conhecimento científico. Além disso, os bolsistas trabalham levantando dados sobre a percepção do impacto da assistência odontológica na qualidade de vida dos pacientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão “Assistência Odontológica a Pacientes Transplantados de Células-Tronco Hematopoiéticas do Hospital das Clínicas da UFMG” tem um papel fundamental para o sucesso do transplante de medula óssea e propicia uma melhor qualidade de vida dos pacientes atendidos; contribui significativamente para a formação dos futuros profissionais da odontologia e fornece um valioso campo de estudo para o melhor entendimento do universo do TCTH. Sendo assim, o projeto de extensão “Assistência Odontológica a Pacientes Transplantados de Células-Tronco Hematopoiéticas do Hospital das Clínicas da UFMG” mostra significativa importância no cenário de ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

BISHAI, N.; PETRIKOWSKI, C. G.; MAXYMIW, W. G.; LEE, L.; WOOD, R. E. Optimum dental radiography in bone marrow transplant patients. **Oral Surg. Oral Med. Oral Pathol. Oral Radiol. Endod.**, v. 87, p. 375-379, 1997.

BORTIN, M. M. A compendium of reported human bone marrow transplantation. **Transplantation**, v. 6, p. 571-587, 1970.

DAHLLÖF, G.; BAGESUND, M.; RINGDEN, O. Impact of conditioning regimens on salivary function, caries-associated microorganisms and dental caries in children after bone marrow transplantation. A 4-year longitudinal study. **Bone Marrow Transplant**, v. 20, p. 479-483, 1997.

DEEG, H. J.; SOCIE, G.; SCHOCH, G.; HENRY-AMAR, M.; WITHERSPOON, R. P.; DEVERGIE, A.; SULLIVAN, K. M.; GLUCKMAN, E.; STORB, R. Malignancies after marrow transplantation for Aplastic Anemia and Fanconi Anemia: a joint Seattle and Paris analysis of results in 700 patients. **Blood**, v. 87, p. 386-392, 1996.

DONATO, V.; IACARI, V.; ZURLO, A.; CAPUA, A.; TOMBOLINE, V.; BANELLI E.; ENRICI, R. M.; DE FELICE, C.; GIACCO, G.; IORI, A. P.; AECESSE, W.; BIANCINI, C. Fractionated total body irradiation in allogeneic bone marrow transplantation in leukemia patients: analysis of prognostic factors and results in 136 patients. **Radiother Oncol.**, v. 48, p. 267-276, 1998.

FEEDMAN, S. E. An overview of bone marrow transplantation. **Sem. Oncol. Nursing**, v. 4, p. 3-8, 1998.

FONSECA, M. A. Long-term oral and craniofacial complications following pediatric bone marrow transplantation. **Pediatr. Dent.**, v. 22, p. 57-62, 2000.

LISHNER, M.; PATTERSON, B.; KANDEL, R.; FYLES, G.; CURTIS, J. E.; MEHARCHAND, J.; MINDEN, M. D.; MESSNER, H. A. Cutaneous and mucosal neoplasms in bone marrow transplant recipients. **Cancer**, v. 65, p. 473-476, 1990.

LODI, G.; FIGINI, L.; SARDELLA, A.; CARRASSI, A.; DEL FABBRO, M.; FURNESS, S. Antibiotics to prevent complications following tooth extractions. **Cochrane Database Syst. Rev.**, v. 11, 2012.

LOGUE, M.; SAVANI, B. N. Understanding basic steps to hematopoietic stem cell transplantation evaluation. **Am. J. Blood Res.**, v. 3, n. 2, p. 102-6, 2013.

RESENDE, R. G.; DE FÁTIMA CORREIA-SILVA, J.; ARÃO, T. C.; BRITO, J. A.; BITTENCOURT, H.; GOMEZ, R. S.; ABREU, M. H. N. Oral cGVHD screening tests in the diagnosis of systemic chronic graft-versus-host disease. **Clin. Oral Investig.**, v. 16, p. 565-570, 2012.

SANTOS, P. S.; CORACIN, F. L.; BARROS, J. C.; DULLEY, F. L.; NUNES, F. D.; MAGALHÃES, M. G. Impact of oral care prior to HSCT on the severity and clinical outcomes of oral mucositis. **Clin. Transplant.**, v. 25, n. 2, p. 325-328, 2011.

SCHUBERT M. M.; SULLIVAN, K. M.; TRUELOVE, E. L. Head and neck complications de bone marrow transplantation. In: PETERSON, D. E.; SONIS, S. T. **Head and neck management of the cancer patient**. Boston: Martinus Nijhoff, 1986. p. 401-427.

SCHUBERT, M. M.; PETERSON, D. E.; LOID, M. E. Bucal complications. In: THOMAS, E. D.; BLUME, K. G.; FORMAN, S. J. **Hematopoietic cell transplantation**. 2. ed. Blackwell Science: Malden, 1999. p. 751-763.

SCULLY, C. Transplantation and tissue regeneration. In: _____. **Medical problems in dentistry**. 6. ed. Elsevier: New York, 2010. p. 704-713.

STORB, R.; THOMAS, E. D. Allogeneic bone-marrow transplantation. **Immunol. Rev.**, v. 71, p. 77-102, 1983.

THOMAS, E.; STORB, R.; CLIFT, R. A.; FEFER, A.; JOHNSON, F. L.; NEIMAN, P. E.; LERNER, K. G.; GLUCKSBERG, H.; BUCKNER, C. D. Bone marrow transplantation (first of two parts). **N. Engl. J. Med.**, v. 292, p. 832-43, 1975.

COMO CITAR ESTE RELATO:

SILVA, Maria Elisa Souza e; RESENDE, Renata Gonçalves; RUAS, Bruna Mara; GOMEZ, Ricardo Santiago; VAZ, Ricardo Rodrigues; SALOMÃO, Ulisses Eliezer; ALMEIDA, Humberto Corrêa de; ABREU, Mauro Henrique Nogueira Guimarães. Assistência odontológica a pacientes transplantados de células-tronco hematopoiéticas do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 13-18, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 25 mar. 2013.

Aceito em: 27 jun. 2013.

Avaliação do desenvolvimento de crianças hospitalizadas e orientação de cuidadores para a estimulação

Rosana A. Salvador Rossit¹
Camila Gomes Corrêa²
Karina Godoy Brandão de França³
Renata Savino Rodrigues⁴

¹ Docente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).
rorossit@hotmail.com

² Discente do curso de Terapia Ocupacional da UNIFESP.
cami_email@hotmail.com

³ Discente do curso de Terapia Ocupacional da UNIFESP.
brandao.karina@hotmail.com

⁴ Discente do curso de Terapia Ocupacional da UNIFESP.
resavino@gmail.com

RESUMO

Trata-se de um relato de experiência do projeto “Avaliação e orientação para a estimulação do desenvolvimento de crianças internadas em Unidade de Pediatria da Santa Casa de Santos”. O projeto de extensão tem como objetivo avaliar e estimular o desenvolvimento de bebês de zero a 12 meses e orientar as mães/cuidadores. As ações são desenvolvidas por uma equipe (uma docente e oito estudantes de três diferentes profissões da saúde) da Universidade Federal de São Paulo - Baixada Santista no contexto hospitalar. O protocolo Denver I foi utilizado para a avaliação do desenvolvimento e para subsidiar a estimulação e as orientações. Os comportamentos observados foram apresentados em porcentagens e descritos brevemente. Um folheto educativo foi preparado para orientar as mães/cuidadores quanto aos procedimentos de estimulação do desenvolvimento. A experiência mostrou que algumas crianças hospitalizadas apresentavam alguns atrasos no desenvolvimento, e que este pode ser um momento propício para a realização da intervenção com orientação e aconselhamento das mães/cuidadores.

Palavras-chave: Ensino; Relações Interprofissionais; Desenvolvimento Infantil; Intervenção Precoce (Educação).

Evaluation of the development of hospitalized children and caregivers guidance for stimulation

ABSTRACT

This is an experience report of the project “Evaluation and guidance for the stimulation of the development of children hospitalized in Pediatric Unit of Santa Casa de Santos”. The extension project aims to evaluate and stimulate the development of 0-12 months old babies and guide mothers / caregivers. Actions are developed by a team (one teacher and eight students from three different health professions) of Federal University of São Paulo - Santos in the hospital. The protocol Denver I was used to assess the development and support and orientations and stimulation. The observed behaviors were presented in percentages and briefly described. An educational brochure was prepared to guide the mothers / caregivers in how to stimulate the development. Experience has shown that some children hospitalized had some developmental delays, and that this may be a propitious moment for the realization of guidance and counseling intervention with mothers / caregivers.

Keywords: Teaching; Interprofessional relations; Child development; Early intervention (Education).

RELATO

O *campus* Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) implantou em 2006 cinco cursos de graduação (Educação Física - modalidade saúde, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Terapia Ocupacional) com um Projeto Pedagógico voltado à formação de um profissional da área da saúde apto para o trabalho em equipe, com ênfase na educação interprofissional e na integralidade do cuidado; numa formação técnico-científica e humana de excelência em uma área específica de atuação profissional de saúde e uma formação científica, entendendo a pesquisa e a relação com a comunidade como propulsoras do ensino e da aprendizagem. Adicionalmente, em 2009 foi implantado o curso de Serviço Social, numa perspectiva de ampliar os olhares e a atenção ao campo da saúde (UNIFESP, 2012).

“...a humanização supõe troca de saberes, incluindo os dos usuários e sua rede social, diálogo entre os profissionais e modos de trabalhar em equipe”.
(Política Humaniza SUS, Brasil, 2005)

Tendo como panorama os propósitos do Projeto Pedagógico deste *campus*, este texto apresenta uma experiência educacional que articula os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na perspectiva de integrar ações desenvolvidas para a formação profissional do estudante e pela produção e difusão de conhecimentos provenientes da experiência vivenciada, de modo a possibilitar espaços e oportunidades de conhecimento e aprendizagens que ultrapassam os limites físicos da estrutura acadêmica universitária. Além da formação profissional dos estudantes, atenta-se para o desenvolvimento de competências pessoais que permitam identificar demandas de saúde e intervir por meio de ações de educação em saúde.

As políticas nacionais da Saúde e da Educação, por meio dos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Saúde, demandam a formação de profissionais que estejam preparados para atender às necessidades de saúde da população. A integralidade no cuidado, a humanização da atenção e dos serviços de saúde, assim como os cuidados com a saúde da criança, são indutores de ações na perspectiva da qualidade dos serviços e da atenção à saúde.

Visando atingir esses objetivos, o Projeto de Extensão em ambiente hospitalar “Avaliação e Orientação para a estimulação do desenvolvimento infantil” baseia suas ações nos princípios da integralidade no cuidado ao paciente, no trabalho em equipe e na integração dos processos de ensino, pesquisa e extensão, para a avaliação do desenvolvimento de crianças hospitalizadas, entendendo que esse momento possa ser propício para a realização de intervenções no sentido de orientar as mães/cuidadores a estimular o desenvolvimento infantil no primeiro ano de vida.

O trabalho em equipe interprofissional é um dos princípios norteadores do Projeto Pedagógico do *campus* Baixada Santista da UNIFESP, sendo entendida como a inversão da lógica tradicional da formação em saúde - cada prática profissional pensada e discutida em si - abrindo espaços para a discussão do interprofissionalismo. Refere, também, que esta é uma proposta na qual profissões aprendem juntas sobre o trabalho conjunto e sobre as especificidades de cada uma, na melhoria da qualidade no cuidado ao paciente (BARR, 1998).

A Santa Casa de Santos como instituição parceira e conveniada à UNIFESP, ao longo da sua história tem se mostrado preocupada com as questões de humanização, desenvolvendo iniciativas em várias áreas, agregando valores em diferentes cenários de

relações interpessoais e profissionais, valorizando os atores e sujeitos sociais nesses processos, e primando pela construção de uma instituição fortalecida e reconhecida por suas ações inovadoras e empreendedoras na gestão e atenção à saúde da região.

A situação de adoecimento e hospitalização da criança e do cuidador provocam tristeza e sofrimento em relação ao afastamento temporário da vida familiar e cotidiana, decorrentes dos tratamentos e experiências, nem sempre prazerosas, vivenciadas no ambiente hospitalar. Situação essa que é agravada pelas condições disponíveis em serviços públicos de saúde: grande demanda, quartos e leitos em condições precárias, esperas prolongadas para realização de exames e atendimentos especializados.

O SUS tem um papel ativo na reorientação das estratégias e modos de cuidar, tratar e acompanhar a saúde individual e coletiva, e tem sido capaz de provocar importantes repercussões nas estratégias e modos de ensinar e aprender. As políticas de saúde vigentes investem no discurso da promoção da saúde e prevenção de agravos como medidas eficazes para a minimização de problemas secundários nos campos da saúde, educação e social da criança.

Os conceitos e dispositivos da Política Nacional de Humanização (PNH–BRASIL, 2004) visam à organização dos processos de trabalho em saúde, propondo transformações nas relações sociais que envolvem colaboradores e gestores, assim como transformações nas maneiras de produzir e prestar serviços à população. Sendo assim, as instituições que envolvem o trinômio assistência-saúde-ensino devem abordar a humanização no processo de formação e capacitação em saúde, valorizando as relações interpessoais e desenvolvendo habilidades para a escuta e o diálogo.

A UNIFESP e a Santa Casa de Santos, atentas a esses pressupostos, têm protagonizado práticas significativas e harmoniosas voltadas para a melhoria da qualidade de vida e saúde de seus colaboradores e usuários.

A Organização Mundial de Saúde (OMS/OPAS, 2003) reconhece que a saúde do indivíduo pode ser afetada por sua incapacidade de desempenhar atividades e participar em situações de vida, para além dos problemas que existem com as estruturas e funções do seu corpo imposto pela doença e pela deficiência. Em um olhar ampliado, a saúde está relacionada à capacidade das pessoas de se envolverem em ocupações e em atividades que permitam uma participação desejada ou necessária em casa, na escola, no brincar, no lazer, no trabalho, na comunidade.

O adoecer é um dos fatores que alteram os sentimentos e os comportamentos dos sujeitos e a hospitalização restringe ainda mais esse aspecto devido à rotina hospitalar. Normalmente o sujeito é quem decide sobre sua vida, mas ao deparar-se com uma doença vê-se obrigado a transferir sua individualidade aos cuidados do profissional de saúde. A hospitalização afeta violentamente a vida da criança, podendo ser irremediável e deixar marcas que a acompanharão para o resto da vida (GORAYEB, 2002).

As experiências vividas ao longo dos primeiros anos de vida de uma criança são fatores determinantes no processo de formação do indivíduo. A carência ou ausência da estimulação nessa fase se torna um importante fator de risco ao desenvolvimento, podendo ocasionar atrasos irreversíveis (ROSSIT; FÁVERE, 2011).

Neste contexto, a aproximação do estudante a ambientes que demandam a atuação em equipe potencializa a aprendizagem ao mesmo tempo em que contribui para a melhoria da qualidade dos serviços de atenção às necessidades da população e a prestação de serviços à comunidade. A percepção e a análise da multicausalidade dos processos de adoecimento e dos fatores que influenciam o desenvolvimento infantil tornam-se alvo das ações da experiência aqui apresentada.



MILLING; WALKER, 1984 apud BRASIL, 2002), e orientar os cuidadores para a estimulação do desenvolvimento das crianças.

O projeto de Avaliação e Orientação para a estimulação do Desenvolvimento Infantil está em desenvolvimento desde 2008 e a intervenção ocorre na Enfermaria Pediátrica/SUS da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santos com o objetivo de criar e manter um espaço permanente para avaliar o desenvolvimento neuropsicomotor, utilizando a Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento Denver I (BONNER;

Figura 1a: Ambiente de realização dos procedimentos de avaliação e estimulação.

CENÁRIO DE INTERVENÇÃO

Participantes

Participam das ações de intervenção os bebês com idade de zero a 12 meses e os respectivos cuidadores (pais, tios, avós), internados por motivos diversos, e a equipe interprofissional composta por uma docente coordenadora do projeto e oito estudantes de três diferentes cursos de graduação da UNIFESP (fisioterapia, psicologia e terapia ocupacional).

Local

A intervenção ocorre uma vez por semana na Enfermaria Pediátrica da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santos com a presença de uma díade cuidador-bebê e da equipe executora do projeto, para a realização da avaliação do bebê e orientação do cuidador para o posicionamento no leito e a estimulação do desenvolvimento, os quais constituem procedimentos importantes para favorecerem o desenvolvimento



Figura 1b: Ambiente de realização dos procedimentos de avaliação e estimulação.

da criança hospitalizada, a fim de minimizar os impactos causados por condições adversas ao nascimento e às condições de saúde-doença. A Pediatria da Santa Casa de Santos possui 12 quartos, onde são acomodadas de três a cinco crianças em cada um deles. O espaço para a realização das atividades é o próprio quarto, que é um espaço restrito e a intervenção é realizada no próprio berço. No quarto, geralmente, há a presença de outras crianças e cuidadores. As Figuras 1a e 1b ilustram o ambiente onde os procedimentos de avaliação e orientação para a estimulação foram realizados.

Materiais e instrumentos

A Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento Denver I (BONNER; MILLING; WALKER, 1984 apud BRASIL, 2002) foi utilizada durante o período de agosto a novembro de 2011 e os dados serão apresentados neste texto. A equipe de estudantes fez um estudo do instrumento e recebeu treinamento antes da coleta de dados para observação do comportamento de bebês e registro dos dados. Para maior confiabilidade dos dados cada díade cuidador-bebê foi observada simultaneamente por uma dupla de estudantes de profissões diferentes, que observava e registrava os dados na Ficha. As dúvidas que surgiam no decorrer da avaliação eram esclarecidas, com a docente, imediatamente após a intervenção com a díade, para permitir adequação do registro e proteção aos participantes quanto aos aspectos éticos.

Um folheto educativo foi preparado contendo imagens dos marcos do desenvolvimento nos quatro trimestres do primeiro ano de vida, com indicação de possíveis materiais e atividades a serem utilizados para estimular as áreas do desenvolvimento (perceptiva, sensorial, motora, social, linguagem, cognitiva). Esse folheto é entregue ao cuidador ao fim da intervenção.

Por se tratar de um ambiente que requer cuidados especiais e da criança e cuidador já estarem em uma situação de vulnerabilidade, os estudantes receberam treinamento prévio quanto às noções básicas de assepsia e seleção de materiais permitidos no ambiente hospitalar. Os materiais (brinquedos, itens luminosos e coloridos) são cuidadosamente selecionados e analisados, com intuito de evitar a contaminação e/ou riscos de acidentes.

Procedimentos

Inicialmente a equipe foi treinada para a utilização da Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento de Denver I, adotada desde 1984 pelo Ministério da Saúde foi revista e ampliada (BRASIL, 2002). A Ficha serve como roteiro de observação e identificação de crianças com prováveis problemas de desenvolvimento, incluindo alguns aspectos psíquicos. O instrumento contempla quatro indicadores: (1) maturativo; (2) psicomotor; (3) social; e (4) psíquico.

Sempre que possível, o profissional deve tentar utilizar a mesma forma de padronização, o que facilitará o exame e dará maior confiabilidade aos achados clínicos. O profissional deve anotar a sua observação no espaço correspondente à idade da criança e ao marco do desenvolvimento esperado, de acordo com a seguinte codificação: (P) Presente; (A) Ausente; e (NV) Não Verificado. Ao se aplicar a Ficha, algumas das seguintes situações podem ocorrer: a) presença das respostas esperadas para a idade – *desenvolvimento normal*; b) falha em alcançar algum marco do desenvolvimento para a idade – *atraso no desenvolvimento*; e c) ausência do marco do desenvolvimento com persistência do atraso sendo um indicativo de alteração no desenvolvimento a ser melhor investigado - *inspira cuidados* (ou no último quadro sombreado).

No momento da intervenção, a equipe percorre os quartos identificando os bebês na faixa etária específica, apresenta-se a cada díade cuidador-bebê separadamente, expõe o objetivo do projeto e consultam o cuidador quanto ao interesse em participar do projeto, com a avaliação e estimulação do bebê.

Quando aceito, autorizado verbalmente e na presença do cuidador, a docente avalia as potencialidades da criança, além de testar os reflexos típicos do desenvolvimento e os sentidos (visão, audição e tato), explicando passo-a-passo ao cuidador “como e porque” são realizados os procedimentos.

Para ocorrer a intervenção, o bebê permanece no leito para que a docente possa executar as manobras de avaliação e os estudantes possam acompanhar passo-a-passo o manuseio e o registro das observações no protocolo específico (Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento). A duração da intervenção para cada díade cuidador-bebê é de aproximadamente 30 minutos. Em geral, atende-se de cinco a seis díades a cada dia de intervenção.

Durante a avaliação, caso o bebê apresente alguma alteração observável ou atraso quanto aos marcos do desenvolvimento, o cuidador é orientado a procurar um serviço de estimulação na comunidade e é treinado em procedimentos básicos que poderão contribuir para estimular o desenvolvimento do bebê durante a permanência no hospital e ao retorno para a casa; sugerem-se materiais e objetos do cotidiano que possam ser utilizados para estimulação visual, tátil, auditiva, proprioceptiva, como escovinha de cabelo, tecido felpudo e macio, brinquedos sonoros, coloridos e luminosos. Caso seja identificada a presença de alteração significativa nos padrões de postura e movimentos do bebê, o cuidador é orientado a conversar com o médico para obter encaminhamento para especialista.

Aspectos Éticos

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Irmandade da Santa Casa de Santos, Parecer n°. 04/2011 aprovado em 11/05/2011 e ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP, Parecer n°. 0720/2011 aprovado em 10/06/2011. Mediante concordância verbal dos cuidadores, a equipe realizou as avaliações e orientou a estimulação do desenvolvimento da criança, utilizando um folheto educativo como direcionador das instruções.

Resultados e Discussão

Os resultados apresentados a seguir referem-se ao período de agosto a novembro de 2011, mas o projeto acontece semanalmente de forma contínua.

No referido período foram realizadas 12 sessões de intervenção com 65 díades cuidador-bebê atendidas, entretanto o número total de cuidadores foi 77, pois frequentemente havia mais de um acompanhante (pais, avós, tias) com o bebê. A Tabela 1 apresenta os dados de atendimento no período de agosto a novembro de 2011.

Meses	Atendimentos Realizados	Acompanhantes Orientados	Nº intervenção/mês
Agosto	13	17	02
Setembro	21	22	04
Outubro	18	23	04
Novembro	13	15	02
TOTAL	65	77	12

Tabela 1. Quantidade total de atendimento.

No meses de agosto e novembro houve menor número de intervenção devido aos momentos de planejamento e ocorrência de feriados. No mês de dezembro, as intervenções tiveram caráter comemorativo em todo o setor devido às proximidades das festas de final de ano e em decorrência das inúmeras atividades de avaliação das ações desenvolvidas e finalização do semestre letivo para os estudantes.

Em cada intervenção, na presença do cuidador e do bebê, a docente conversava com a díade interagindo de forma lúdica, evitando qualquer situação de desconforto para o bebê. O bebê era posicionado no leito e diversas atividades foram propostas. As respostas observadas do comportamento do bebê perante os estímulos foram registradas na Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento de Denver I.

A aplicação da Ficha permite observar o desenvolvimento neuropsicomotor dos bebês, possibilitando a comparação entre bebês da mesma faixa etária ou níveis de agravamento. Os dados obtidos por meio da sua aplicação indicam se a criança está dentro do padrão esperado para a faixa etária e se está avançando no desenvolvimento conforme o esperado para sua idade cronológica e maturidade. Os itens do protocolo oferecem subsídios para as orientações e o ensinamento do cuidador quanto à atividade de estimulação a ser realizada com o bebê.

O acompanhamento do desenvolvimento deve fazer parte do exame geral da criança. Para isso, não é necessário criar espaços, momento específico ou instrumental especializado, embora alguns pequenos brinquedos e/ou objetos possam ser usados para desencadear alguma resposta reflexa ou marco do desenvolvimento.

O profissional deve prestar atenção à forma como o cuidador lida com o bebê, se conversa com ele, se está atento às suas manifestações. Muitas vezes, principalmente com o primeiro filho, a mãe fica muito tensa, sendo comum a presença de angústia, preocupação e desconforto com a condição de adoecimento do bebê e a permanência no ambiente hospitalar (BRASIL, 2002).

Com relação ao bebê, a sequência do desenvolvimento pode ser identificada em termos gerais através dos marcos tradicionais. Essas referências constituem uma abordagem sistemática para a observação dos comportamentos presentes. A aquisição de determinada habilidade baseia-se nas adquiridas previamente e raramente pulam-se etapas. Estes marcos constituem-se a base dos instrumentos de avaliação.

É fundamental escutar os pais e levar em consideração a história clínica e o exame físico do bebê, assim como a rotina familiar e as características do ambiente domiciliar.

Para efeito desse manuscrito apresentam-se os resultados da avaliação do desenvolvimento de 38 bebês e seus respectivos cuidadores. Foram avaliadas 38 bebês, cujos dados apresenta-se a seguir.

A avaliação nesse contexto é entendida como a oportunidade de analisar o desempenho do bebê, obter subsídios para as orientações da estimulação, tendo em vista a continuidade do desenvolvimento. É um momento ímpar, em que o cuidador tem a voz para descrever “como é o seu filho em casa”, “onde e como ele permanece durante o dia”, “o que é permitido que ele faça no dia-a-dia”, “os espaços existentes

na moradia” para que a docente possa realizar as orientações em conformidade com a realidade de vida da díade cuidador-bebê.

A Figura 2 apresenta as porcentagens de itens presentes em cada bebê em função da idade cronológica.

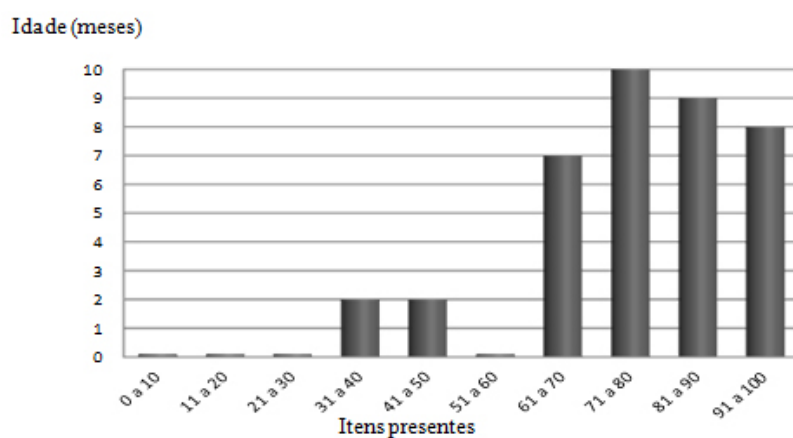


Figura 2. de itens presentes conforme idade cronológica (meses).

Dos 38 bebês avaliados, oito apresentaram de 91% a 100% dos itens indicados para a idade; nove apresentaram de 81% a 90%; 10 apresentaram de 71% a 80% dos marcos do desenvolvimento indicados para a respectiva idade cronológica; sete bebês apresentaram de 61% a 70%; dois bebês apresentaram de 41% a 50%; e dois apresentaram de 31% a 40%.

Cabe ressaltar que os quatro bebês que apresentaram porcentagens menor ou igual a 50% tinham diagnóstico de Síndrome de Down ou Paralisia Cerebral e estavam internados por causas diversas. A maioria das internações na Enfermaria Pediátrica/SUS da Santa Casa é decorrente de alterações gastrointestinais, infecção urinária, pneumonia, desidratação, acidentes domésticos, otite, entre outras típicas para a faixa etária de zero a 12 meses.

Quanto aos itens avaliados, somente oito bebês (21%) apresentaram desempenho compatível com o desenvolvimento normal, quando a criança executa atividades da área sombreada da Ficha, realizada por mais de 90% das crianças na mesma faixa etária. 19 bebês (50%) apresentam “atrasos”, quando a criança não executa atividade que já é feita por 75 a 90% das crianças de sua idade; 11 bebês (29%) inspiram “cuidados”, pois apresentaram menos de 70% dos itens correspondente à sua faixa etária.

Apesar da maioria das crianças (79%) apresentarem alteração no desenvolvimento (“atrasos” ou “cuidados”), deve-se ressaltar que o fator ambiente hospitalar e a presença de pessoas não familiares para a criança estarem se aproximando e manuseando-a, assim como o estado de saúde alterado, podem ter interferido nos dados de desempenho. Diante dos resultados da avaliação, os bebês eram estimulados com o uso de brinquedos, música, móveis coloridos, manuseio corporais, posicionamentos no leito; o cuidador era orientado quanto a alguns procedimentos de estimulação e o folheto educativo era disponibilizado para os cuidadores com explicações a respeito das figuras, da sequência do desenvolvimento e das possíveis atividades a serem desenvolvidas com o bebê.

Concomitantemente ao manuseio e à avaliação do desenvolvimento, orientações e esclarecimentos são fornecidos ao cuidador, com a demonstração passo-a-passo dos procedimentos para as mudanças de decúbito do bebê; posições estimuladoras durante a troca de vestimentas e fralda; posicionamento facilitador do desenvolvimento com a acomodação do bebê no “ninho”, feito como um rolo utilizando um lençol, tendo a finalidade de delimitar o espaço do bebê no leito, assemelhando-se ao ambiente vivenciado no útero materno. Isso favorece o contato do corpo do bebê com limites, obstáculos causando uma estimulação proprioceptiva e uma resposta motora de extensão dos membros e cabeça, o que favorece o aumento do tônus muscular.

Dependendo da idade da criança e das condições de saúde (não utilização de acesso venoso), o bebê era colocado em posição de pronação (barriga para baixo), o que frequentemente desencadeava respostas de elevação da cabeça e sustentação cervical, impulsos corporais provocando deslocamentos para frente ou para trás. Esse era um momento “mágico”, pois o cuidador expressava reações de surpresa ao ver o bebê tomando atitudes até então pouco presenciadas no ambiente hospitalar e, conforme relato do cuidador, também pouco observadas em casa. As condições de moradia da maioria das díades cuidador-bebês hospitalizados (espaços muito apertados, palafitas, morro) impedem que a criança seja deixada com liberdade no chão para explorar os deslocamentos. Os cuidadores relatam que os bebês ficam a maior parte do tempo no colo ou no carrinho, esse posicionamento pode provocar atrasos no desenvolvimento motor e cognitivo, dadas as escassas oportunidades de estimulação.

A estimulação precoce inclui todo o tipo de atividades, oportunidades e procedimentos destinados a proporcionar à criança, nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para alcançar pleno desenvolvimento no seu processo evolutivo (DUNST; BRUDER, 2002).

Proporcionar à criança oportunidades para que tenha um desenvolvimento adequado é talvez o que de mais importante que se pode oferecer à espécie humana. Um desenvolvimento infantil satisfatório, principalmente nos primeiros anos de vida, contribui para a formação de um sujeito com suas potencialidades desenvolvidas, com maior possibilidade de tornar-se um cidadão mais resolvido, apto a enfrentar as adversidades que a vida oferece, reduzindo-se assim as disparidades sociais e econômicas da nossa sociedade (OPAS, 2005).

É importante que os pais estejam preparados para entender as necessidades do bebê, assim como as capacidades que o mesmo traz consigo ao nascer, sendo capaz de interagir e, conseqüentemente, estimulá-lo. É preciso um estímulo adequado, interpretando o comportamento do bebê e ajustando-se a seu ritmo. A existência desse projeto justifica uma proposta de educação em saúde, como apoio aos cuidadores e subsídio à estimulação do desenvolvimento infantil.

De acordo com Taques e Rodrigues (2006) as ações preventivas têm como objetivo oportunizar o desenvolvimento adequado de crianças. Um dos meios para atingir a estimulação adequada é o fornecimento de orientação aos pais, de modo a ensiná-los a estimular seu bebê em casa de acordo com sua realidade e as necessidades do filho, respeitando o ritmo de aprendizagem e a fase de desenvolvimento do mesmo. Para isso, é fundamental que as pessoas que estão em contato com o bebê conheçam as principais etapas de seu desenvolvimento para poderem estimular, de maneira efetiva, todo o po-

tencial do qual é dotado. A orientação feita aos cuidadores dos bebês quanto aos diferentes modos de aplicar a estimulação, no hospital, em casa e com diferentes objetos que estão à disposição, faz com que haja maior anseio dos pais para realizar as tarefas aconselhadas pela docente. Assim, a estimulação começa no hospital e tem continuidade nas casas das famílias.


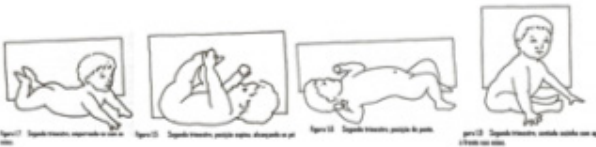

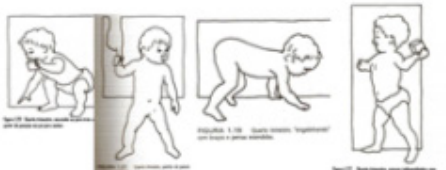
Para Gesell (2002), cada fase do desenvolvimento tem suas especificidades e expressa uma característica diferente do crescimento, mas que demonstra a organização dos estímulos, as reações posturais, o tipo de preensão manual dos objetos, a comunicação e as reações individuais aos estímulos advindos do meio ambiente. Está implícita uma observação em que o aspecto quantitativo e o qualitativo sejam considerados, além da detecção de como a criança manifesta a sua maturação do desenvolvimento em relação com o ambiente. Compreender o desenvolvimento da criança é fundamental para possibilitar o planejamento e a escolha dos procedimentos adequados de orientação e estimulação.

Assim, o funcionamento do grupo familiar, a interação dos membros da família e a cultura influenciam no desenvolvimento da criança.

O desenvolvimento é um processo contínuo que ocorre em uma sequência mais ou menos ordenada. A avaliação da etapa de maturidade funcional em que o bebê se encontra contribui com informações sobre os vários aspectos do desenvolvimento neuropsicomotor e proporciona uma visão específica sobre a criança, auxiliando na elaboração do diagnóstico e no respectivo tratamento (GESELL, 2002).

O folheto educativo foi preparado a partir da experiência profissional da docente e de imagens extraídas de Gesell (2002), organizado em faixas etárias: primeiro trimestre (0-3 meses), segundo trimestre (4-6 meses), terceiro trimestre (7-9 meses), quarto trimestre (10-12 meses). A Figura 3 apresenta o conteúdo do folheto educativo.

Figura 3. Folheto educativo utilizado com apoio para a orientação dos cuidadores (Imagens extraídas de Gesell, 2002).

<p>0 – 3 meses</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle cervical; • Sente os quatro tipos de sabores; • Responde a estímulos (auditivo, visual, tátil, olfato, gustativos) • Foca objetos a pouca distância. 	<p>Atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Móveis • Chocalhos • Varal com objetos coloridos pendurado ao redor do berço e outros. 	
<p>4 – 6 meses</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rola; • Pega objetos; • Não distingue estranhos, mas prefere a mãe; • Senta sem apoio. 	<p>Atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colocar o móvel numa altura que o bebê possa tocar e movimentar com os pés e as mãos; • Dar brinquedos para o bebê segurar, soltar, por na boca; • Produzir sons e imitar os sons dele para que ele possa imitar; • Colocar a criança sentada, apoiada na calça de espuma. 	
<p>7 – 9 meses</p> <ul style="list-style-type: none"> • Senta sem apoio; • Rasteja e depois engatinha; • Fica de pé com apoio; • Tenta se comunicar; • Olha-se no espelho. 	<p>Atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tocar o chocalho contra a palma da mão do bebê e ajudá-lo a agarrar. • Brincar dentro e fora de uma caixa de papelão; Encabece de cubos, quadrados, de diferentes formas e cores. • Fazer caretas para o bebê imitar. Colocar a criança na frente do espelho. • Coloque o bebê no chão para que possa se movimentar melhor. 	
<p>10 – 12 meses</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fica de pé com apoio e depois sem apoio; • Começa a arrastar objetos para andar; • Consegue andar sozinha; • Gostam de imitar o adulto; • Aprendizado do certo e errado; • Quando pedido o objeto, ele entrega. 	<p>Atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esconde-esconde; • Telefones, brinquedos de empilhar, encaixar; • Brinquedos que giram e música; • Brinquedos de encaixe com diferentes formas, tamanhos, textura e cores. 	

A prevenção deve ser a primeira medida a ser adotada, pois não só é a mais eficiente, podendo contribuir para uma melhoria das condições biopsicossociais da criança, como também reduz os custos no futuro, que têm uma tendência em aumentar acentuadamente com o crescimento da criança e suas necessidades, caso a intervenção necessária não ocorra em tempo hábil. Assim, acredita-se que a educação em saúde, através da identificação precoce de alterações no desenvolvimento e da intervenção com os cuidadores, possa servir como ferramenta para provocar mudanças na qualidade dos serviços de saúde oferecidos (ROSSIT; FÁVERE, 2011).

A avaliação e orientação de cuidadores para a estimulação do desenvolvimento constituem-se em procedimentos eficazes para a detecção precoce de possíveis alterações no desenvolvimento e a intervenção no sentido de minimizar complicações secundárias. A avaliação do desenvolvimento deveria ser uma rotina periódica e sistematizada nos hospitais, centros de saúde, creches, adotando-se a observação das crianças nas idades críticas, em que deveriam exibir os comportamentos típicos para a faixa etária em questão, ou seja, os marcos do desenvolvimento (ROSSIT; FÁVERE, 2011).

O principal objetivo da estimulação é o de impulsionar o desenvolvimento das habilidades básicas das crianças normais, de alto risco ou daquelas com atrasos no desenvolvimento, em seus primeiros anos de vida, a fim de prevenir ou minorar os déficits presentes ou que poderão apresentar, possibilitando-lhes um processo evolutivo tão equilibrado quanto possível.

De acordo com as Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce (BRASIL, 1995), o programa de estimulação consiste em uma prática internacionalmente adotada, destinada a crianças que apresentam: distúrbios ou atraso no desenvolvimento; susceptibilidade de virem a apresentar deficiências (crianças consideradas de alto risco, ou seja, que recebem influência dos fatores somáticos e/ou ambientais, de ocorrência principalmente nos períodos pré-natal, peri e pós-natal. Esses fatores são denominados de alto risco e deixam a criança vulnerável ao aparecimento de deficiências ou atraso no desenvolvimento); e desenvolvimento dentro dos padrões de normalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os bebês, o afastamento temporário da vida familiar e cotidiana provocam sentimentos diversos. Com uma proposta de intervenção no ambiente hospitalar, com momentos de descontração e de estimulação com atividades lúdicas, manuseio e adequação postural no leito, espera-se ter oferecido o apoio necessário para retornarem às condições de saúde e de vida cotidiana com um menor prejuízo físico e emocional.

Para os cuidadores, o afastamento do trabalho profissional, doméstico e dos cuidados atribuídos à família, agravados pela condição de adoecimento e hospitalização do bebê, são fatores que interferem nos aspectos emocionais e na rotina de suas vidas. Permanecer no hospital, presenciando momentos de dor, desconforto e submissão do filho a procedimentos invasivos, acrescido da falta de acomodação adequada para o descanso e o sono, torna a situação ainda mais delicada. Assim, com o desenvolvimento do presente projeto espera-se ter contribuído de alguma forma para minimizar esses fatores, durante algumas horas do período de internação.

Para os profissionais da Santa Casa, a presença da equipe interprofissional constituiu-se em oportunidade para fortalecer as práticas de integração ensino-serviço dos cursos/profissionais da saúde que já apresentam inserção no espaço hospitalar, experienciar as práticas do trabalho em equipe e da integralidade no cuidado pela ação interprofissional e interdisciplinar, com vistas ao treinamento em serviço. A utilização da Ficha de Acompanhamento do Desenvolvimento (BRASIL, 2002) pela equipe executora do projeto poderá ser incorporada à prática do setor, constituindo-se como uma política institucional de atenção à saúde, à prevenção de agravos no desenvolvimento e de promoção da saúde da criança.

Para os estudantes, a oportunidade de desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de agravos no âmbito da Saúde, Educação e Social, assim como vivenciar os princípios do Projeto Pedagógico do *campus* Baixada Santista, de se aproximarem da prática profissional interprofissional para o desenvolvimento de competências comuns às profissões da saúde (colaboração, escuta qualificada, comunicação, tomada de decisão, integralidade na acuidade, trabalho em equipe), constitui-se em momentos ímpares que agregam valores e destacam-se como um diferencial na formação em nível de graduação. A possibilidade de participar em projetos dessa natureza auxilia na aproximação ao futuro ambiente de trabalho ao qual estarão inseridos e fornece uma visão real da área de saúde contemporânea, tendo assim a oportunidade de vivenciar a prática colaborativa em uma equipe interprofissional atuando em ambiente hospitalar.

A proposta desse projeto está pautada nas diretrizes do Sistema Único de Saúde com relação à proposição de ações e reorientação das estratégias e modos de cuidar, tratando e acompanhando a saúde individual e coletiva. A presente proposta traz benefícios às crianças, aos cuidadores e à instituição parceira, na medida em que investe na detecção de variáveis que podem interferir no desenvolvimento infantil, na promoção da saúde da criança, cuidadores e profissionais, na prevenção de consequências secundárias ao processo de adoecimento, na reinserção destas pessoas no cotidiano e na melhoria das condições de atenção à criança hospitalizada e em processo de adoecimento.

A possibilidade da atuação conjunta de diferentes profissões – fisioterapia, psicologia e terapia ocupacional – permitem ampliar o olhar sobre a saúde e o desenvolvimento da criança, assim como, constituir-se em um campo emergente para a efetivação da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão na abordagem da educação interprofissional.

A UNIFESP, em parceria com a Santa Casa de Santos, contribui com os processos de formação dos novos profissionais da saúde, pautando-se nos referenciais curriculares nacionais e criando oportunidades reais de prática colaborativa e de efetiva integração ensino-serviço-comunidade, tendo como parâmetros os conceitos e dispositivos da Política Nacional de Humanização.

A principal dificuldade encontrada durante a realização do projeto foi a falta de tempo, dos estudantes e docente, para dedicar atenção por maior período de tempo à criança e ao caso específico, configurando as ações em momentos de triagem e intervenção de curta duração aos bebês hospitalizados. Dada a inviabilidade de acompanhar o desenvolvimento dos bebês, tornam-se recursos paliativos a orientação aos cuidadores e o encaminhamento a serviços especializados de estimulação. A possibilidade de

consultar o folheto educativo, acompanhando os marcos do desenvolvimento, auxiliando os cuidadores durante o primeiro ano de vida.

A experiência mostrou que algumas crianças hospitalizadas apresentaram alguns atrasos no desenvolvimento, e que este pode ser um momento propício para a realização da intervenção com orientação e aconselhamento das mães/cuidadores.

Os resultados obtidos demonstram o quanto é importante a inserção dos estudantes no ambiente hospitalar e na atenção à saúde da criança, criando oportunidades de se apropriar dos conteúdos sobre o desenvolvimento infantil, a promoção da saúde e prevenção de agravos, possibilitando a identificação precoce de possíveis alterações nos bebês, tornando possível otimização do tempo, os momentos de estimulação e aprendizagem durante o período de hospitalização, o que poderá provocar efeitos positivos para todos os envolvidos no processo de adoecimento (bebês, cuidadores, profissionais do serviço, estudantes, docentes).

REFERÊNCIAS

BARR, H. Competent to collaborate; towards a competency-based model for Inter-professional education. **Journal of Interprofessional Care**, London, UK, v. 12, n. 2, p. 181-188, 1998.

BRASIL. **Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce: o portador de necessidades educacionais especiais**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, SEESP, 1995.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. **Política Nacional de Humanização**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DUNST, C.; BRUDER, M. B. Valued outcomes of service coordination, early intervention and natural environments. **Exceptional Children**, v. 68, n. 3, p. 361-375, 2002.

GESELL, A; AMATRUDA, C. S. **Diagnóstico do Desenvolvimento: avaliação e tratamento do desenvolvimento neuropsicológico no lactente e na criança pequena, o normal e o patológico**. São Paulo: Editora Atheneu, 2002.

GORAYEB, R. P. **Intervenção psicológica realizada em crianças submetidas a cirurgias eletivas e suas mães**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

OMS/OPAS. **Classificação internacional de funcionalidade e incapacidade e saúde, CIF**. São Paulo: EDUSP, 2003.

OPAS. Organização Panamericana da Saúde. **Manual para vigilância do desenvolvimento infantil no contexto da AIDPI**. Washington, D.C.: OPAS, 2005.

ROSSIT, R. A. S.; FÁVERE, D. C. Análise da influência de atividades pedagógicas sobre o comportamento de crianças hospitalizadas e seus acompanhantes. *Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn.*, v. 8, n. 3, p. 52-67, 2011.

TAQUES, D. C. S. R.; RODRIGUES, O. M. P. R. Avaliação do repertório comportamental de bebês nos quatro primeiros meses de vida: uma proposta de análise. *Rev. Bras. Crescimento Desenv. Hum.*, v. 16, n. 2, p. 77-87, 2006.

UNIFESP. **Projeto político pedagógico do campus Baixada Santista**, 2012.

COMO CITAR ESTE RELATO:

ROSSIT, Rosana A. Salvador; CORRÊA, Camila Gomes; FRANÇA, Karina Godoy Brandão de; RODRIGUES, Renata Savino. Avaliação do desenvolvimento de crianças hospitalizadas e orientação de cuidadores para a estimulação. *Extramuros*, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 19-32, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 10 abr. 2013.

Aceito em: 30 jun. 2013.

Antonio Aritan de Oliveira Ventura¹
Maíra da Rocha Melo Souza²

¹ Coordenador do projeto. Técnico administrativo, chefe do Apoio Didático - DEIN-FO - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). aritanventura7@yahoo.com.br

RESUMO

Universidade Cidadã: Descobrimos Campeões - UCDC foi um projeto de extensão universitária criado em 2009, com o objetivo de desenvolver a consciência cidadã e a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes com dificuldade de relacionamento e vulnerabilidade social. Foram atendidos 60 crianças e adolescentes com idades entre 9 e 17 anos, selecionados a partir dos critérios pré-estabelecidos juntos aos líderes comunitários e diretores de escolas públicas das comunidades de Sítio dos Pintos, Sítio São Braz e Córrego da Fortuna, localizadas nas imediações da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE. Esse projeto procurou estabelecer, durante seis meses, uma relação entre o poder público e a sociedade civil promovendo a inclusão social, cidadania e conseqüentemente a diminuição das desigualdades sociais por meio de esportes como o Taekwon-do, a ginástica, palestras, passeios e aulas de artesanato promovendo dessa forma o bem estar da comunidade local através de ações afirmativas que minimizassem ou solucionassem os diversos estágios de miséria e vulnerabilidade social que alguns grupos enfrentavam.

Palavras-chave: Extensão universitária; Vulnerabilidade social; Inclusão social.

² Professora da Universidade de Pernambuco, Escola Superior de Educação Física (ESEF-UEPE). Professora da Faculdade dos Guararapes (FG). mдарochamelo@yahoo.com.br

Citizenly university: discovering champions

ABSTRACT

Citizenly University: Discovering Champions - CDCU was a university extension project created in 2009, aiming to develop citizen awareness and improving the quality of life of children and adolescents with relationship difficulties and social vulnerability. There were treated 60 children and adolescents aged 9 to 17 years, selected from the pre-established criteria decided with community leaders and public school principals of the communities Site Pintos, Sitio Sao Braz and Stream Fortuna, located in the vicinity of Federal Rural University of Pernambuco-UFRPE. This project sought to establish, for six months, a relationship between the government and civil society to promote social inclusion, citizenship and consequently the reduction of social inequalities through sports such as Taekwon-do, gymnastics, lectures, tours and classes crafts thereby promoting the welfare of the local community through affirmative action that minimized or solved the various stages of poverty and social vulnerability that some groups faced.

Keywords: University extension; Social vulnerability; Social inclusion.

INTRODUÇÃO

No mundo globalizado e capitalista em que vivemos hoje, um dos fatores marcantes desse contexto político é a desigualdade social enfrentada e sentida mais incisivamente pelas classes sociais menos favorecidas.

Trazendo para o contexto nacional, Mercadante (2003) afirma que o Brasil é um país profundamente desigual e estruturalmente injusto, sendo considerado um dos países mais desiguais do planeta, onde esta desigualdade tem sido uma característica permanente da sua estrutura econômica e social. Na verdade, isso ocorre desde a colonização, onde o planejamento não era voltado para os interesses de melhoria das condições de vida dos habitantes, pois de acordo com Prado Júnior (2004) naquele momento ninguém tinha a ideia de povoar, era o comércio que interessava, daí o desprezo pelo território primitivo e vazio.

Para Pochmann (2003),

O Brasil tem sido cada vez mais identificado como um país de referência internacional no campo da desigualdade, marcada por enorme contradição nacional. Apesar de encontrar-se entre as 10 maiores economias mundiais, permanece entre as quatro nações com pior distribuição de renda. Situa-se entre os seis países com maior exportação de alimentos, mas mantém uma parcela significativa de sua população passando fome, utilizando cerca de 1/3 do total de terras agricultáveis.

Diante dessas constatações, percebe-se que é responsabilidade do poder público promover políticas e ações que promovam efetivamente uma mudança no quadro social diminuindo a vulnerabilidade desses grupos, que muitas vezes é promovida pela negligência do próprio poder público; ou seja, a vulnerabilidade pode existir, também, pela ausência do Estado em garantir os direitos fundamentais e sociais do cidadão como está garantido na Constituição Federal em seus artigos 5º. e 6º.:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a Propriedade [...]
[...] São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
(BRASIL, Constituição Federal, 1988)

Nessa perspectiva, se faz imperativo que programas e projetos de extensão das universidades públicas brasileiras tenham um foco cada vez maior em políticas públicas e nas ações que trabalhem a inclusão e a transformação social de grupos em vulnerabilidade. Colaborando com essa visão, a Política Nacional de Extensão Universitária afirma em suas diretrizes

[...] a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas (PNEU, 2012).

Por outro lado, o que não se pode permitir é que as ações extensionistas se utilizem de grupos em vulnerabilidade social apenas para explorar didaticamente os alunos universitários – com a finalidade de desenvolver teses e dissertações servindo como base de dados estatísticos para seus anais e promoção (ascensão) pessoal de uma minoria. Faz-se necessário compreender que toda ação de extensão, que vise atingir projetos sociais e grupos vulneráveis, tem por dever moral contribuir efetivamente com a mudança do quadro social apresentado, pois dessa maneira o caráter social das extensões universitárias estará cumprindo seu papel e plantando raízes profundas de cidadania na sociedade:

[...] Qual o papel do extensionistas nestas comunidades: está levando o aluno para olhar a pobreza para que, sensibilizado, construa-se um cidadão? Mas até que ponto estamos transformando a pobreza em objeto, descolando dela os sujeitos ali implicados em seu processo diário de luta pela sobrevivência? Não basta levar o aluno por um tempo a olhar a pobreza, há que se ter ações continuadas, de caráter efetivo, que realmente cumpram com o papel da Universidade perante a sociedade e perante seu aluno (OLIVEIRA, 2004).

Não se trata de querer transformar as extensões universitárias em muletas governamentais no que se refere a políticas públicas de assistencialismo social, pois se assim o fosse estaríamos colocando as universidades públicas brasileiras em iminente perigo de sucumbirem ao assistencialismo, ao clientelismo, à benevolência e às concessões, passando a ser alvo de políticos e ONGs oportunistas, como cita Cardoso (2004):

Assistencialismo é um estilo, é um modo de fazer, que tem como consequência criar uma relação de submissão e não oferecer os instrumentos para superação das carências que estão sendo minoradas. Quando associadas ao clientelismo, as formas de assistência se transformam em instrumentos de poder. É bom lembrar que, se os governos podem ser os espaços privilegiados para o clientelismo, não são os únicos, pois é possível encontrar estes mesmos usos em entidades privadas.

No que se refere à família, esta é compreendida como a primeira unidade social da qual o indivíduo faz parte, e que o homem começa a sua socialização através da família, por esse motivo faz-se necessário ponderarmos o papel dessa unidade social enquanto promotora de educação, proteção e dignidade. Passamos a analisar o seu comportamento frente a esse projeto social a partir de situações vivenciadas durante as atividades propostas; constatamos uma ausência marcante do acompanhamento familiar durante todo projeto, torna-se pertinente analisar esse contexto, pois um dos fatores que atenuam a vulnerabilidade é a ausência de uma unidade familiar.

É como se as famílias ligadas a esses grupos sociais transferissem o dever de educação para o Estado e os projetos sociais, quando ao analisarmos a constituição do Brasil esclarece que cabe à unidade familiar o dever de amparar e educar, e ao Estado restando o dever de proteger e promover recursos suficientes a essa base primária da sociedade:

Artigo 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
§ 7º - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. [...]

Mas como repassar esse entendimento do direito quando a família é carente de conhecimentos e cultura cidadã? Será que o Estado e a sociedade não contribuem para o aprofundamento dessa segregação familiar a partir do momento que deixa de assegurar os direitos fundamentais a esses grupos?

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL. ECA, 1990).

Quando se fala em sociedade necessariamente relacionamos esse termo aos conceitos de cidadania, pois para que esta exista pressupõe-se uma vida em sociedade. A cidadania tem sua relação direta com grupos sociais vulneráveis em um contexto civil, político e social; ou seja, cidadania não coaduna com a ideia de individualidade e interesses pessoais frente aos problemas do Estado: saúde, educação, segurança, saneamento tudo isso diz respeito ao cidadão.

Nesse contexto, o projeto Universidade Cidadã: Descobrimos Campeões – UCDC teve o intuito de estabelecer uma relação que viesse contribuir com o desenvolvimento socioeducacional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social bem como criar um *link* entre a Universidade pública e as comunidades locais no intuito de promover cidadania, inclusão social e a diminuição das desigualdades através de ações afirmativas que minimizassem os diversos estágios de miséria enfrentados por alguns grupos sociais.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em um relato de experiência vivenciado pelo servidor técnico administrativo da Universidade Federal Rural de Pernambuco, lotado no Departamento de Estatística e Informática, graduando em Educação Física pela Faculdade dos Guararapes-PE, coordenador e executor desse projeto no período de 14 de julho a 26 de novembro de 2009, com um total de 104 horas. A sistematização desse projeto teve como marco inicial reuniões realizadas junto aos líderes comunitários e diretores de algumas escolas da rede pública das comunidades de Sítio dos Pintos, Sítio São Braz e Córrego da Fortuna, todas adjacentes ao Campus da UFRPE. Esses encontros foram realizados com o objetivo de traçar o perfil das crianças que apresentavam maior vulnerabilidade social e dificuldade de relacionamento na escola e na comunidade onde residiam, pois esse era o critério principal de seleção para participação no projeto.

A partir disso foram selecionadas 200 crianças e adolescentes com idades entre 9 e 17 anos de ambos os sexos. Entretanto, apenas 60 participaram efetivamente de todas as ações do projeto durante os seis meses. Após a etapa de seleção dos participantes, o projeto se desenvolveu ao longo de seis meses com aulas de Taekwon-do (20 h/a), jogos educativos (20 h/a), futebol de campo e de salão (16 h/a), passeio ao espaço ciência na cidade de Olinda-PE (8 h/a), palestras (16 h/a), trabalhos educativos (16 h/a) e oficinas de artesanato (18 h/a).

Às crianças e aos adolescentes era permitida a participação em todas as atividades oferecidas, tanto nas habituais quanto nas pontuais. As atividades tinham em média 2 horas de duração por sessão, acontecendo nas terças e quintas, das 7 às 9 da manhã. É importante ressaltar que na realização das atividades se deu prioridade em trabalhar o fator coletividade, igualdade, respeito e inclusão entre os gêneros. Tal tomada de decisão se deu devido aos comportamentos discriminatórios entre meninos e meninas detectados no transcorrer do projeto.

No que se refere ao acompanhamento da família ao longo do desenvolvimento do projeto, foi avaliado – através da observação e das listas de presença – o período de acompanhamento dos filhos nas atividades e a frequência nas palestras que eram oferecidas para as famílias como um todo.

Ao final do projeto todos os alunos foram homenageados com uma pequena confraternização devido aos poucos recursos financeiros: todos receberam brindes e houve o sorteio de uma bicicleta doada por uma professora do Departamento de Estatística e Informática.

Os participantes que tiveram uma frequência de no mínimo 70% da carga horária total receberam um certificado de participação com reconhecimento do Coordenador de Educação Continuada-PRAE-UFRPE e do Pró-Reitor e Atividades de Extensão-UFRPE.

Quanto aos profissionais envolvidos, houve a participação direta e indireta de 10 (dez) servidores da UFRPE, dos quais 4 (quatro) professores e 1 (um) Técnico administrativo do Departamento de Estatística e Informática, 1 (um) Técnico Administrativo do setor de Segurança Patrimonial, 1 (um) Técnico Administrativo do Departamento de Educação, 1 (um) Técnico Administrativo da Pró-Reitoria de Atividades de Extensão, e 1 (um) Técnico Administrativo do Departamento de Matemática. Uma vez que para execução do projeto não houve ônus para a UFRPE, conseguiu-se um apoio financeiro da Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional-FADURPE, para aquisição de fardamento, bolas, luvas de foco, cones, pratos de demarcação, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi identificado que durante a realização do projeto UCDC ocorreu uma ausência marcante do acompanhamento familiar como suporte social, tornando-se pertinente analisar esse contexto, pois um dos fatores que atenuam a vulnerabilidade é a ausência de uma unidade familiar. Dentre as definições do que vem a ser suporte social, Miller e Jeff-Darlington (2002 apud MOMBELLI et al., 2011), afirmam que

[...] o suporte social deve ser analisado de forma ampla a fim de que se considerem todas as relações significativas. O papel dos amigos e da comunidade deve ser considerado como importante provedor de suporte ao indivíduo, contudo a família assume um papel de destaque no adequado suporte oferecido.

Ao analisarmos a Carta Magna do Brasil, notamos que ela esclarece que cabe à unidade familiar “[...] o dever de amparar e educar, onde os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, [...] restando ao Estado o dever de proteger e promover recursos suficientes a essa base primária da sociedade” (BRASIL, Constituição Federal, art. 229, 1988).

Observamos que para haver uma mudança comportamental significativa de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social se faz necessária a participação de todo núcleo familiar em programas e projetos dessa natureza, pois constatamos que o tempo ofertado aos menores torna-se insignificante em relação ao tempo que os mesmos passam com seus familiares. De acordo com Sarti (1995 apud PALUDO; KOLLER, 2008), a definição de família para os pobres não se vincula a um grupo genealógico ou ao parentesco, mas está associada àqueles em que podem confiar.

Essa análise é importante após recebermos relatos dos próprios participantes que por muitas vezes sofrem constantes abusos e violações físicas e psicológicas dos seus familiares dentro das suas casas, o fator família como núcleo formador do primeiro caráter da criança deve ser levado em consideração uma vez que é nessa unidade social onde começa a ser moldada a personalidade do indivíduo.

Durante o transcorrer do projeto UCDC foram realizadas várias atividades com o objetivo de promover, provocar e explorar o grau de conhecimento das crianças e adolescentes sobre o significado da palavra *cidadania* ou como eles a praticavam nas suas atividades diárias: escola, família, comunidade, etc.

Mesmo levando em consideração a pouca idade e a situação social dos menores, o resultado foi um grande abismo intelectual sobre esse tema, parecia uma palavra que acabara de ser criada pela norma culta. Aferiu-se dessa experiência alguns questionamentos:

- Como crianças e adolescentes que vivem em sociedade em pleno século XXI desconhecem um termo que faz parte do pilar de um Estado democrático de direito?
- Como passar a ideia de respeito, dignidade e justiça social?
- Será que a base cultural sobre esse tema foi trabalhada?³
- Qual é a parcela de responsabilidade do Estado nesse processo?
- Como equalizar as obrigações do Estado em promover educação, saúde e segurança pública em uma sociedade que apresenta demandas sociais cada vez mais crescentes?
- Qual deve ser o efetivo papel do núcleo familiar nesse processo?

³ Subentende-se, devido ao desconhecimento do tema, que as crianças não tiveram - antes de participarem do projeto - a oportunidade de vivenciarem uma didática sobre cidadania.

Diante disso, foi possível verificar que apesar de ter um tempo determinado para realização, o projeto conseguiu atender à questão extensionista. O mesmo identificou as demandas da comunidade e ofereceu atividades aos atores envolvidos, de forma que estes pudessem modificar os hábitos individuais bem como os das suas respectivas famílias.

Além disso, houve um trabalho diário de conscientização de todos os profissionais envolvidos, chamando a atenção para o fato de que trabalhos dessa natureza são extremamente importantes para as comunidades. Uma vez realizado de forma exitosa, o projeto de extensão pode servir de base para o desenvolvimento, a médio prazo, de um programa de extensão, que por natureza têm um caráter duradouro fazendo com que um maior número de indivíduos internos e externos à universidade sejam beneficiados na ótica acadêmica, científica e social através das várias possibilidades de projetos.

Vale ressaltar que é importante primar pela autonomia universitária, promovendo dessa forma uma maior visibilidade, procurando atender efetivamente as demandas e problemas sociais detectados nas comunidades no entorno da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições públicas de ensino superior com suas políticas públicas de extensão universitária devem promover ações de extensão que se caracterizem como ferramentas eficazes no contexto socioeconômico, cultural, educacional e de políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento e a qualificação dos três segmentos institucionais: docentes, discentes e técnicos administrativos em prol da sociedade.

Nesse contexto, devem-se priorizar as práticas que atendam as necessidades sociais de maneira eficaz e contribuam efetivamente para solucionar e/ou minimizar as desigualdades locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Ministério da Justiça, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

CARDOSO, R. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo v. 18, n. 2, p. 42-44, abr./jun. 2004.

MERCADANTE, J. Construindo estratégias para combater a desigualdade social: uma perspectiva socioeconômica. In: WERTHEIN, J.; NOLETO, M. J. (Org.) **Pobreza e desigualdade no Brasil**. Brasília: Unesco, 2003.

MOMBELLI, M. A.; COSTA, J. B.; MARCON, S. S.; MOURA, C. B. Estrutura e suporte familiar como fatores de risco de stress infantil. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 327-335. jul./set. 2011.

OLIVEIRA, C. H. Qual é o papel da extensão universitária? Algumas reflexões acerca da relação entre universidade, políticas públicas e sociedade. **Anais do II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte, set. 2004.

PALUDO, S. S.; KOLLER, S. H. Toda criança tem família: criança em situação de rua também. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 42-52. 2008.

POCHMANN, M. Nova política de inclusão socioeconômica. In: WERTHEIN, J.; NOLETO, M. J. (Org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil**. Brasília: Unesco, 2003.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (PNEU). **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira**. Porto Alegre, ago. 2012. 74p.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

COMO CITAR ESTE RELATO:

VENTURA, Antonio Aritan de Oliveira; SOUZA, Maíra da Rocha Melo. Universidade cidadã: descobrindo campeões. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 33-40, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 7 maio 2013.

Aceito em: 3 jul. 2013.

MORFOFARMA: feira de morfologia para promoção da saúde e consolidação de conhecimentos

Braz José do Nascimento Júnior¹
Mariana Rodrigues Xavier²
Christiano Carvalho G. Pinheiro³

¹ Mestre em Bioquímica e Fisiologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Assistente de Morfologia e Fisiologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). braz.jose@univasf.edu.br

² Monitora da disciplina de Morfologia e discente do curso de Ciências Farmacêuticas da UNIVASF mari_rxavier@hotmail.com

³ Monitor da disciplina de Morfologia e discente do curso de Medicina da UNIVASF kicocarvalho@hotmail.com

RESUMO

A MORFOFARMA foi uma feira de morfologia realizada em 2012. Buscou-se integrar os discentes dos cursos de Ciências Farmacêuticas com estudantes de escolas de ensino médio de Petrolina - PE. Teve como objetivo promover saúde e consolidar conhecimentos da disciplina. Foi realizada uma feira expositiva com peças anatômicas, modelos, mídias e bânneres sobre morfologia. A exposição foi encerrada com uma conferência sobre a aplicabilidade da morfologia nas profissões da saúde. O público-alvo foram alunos de duas escolas do município (123) e graduandos em saúde da UNIVASF (52). Os resultados demonstram que houve estímulo à autonomia e à corresponsabilidade dos participantes, como também os discentes demonstraram conhecimento na matéria através do bom nível dos trabalhos apresentados. Conclui-se que esse instrumento foi importante no aprendizado, pois levou os graduandos a uma postura ativa, buscando, pesquisando, planejando, e executando suas apresentações apenas com a supervisão do professor, com isso criando um ambiente interativo, criativo e lúdico.

Palavras-chave: Feira de saúde; Promoção da saúde; Educação em saúde; Morfologia.

Morfofarma: morphology fair for health promotion and consolidation of knowledge

ABSTRACT

MORFOFARMA was a morphology fair held in 2012. It sought to integrate students of Pharmaceutical Sciences courses with students from high schools in Petrolina City (state of Pernambuco, Brazil). It aimed to promote health and consolidate knowledge of the discipline. It was performed a trade exhibition with anatomical parts, models, media and banners on morphology. The exhibition ended with a conference on the applicability of the morphology in the health professions. The target audience were students from two local schools (123) and students in health at UNIVASF (52). The results show that there was a stimulus autonomy and co-responsibility of the participants, as well as the students demonstrated knowledge in the field through the good level of the papers presented. We conclude that this instrument was important in learning because it took undergraduates to active seeking, researching, planning, and executing their presentations only with the supervision of the professor, creating interactive, creative, and playful activities.

Keywords: Health fair; Health promotion; Health education; Morphology.

INTRODUÇÃO

A MORFOFARMA foi uma feira de Morfologia e Saúde realizada em 2012 nos laboratórios de Anatomia Humana da UNIVASF e trouxe estudantes de ensino médio de duas escolas de Petrolina-PE estimulando-se, com isso, as atividades de inter-relação com a comunidade.

As Feiras de Saúde buscam informar e sensibilizar a comunidade quanto à melhoria da qualidade de vida a partir da prevenção, orientando para a mudança de hábitos de vida e diagnosticando precocemente as doenças a fim de tratá-las e curá-las (FERREIRA et al., 2010). Através das feiras de saúde os conhecimentos saudáveis podem ser propagados, podendo contribuir na melhoria da qualidade de vida dos participantes. Segundo Marriott et al. (2012) são pouco exploradas como uma ferramenta para desenvolvimento de parcerias com comunidade. Podem aumentar a conscientização sobre os problemas de saúde e ser usadas para decisões políticas na intenção de melhorar a saúde pública na comunidade.

Com isso, a extensão universitária pode criar possibilidades para popularizar o conhecimento científico, dando sentido à ação universitária. Essa extensão universitária é eixo chave do ensino universitário comprometido com os problemas da sociedade, sendo considerado um campo especializado de intervenção para a construção do saber. Essa extensão universitária é o processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes terão um aprendizado que submetido à reflexão teórica, seria acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados acadêmico e popular, terá como consequência, a mudança de conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atenção da universidade (FÓRUM, 1999).

Vallinoto et al. (2004) mostraram a importância da qualificação de recursos humanos na área de anatomia através de metodologia extensionista. Eles capacitaram pedagogicamente 21 estudantes para desenvolver atividades de extensão. O curso se deu através da utilização de métodos tradicionais como exposição, explicação, modelos de materiais sintéticos e de *post mortem* e, também, métodos não tradicionais como vídeos e de programas computadorizados especiais. Os mesmos autores falam que a utilização dessa metodologia e a qualificação dos recursos humanos têm contribuído para uma educação com qualidade, possibilitando aos beneficiados a inserção no mercado de trabalho e na sociedade.

Diante disso, os objetivos da MORFOFARMA foram promover saúde e consolidar conhecimentos da disciplina.

METODOLOGIA

Utilizou-se a modalidade didática Projeto para o desenvolvimento dos trabalhos com os graduandos, na qual as atividades são executadas por um grupo que é instigado para resolver um problema e que resulta num produto final concreto. Seus

objetivos educacionais são o desenvolvimento da iniciativa, da capacidade de decidir e a persistência na realização de uma tarefa com as seguintes fases (KRASILCHIK, 1996):

1) Seleção dos problemas a serem investigados: Apresentou-se o projeto MORFOFARMA em sala de aula dois meses antes de sua realização. O coordenador e os graduandos escolheram quatro problemas dando enfoque morfológico e em saúde: Atuação Profissional; Sistema Reprodutor; Sistema Respiratório e Sistema Cardiovascular.

2) Elaboração de um plano de trabalho: Levantou-se uma discussão com os discentes sobre a capacidade do grupo em produzir os conteúdos necessários para o desenvolvimento da feira de Morfologia e Saúde. Procedeu-se em seguida um levantamento bibliográfico em bases de dados da internet (Bireme e Pubmed) e em livros da biblioteca da Universidade. Em seguida, eles fizeram uma divisão de tarefas e criaram comissões, segundo a aptidão de cada um do grupo.

3) Execução elaborada do plano de trabalho: Após as pesquisas bibliográficas, a realização dos estudos e a elaboração dos resumos, os alunos começaram a se reunir. As duas primeiras reuniões foram com intenção de concluir a parte escrita do projeto. Eles ensaiaram algumas vezes antes da realização do evento.

4) Obtenção do produto final: Tudo que os alunos produziram nas reuniões de discussão, nos estudos individuais e nos ensaios foram organizados em relatórios e enviados em cópias escrita e digital ao coordenador e a comissão de avaliação. O desenho metodológico foi produzido por mapas de conceitos realizado no Microsoft Office PowerPoint e convertido para *jpg* (Figura 1).

5) Avaliação: Os trabalhos produzidos pelos alunos foram avaliados por três professores da UNIVASF que preencheram um questionário avaliativo com conceitos que variavam de zero a dez. Durante a avaliação procuraram valorizar a persistência, disciplina e o cumprimento das responsabilidades individuais. Os alunos preencheram questionário com perguntas referentes a aspectos organizacionais e científicos da feira e prepararão um relatório técnico do evento.

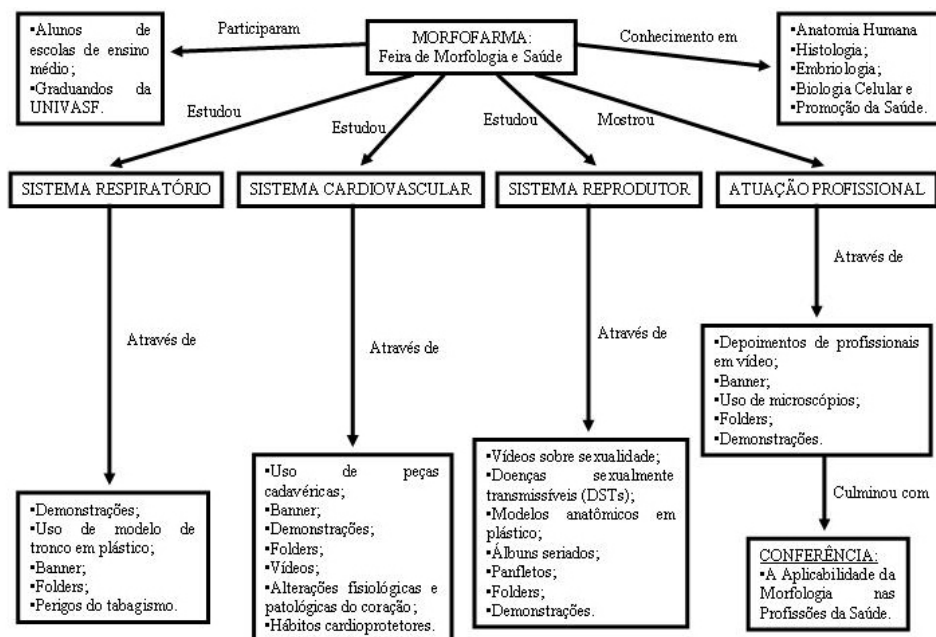


Figura 1: Mapa de Conceitos Metodológicos utilizados na MORFOFARMA.

6) **Divulgação do evento:** O evento foi pioneiro dentro da instituição. Houve divulgação entre os discentes do curso de Ciências Farmacêuticas. Duas escolas de ensino médio foram convidadas formalmente através de ofício aos diretores, coordenadores, professores e alunos. A feira de Morfologia e saúde também ganhou divulgação no site da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) dois dias antes da realização do evento.

7) **O Evento:** Foi realizada uma feira com peças anatômicas, modelos e pôsteres sobre morfologia, abrangendo as disciplinas de Biologia Celular, Histologia, Embriologia, Anatomia e a atuação profissional.

Os graduandos utilizaram uma linguagem acessível aos alunos do ensino médio, entretanto, levou-se em consideração a criatividade, a clareza na exposição dos conteúdos e a correlação com patologias relacionadas aos sistemas orgânicos abordados no semestre letivo. Eles montaram estandes temáticos, nos quais se abordava a morfologia de forma bem criativa com modelos de órgãos, desenhos e figuras, cadáver e recursos multimídia. As exposições dos trabalhos pelos alunos de graduação foram consideradas como pré-requisito na quarta avaliação parcial da disciplina de Morfologia.

A feira aconteceu das 14 às 16 horas do dia 8 de Junho de 2012 nos laboratórios de Anatomia da UNIVASF. Logo após a feira, aconteceu uma conferência com duração de duas horas sobre o tema A Aplicabilidade da Morfologia nas Profissões da Saúde, proferida pela Prof^a. Dr^a. Leilyane Conceição de Souza Coelho (Farmacêutica e docente da Universidade de Pernambuco – UPE). Essa palestra teve como público-alvo, os discentes dos cursos de saúde, os alunos do ensino médio e demais alunos de outros cursos de graduação da UNIVASF. A comissão acadêmica foi responsável pelo apoio ao evento: na impressão de documentos, na monitoria dos discentes, na organização e operação dos recursos audiovisuais para palestrante convidada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos foram baseados em relatos dos participantes. O evento teve a participação de 123 alunos das duas escolas de ensino médio da cidade de Petrolina-PE. Os estudantes do terceiro ano de ensino médio relataram como principal ponto positivo o fato de conhecerem melhor o curso de Ciências Farmacêuticas.

Os 52 alunos de graduação elogiaram bastante a feira. Disseram que foi uma experiência válida e marcante, uma oportunidade para aplicarem os conhecimentos científicos aprendidos na academia em benefício da comunidade. Pensando de forma semelhante, Somera et al. (2009) publicaram um artigo intitulado “A arte de orientar a aprendizagem: uma experiência no ensino de anatomia humana”. Neste trabalho, os autores discorrem sobre a didática educacional através dos conceitos, princípios e métodos de ensino-aprendizagem. Esses recursos didáticos são o museu de anatomia, feira de anatomia, laboratório de ensino por demonstração, estudos independentes realizados em bibliotecas, consultas à internet, preparação e apresentação de seminários, grupos de debates após as aulas, estudo de casos clínicos, confecção de material instrucional, confecção de mapa conceitual (desenhos, figuras demonstrativas, esquemas), gincanas, etc. Todas essas técnicas têm a finalidade de desenvolver na

universidade o princípio do aprender a aprender para ensinar.

Os três professores da UNIVASF que participaram da comissão científica avaliaram o evento como forma positiva, buscando uma adequação pedagógica às necessidades da atualidade, semelhante às observações de Fornaziero et al. (2010) quando afirmam que o primeiro passo para que o profissional da saúde inicie seu caminhar na área educacional é compreender a pedagogia de hoje, sendo necessária uma releitura reflexiva do ensino com o intuito de despertar a consciência sobre o que o planejamento pedagógico abrange, já que este não se restringe à imposição de ideias embasadas em conhecimento próprio, mas abrange um posicionamento de autoavaliação por parte do educador em relação ao exercício docente. O ensino da Morfologia, por sua vez, precisa ser repensado a fim de corresponder às expectativas deste novo contexto educacional.

A feira favoreceu a assimilação dos conteúdos da disciplina de Morfologia pela oportunidade da aplicação teórico-prática e a correlação dos conteúdos com as competências da vida profissional. Abriram-se os espaços na sociedade para o debate, para a educação popular e para a promoção da saúde, de forma a contribuir na qualidade de vida dos atores envolvidos. Isso contribuiu para aproximar a comunidade da academia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que essa feira cumpriu os seus objetivos, sendo importante para consolidação de conhecimentos da disciplina, pois levou os graduandos a uma postura ativa, buscando, pesquisando, planejando, e executando suas apresentações apenas com a supervisão do professor, com isso, criando um ambiente propício ao aprendizado de forma autônoma, interativa e criativa.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, M. L. S. et al. Feira de saúde do curso de medicina da UFRR: uma aproximação com a comunidade. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 34, n. 2, p. 310-314, 2010.

FORNAZIERO, C. C.; GORDAN, P. A.; CARVALHO, M. A. V.; ARAÚJO, J. C.; AQUINO, J. C. B. O ensino da anatomia: integração do corpo humano e meio ambiente. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 34, n. 2, p. 290-297, 2010.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Plano Nacional de Extensão (1999-2001)*. Brasília: SESU/MEC, 1999. Disponível em: <http://www.unifalmg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_3_avaliacao.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2013.

KRASILCHIK, M. *Prática de ensino de biologia*. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1996. p. 146-149.

MARRIOTT, L. K. et al. Let's get healthy! Health awareness through public participation in an education and research exhibit. **Prog. Community Health Partnersh**, v. 6, n. 3, p. 331-337, 2012.

SOMERA, E. A. S.; BATIGÁLIA, F.; SOMERA JÚNIOR, R. A arte de orientar a aprendizagem: uma experiência no ensino de anatomia humana. **Revista Avesso do Avesso**, Araçatuba, v. 7, n. 7, p. 8-12, 2009.

VALLINOTO, I. M. V. C.; NUNES, M. B. G.; MACHADO, A. S.; CAMPOS, E. D. F.; LIMA, R. M. Qualificando recursos humanos na área de anatomia através de metodologia extensionista. **Anais do II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congrext/Educa/educal63.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

COMO CITAR ESTE RELATO:

NASCIMENTO JÚNIOR, Braz José do; XAVIER, Mariana Rodrigues; PINHEIRO, Christiano Carvalho G. Morfofarma: feira de morfologia para promoção da saúde e consolidação de conhecimentos. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 41-46, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 22 mar. 2013.

Aceito em: 8 jul. 2013.

O letramento na sala de aula e a formação do professor

Kaline Jurema Jambeiro Rocha¹
Maria Tarciana de Almeida Barros²

¹ Mestranda em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Formação em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). rocha.kaline@yahoo.com

² Mestre em Psicologia Cognitiva pela UFPE. Professora Assistente da UNIVASF. tarcianaalmeida2@gmail.com

Agradecemos à UNIVASF por ter financiado o projeto de extensão.

RESUMO

Para um real engajamento em práticas sociais letradas, é preciso um nível mais refinado de compreensão e produção textual, o uso de habilidades cognitivas (incluindo metacognitivas) e uma mínima flexibilidade de uso da leitura e escrita. Entendendo o papel fundamental da escola como agência de Letramento, este artigo expõe a experiência de um projeto de extensão que se propôs a atuar como mecanismo de formação complementar de futuros professores de Ensino Fundamental, contribuindo para construção de novas estratégias de ensino-aprendizagem da linguagem escrita na sala de aula que privilegiem o alfabetizar letrando. Foram realizados 15 encontros que giraram em torno de temas centrais sobre a alfabetização e o letramento, abarcando sua teoria e prática. Entre eles, destacaram-se: Definição dos processos de alfabetização e letramento, A escola como agência de letramento, Desenvolvimento da linguagem escrita, Dificuldade de aprendizagem na leitura e escrita e o papel do professor, Gêneros textuais e Consciência metalinguística. Como resultados, foi possível preencher lacunas nas grades curriculares dos cursos de graduação, criar técnicas para o alfabetizar letrando (ênfatisando a relação entre teoria e prática), bem como estimular o olhar interdisciplinar acerca do fenômeno. Acreditamos que tal experiência fornece caminhos multiplicadores em outros cursos de formação de professores.

Palavras-chave: Letramento; Alfabetização; Formação de professores; Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

Literacy in classroom and teacher training

For a real engagement in literate social practices, it is necessary a more refined level of understanding and textual production, the use of cognitive skills (including metacognitive) and a minimal flexibility of use of reading and writing. Understanding the role of the school as an agency of literacy, this paper presents an experience of an extension project that proposed to act as a mechanism for further training of future teachers of elementary school, contributing to the construction of new teaching strategies and learning of written language in the classroom that favor the literacy. Fifteen meetings were conducted around the central themes of literacy processes and literacy, covering their theory and practice. Among these themes were: Definition of processes literacy and literacy, The school as an agency of literacy, Development of written language, Learning difficulties in reading and writing and teacher's role, Genres and Metalinguistic awareness. As a result, it was possible to fill gaps in the curriculum of undergraduate courses, creating techniques for literacy (emphasizing

the relationship between theory and practice), as well as stimulating the interdisciplinary about the phenomenon. We believe that this experience can provide multiplying paths in other training courses for teachers.

Keywords: Literacy; Beginning literacy; Teachers training; Learning-Teaching.

APRESENTAÇÃO

Serão apresentados resultados de um projeto de extensão envolvendo educadores, psicólogos e linguistas que se encontraram por estarem interessados no estudo da teoria e prática do letramento. Nos encontros, houve uma atualização de conhecimentos sobre a alfabetização, o letramento e o ensino-aprendizagem da escrita em diversas agências de letramento, entre elas a escola. Foi realizado neste projeto um curso intitulado “*Alfabetizar letrando*”, que aconteceu em encontros semanais, somando 15 encontros com duração de 4 horas cada, totalizando, ao longo de 4 meses, 60 horas.

Letramento é um conceito novo e fluido que envolve um conjunto de práticas sociais nas quais um indivíduo ou um grupo de indivíduos se engaja, sendo a escrita, enquanto construção sociocultural, parte integrante de tais práticas. A natureza das práticas sociais que fazem uso da linguagem escrita tem grandes características embasadas na maneira como a leitura e a escrita assumem determinados contextos culturais.

Discorrer sobre um conjunto de práticas sociais de uso da linguagem escrita de uma dada sociedade, assim como de grupos sociais que nela existam, levanta questões que dizem respeito ao modo e às condições de usufruir e participar de situações que são mediadas pela escrita. Tal preocupação constante foi mola propulsora da realização deste projeto de extensão com um grupo específico: professores em formação nos cursos de Pedagogia e Letras de faculdades da região.

Recentemente, com a nova Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996), o tema da formação de professores tem tido maior destaque, haja vista a deliberação de governos municipais, estaduais e federais de extinguir a formação do nível médio e a necessidade do nível superior para docência. Pinto, Gomes e Silva (2005) destacam o impacto dessa decisão na área de formação de professores, e dizem que há uma maior preocupação com questões que se desdobram por tais deliberações políticas, por exemplo: como dar conta dessa enorme demanda? De que modo trabalhar com todo o contingente atingido por essas novas deliberações, mantendo um padrão de qualidade na formação docente?

Os temas trabalhados no presente trabalho funcionaram como mecanismos auxiliares nesse processo de mudança, podendo servir de modelo para futuras experiências, levando em consideração a realidade do aluno, dos educadores e do contexto em que se encontram inseridos, trazendo discussões teóricas e práticas que estão de acordo com as novas diretrizes curriculares elaboradas no final da década de 1990 em que destacam a escola como uma das agências voltada para a vida, o trabalho e o exercício de cidadania de seus alunos (BRASIL, 1998).

Foi assumida uma enorme preocupação que, para Pinto, Gomes e Silva (2005), é de extrema relevância: a de posicionamentos e falas não exteriores às práticas que venham a ser vividas pelos estudantes da formação de professores. Nesse movimento, em que as experiências vividas por tais estudantes devem ser contextualizadas, mediante projeto de extensão, houve oportunidade dos participantes do curso reavaliarem os seus percursos de leitura, e com isso refletirem sobre o processo de compreensão, muitas vezes não refletidos e repassados de modo desvalorizado.

Existiu, deste modo, uma contribuição efetiva, significativa e inovadora para a educação, atingindo de maneira direta 104 futuros professores estudantes do Curso de Pedagogia ou Letras, bem como de modo indireto 23 escolas, entre elas públicas (estaduais e municipais) e privadas do município de Juazeiro e Petrolina, através dos professores em atuação destas escolas e os alunos que estiveram presentes junto às atividades práticas desenvolvidas pelos estudantes do curso de extensão em sua finalização.

CONSTRUINDO O CONHECIMENTO

Com o presente projeto, foi possível conhecer a realidade em que perpassam os cursos de formação de professores (UNEB e FFPP-UPE) das cidades de Petrolina e Juazeiro. Por meio da escuta, percebeu-se que uma grande demanda existia concernente à Alfabetização e Letramento. A seguir, serão descritas as atividades realizadas ao longo do curso.

1º. Encontro – Apresentação do curso e integração do grupo

Nesse encontro, foi apresentado o programa do curso a ser iniciado, com discussões sobre as possibilidades de inclusões de pontos/assuntos ligados ao tema, mas que não apareciam no programa. Na ocasião, foram inseridos os temas da dislexia e medicalização escolar, que não estavam no programa, mas por sua importância na atualidade e por tocar a temática da alfabetização foram trabalhados ao longo dos encontros.

Ainda nesse momento, foi possível especular um pouco sobre o que os participantes conheciam a respeito da alfabetização/letramento. Logo após, discutiu-se sobre o tema, com base em autoras renomadas que levantam a relação entre os dois fenômenos (SOARES, 2001; TFOUNI, 1995; KLEIMAN, 1995).

Também foram sondadas as expectativas, bem como foi realizado o contrato grupal.

2º. e 3º. Encontro – Desenvolvimento da linguagem escrita

O tema trabalhado foi o desenvolvimento da linguagem escrita e sua importância no contexto educacional do Vale do São Francisco. Para tanto, foi utilizado de material audiovisual, com discussão de situações reais vivenciadas pelos participantes diante desta temática, em que cada pessoa trouxe uma situação particular e esta pôde ser debatida em relação ao desenvolvimento da linguagem escrita com base em Ferreira (1993) e Rego (1994).

4°. e 5°. Encontros – Letramento

O foco do tema trabalhado em ambos os encontros foi o letramento, levando em consideração suas múltiplas agências, em especial a escola. Para a discussão e explanação das ideias, a turma foi dividida em grupos e foi utilizado material escrito para colocar pontos que auxiliassem no levantamento de argumento e contra-argumento quanto às diversas agências de letramento. O material escrito teve como base principal Soares (2001; 2003) e Kleiman (1995).

6°. Encontro – Alfabetização e letramento

Após apresentação e discussões individuais quanto ao letramento e à alfabetização, este encontro recaiu sobre ambos os fenômenos de modo complementar e sua relação com a formação de professores, levando os participantes a refletirem quanto ao envolvimento na educação, de modo prático, do alfabetizar letrando. O material escrito teve como base principal Soares (2008), Kleiman (1995) e Tfouni (1995).

7°. Encontro – Fechamento do módulo I

Neste encontro, foi realizada uma palestra de modo participativo, em que os estudantes puderam se colocar quanto às dúvidas, conteúdo e relações entre teoria e prática. A palestra versou sobre o diagnóstico a respeito da dificuldade de aprendizagem, a medicalização escolar e a prática docente, sendo proferida por uma professora da UNIVASF com renomado conhecimento sobre o tema. Ao final da atividade aconteceu a avaliação do Módulo I do curso. Esta foi realizada oralmente entre os presentes, sendo possível concluir que o mesmo foi satisfatório e atingiu seu objetivo, ponto este colocado por uma das participantes do curso: “Estou muito feliz de ter continuado este curso, porque aprendi aqui o que não vi na Universidade e nem no dia a dia da escola... espero ansiosa pela continuação da segunda parte do curso, para colocar em prática o que aprendi!” (sic).

8°. e 9°. Encontros – Gêneros textuais

Para o estudo do letramento e alfabetização são necessárias discussões no que se refere aos gêneros textuais. Nestes dois encontros, foi possível considerar o conhecimento dos participantes acerca dos gêneros textuais que circulam nas mais diversas agências de letramento, bem como aqueles que são e que podem ser utilizados na escola no processo de alfabetização e letramento. Estes encontros foram relevantes para as atividades práticas que aconteceram mais à frente, visto ser preciso conhecer alguns gêneros textuais que seriam trabalhados nas oficinas, bem como no trabalho prático realizado ao final do curso pelos estudantes. O material escrito teve como base principal Marchuschi (2003).

10°. e 11°. Encontros – Consciência metalinguística

Estes encontros tiveram, entre seus objetivos, discutir qual a relação entre a consciência metalinguística, em especial a fonológica e a metatextual, e a alfabetização e letramento na escola; apresentar novas ideias e novos conhecimentos sobre o letramento e alfabetização, diante dos métodos de ensino fônico e global; e levantar

questionamentos sobre a realidade do Vale do São Francisco e a presente temática.

Foram destacados pontos a serem debatidos quanto ao método fônico e global, o erro e os usos e funções dos textos no processo de ensino-aprendizagem na instituição escolar. Para tanto, a turma foi dividida em grupos, sendo disponibilizados materiais que possibilitassem reflexões sobre o que fazer diante da dicotomia retratada entre os dois métodos. Por exemplo, uma história infantil, com o objetivo de levar os participantes a levantarem hipóteses de como trabalhar com esse gênero textual no contexto escolar, de modo que ajude os estudantes a desenvolverem a habilidade metalinguística. O material escrito teve como base principal Capovilla e Capovilla (2009).

12°. Encontro – Oficina I

A partir deste encontro até o final do curso, deu-se seguimento às atividades práticas, a saber: quatro oficinas e um trabalho extrassala.

Este primeiro encontro foi dividido em duas partes: na primeira parte, aconteceu uma palestra com o objetivo de conhecer e esclarecer sobre as dificuldades de aprendizagem, de modo particular a dislexia, o papel do professor e as possíveis ações diante do cenário do Vale do São Francisco. A mesma foi proferida por uma professora da UNIVASF com renomado conhecimento sobre o tema.

Na segunda parte do encontro, foi desenvolvida a oficina sobre álbum de fotografias, em formato de linha do tempo, enquanto portador de texto, levantando as suas características, usos e funções pelos participantes, levando à generalização do conhecimento. Com esta oficina, foi possível demonstrar como promover o trabalho a respeito do conhecimento de si mesmo diante da sociedade, a gramática, a interpretação e a história de vida de cada um dos alunos. Diante da construção realizada, os alunos levantaram fatos marcantes em fotos ou desenhos criados, fazendo uma importante distinção entre o gênero álbum de fotografias e outros gêneros textuais.

13°. Encontro – Oficina II

Este encontro teve como objetivo conhecer e construir um gênero textual, considerando não apenas o que se quer retirar dele em termos estruturais e gramaticais, mas fazendo com que os alunos reflitam sobre os diferentes gêneros e suas características, seus usos e funções em meio social. Na Tabela 1, é possível verificar um guia quanto ao passo a passo das atividades desenvolvidas nesta oficina.

Atividades:
Momento 1:
Foi solicitada aos alunos a escrita de um conto humorístico infantil, de acordo com o que eles conheciam ser tal gênero, logo após foi realizada a leitura e análise das produções. Em seguida, houve discussões quanto aos principais elementos (características) do conto humorístico infantil, levando a uma distinção entre conto humorístico infantil e piada.

Tabela 1 – Oficina II: Construção e conhecimento do conto humorístico infantil.

<p>Atividades:</p> <p>Momento 2:</p> <p>Buscou-se exemplificar o conto humorístico para que a partir dele fossem trabalhados os seus elementos. A turma foi dividida em quatro equipes e cada uma recebeu um conto para que identificassem (por escrito e por desenhos) os seguintes elementos e suas características: tempo, espaço, personagens e narrador.</p> <p>Foi solicitado às equipes que indicassem qual é a sequência narrativa do texto, mediante perguntas como: Qual era a situação inicial da história? Onde e quando ela se passa? Quem eram os personagens? Qual o acontecimento que modificou a situação inicial? O que aconteceu a partir desse momento? Como foi resolvida a situação? Quais as consequências das ações narradas? Assim como foram requeridas informações quanto ao autor(a) do conto e, por fim, a reescrita da cena principal como se fosse contada pelos outros personagens do texto.</p> <p>Em seguida, foi solicitada a troca dos portadores do gênero por outros contos de humor, para levantar questões do tipo: qual a diferença entre o final desse texto e o do texto anterior?</p>

14º. Encontro – Oficina III

Este encontro buscou a continuação e finalização da atividade anterior, levando os participantes a realizarem uma autoanálise e discutirem sobre as possibilidades que existem no trabalho com gêneros textuais em sala de aula no que tange ao processo de alfabetização e letramento. No final do encontro, foi apresentada a atividade prática extrassala e entregue modelo de relatório da mesma, o qual foi entregue ao final do curso. Na tabela 2, encontra-se a oficina 3, contendo também o passo a passo quanto à avaliação das atividades propostas nas oficinas 2 e 3, bem como os pontos que foram discutidos quanto à produção da atividade prática a ser desenvolvida pelos alunos.

<p>Atividades:</p> <p>Momento 1:</p> <p>Em duplas, foi solicitado que os alunos produzissem um conto humorístico em formato do portador de texto livro, respondendo às questões abaixo para auxiliar. Ao final, este foi comparado com a produção inicial e gerou discussões quanto ao gênero.</p> <ul style="list-style-type: none">• Quem será o personagem principal? Quais as suas características (elas podem ser bem engraçadas)?• Porque seu conto será engraçado? Haverá uma situação engraçada já no meio do conto ou no final será engraçado e inesperado?• Onde ocorrerão os acontecimentos que envolverão o personagem principal acima criado e os outros que você inventará? E quando elas acontecerão?• Qual o acontecimento que modificará a situação inicial?
--

Tabela 2: Oficina III (Cont.) – Produção de novo conto humorístico.

<p>Atividades:</p> <ul style="list-style-type: none">• O que acontecerá a partir daí? Como o personagem principal e os outros reagirão?• Como será resolvida a situação?• Como terminará o conto? O que aconteceu no final?• O título será... (engraçado)? <p>Momento 2: Autoavaliação</p> <p>Foi solicitado que os alunos respondessem a um questionário com pontos quanto aos aspectos supramencionados referentes à produção solicitada acima para ser debatido em sala. Tais pontos foram os seguintes: Dei um título criativo ao meu texto?; Criei um texto engraçado, utilizando os recursos que trabalhamos para atingir o humor?; Meu texto ficou engraçado sem ofender as pessoas? (humor sem preconceito); Criei personagens em um determinado local e em um determinado tempo? Desenvolvi uma história observando as cinco partes importantes?; Ao criar essas partes, centrei-me na resolução de um problema ou criei vários outros?; Todos os elementos que escrevi são importantes para o meu conto ou inseri detalhes que não interessavam muito para a história?; Observei a pontuação no texto, considerando o uso dos sinais trabalhados em sala de aula?; Organizei os parágrafos adequadamente?; Repeti muitas palavras?; Observei a ortografia?</p> <p>Momento 3: Apresentação da atividade prática</p> <p>Este foi o momento de explicitar o trabalho prático extrassala e tirar dúvidas. Pontos importantes como: informações sobre as datas de recebimento dos relatórios das atividades práticas, entrega e discussões do modelo de relatório que será desenvolvido pelos alunos guiaram este momento.</p>

15º. Encontro – Oficina IV e finalização

Neste encontro, deu-se a finalização das oficinas e de todas as atividades do projeto. As atividades realizadas neste encontro estão relatadas na Tabela 3.

Tabela 3: Oficina IV – Produção de carta de avaliação do curso.

<p>Atividades:</p> <p>Momento 1:</p> <p>Foi entregue um envelope a cada um dos alunos e uma folha de papel, sendo solicitada a escrita de uma carta para os facilitadores do grupo na qual fossem levantados os pontos positivos e negativos de toda a experiência do curso pela perspectiva do participante. Por meio deste gênero textual, aconteceram as avaliações do curso ministrado. Em seguida, foram recebidos os relatórios das atividades práticas realizadas pelos alunos e discutidos oralmente e em grupo os pontos positivos e negativos relevantes quanto ao curso.</p>

MULTIPLICANDO O CONHECIMENTO

As atividades realizadas em conjunto com os futuros professores ao longo do curso foram multiplicadas pelos participantes durante a realização da prática extrassala, na qual contaram com 20h e puderam escolher um contexto no qual intervieram replicando as atividades desenvolvidas nos encontros ou mesmo criando novas atividades baseadas nos temas estudados pelo grupo. A multiplicação dos conhecimentos adquiridos se fez valer em diferentes contextos em que os estudantes universitários estão inseridos, como dentro da própria universidade, projetos de pesquisas diversos, bem como monografias dos próprios participantes envolvendo 23 instituições.

Ao final do curso, houve um rico momento de compartilhamento das experiências de cada participante enquanto multiplicador do conhecimento adquirido, no qual se pode também avaliar a experiência do curso de extensão como um todo.

AVALIANDO A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR

No último encontro do curso, foi pedido aos estudantes que redigissem uma carta para a facilitadora do grupo, na qual avaliassem os encontros em seus aspectos positivos, bem como negativos. Tais cartas foram analisadas e observou-se, em quase todas as produções, que foram alcançados resultados positivos. Outro instrumento de avaliação consistiu no relatório final realizado pelos alunos a respeito da atividade prática, no qual os mesmos também avaliavam o curso como um todo. Para melhor analisar os resultados obtidos, estes estarão divididos nas categorias a seguir, sendo estas acompanhadas por exemplos de falas dos próprios participantes do curso.

- Lacunas nas grades curriculares dos cursos de graduação

Observa-se na fala dos participantes que houve uma contribuição quanto à grande lacuna existente, em especial, no curso de graduação (o que se reflete no contexto escolar) no que diz respeito à compreensão da alfabetização. Na maioria das vezes, a mesma ainda é tratada apenas como tecnologia da escrita. Um grande avanço observado se deveu ao fato de se considerar os processos de alfabetização e letramento agora como complementares.

“O curso trouxe conhecimentos que eu não tinha adquirido ainda na Universidade”.

“O curso Alfabetização e Letramento trouxe o conhecimento concreto ao que antes na Universidade era apenas algo que só ouvíamos falar”.

- Criação de técnicas para alfabetizar letrando: relação entre teoria e prática

Outro ponto relevante deveu-se às técnicas de ensino que foram compartilhadas entre o grupo, merecendo comentários positivos sobre os conhecimentos adquiridos no curso. A experimentação dessas técnicas, bem como a criação de outras novas (as quais tiveram como base o incremento do suporte teórico dos alunos) surgiu como algo de extrema importância. Como o trabalho foi baseado sempre em grandes nomes da educação, alfabetização e letramento, foi possível a apropriação de conhecimento teórico-prático e interdisciplinar na área.

“A partir dos conhecimentos teóricos aqui adquirido, o encontro na escola, as experiências evidenciadas foram marcantes para minha vida profissional”(sic).

“Foi de profunda relevância pra mim, trazendo-me ricos conhecimentos que com certeza produzirá frutos adocicados na minha prática de ensino em sala de aula, já que tivemos aulas teóricas e oficinas” (sic).

- Criação de equipe interdisciplinar de referência na temática

Outra grande necessidade atendida pelo projeto foi quanto à formação de equipe de referência interdisciplinar e interinstitucional sobre a prática em alfabetizar letrando. Os formadores e participantes presentes no curso puderam trabalhar em equipe com os seus vários olhares voltados à alfabetização e ao letramento, favorecendo o contato e a permuta de conhecimentos entre as diversas universidades, bem como os diversos cursos (Psicologia, Letras, Pedagogia, História e Geografia) e alunos envolvidos na formação de professores.

“Hoje sei que o trabalho feito por profissionais de diferentes cursos (áreas) me deixa mais segura para ir à sala de aula e trabalhar com meus alunos, respeitando o conhecimento de todos os profissionais e somando o conhecimento de cada aluno”.

“Foi um trabalho proveitoso, decente e bastante necessário para os professores não só de linguagem portuguesa como das demais disciplinas”.

CONCLUSÕES

Por meio deste projeto de extensão, foi possível refletir sobre questões que se encontram emaranhadas no contexto escolar/educacional, no que se refere à alfabetização e ao letramento, assim como sobre o papel dos educadores frente a tal situação. Diante da realização do curso *Alfabetizar letrando*, foi possível observar que, mesmo mediante as facilidades no acesso ao conhecimento do tema, do conteúdo teórico, do planejamento das atividades a serem realizadas e da motivação demonstrada pela equipe, alguns entraves ainda pairam sobre o cenário da educação a respeito de tal temática.

O principal deles é a falta de conhecimento sobre o assunto que surpreendentemente ainda persiste se analisarmos a graduação do professor, o que constitui uma grande dificuldade, visto que o processo de ensino-aprendizagem efetivo da linguagem escrita ao aluno depende inegavelmente da formação teórico-prática do professor.

Porém, os objetivos e metas traçados pelo projeto foram amplamente atendidos, pois foi possível, de maneira satisfatória, atuar: 1) como mecanismo de formação complementar de futuros professores na temática do letramento na sala de aula; 2) como contexto para criação de novas estratégias de ensino da linguagem escrita, sob o enfoque da alfabetização e do letramento durante a execução deste projeto de extensão, sendo tais inovações tão urgentes na educação. É preciso, contudo, destacar que um curso de extensão funciona apenas como mecanismo de formação complementar e pontual, sendo necessário implementar definitivamente a formação permanente do professor como estratégia de desenvolvimento da educação brasileira.

Acreditamos que o modelo de intervenção compartilhado nessa experiência possa apenas ajudar nesse grande desafio, principalmente no que se refere aos pontos positivos apontados pelos próprios futuros professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. V. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. A consciência fonológica e sua importância para a aquisição da linguagem escrita. In: MOTA, M. (Org.). **Desenvolvimento metalinguístico: questões contemporâneas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1993.

KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

_____. Ação e mudança na sala de aula: uma pesquisa sobre letramento e interação. In: ROJO, R. (Org.). **Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

_____. Avaliando a compreensão: letramento e discursividade nos testes de leitura. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. São Paulo: Global, 2003.

KLEIMAN, A. B.; MATÊNCIO, M. de L. M. (Org.). **Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

PINTO, A. L. G.; GOMES, G. G.; SILVA, L. C. B. Percursos do letramento dos professores: narrativas em foco. In: KLEIMAN, A. B.; MATÊNCIO, M. de L. M. (Org.). **Letramento e formação do professor: práticas discursivas, representações e construção do saber**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

REGO, L. L. B. A alfabetização numa perspectiva construtivista. In: BUARQUE, L. L.; REGO, L. L. B. (Org.). **Alfabetização e construtivismo: teoria e prática**. Recife: Editora Universitária, 1994.

SOARES, M. **Letramento no Brasil: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. São Paulo: Global, 2003.

_____. As muitas facetas da alfabetização. In: SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2008.

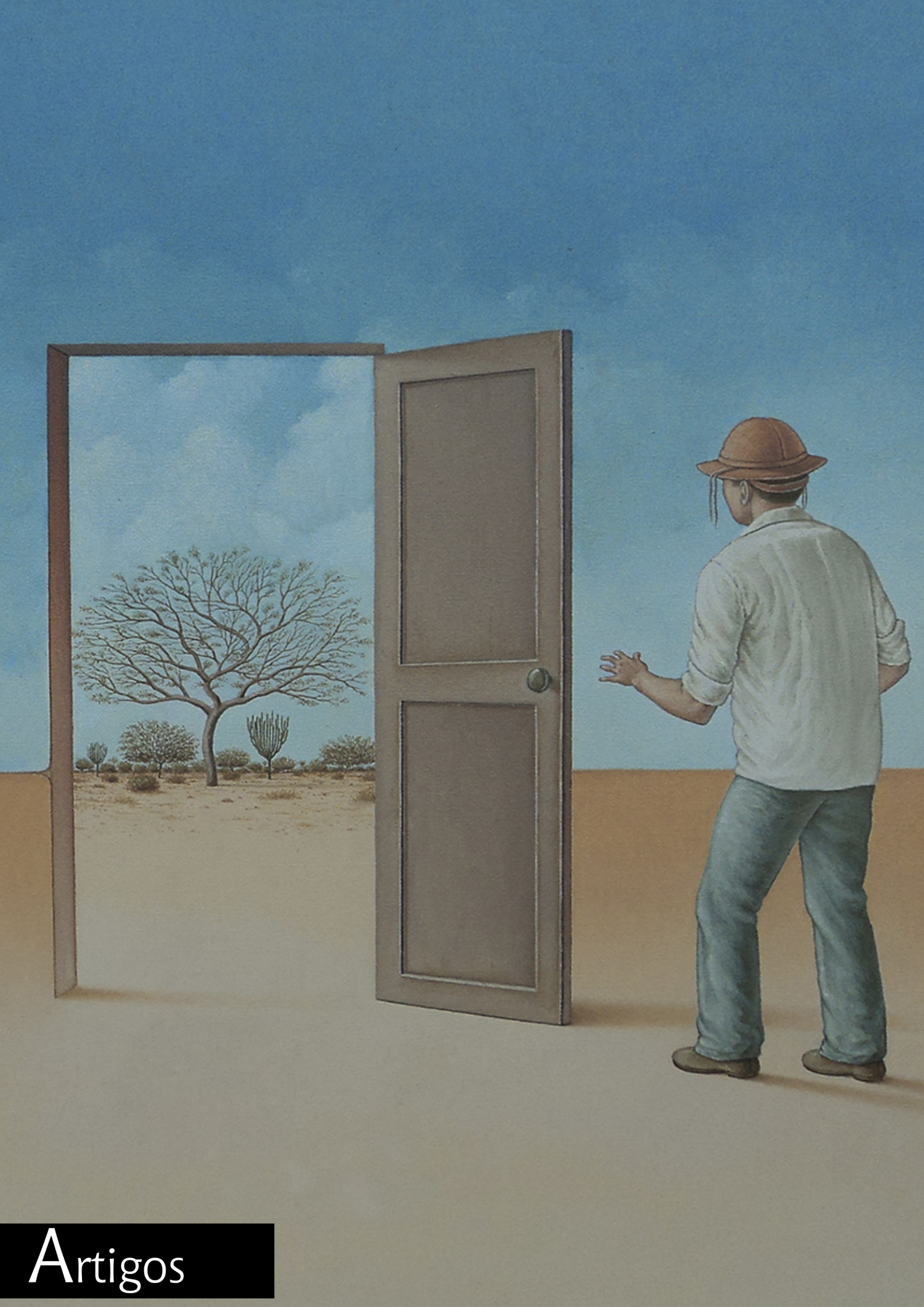
TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

COMO CITAR ESTE RELATO:

ROCHA, Kaline Jurema Jambeiro; BARROS, Maria Tarciana de Almeida. O letramento na sala de aula e a formação do professor. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 47-57, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 21 maio 2013.

Aceito em: 15 jul. 2013.



Aprendendo matemática no Projeto “Visitas” da UFMG: uma experiência de sucesso

Jorge Sabatucci¹
Aniura Milanés²

¹ Mestre em Matemática pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da UFMG. jorge@mat.ufmg.br

Agradecemos à Pró-reitoria de Extensão da UFMG por ter financiado o projeto de extensão de que trata este artigo.

Dedicamos o artigo aos monitores do Projeto Visitas, sem os quais nada do que escrevemos aqui teria sido possível.

RESUMO

Neste trabalho fazemos um relato das atividades desenvolvidas pelo Projeto Visitas, sediado no Departamento de Matemática da UFMG. O seu objetivo principal é mostrar como ensinar Matemática através de atividades criativas, prazerosas e desafiantes. A equipe do projeto atende visitas de alunos de Ensino Fundamental e Médio. O projeto também promove e organiza oficinas para professores da Escola Básica e palestras e minicursos para um público mais geral.

Palavras-chave: Jogos matemáticos; Educação básica; Jogos educativos; Formação continuada de professores.

Learning mathematics in the project “Visits” of UFMG: description of a successful experience

ABSTRACT

In this paper we describe the activities developed by the Project Visits, based at the Department of Mathematics at UFMG. Its main goal is to show how to teach Mathematics through creative, enjoyable and challenging activities. The project team receives visits of students from elementary and high school. The project also promotes and organizes workshops for teachers of Primary School and lectures and short courses for a more general audience.

Keywords: Mathematical games; Basic education; Educational games; Continuing education courses.

² Doutora em Matemática pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Professora da UFMG. aniura@mat.ufmg.br

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

A Matemática é apresentada com frequência como algo difícil e inacessível à maioria das pessoas. Na escola, essa concepção tem grande influência sobre os alunos e alunas que, muitas vezes, se julgam incapazes de aprendê-la. De fato, a percepção que os estudantes têm da matemática é muito influenciada pela forma em que esta lhes é apresentada.

O grande matemático húngaro G. Pólya, no seu livro *A arte de resolver problemas*, discute estratégias de ensino da matemática através da descoberta na resolução de problemas, da Heurística. No prefácio do livro (PÓLYA, 1986, p. VI), ele faz as seguintes reflexões:

O espaço dedicado pelos jornais e revistas populares a palavras cruzadas e a outros enigmas parece revelar que as pessoas passam algum tempo resolvendo problemas sem aplicação prática.

[...] A matemática, apresentada da maneira euclidiana, revela-se uma ciência dedutiva, sistemática, mas a Matemática em desenvolvimento apresenta-se como uma ciência indutiva, experimental. Ambos os aspectos são tão antigos quanto a própria ciência. Mas o segundo aspecto é novo sob um certo ponto de vista: a Matemática *in statu nascendi*, no processo de ser inventada, jamais foi apresentada exatamente desta maneira aos estudantes, aos professores ou ao grande público.

A utilização de jogos, enigmas matemáticos e materiais concretos no ensino é uma tentativa de introduzir a Matemática explorando o que ela tem de ciência indutiva e experimental, na medida em que é uma forma dinâmica de abordagem de tópicos da Matemática que agradam e entusiasмам os participantes.

Na realização das atividades, é fundamental incentivar os alunos na discussão das estratégias empregadas, observação de regularidades, formulação de conjecturas e a socialização de cada uma das etapas vivenciadas. Isto propicia a generalização de propriedades que eles experimentaram em alguns casos particulares. Outro aspecto importante na utilização de jogos no ensino de matemática são as habilidades que eles desenvolvem, como por exemplo: a concentração, atenção, organização e o raciocínio dedutivo, sendo estas indispensáveis para o aprendizado em Matemática. A utilização de materiais concretos permite abordar tópicos de Matemática em diferentes níveis, possibilitando, assim, definir o momento adequado para possíveis aprofundamentos e aplicações.

No final de 1997, ainda de forma experimental, foram organizadas atividades para turmas de alunos do ensino médio, no Departamento de Matemática, com o intuito de divulgar as atividades do Departamento de Matemática da UFMG. Esse projeto passou a ser ofertado regularmente sob o título “Visitas Programadas de Alunos e Professores de Matemática do Ensino Médio ao Departamento de Matemática” a partir de 1998, em virtude da sua grande aceitação. Também a partir desse momento, o projeto começou a receber financiamento da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG pela concessão de bolsas a monitores, alunos da graduação em Matemática. A oferta regular do projeto tem gerado uma demanda sempre crescente e diversificada, o que estimula a ampliação do público alvo. Diversas atividades têm sido incorporadas às “Visitas”, dentre as quais a principal é a utilização de jogos e materiais concretos que envolvem

conceitos matemáticos. Tais materiais são produzidos pelos alunos do curso de Matemática sob a orientação de professores do Departamento de Matemática, e as atividades são executadas pelos monitores sob a orientação da coordenação. Essas atividades visam despertar o interesse dos visitantes pela Matemática, que é apresentada de forma alternativa àquela geralmente utilizada em sala de aula. Além disso, os professores acompanhantes das turmas de alunos são estimulados a reproduzir os jogos e os materiais utilizados nas “Visitas” e a incorporá-los à sua prática pedagógica.

Neste artigo, apresentamos um relato sobre o conteúdo do projeto. Começaremos fazendo uma revisão da literatura sobre jogos matemáticos e sobre jogos no ensino da matemática. Discutiremos, a seguir, as atividades desenvolvidas durante o ano 2012, e finalmente apresentaremos alguns dos planos que temos para um futuro próximo.

OS JOGOS NO ENSINO DE MATEMÁTICA

Não há dúvidas de que é possível aprender com jogos. De fato, a efetividade de se aprender por meio da diversão provida pelos jogos é o tema central de muitas pesquisas. Os jogos estimulam comportamentos em seus jogadores que são favoráveis para o aprendizado, como por exemplo a persistência, a atenção aos detalhes e a capacidade para resolução de problemas.

Vários autores da área da educação matemática como Albuquerque (1958), Grando (1995) e Yuste; Sallán (1988), por exemplo, apontam os jogos matemáticos como meios para atingir diferentes objetivos do ensino. Alguns deles são:

- introduzir os alunos nos procedimentos utilizados em Matemática;
- aprender e aplicar formas heurísticas de raciocínio, úteis na resolução de problemas;
- desenvolver a memória e a estimativa de cálculo mental;
- auxiliar na elaboração e compreensão da linguagem matemática e de sua estrutura lógica;
- proporcionar um nível de instrução equivalente a todos os alunos, ou seja, de modo que todos os alunos participem ativamente do jogo enquanto jogadores, sem que se produza uma situação de desigualdade.

Grando (1995) também observa que muitos destes objetivos não necessitam do elemento jogo para serem processados; entretanto, a inserção deles no contexto escolar faz com que tais objetivos sejam atingidos de uma forma lúdica, desafiadora e mais motivante para os alunos.

O objetivo do Projeto Visitas é precisamente mostrar essa possibilidade a alunos e professores da Escola Básica, aplicando diferentes tipos de jogos relacionados com diversos conteúdos.

Na elaboração e adaptação de atividades e jogos matemáticos para o uso nas visitas do projeto, têm sido e são utilizadas várias fontes. A maioria delas são livros de atividades matemáticas como Bolt (1991), ou de matemática recreacional, como, por exemplo Kordemsky (1992) e Gardner (1991).

Uma outra fonte não menos importante é a própria internet. De fato, há vários sítios *web* dedicados à divulgação da matemática que trazem atividades e jogos. Talvez a mais completa dessas referências seja Bogomolny (2013). Essa página *web* tem recebido inúmeros prêmios de diversas instituições relacionadas com a educação e a divulgação da matemática e com o uso da tecnologia para atingir esses objetivos.

AS VISITAS

A principal atividade do projeto é, sem dúvida, o atendimento às turmas de alunos cujo nível de escolaridade varia do quarto ano do ensino fundamental até o último ano do ensino médio. Recebem-se, também, no horário noturno, visitas de alunos da EJA - Educação de Jovens e Adultos. Os monitores do projeto organizam os agendamentos das visitas, que são feitos por via telefônica por um professor responsável pela turma. As visitas acontecem na sala 3057 no prédio do Instituto de Ciências Exatas (ICEX), atualmente a sala da Videoteca do Departamento de Matemática da UFMG.

Durante o ano de 2012, foram atendidos, nesse projeto, 4092 alunos da escola básica, provenientes de 266 escolas, sendo 70% delas escolas públicas.

Os alunos fazem as visitas acompanhados por um ou mais professores responsáveis. Essas visitas têm duração entre duas horas e duas horas e meia, e nelas os monitores do projeto trabalham com os alunos diferentes jogos e atividades. O objetivo é estimular o raciocínio matemático, de forma que, depois de cada atividade, procure-se também descobrir sua fundamentação matemática, explorar e socializar diferentes estratégias ou soluções caso existam.

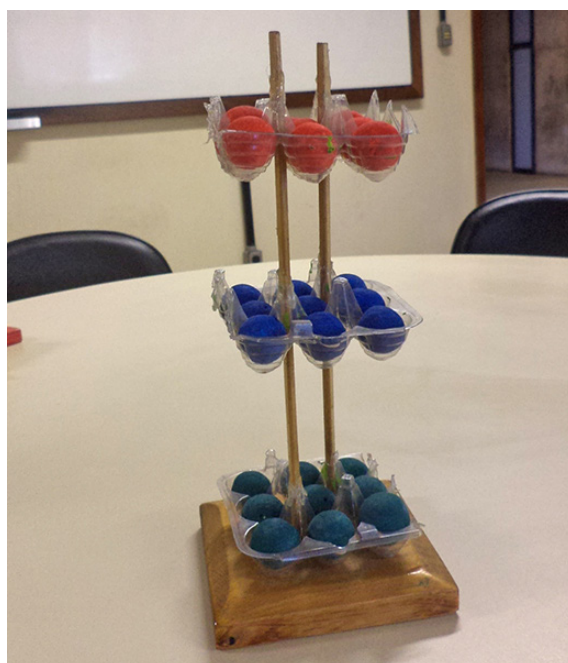
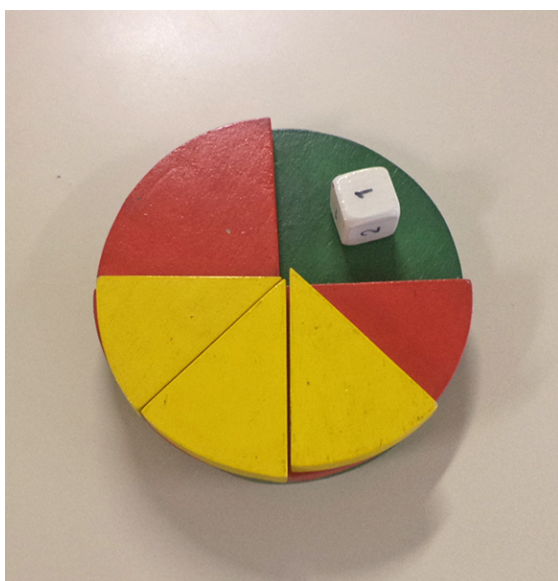


Figura 1: Alguns materiais usados nos jogos.

As atividades e jogos que são utilizados nas visitas e oficinas têm origens diversas. Alguns têm sido elaborados por professores coordenadores do projeto, seja como criação própria ou adaptando atividades de livros de problemas matemáticos ou de divulgação. Outras têm sido confeccionadas por monitores, sob a orientação de um professor.

Os três jogos aplicados com mais frequência no ano de 2012 foram, por ordem, o jogo das faces, o jogo dos palitos e o jogo da corrente, descritos a seguir.

Jogo das faces

Para o jogo dispõe-se de cinco discos iguais com as duas faces de cores diferentes, por exemplo, amarelo e vermelho. Jogam pelo menos duas pessoas, e uma delas deve responder a “adivinhação”. Nas visitas, quem “adivinha” é um monitor, enquanto um grupo de alunos observa.

De posse dos cinco discos, o monitor (que vai adivinhar) pede aos alunos que os disponham sobre a mesa, deixando tantas faces amarelas e vermelhas voltadas para cima quantas desejarem. Nesse momento, o monitor dá a volta de costas para a mesa e, sem ver o que está ocorrendo, pede que algum dos alunos vire qualquer um dos discos. Isso se repete por mais quatro vezes, até que tenham sido virados cinco discos.

A seguir, o monitor pede a um dos alunos que esconda um dos discos e que memorize a cor da face superior deste. Finalmente, observando as cores das faces superiores dos discos restantes, o monitor acerta a cor da face escondida.

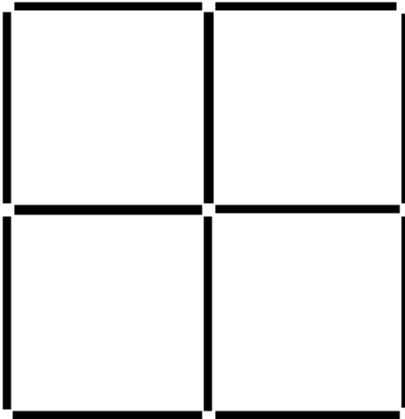
Os alunos ficam muito entusiasmados nesse jogo, pois a primeira impressão que se tem é que o monitor acertou a face sem informação nenhuma sobre sua cor. No entanto, o que ocorre é bastante simples. A paridade da quantidade de discos de cada cor muda depois das cinco viradas. Por exemplo, se inicialmente havia três discos amarelos, depois de serem virados cinco discos, poderá haver ou nenhum ou dois ou quatro discos amarelos, ou seja, uma quantidade par. Quando o aluno escolhe um disco, o que o monitor faz é verificar se a quantidade de discos amarelos sobre a mesa é par ou ímpar. Se for par, o disco que falta é vermelho; caso contrário, será amarelo.

Esse jogo foi adaptado por membros da equipe a partir de um outro proposto pelo afamado autor de livros de divulgação e jogos matemáticos Martin Gardner (1991). Uma cartilha que descreve e analisa esse jogo encontra-se disponível na biblioteca do Laboratório de Ensino da Matemática, mantido pelo Departamento de Matemática da UFMG.

Jogo dos palitos

Jogos com palitos de forma geral, são enigmas matemáticos nos quais certo número de palitos iguais são dispostos na forma de quadrados, retângulos, triângulos ou outras figuras geométricas. Tipicamente formulam-se questões do seguinte tipo: mova (ou retire) certo número n de palitos até obter m quadrados (ou triângulos, ou retângulos por exemplo). No jogo dos palitos aplicado nas visitas, distribuem-se primeiro 12 palitos de madeira para cada grupo.

Com os palitos, os alunos devem formar a seguinte figura inicial.



Depois disso, a pessoa que está aplicando a atividade dá as seguintes instruções:

1. tirar 1 palito para formar 3 quadrados;
2. tirar 2 palitos para formar 2 quadrados;
3. mover 4 palitos para formar 3 quadrados;
4. mover 3 palitos para formar 3 quadrados;
5. mover 2 palitos para formar 7 quadrados.

Os alunos costumam assumir esses desafios com bastante entusiasmo. Nessa atividade, apropriada a todos os níveis de ensino, é possível exercitar a agili-

dade mental e visualização geométrica no plano.

Figura 2: Palitos

Jogo da corrente

Nesse jogo há vinte casas, que seriam os elos da corrente. Dois jogadores que possuem fichas de cores diferentes, por exemplo, azuis e vermelhas, devem dispô-las no lugar dos elos. As fichas devem ser colocadas consecutivamente, ou seja, não podem ficar elos vazios, e os jogadores alternam a vez de jogar. De cada vez o jogador pode colocar uma ou duas fichas, e ganha quem puser uma ficha no último elo da corrente.

Figura 3: Jogo da Corrente



Os visitantes gostam bastante do jogo, porque ele tem regras simples e dá a impressão de que não é tão difícil ganhar. De fato, quem joga primeiro sempre ganhará, desde que utilize a estratégia correta. Se esse jogador começar colocando duas fichas, sobrarão 18 casas para serem completadas. Ele, então, deve continuar jogando de forma a colocar fichas que somem 3 com as fichas que o outro jogador colocou, ou seja, se o segundo jogador colocar uma ficha, o primeiro jogador coloca duas, e vice-versa.

Dessa forma é garantido que a última jogada do segundo jogador ocorrerá quando exatamente 17 elos estiverem ocupados e, então, o primeiro jogador com certeza ganhará.

Este é um jogo bastante versátil, pois pode ser utilizado com alunos de qualquer nível de ensino. Para investigar a estratégia para ganhar o jogo, é possível abordar assuntos como divisibilidade de números e progressões aritméticas.

AS OFICINAS

O projeto também oferece oficinas de jogos matemáticos. No ano de 2012, foram oferecidas gratuitamente quatro dessas oficinas, tendo sido as inscrições realizadas pela internet. Acreditamos que as oficinas estão contribuindo para cobrir uma demanda dos professores do ensino básico por recursos e ferramentas atrativas que possam enriquecer as aulas de matemática. Em todas elas, mais de 70% dos inscritos foram professores e deles, mais de 70% atuantes em escolas públicas. A tabela abaixo mostra as datas e os conteúdos das oficinas que aconteceram em 2012.

Tabela 1: Oficinas realizadas em 2012.

Data	Conteúdos trabalhados
19/05/2012	1 - Apresentação do projeto 2 - Soma Mágica (Generalização) 3 - Descobrimo o algarismo escondido 4 - Área com 12 palitos
16/06/2012	1 - Dinâmica de apresentação 2 - Jogo das Faces (Generalização) 3 - Multiplicação usando linhas 4 - Tiras de Neper 5 - Triângulo Mágico 6 - Jogo das Caixas
01/09/2012	1 - Jogo do "Hacker" 2 - Jogo do Braille 3 - Corrida Numérica 4 - Quadrado Mágico X Jogo da Velha 5 - Desafio das 100 moedas 6 - Desafio dos quatro quadrados 7 - Desafio da soma das faces do cubo
10/11/2012	1 - Problemas com Palitos 2 - Problema com Galinhas e Coelhos 3 - Jogo do Tira 4 - Jogo das Cartelas (Base 2) 5 - Jogo dos Bodes

Nas oficinas procura-se sempre que os participantes realizem e compreendam bem todas as atividades e jogos para que possam aplicá-los em suas salas de aula.

Além dessas oficinas para o público geral, têm sido oferecidas oficinas mais específicas. Em 2012, foi realizada uma Oficina de Jogos Matemáticos em parceria com as escolas do Projeto Jovens de Futuro, do Instituto Unibanco. Em 2013 foi oferecida uma oficina de materiais geométricos para professores participantes de um curso de formação continuada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Congonhas.

OUTRAS ATIVIDADES

Além das visitas e as oficinas, o projeto organiza ciclos de palestras, conferências e minicursos para tratar temas de interesse para alunos do curso de Matemática e também de outros cursos da área de ciências exatas. As palestras realizadas em 2012 são brevemente relatadas a seguir na ordem cronológica.

Palestra “Redefinindo o jogo das faces”

Nesta palestra, foi apresentada uma generalização do jogo das faces descrito acima, para o caso em que, no lugar de discos de duas cores, se tem corpos geométricos iguais com faces coloridas. Ela foi ministrada por Lucas Henrique Rocha de Souza, aluno do curso de Matemática que, após refletir sobre o jogo original, conseguiu desenhar uma estratégia que lhe permitisse estendê-lo ao caso de mais faces.

Minicurso de Geogebra

O Geogebra é um software gratuito de geometria dinâmica que teve um desenvolvimento muito rápido e uma grande aceitação desde seu lançamento em 2001. Ele é direcionado tanto para alunos quanto para professores, que podem utilizá-lo na elaboração de atividades para auxiliá-los na visualização de resultados importantes de geometria plana durante as aulas.

O Geogebra conta com uma grande comunidade de usuários de diferentes países e colaboradores que podem disponibilizar apresentações, jogos e atividades feitos com o software, numa página *web* que constitui seu repositório oficial: o GeoGebraTube. Existem versões disponíveis em mais de 50 línguas.

O professor Paulo Antônio Fonseca Machado, do Departamento de Matemática da UFMG, tem bastante experiência no trabalho com Geogebra e, em setembro do ano passado, ministrou um minicurso de dois dias, no qual apresentou o programa e explicou as suas principais ferramentas e possibilidades.

Minicurso sobre “Uso de recursos online: GeogebraTube e Google Docs”

Neste minicurso, o aluno Brian Diniz Amorim, da Licenciatura em Matemática, fez uma introdução aos recursos de compartilhamento do Geogebra, através do GeogebraTube, e aos recursos de edição, compartilhamento, incorporação e formulários do Google Drive, uma conhecida ferramenta da Google muito útil para trabalhar na edição coletiva de documentos.

Minicurso sobre LaTeX

LaTeX é um conjunto de macros para o processador de textos TeX, utilizado amplamente para a produção de textos matemáticos e científicos devido à sua alta qualidade tipográfica. Esse editor permite produzir textos de aparência realmente profissional e de fato, hoje em dia, todos os livros, dissertações, teses e demais trabalhos científicos sobre temas matemáticos são escritos com seu uso. Ele é, portanto, uma ferramenta muito útil para graduandos e graduados do curso de Matemática.

Em novembro de 2012, Fabio Brochero, professor do Departamento de Matemática, ofereceu um minicurso de três dias sobre LaTeX no qual explicou desde a instalação do processador até temas mais complexos, como a criação de gráficos com o pacote TikZ.

É importante salientar que todas essas palestras foram gravadas e atualmente fazem parte do acervo digital da Videoteca do projeto.

As visitas, oficinas e eventos organizados pelo projeto são divulgadas por diferentes vias, conforme se explica a seguir:

- Foi criada uma lista de divulgação com os endereços eletrônicos de professores que trouxeram turmas para o projeto nos anos de 2009, 2010, 2011 e ao longo de 2012/2013; secretarias de educação na região metropolitana de Belo Horizonte (subordinadas às Prefeituras e ao Estado); alunos do curso de Matemática; professores participantes do PAPMEM/IMPA-UFMG³ em 2011 e 2012 e participantes dos eventos anteriores.
- Todos os eventos do projeto tinham um cartaz de divulgação que era enviado para estes e-mails cadastrados. Também era informado o início dos agendamentos.
- Foi feito um resumo do projeto, que foi divulgado em sua página *web* e nos materiais enviados para os participantes de eventos do projeto.
- Foram produzidos cartazes de divulgação dos eventos do projeto, tendo sido afixados no ICEx e na Faculdade de Educação (FaE), na UFMG.
- Os eventos do projeto foram, todos, divulgados na página do ICEx e, eventualmente, na página principal da UFMG.
- Dois monitores participaram no programa de rádio Universo Fantástico, da rádio Inconfidência, para divulgar as ações do Projeto.
- Os monitores do projeto participaram da Semana de Extensão, organizada pela Pró-reitoria de Extensão da UFMG, no período de 15 a 19 de outubro de 2012.

³ Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Matemática do Ensino Médio. Esse programa é oferecido pelo Departamento de Matemática da UFMG em parceria com o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e visa oferecer uma capacitação gratuita para professores de Matemática do Ensino Médio do Estado de Minas Gerais.

CONCLUSÕES

Acreditamos muito no trabalho que estamos fazendo. Pensamos que é uma maneira de incentivar os alunos a aprenderem matemática, a pensar de outra maneira sobre o que a matemática é e também de apoiar o trabalho dos professores na escola básica.

Sabemos, no entanto, que sempre há coisas que não saem como esperado e pontos que devem ser melhorados. Por isso, pedimos a alunos, professores e monitores que avaliem diferentes aspectos depois de cada visita pelo preenchimento de formulários onde ficam registradas estas observações. Os participantes das oficinas e demais atividades também têm a oportunidade de avaliar nosso trabalho.

Temos recebido muitos comentários favoráveis ao trabalho no projeto e também muitas sugestões sobre conteúdos a serem trabalhados que pretendemos levar em conta no futuro. Também têm sido feitas algumas críticas e sugestões sobre alguns aspectos, alguns dos quais discutimos a seguir.

- *Uma apostila para professores com jogos*

Achamos que seria muito útil para os professores ter disponível bastante material escrito e, de fato, pretendemos reorganizar e publicar o material que é utilizado nas visitas e oficinas de forma que este possa ser utilizado por mais professores e alunos. Contudo, esse trabalho deve ser feito com muito cuidado e rigor, e ainda deve demorar um pouco.

- *Ampliar a divulgação*

A divulgação, com certeza, deve ser melhorada, e achamos que isso deve acontecer assim que concluirmos a reformulação que estamos fazendo da nossa página na internet. Entretanto, temos que tomar cuidado para não ficar muito sobrecarregados, pois temos algumas limitações de espaço e de tempo disponível para trabalhar.

- *Aumentar o espaço físico do Laboratório*

Atualmente as visitas acontecem numa sala que acaba sendo às vezes muito pequena para satisfazer a muitas turmas. Esperamos que, no futuro, possamos contar com uma sala maior, mas isso vai depender de mudanças estruturais que deverão ocorrer no prédio do ICEX.

Além das observações acima, temos algumas ideias que acreditamos que darão um aporte significativo ao projeto.

Pretendemos implementar alguns jogos digitais, o que, por um lado, vai aumentar a quantidade de pessoas que têm acesso às atividades e por outro pode ampliar as possibilidades das mesmas. Isto também contribuiria para o crescimento da visibilidade do projeto, pois muitas das atividades ficariam ao alcance de todos os usuários da internet.

Insistiremos, também, em buscar fontes de financiamento que nos permitam implementar visitas itinerantes nas escolas, além de repor o nosso material de consumo e comprar novos livros.

Para finalizar, vale destacar que o projeto é permanentemente renovado pela constante procura e elaboração de atividades e jogos, assim como o aprimoramento dos que fazem parte do nosso acervo atual, o que é uma tarefa vital compartilhada pelos professores e monitores.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, I. de. **Jogos e recreações matemáticas**. Rio de Janeiro: Conquista, 1958.

BOGOMOLNY, A. **Interactive Mathematics miscellany and puzzles**. Disponível em: <<http://www.cut-the-knot.org/>>. Acesso em: 11 June 2013.

BOLT, B. **Actividades matemáticas**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1991. (Coleção O prazer da matemática, v. 7.).

GARDNER, M. **Matemática: magia e mistério**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1991.

GRANDO, R. C. **O jogo e suas possibilidades metodológicas no processo ensino-aprendizagem da matemática**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

KORDEMSKY, B. **The Moscow puzzle: 359 mathematical recreations**. New York: Dover, 1992.

PÓLYA, G. **A arte de resolver problemas**. Rio de Janeiro: Interciência, 1986.

YUSTE, F. C.; SALLÁN, J. M. G. Juegos en clase de matemáticas. **Cuadernos de Pedagogía**, Barcelona, n. 160, p. 50-51, 1988.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SABATUCCI, Jorge; MILANÉS, Aniura. Aprendendo matemática no projeto “Visitas” da UFMG: uma experiência de sucesso. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 59-69, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 4 maio 2013.

Aceito em: 5 jun. 2013.

Prevenção das intoxicações por agrotóxico no Submédio do Vale do São Francisco junto a trabalhadores rurais

Jenifen Miranda Vilas Boas¹
Cheila Nataly Galindo Bedor²

¹ Especialista em Gestão em Saúde Pública pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Saúde da Família com ênfase em linhas de cuidado pela Escola de Saúde Pública da Bahia (ESSP). Enfermeira Coordenadora da vigilância epidemiológica do município de Mirangaba-BA. Coordenadora de Estratégia em saúde da família em Umburanas-BA.
jenifer.vilasboas@gmail.com

RESUMO

A utilização de agrotóxicos é uma realidade local na fruticultura irrigada de Petrolina-PE. Em vista disto, a população, principalmente a rural, está exposta a esses produtos, o que a coloca em constante situação de risco para saúde. Desse modo, para prevenção de acidentes com esses compostos, são necessárias varias medidas, entre elas informação. O objetivo desse trabalho foi realizar oficinas, abordando a temática dos agrotóxicos, em escolas públicas no Perímetro de Irrigação, no intuito de alertar sobre a gravidade do uso de tais substâncias e orientar os trabalhadores rurais quanto às medidas de prevenção. Sendo assim, foram realizadas 21 oficinas em 7 escolas, atingindo um público de 790 alunos no período de agosto de 2007 a julho de 2008. As oficinas abordaram temas como: história, conceito e tipos de agrotóxicos; ciclo de contaminação ambiental e vias de contaminação humana; sinais e sintomas associados ao uso desses compostos; equipamentos de proteção individual, destinação das embalagens vazias, tríplice lavagem e lavagem da vestimenta contaminada. A avaliação das ações foi realizada através da aplicação de perguntas, pré e pós-oficinas. Os resultados mostraram uma maior compreensão por parte do público alvo da maioria dos temas abordados, o que fortalece a prevenção de intoxicação por agrotóxicos nessa região.

Palavras-chave: Agrotóxicos; Intoxicação; Saúde da população rural; Promoção da saúde.

Prevention of pesticide poisoning for rural workers in the Submédio do Vale do São Francisco

ABSTRACT

The use of pesticides is a local reality in irrigated horticulture in Petrolina-PE. Due to that, particularly the rural population is exposed to these products at health risk. To the prevention of accidents involving these compounds, various measures are needed, including information. The purpose of this study was to conduct workshops, realized in public schools in the Irrigation Perimeter, in order to alert the gravity of using pesticides and guide rural workers on the measures of prevention of intoxication by these substances. Thus, 21 workshops were carried out in 7 schools, reaching a public of 790 students, from August 2007 to July 2008. The workshops discussed issues such as: history, concept and types of pesticides; cycle of environmental contamination, human contamination; signs and symptoms associated with intoxication; Personal Protective Equipment (PPE) and the washing and disposal of empty containers. The evaluations of actions were carried out through the application of questions, before and after the workshops. The results showed a greater understanding by the target public in the majority of the themes which emphasizes the prevention of pesticide poisoning in this region.

Keywords: Pesticides; Poisoning; Rural health; Health promotion.

² Doutora em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães – FIOCRUZ. Professora Adjunta da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).
cheila.bedor@univasf.edu.br

INTRODUÇÃO

Durante o passar dos anos profundas transformações foram observadas no trabalho rural brasileiro, tanto pela incorporação de novas tecnologias e processos produtivos, quanto pela crescente subordinação do homem do campo à economia de mercado. Este processo determinou uma série de agravos à saúde e à qualidade de vida do trabalhador rural (ALESSI; NAVARRO, 1997).

O processo de modernização tecnológica iniciado nos anos 1950 com a chamada “Revolução Verde” modificou profundamente as práticas agrícolas, gerou mudanças ambientais e nas cargas de trabalho, assim como seus efeitos sobre a saúde, deixando os trabalhadores rurais expostos a diversos riscos. A modernização do trabalho rural foi acompanhada por um incremento da pesquisa agrônômica, sociológica, econômica e tecnológica no Brasil e em várias partes do mundo (GOODMAN et al., 1990; SOUZA FILHO, 1994).

O Plano Nacional de Desenvolvimento, implementado em 1975, proporcionou ao Brasil o comércio de produtos agrotóxicos no momento em que instituiu na solicitação de financiamento rural, uma cota definida e obrigatória de aquisição desses produtos. O *marketing* proposto pelos fabricantes, aliado à obrigatoriedade da compra, determinou um enorme incremento dessas substâncias à agricultura brasileira propiciando a sua disseminação no país. Atualmente o Brasil é considerado o principal consumidor mundial de agrotóxicos; esta classificação repercute em diversos problemas de saúde na população, especialmente as do meio rural (DOMINGUES, 2010).

Conforme a lei brasileira (Lei nº 7.802, de 11/07/1989), os agrotóxicos são classificados como produtos e componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas.

Estima-se que milhões de agricultores são intoxicados anualmente no mundo e mais de 20 mil morrem em consequência da exposição a agrotóxicos, a maioria em países em desenvolvimento. Segundo o Ministério da Saúde, no Brasil, anualmente, existem mais de 500 mil pessoas contaminadas por agrotóxicos, com cerca de 4 mil mortes por ano (PIRES; CALDAS; RECENA, 2005).

Não obstante as intoxicações de trabalhadores através do contato direto ou indireto com esses produtos, este agravo deve ser considerado ainda quando da contaminação dos alimentos, já que é sabido ofertarem riscos aos consumidores. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), através da criação, no ano 2001, do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), monitorou a presença de resíduos de agrotóxicos nos principais alimentos consumidos pelos brasileiros. O resultado mostrou que das 3.130 amostras analisadas, 29,0% foram consideradas insatisfatórias. As principais irregularidades encontradas nas amostras foram: presença de agrotóxicos em níveis acima do Limite Máximo de Resíduos, utilização de agrotóxicos não autorizados para a cultura. Somente 3,0% das amostras não tiveram qualquer rastreabilidade de problemas no uso destes produtos (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2009).

Em Faria et al. (2007) a estimativa é de pelo menos 7 milhões/ano de doenças agudas e crônicas não fatais, devido aos agrotóxicos. Entre os grupos profissionais que têm contato relevante com os agrotóxicos, destacam-se os trabalhadores da agroindústria, visto que manipulam, diluem, preparam as “caldas”, aplicam os agrotóxicos e entram nas lavouras após a aplicação.

Outro grupo sob risco é o dos pilotos agrícolas e seus auxiliares (BRASIL, 1996). Merecem destaque também as famílias dos agricultores que, além de transitarem ou residirem próximo ao local onde os agrotóxicos são aplicados, levam as roupas contaminadas do campo às residências para sua lavagem (BRITO et al., 2005).

Na agricultura, a ausência de informação acerca dessa problemática repercute na exposição não somente do trabalhador, como também de toda população consumidora dos alimentos que receberam o produto. O fator agravante desta questão é o analfabetismo da maioria dos agricultores, que dificulta e até mesmo impede a leitura e interpretação das informações dispostas nos rótulos dos produtos. Complementando este quadro segue a visão capitalista identificada na maioria dos vendedores que, para melhorar suas comissões, insistem nas aplicações excessivas, indicando agrotóxicos para culturas as quais estes produtos não estão licenciados (ALMEIDA et al., 1985; BEDOR et al., 2007).

Como afirmam Bedor et al. (2007), é significativa a quantidade (mais de 40%) de agrotóxicos de alta periculosidade e altamente tóxicos usados no Submédio do Vale do São Francisco, especificamente no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, uma das principais áreas da fruticultura irrigada dessa região, onde é descrito que numa amostra de 283 trabalhadores rurais, 7% desses, já apresentaram intoxicação por agrotóxico (BEDOR, 2008). Vale ressaltar que, no Brasil, para cada caso de intoxicação por agrotóxicos constatado em hospitais e ambulatórios, deve haver cerca de 250 vítimas não registradas (ARAÚJO; NOGUEIRA; AUGUSTO, 2000).

A introdução de políticas públicas, principalmente entre a população rural, voltadas para a educação e capacitação dos agricultores quanto ao manejo de agrotóxicos é imprescindível para a prevenção dos danos oriundos da utilização desses compostos químicos. A fiscalização por parte dos órgãos responsáveis quanto à comercialização e utilização dessas substâncias também é fator primordial para redução dos casos de intoxicação, refletindo assim na tentativa de minimizar um problema tanto de questões agropecuárias, quanto de saúde pública.

Assim, o projeto de extensão aqui relatado foi intitulado: “Intoxicação por agrotóxico no Submédio do Vale do São Francisco: Prevenção junto a profissionais de saúde e trabalhadores rurais”, aprovado no edital interno do Programa Institucional de Bolsas de Integração (PIBIN) da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco. O projeto foi executado de agosto de 2007 a julho de 2008 e teve como objetivo principal sensibilizar profissionais de saúde e trabalhadores rurais sobre intoxicação por uso de agrotóxico.

Nesse artigo relatamos as ações realizadas nas comunidades rurais do Projeto de Irrigação Nilo Coelho, localizado na margem esquerda do Rio São Francisco, e que se estende desde a Barragem de Sobradinho, no município de Casa Nova, BA, até o município de Petrolina, PE. Esse distrito é dividido em 11 núcleos, possuindo cerca de

1.457 lotes para área de colonização, que respondem por 60% da área irrigável, e 132 lotes para a área empresarial (SOUZA et al., 2001).

DESENVOLVIMENTO

Considerando que o público alvo do projeto foram agricultores e seus familiares, o seu desenvolvimento se deu em ambiente rural. O trabalho abarcou moradores das comunidades dos núcleos: C-02; C-03; N-04; N-05; N-06; N-07 e N-08, localizadas no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho na cidade de Petrolina-PE.

Para melhor sistematização da metodologia a ser empregada, o grupo acadêmico concluiu que o meio para atingir um número considerável de pessoas seria a realização do trabalho em parceria com as escolas dessas comunidades. A escolha justifica-se no fato dessas estarem localizadas na zona rural, e também que, segundo representantes administrativos das escolas, todos os estudantes exercem atividades direta ou indiretamente relacionadas com agricultura, e quando não, têm algum membro na família que o faz.

DEFINIÇÕES DOS TEMAS A SEREM TRABALHADOS NAS OFICINAS NAS COMUNIDADES

O conhecimento acerca da temática dos agrotóxicos constituiu o ponto fundamental para a realização das atividades. Tendo em vista que se trata de um assunto bastante complexo e considerando que existem ainda muitas incógnitas sobre o real efeito desses produtos, tornou-se imprescindível a realização, por parte dos acadêmicos e docentes envolvidos no projeto, de uma pesquisa em banco de dados científicos que embasassem as discussões teóricas enquadradas nos objetivos do trabalho, ao passo que se buscavam referenciais que refletissem a situação da problemática na região. A busca de dados pertinentes ao tema a ser abordado, precedente à realização das oficinas, proporcionou círculos de discussões e formação de opiniões visando o aperfeiçoamento do trabalho a ser desenvolvido.

A revisão literária teve como bases de dados os sites: *Bireme*, *SciELO* e do Ministério da Saúde; na busca de artigos científicos que abordassem a temática. Os descritores catalogavam textos que abordassem a implicação da utilização de produtos agrotóxicos para o meio ambiente, a saúde humana e ainda questões legislativas, de vigilância sanitária, dentre outros.

A definição dos temas a serem trabalhados foi baseada nas necessidades dos agricultores da região, apontadas nos resultados da pesquisa realizada por Ramos et al. (2006), a qual mostrou que a maioria dos trabalhadores encontra-se despreparada para o manuseio de agrotóxicos devido: à baixa escolaridade, o que dificulta a leitura dos rótulos das embalagens; à falta de apoio técnico necessário; à utilização de métodos caseiros de prevenção que favorecem a assimilação do veneno pelo organismo; ao desconhecimento dos males que essas substâncias podem causar ao corpo e à utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI) de forma incorreta e o desconhecimento de seu benefício na redução do risco de intoxicação.

O quadro 1 mostra as temáticas que foram trabalhadas de forma criativa, acessível e que possibilitaram a participação dos sujeitos. Foram realizadas dinâmicas de grupo, apresentação de *slides* contendo imagens, apresentação de filmes, psicodrama e rodas de debates. Além das informações acerca dos agrotóxicos, dados da atualidade mundial também foram inseridos nas oficinas.

<i>Ordem de apresentação</i>	<i>Subtemas</i>
Oficina 1	História dos agrotóxicos Conceito e tipos de agrotóxicos
Oficina 2	Ciclo de contaminação ambiental Vias de contaminação humana Sinais e sintomas associados ao uso dos agrotóxicos
Oficina 3	Equipamentos de proteção individual (EPI) Destinação das embalagens de agrotóxicos Triplíce lavagem e lavagem da roupa contaminada

Quadro 1 – Temas abordados nas oficinas com os estudantes do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho.

PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DAS ESCOLAS ALVOS

A seleção das escolas a serem trabalhadas se deu após uma visita à Secretaria Municipal de Educação de Petrolina, onde foi disponibilizada, para o projeto, uma listagem de todas as escolas da região referida, contendo informações como: endereço, número de alunos e grau de ensino. Esta lista possibilitou a delimitação das escolas a serem visitadas para apresentação dos objetivos e metodologia do projeto a ser desenvolvido.

As visitas às escolas foram pré-agendadas e aquelas que tinham nível médio no horário noturno foram incluídas no Projeto. Foram realizadas cerca de três oficinas em cada escola dos Núcleos C-02; C-03; N-04; N-05; N-06; N-07 e N-08, do Distrito Nilo Coelho.

AS OFICINAS

A metodologia utilizada para o desenvolvimento das oficinas sofreu variação de acordo com a escola e com os materiais disponíveis, no entanto as mesmas seguiram o padrão de abordagem dos subtemas, pré-determinados. Algumas atividades com a utilização de dinâmicas de grupo, filmes, slides, imagens e rodas de debates foram utilizadas em momentos diferentes das oficinas, conforme a necessidade de cada escola.

OFICINA 1: História dos agrotóxicos / Conceito e tipos de agrotóxicos: Essa oficina teve como objetivo abordar a história dos agrotóxicos, ciclo de contaminação, intoxicações por agrotóxicos e sinais e sintomas associados ao uso dos agrotóxicos. Também foi realizada no início da oficina a apresentação do projeto assim como dinâmicas de quebra-gelo para maior interação com os Estudantes.

OFICINA 2: Ciclo de contaminação ambiental / Vias de contaminação humana / Sinais e sintomas associados ao uso dos agrotóxicos: Na abordagem destes temas nas oficinas, buscou-se mostrar as vias de contaminação humana e sua inter-relação com os sinais e sintomas, além da realização dos cuidados para proteção destas vias. Este tema foi apresentado através de *slides* com figuras representativas, as quais traziam todas as vias e o meio de contato do produto com os organismos vivos. Apresentou-se também o ciclo de contaminação do ambiente, ilustrando desde a aplicação até a contaminação do ar, da água, do solo e dos organismos vivos como animais e homens.

OFICINA 3: Equipamentos de proteção individual (EPI) / Destinação das embalagens de agrotóxicos / Tríplice lavagem e lavagem da roupa contaminada: Na discussão sobre a utilização correta do EPI, buscou-se mostrar as vias de contaminação humana e sua inter-relação com os sinais e sintomas, além da realização dos cuidados específicos que devem ser tomados para garantia de proteção destas vias. Para tanto, foram apresentados slides contendo figuras representativas ilustrando todas as vias e os possíveis meios de contato do produto com o indivíduo.

Essa última oficina ainda abordou os seguintes tópicos: devolução das embalagens vazias; tríplice lavagem; prazos máximos de devolução e as competências de cada nível envolvido na produção, comercialização e utilização dos produtos agrotóxicos. No intuito de uma abordagem mais dinâmica e didática, o psicodrama foi o método mais viável para o desenvolvimento destes subtemas.

Para tanto, contou-se com a participação efetiva dos envolvidos através de uma simulação dos processos envolvidos na tríplice lavagem e a apresentação de dois filmes que expuseram passo a passo os processos de tríplice lavagem manual e por pressão. Também nessa oficina buscou-se mostrar aos participantes a importância da leitura e interpretação das informações contidas nos rótulos e bulas dos agrotóxicos.

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS

Sendo imprescindível a avaliação do nível de informação por parte dos sujeitos acerca da problemática dos agrotóxicos, foi aplicado ao público-alvo um formulário precedente à introdução das oficinas, composto por questões abertas e fechadas que abordavam a temática a ser discutida.

Este método de coleta de dados possibilitou a análise do nível de absorção das informações fornecidas durante a realização das oficinas, visto que para fim comparativo foi posteriormente reaplicado ao final da última oficina.

RESULTADOS

Foram contabilizados ao final das oficinas cerca de 790 trabalhadores rurais e/ou pessoas indiretamente envolvidas com agricultura. Os resultados apresentados na análise dos formulários pré e pós oficinas refletem que a maioria dos temas abordados foi bem absorvido pelo público-alvo, como é mostrado a seguir.

Também é válido destacar que houve dificuldades com a adesão de algumas escolas principalmente de duas, em particular, por esse motivo a pretensão da realização de três oficinas, em três momentos distintos em cada escola, foi prejudicada. Portanto em algumas ocasiões unimos subtemas para que nenhuma das escolas ficasse sem ter visto nenhum dos assuntos abordados. Em uma das escolas, por exemplo, foi realizada apenas uma oficina, abordando todos os temas, por motivos de recusa da direção da escola em realizarmos as atividades.

EVOLUÇÃO DO APRENDIZADO DOS SUJEITOS ANTES E APÓS AS OFICINAS MINISTRADAS

Reconhecer a sintomatologia apresentada em um caso de intoxicação por agrotóxico é de extrema importância para qualquer indivíduo que esteja exposto a estas substâncias, visto que a identificação precoce e a atribuição donexo causal possibilitam e dão segurança na busca dos serviços de saúde para diagnóstico imediato e tratamento adequado. A instrução dos agricultores acerca dos sinais e sintomas ameniza os riscos de complicações apresentados na forma de doenças crônicas devido ao diagnóstico tardio e tratamento inadequado.

A avaliação do reconhecimento dos sinais e sintomas de intoxicação por parte dos sujeitos reflete que, ao término do trabalho, 88% identificavam corretamente e citavam pelo menos três destes sintomas.

No aspecto de proteção à saúde do trabalhador, para Machado e Gomez (1995 apud GOMEZ; COSTA, 1997), na prática, as medidas que deveriam assegurá-la em seu sentido mais amplo restringem-se a intervenções apenas sobre os riscos mais evidentes, normatizados pela distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) ao invés da adoção de medidas que garantam a proteção coletiva.

Sem entrar na discussão da eficácia dos EPIs, os mesmos, em algumas situações, são utilizados com a finalidade de proteção contra as intoxicações. Porém de acordo com um estudo realizado por Veiga et al. (2007), para analisar a eficiência e adequação dos EPIs utilizados na manipulação e na aplicação de agrotóxicos nas agriculturas brasileira e francesa, na cultura de tomate e em uma vitivinícola, respectivamente, os resultados encontrados evidenciaram que a utilização de EPI, em ambos os casos, além de não protegerem integralmente o trabalhador contra o agrotóxico, ainda agravaram os riscos e perigos, pois se tornaram fontes de contaminação. Portanto, o grupo, ao trabalhar este tema procurou mostrar tanto a importância do uso do EPI quanto também suas limitações.

Realizadas as oficinas, um total de 58% dos participantes reconheceram que uso do EPI não evita intoxicações por agrotóxicos. Os 42% restantes entendem que os EPIs, quando utilizados corretamente, protegem contra as intoxicações. Para Veiga et al. (2007), as medidas de prevenção devem ser aquelas que eliminam ou reduzem os riscos e perigos, atuando diretamente na sua fonte. Prevenir deve vir antes de proteger contra os riscos e perigos de intoxicação. O autor ainda afirma: “na maioria das situações, ‘proteger’ parece ser mais ‘econômico’ do que prevenir”.

Quanto à realização de práticas preventivas às intoxicações, o uso do leite foi um dos principais tópicos abordados, já que segundo Ramos e colaboradores (2006), esta bebida é bastante utilizada na região como meio de proteção contra as intoxicações e ainda para minimização dos efeitos quando por alguma circunstância o indivíduo foi contaminado. Bedor (2008) afirma que o leite tem propriedades lipossolúveis, o que pode acelerar o processo de intoxicações por agrotóxicos.

Na população-alvo desse estudo, é relevante o percentual (40%), de pessoas que acreditam no poder protetor do leite nas intoxicações. Em vista deste elevado número, as oficinas apresentaram estudos científicos que comprovassem a real atuação do leite em um organismo exposto e intoxicado por agrotóxicos. Assim, buscou-se embasar as informações repassadas a fim de combater essa prática cultural tão vigente no cotidiano dos agricultores. Como resultado dessa conduta obteve-se um percentual satisfatório (80%) de participantes com resposta correta em relação a não utilização do leite nos casos de intoxicações, quando avaliado o questionário pós-teste.

Para o descarte das embalagens vazias dos agrotóxicos, é sabido que estas devem ser devolvidas às lojas onde foram compradas, no prazo de até um ano contando da data de sua compra. Tal procedimento é complexo e requer participação efetiva tanto dos fabricantes, quanto dos vendedores e consumidores. Na compilação dos dados do formulário aplicado anteriormente ao desenvolvimento das oficinas, observou-se que apenas 20% dos avaliados compreendiam a destinação correta das embalagens, ao passo que a maioria destes referia o descarte por enterro ou incineração. Isso reflete que esta é uma prática frequentemente realizada na região.

A interpretação dessas informações direcionou o foco da abordagem deste tema, fazendo com que o grupo frisasse a importância da devolução, assim como os riscos que os agricultores e seus familiares sofrem quando da realização de práticas inadequadas de descarte, correlacionando ainda com os danos causados ao meio ambiente. Os resultados obtidos com essa oficina foram favoráveis, visto que, ao final do trabalho, 88% dos participantes referiram corretamente a destinação das embalagens vazias.

A tríplex lavagem das embalagens vazias é obrigatória e regulamentada pela lei dos agrotóxicos. A falta de fiscalização contínua por parte dos órgãos responsáveis, aliada à displicência dos agricultores são fatores que justificam a realização de atividades de conscientização e capacitação dos trabalhadores quanto aos procedimentos corretos e necessários para desprezar as embalagens vazias. Antes das oficinas, 5,66% dos participantes compreendiam a tríplex lavagem. Depois das oficinas o percentual aumentou para 88%. A compreensão desse tema é fundamental, tanto para a redução dos riscos da população, quanto para o meio ambiente.

Os hábitos rotineiros desenvolvidos pelos trabalhadores para o preparo das caldas a serem aplicadas revelam que realização da leitura dos rótulos das embalagens por parte destes é atividade não realizada com a frequência devida. A diferenciação dos produtos, por reconhecimento das embalagens, na realização da mistura foi o método exposto pela maioria deles. Segundo relatos, a alta frequência do uso dos produtos torna-se uma ação mecânica na área de plantio fazendo com que a rotina dispense a leitura dos rótulos.

A leitura das embalagens pode fornecer informações sobre as precauções que devem ser tomadas em relação ao uso e também na ocorrência de intoxicação. Obteve-se como resultado que 88% dos participantes passaram a realizar leitura das bulas.

Em relação à utilização de agrotóxicos prevalece a visão de que existe uma necessidade real e economicamente dependente da utilização destes produtos mesmo reconhecendo os perigos e danos causados por estas substâncias.

Sobre a utilização dos produtos agrotóxicos, 26% dos participantes concordam que estes devem ser banidos e jamais utilizados. Em contrapartida, 68% afirmam que devem ser aplicados com moderação, apesar de conscientes quanto aos males causados a saúde e ao meio ambiente. Esta questão necessita ser constantemente trabalhada, uma vez que o modelo capitalista brasileiro e a dependência socioeconômica historicamente foram fomentados pelo uso de agroquímicos, o que interfere na avaliação mais precisa desta problemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto do consumo exacerbado de produtos agrotóxicos identificado no loco regional do Submédio do Vale do São Francisco, foi perceptível a necessidade da realização de uma educação permanente e continuada com a comunidade rural alertando-a sobre os males causados por esses produtos.

Os dados epidemiológicos já existentes aliados ao número significativo de subnotificações devem servir como alerta para implementação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas a essa temática. A proteção e a prevenção da saúde, assim como a garantia ao tratamento e a recuperação dos indivíduos expostos e em riscos de intoxicação é dever do Estado, devendo estar presente em todos os níveis de atenção à saúde (primário, secundário e terciário), assim como nos níveis de gestão municipal, estadual e federal.

Em vista disso, o Projeto teve como objetivo a conscientização dos males que o uso de agrotóxicos traz principalmente à População Rural. O público atingido foi de 790 pessoas, entre as quais produtores rurais e outras indiretamente envolvidas com agricultura. Foi visível que a maior parte destas pessoas demonstrou ter absorvido as informações fornecidas nas oficinas. O entusiasmo, a curiosidade e a participação dos sujeitos foram intensos durante o trabalho realizado. Vale destacar ainda a participação dos docentes das escolas, que engajados nesta luta, se comprometeram a prosseguir com educação continuada para esses alunos, realizando trabalhos de pesquisa do tema como método de indicador para avaliação do desempenho estudantil.

A realização das oficinas proporcionou um aumento dos conhecimentos acerca desta temática, tanto para os acadêmicos pesquisadores, quanto para a população trabalhada. Com o contato prolongado com estas pessoas percebeu-se que não só os fatores educacionais interferem nesta questão, a problemática se estende ainda para fatores socioculturais e, principalmente, de dependência econômica.

A falta de meios alternativos à produção implica a utilização irracional de produtos agrotóxicos. A exposição e intoxicações por essas substâncias devem ser consideradas um desafio a ser enfrentado na região, pois são reais e cada vez mais incidentes. Cabe aos órgãos competentes interferirem diretamente nesta problemática, visto que pouco se enfatiza a questão dos meios de informação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). **Relatório de 2009**. Brasília: ANVISA, 2009.

ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 111-121, jun. 1997.

ALMEIDA, W. et al. Agrotóxicos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, abr./jun. 1985.

ARAÚJO, A. C. P.; NOGUEIRA, D. P.; AUGUSTO, L. G. S. Pesticide impact on health: a study of tomato cultivation. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 309-313, jun. 2000.

BEDOR, C. N. G. et al. Avaliação e reflexão da comercialização e utilização de agrotóxicos na região do Submédio do Vale do São Francisco. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 31, p. 68-76, jan./jun. 2007.

BEDOR, C. N. G. **Estudo do potencial carcinogênico dos agrotóxicos empregados na fruticultura e sua implicação para a vigilância da saúde**. 2008. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Informações médicas de urgência nas intoxicações por agrotóxicos**. Brasília: ANVISA, 1996.

BRITO, P. F. et al. Agricultura familiar e exposição aos agrotóxicos: uma breve reflexão. **Cadernos de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 887-900, 2005.

DOMINGUES, B. Saúde. Proteção para quem? **RADIS Comunicação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 95, p. 11-15, jul. 2010. Disponível em: <http://www4.ensp.fiocruz.br/radis/95/pdf/radis_95.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010.

FARIA, N. M. X.; FASSA, A. C. G.; FACCHINI, L. A. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jan./mar. 2007.

GOMEZ C. M.; COSTA, S. M. F. T. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 21-32, 1997.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Das lavouras às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

EAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia** (PPGS/UFRGS), Porto Alegre, v. 6, p. 51-75, 1994.

PIRES, D. X.; CALDAS, E. D.; RECENA, M. C. P. Uso de agrotóxicos e suicídios no Estado do Mato Grosso do Sul. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, p. 598-604, mar./abr. 2005.

RAMOS, L. O. et al. Queixas sintomáticas associadas ao uso de agrotóxicos em trabalhadores rurais da hortifruticultura no Vale do São Francisco. **Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança**, João Pessoa, v. 4, p. 145-157, 2006.

SOUZA FILHO, F. R. As transformações no espaço agrário sul-rio-grandense pós 60. **Cadernos de Sociologia** (PPGS/UFRGS), Porto Alegre, p. 74-95, 1994.

SOUZA, G. H. F. et al. Desempenho do Distrito de Irrigação Senador Nilo Coelho. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v. 5, p. 204-209, 2001.

VEIGA, M. M. et al. Contaminação por agrotóxicos e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 32, n. 116, p. 57-68, 2007.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

BOAS, Jenifen Miranda Vilas; BEDOR, Cheila Nataly Galindo. Prevenção das intoxicações por agrotóxico no Submédio do Vale do São Francisco junto a trabalhadores rurais. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 70-80, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 17 mar. 2013.

Aceito em: 10 jun. 2013.

De como o Sertão do Submédio São Francisco ganhou um núcleo de mobilização antimanicomial: da história aos desafios atuais

Barbara E. B. Cabral¹
Michele L. de S. Costa²
Grécia R. N. de Lima³
Jessica R. S. Melo⁴
Geizeane R. dos Santos⁵

¹ Professora Adjunta do Colegiado de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).
barbaraebcabral@gmail.com

² Graduanda em Psicologia – UNIVASF.
michele.lorena@hotmail.com

³ Graduanda em Psicologia – UNIVASF.
grecianonato@yahoo.com.br

⁴ Graduanda em Psicologia – UNIVASF.
jrichelle_17@hotmail.com

⁵ Graduanda em Psicologia – UNIVASF.
geizeanerodrigues@hotmail.com

Dedicamos este escrito aos tenazes atores/autores da Luta Antimanicomial no Brasil, em especial aos usuários e seus familiares, e aos que acreditam, como nós, que é possível reconstruir permanentemente novos sentidos sociais para a loucura.

RESUMO

A Luta Antimanicomial no Sertão do Submédio São Francisco tem se constituído de forma gradual, a partir de uma parceria entre atores/autores da Univasf e das redes locais de atenção à saúde mental, sobretudo das cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, por meio de ações extensionistas. Este artigo objetiva apresentar os passos que levaram à constituição do *Núcleo de Mobilização Antimanicomial do Sertão – Numans* na região, com destaque a ações que têm estimulado o debate em torno da consolidação da reforma psiquiátrica e dos seus desdobramentos nas esferas da gestão, do cuidado e da formação do profissional de saúde. Pretende-se que o núcleo ganhe cada vez mais força, como movimento social e assumido por lideranças da comunidade, contribuindo para a efetivação de uma rede de cuidados integrais em saúde mental no Vale do São Francisco.

Palavras-chave: Movimento social; Saúde mental; Reforma psiquiátrica.

How the Backlands of Medium San Francisco got an anti-asylum mobilization group: from history to present challenges

ABSTRACT

The fight against Asylum logic in the Backlands of San Francisco River has gradually emerged from a partnership between actors/authors of Univasf and of the local networks of mental health care, particularly in the cities of Juazeiro (in Bahia State) and Petrolina (in Pernambuco State), through extension activities. This article presents the steps that led to the creation of the “Backlands Antimanicomial Mobilization Group” (*Numans*) in the region, highlighting actions which have stimulated the debate on the consolidation of psychiatric reform and its implications in the areas of management, care and formation of health professionals. It is intended that *Numans* gets increasingly stronger, as a social movement, being undertaken by community leaders, and contributing to the realization of an integral mental health care network in the São Francisco Valley.

Keywords: Social movement; Mental health; Psychiatric reform.

SITUANDO O TEXTO: DA FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA

O presente artigo tem por objetivo apresentar os passos que levaram à constituição do *Núcleo de Mobilização Antimanicomial do Sertão – Numans*, na região do Submédio São Francisco, cuja potência – em ato – vem fortalecendo o debate em torno da consolidação da Reforma Psiquiátrica e dos seus desdobramentos nas esferas da gestão, do cuidado e da formação do profissional de saúde. Consideramos que esse registro revela vias possíveis para que a universidade atualize seu compromisso social com o desenvolvimento regional, destacando-se a importância da extensão, compreendida em sua imbricação com a pesquisa e o ensino.

Para tanto, importa resgatar, primeiramente, alguns aspectos históricos da própria construção social em torno do fenômeno *loucura* ao longo dos séculos. Destaca-se que a humanidade construiu diversos sentidos, compreensões e percepções sociais sobre essa experiência, culminando em um processo de patologização progressiva, cujo ápice ocorreu na Modernidade, com a configuração do *status* de *doença mental* e da chamada *medicina mental* (MACHADO, 2006). Acreditava-se que a *alienação mental* – vocábulo inicialmente usado para designar a loucura naquele período – privava a pessoa de sua liberdade, em função do comprometimento de sua capacidade racional. Destarte, (re)afirmou-se, na aurora do século XIX, um lugar social para a loucura marcado pela marginalização e exclusão, vinculando-se esta experiência às noções de periculosidade social e incapacidade produtiva, até hoje predominante nas concepções e representações sociais acerca desse fenômeno.

Nesse processo, reduziu-se paulatinamente a multiplicidade de sentidos que podem se atrelar à experiência de loucura – originariamente tão diversa, plural e multifacetada –, que a situaria muito além do caráter patológico, como indicado por Foucault (2005), em seu importante estudo *A História da Loucura na Época Clássica*, publicado em 1961. Este texto acabou desvelando as condições históricas que possibilitaram o surgimento da Psiquiatria como campo de saber a respeito da loucura, reduzida à *doença mental*, identificando determinações de caráter ético e moral – muito mais que médico – na circunscrição do lugar social dos chamados loucos (FOUCAULT apud MACHADO, 2006).

De acordo com Amarante (1998), a ciência psiquiátrica, à época do seu surgimento denominada *alienismo*, delineou uma terapêutica baseada no princípio do isolamento terapêutico, classificação nosográfica e tratamento moral, com o objetivo maior de restituir a razão ao louco, na perspectiva de possibilitar seu retorno ao convívio social, tendo em Pinel um dos seus maiores expoentes. Já naquele período, havia muitas discussões e divergências em relação à qual seria a natureza da loucura, então capturada como *doença mental*, sendo defendidos inúmeros e divergentes pontos de vista em relação a sua etiologia, desde sua caracterização como fundamentalmente uma desordem das paixões – como defendia Pinel – até a crença em uma determinação hegemonicamente orgânica – como professava Cabanis e, um pouco depois, Morel e sua teoria da degenerescência (CAPONI, 2012).

Ao serem consideradas como ameaça à ordem social, ao mesmo tempo em que deveriam ser protegidas de sua própria loucura, postulava-se que as pessoas *loucas* fossem mantidas em espaços de confinamento, nos quais poderiam ser rigorosamente observadas e submetidas a uma pedagogia da ressocialização – era o nascimento do

hospital psiquiátrico propriamente dito. Como indica Amarante (2008), o hospital sofreu um processo de medicalização ao longo da história, tendo nascido com um intento caritativo na Idade Média, assumindo a função de controle social na Época Clássica – por ocasião do fenômeno da Grande Internação, discutido por Foucault – e, finalmente, adquirindo o mandato social de tratamento, em fins do século XVIII.

Muitas críticas têm sido direcionadas aos saberes, discursos e práticas que constituem o paradigma clássico da psiquiatria, cujo lócus primordial de tratamento era o hospital psiquiátrico, fundado sobre o pilar da reclusão/exclusão social. Este modelo foi (e segue sendo) posto em questão, principalmente, pelo insucesso na conquista dos objetivos terapêuticos propostos quando de sua criação. Constatou-se que milhares de sujeitos, a partir do internamento nessas instituições, foram privados do convívio comunitário, sendo submetidos a atos violentos e encerrando ali sua existência.

Particularmente no cenário posterior à II Guerra Mundial, houve diversas experiências de reforma psiquiátrica no mundo, com diferentes gradientes de questionamento do aparato psiquiátrico, que geraram transformações nos modos de cuidado. Dois desses movimentos –, a Antipsiquiatria e a Psiquiatria Democrática Italiana – puseram em xeque a função social da psiquiatria e suas formas tradicionais de tratamento, disparando intensos processos de transformação social e propondo outras terapêuticas.

Segundo Amarante (1998, p. 87), inicia-se no Brasil, no final da década 1970, o movimento pela reforma psiquiátrica, compreendido como “[...] um processo histórico de formulação crítica e prática, que tem como objetivos e estratégias o questionamento e elaboração de propostas de transformação do modelo clássico e do paradigma da psiquiatria”. Através do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM), aconteceram as primeiras reivindicações na área, com a finalidade de se constituir modos dignos de cuidado às pessoas que apresentam transtornos psíquicos. Em consonância com o Movimento pela Reforma Sanitária, ocorreram diversas manifestações voltadas ao questionamento do modelo privatista e precário de atenção à saúde mental, às práticas repressoras recorrentes nas instituições psiquiátricas e à situação precária dos profissionais que trabalhavam na área.

Um marco importante no contexto do Movimento de Reforma Psiquiátrica no Brasil foi o *II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental*, realizado em Bauru-SP, em 1987, quando se ratificou a necessidade de dar andamento ao processo de transformação dos modos de atenção à saúde mental no país, inspirando-se fortemente na experiência italiana. Esta tinha como um dos aspectos axiais a intenção de colocar a doença entre parênteses, como destacava Basaglia (2005), valorizando-se prioritariamente a relação com as pessoas e incluindo-as na produção do cuidado. No Congresso de Bauru, definiu-se o lema *Por uma Sociedade sem Manicômios*, instituindo-se a data *18 de maio* como o *Dia Nacional de Luta Antimanicomial*. O movimento de trabalhadores, incorporando usuários dos serviços de saúde mental, transforma-se em Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (AMARANTE, 1998).

O conceito de *desinstitucionalização*, repaginado e fortalecido na proposta italiana de reconstrução dos modos de cuidado em saúde mental, diz respeito a uma reinvenção permanente de saberes, discursos e práticas neste campo,

constituindo-se como “um trabalho prático de transformação” (ROTELLI; DE LEONARDIS; MAURI, 2001, p. 29). Desse modo, o objeto de cuidado, em vez de ser a doença, passa a ser a *existência sofrimento*, ganhando contornos reais a partir da vida das pessoas de que se pretende cuidar.

Amarante (2008) indica que um processo de reforma psiquiátrica, em respeito à complexidade que o constitui, precisa atingir, minimamente, quatro dimensões: a técnico-assistencial, a teórico-conceitual, a político-jurídica e a sociocultural. Enfatiza que, possivelmente, o mais desafiante seja impactar a última, considerada, portanto, estratégica. Tratar-se-ia de *construir outro lugar social para a loucura*, como indica Birman (1992), no sentido de fazê-la caber na cidade e na cultura. Isso pode ocorrer a partir de ações provocativas às pessoas, a todos nós, no sentido de remexer com o imaginário social, que costuma reduzir loucura à doença mental e relacioná-la à periculosidade e incapacidade produtiva, tal como postulado pela Psiquiatria, em seus primórdios.

Apesar de haver no país uma política de saúde mental claramente definida, voltada à criação de uma rede de cuidados diversificada, comunitária e substitutiva à lógica manicomial, é necessário avançar na direção de sua ampliação e aprimoramento, especialmente no cenário local, acreditando-se que a universidade deve assumir um papel fundamental neste contexto. Tendo em vista a perspectiva de implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Brasil, deflagrada por meio da Portaria GM n.º. 3.088, de 2011, apostamos que se revela imprescindível fortalecer movimentos sociais que respaldem e participem desse processo.

O lugar de acolhimento da loucura é na cidade, no território, como tão bem delineado na tradição basagliana de transformação dos modos de cuidado em saúde mental. Não se trata de “tolerar” a loucura, mas, como indica o próprio Basaglia (2005, p. 255), de

[...] aprender a suportar um confronto com o outro que só permanece real e significativo quando o sofrimento não é isolado em lugares e ideologias que se encarreguem dele; aprendizagem que permite ao mesmo tempo a não-expulsão da diversidade e o reconhecimento da mesma, muitas vezes escondida nas regras de uma ‘normalidade’ que desvirtua as necessidades tanto quanto a ‘loucura’.

Assim, iniciativas que possibilitem modificar as relações da sociedade com o que é diverso, escapando às normatizações – pelo viés da imposição de padrões de normalidade –, ganham uma importância capital para a construção de modos mais fluidos/abertos/respeitosos de sociabilidade. Consideramos ser vital *contagiar*, com essa lógica inclusiva, não apenas os serviços e a organização do sistema de saúde, mas, sobretudo, a sociedade como um todo, à medida que o território é tomado como o lócus de cuidado privilegiado.

Como indicam Silveira et al. (2011, p. 101), “tem-se evoluído muito em termos de estrutura do sistema, mas ainda de maneira incipiente no campo das concepções e representações que refletem no cuidado por parte da família e das redes sociais”. A ruptura com a lógica asilar e manicomial, fundamentada em preconceitos e padronizações do humano, implica construção de outras práticas de saúde, constituindo ainda um grande desafio social.

Situando-se no eixo de saúde/saúde mental, com ênfase na organização socio-política, principalmente de usuários e familiares das redes de saúde mental, a ideia de criar e fortalecer o movimento social em favor da Reforma Psiquiátrica na região respalda-se no pensamento de Benevides (2005, p. 24), quando destaca que “os eixos da universalidade, equidade e integralidade, constitutivos do SUS só se efetivam quando conseguimos inventar modos de fazer acontecer tais eixos”. A autora indica que o investimento em propostas que aumentem o grau de democracia e participação social bem como a construção de redes, de grupidades, de dispositivos de cogestão são vias pertinentes a esse fim.

O princípio doutrinário da integralidade, sobretudo, é tomado como basal, por considerarmos que se configura como um diapasão importante no processo de tessitura das redes de saúde, redes sociais e das práticas de cuidado. De acordo com Cabral (2011), importa construir a integralidade no cotidiano das práticas, ultrapassando seu aspecto normativo – que não garante uma concreta efetivação – por meio da valorização e entrelaçamento dos múltiplos saberes, fazeres e dizeres: a perspectiva seria a de construção de caminhos possíveis para um alargamento da saúde – como capacidade de lidar com a vida – conforme os variados pontos de vista existentes, proporcionais aos seres – sempre singulares – envolvidos nos processos. Depreende-se, então, que integralidade não se trata de algo meramente *aplicável*.

Sintoniza-se, portanto, com o sentido apontado por Pinheiro e Guizardi (2008, p. 23), ao qualificarem a integralidade como “[...] um dispositivo político, de crítica de saberes e poderes instituídos, por práticas cotidianas que habilitam os sujeitos nos espaços públicos a engendrar novos arranjos sociais e institucionais em saúde”. Articulando a perspectiva de integralidade, assim compreendida, e a noção de cuidado – como uma atenção baseada no vínculo, no acolhimento e na responsabilidade (SILVEIRA et al., 2011), aposta-se que qualquer prática de saúde precisa assumir a centralidade do usuário como fundante.

A proposta de centralidade do usuário vai além da intenção de tomá-lo como referência na elaboração das políticas e realização das práticas de cuidado – o que seria uma visão centrada no usuário. Tratar-se-ia de, além de tomá-lo como foco de atenção, criar estratégias para sua inserção como sujeito ativo no processo, reconhecendo seus modos singulares de buscar cuidado no sistema. Não seria um mero “destinatário das ações”, mas um partícipe de sua construção.

Bonet et al. (2011), valorizando essa noção de centralidade do usuário, discutem sua função como mediador, posto que está imerso nos contextos relacionais em que se produzem os atos de saúde. Assim, os autores apresentam um ângulo ainda mais preciso e ousado para essa compreensão da participação do usuário, propondo a noção de “situação-centrada”: os usuários falando de dentro, situados no mundo de forma singular, assim como os profissionais de saúde, gestores, entre outros.

Vasconcelos (2008), em estudo sobre dispositivos associativos e de luta no campo da saúde mental, aponta como fundamental potencializar outros atores sociais – como os usuários e familiares –, em processos organizativos que não sejam dependentes de governos, tampouco atrelados apenas aos serviços e a organizações de categorias profissionais, com vistas a maiores conquistas no processo de reforma psiquiátrica no país. Tendo sido perfilado este cenário, cabe agora narrar a história do *Numans*.

REVISITANDO OS FIOS DA HISTÓRIA: UMA IDEIA E UMA PROVOCAÇÃO SE TRANSFORMANDO EM ATO

Em maio de 2009 aconteceu, em Petrolina-PE, cidade do sertão pernambucano, uma vibrante e colorida caminhada em comemoração ao *Dia Nacional de Luta Antimanicomial (18 de maio)*, seguida do *I Fórum de Mobilização Antimanicomial (FMA): Loucura em Movimento*, que aconteceu no Centro de Convenções de Petrolina-PE. Não era a primeira vez que se marcava tão importante data na região, mas tal evento tinha um caráter particular: constituía uma iniciativa efetiva de reunir atores/ autores diversos das duas cidades vizinhas – Juazeiro-BA e Petrolina-PE – interessados na temática: usuários de serviços, familiares, profissionais da rede de saúde, estudantes, professores e comunidade em geral.

A proposta surgiu a partir de um grupo de estudantes da *Disciplina Saúde Mental I*, do curso de graduação em Psicologia da Univasf, em sua oferta de 2009.1. Mobilizados com as discussões em sala de aula, os graduandos propuseram à professora organizar um evento diferenciado para marcar o 18 de maio. Aceito o desafio e mergulhando-se em intenso trabalho de preparação, em um prazo curtíssimo, foi tomando forma o *I FMA*, que brotou de ação integrada da Univasf e Secretarias Municipais dos dois municípios.

Inaugurava-se uma articulação inédita entre as gestões municipais e instituição formadora, marcada pela ousadia de um grupo de estudantes, professores e profissionais da rede, sobretudo os ligados aos Centros de Atenção Psicossocial – os CAPs. Buscamos parcerias e, dentre as conquistas, tivemos o apoio do *Núcleo Estadual de Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades*, situado em Recife-PE, e do Conselho Regional de Psicologia (CRP-02).

De fato, o que se vislumbrava, desde as reuniões preparatórias, era dar o primeiro passo para a criação de um movimento social em favor da consolidação da reforma psiquiátrica no Vale do São Francisco. A aposta se confirmou e congregou muitos adeptos, de modo que no fórum foram produzidos debates intensos, firmando-se um compromisso: criar um núcleo permanente de discussão sobre a luta antimanicomial e reforma psiquiátrica fundamentado na realidade local.

Plantava-se, assim, a semente para a constituição do *Numans*. Tendo a primeira roda de conversa ocorrido em outubro de 2009, o núcleo foi sendo gestado a cada encontro, tendo herdado a marca da ousadia. Não havia uma sede fixa, utilizando-se espaços da universidade e/ou das redes de saúde das duas cidades. Entretanto, a identidade almejada era clara (ainda que em trânsito contínuo, como toda identidade...): ser movimento social, escapando-se a determinações institucionais e burocráticas, por vezes perversas ou acachapantes.

O dispositivo foi agregando pessoas interessadas na temática, realizando-se encontros periódicos e buscando-se afirmar. Ao longo de sua existência, o *Numans* contou com representantes da Univasf, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Conselho Regional de Psicologia-02 (e sua Subseção do Sertão do São Francisco), trabalhadores dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e da rede de saúde, usuários dos serviços de saúde mental e, sobretudo,

estudantes dos cursos de saúde (especialmente Psicologia) e da Residência Multiprofissional em Saúde da Família (Univasf/SESAB/Secretaria Municipal de Saúde de Juazeiro-BA).

Sentia-se a necessidade de estudos e buscas de outras experiências semelhantes, criando-se uma aproximação com o *Libertando Subjetividades* (PE) e a *Associação Metamorfose Ambulante* – AMEA (BA), que foram parceiros fundamentais desde o início. Esses são filiados à *Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial* (RENILA), que sempre constituiu uma referência fundamental para o *Numans*, mantendo-se um laço expressivo, mesmo que, até o momento, não tenha havido uma filiação formal. O *Numans* precisava seguir seu caminho no sentido de circunscrever seus contornos, considerando-se a significativa dificuldade de sustentação da participação de usuários e familiares dos serviços de saúde mental nos encontros.

No ano de 2010, o *Numans* promoveu a/o *I Conferência Interestadual de Saúde Mental do Submédio São Francisco / II Fórum de Mobilização Antimanicomial*, nos dias 09 e 10 de abril, no Complexo Multieventos da Univasf – Campus de Juazeiro-BA. Foram convocados 16 municípios circunvizinhos da Bahia e de Pernambuco, de forma que o evento correspondeu a uma etapa regional da *I Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial* (IV CNSM-i). A possibilidade de agregar e assumir a realização de uma etapa regional da IV CNSM-i foi tomada a princípio como um grande delírio; contudo, era um daqueles delírios que potencializam quem somos e, percebendo que o grupo estava disposto a bancar esse desafio, partimos para as articulações necessárias, nas instâncias Federal, Estaduais e Municipais.

O fôlego para levar adiante essa proposta se fortaleceu pela percepção de que talvez muitos municípios da região não conseguissem realizar suas conferências locais, uma vez que os prazos estavam muito reduzidos. A *IV CNSM-i* foi convocada por decreto presidencial, em abril de 2010, em consequência de intensa mobilização e pressão social pela necessidade de abrir amplos debates acerca dos avanços e retrocessos na política de saúde mental nacional. Tratava-se de uma oportunidade única para promover reflexões acerca da situação loco-regional da atenção à saúde mental, reconhecendo avanços e desafios na implantação da rede de cuidados específicos. Pisamos no acelerador e fomos adiante, sem saber ao certo o que e como construiríamos esse momento. Como no *I FMA*, mergulhou-se na preparação do evento sem fundos de reserva financeira, apostando-se nas parcerias possíveis. Mais uma vez, funcionou!

Tivemos 489 participantes, que se envolveram na construção de 129 propostas para melhoria da atenção à saúde mental na região, conseguindo garantir delegações para as conferências estaduais da Bahia e de Pernambuco e, daí, para a *IV CNSM-i*, cujo tema foi “Saúde Mental – direito e compromisso de todos: consolidar avanços e enfrentar desafios”, tendo acontecido em Brasília, entre os dias 27 de junho a 01 de julho de 2010.

Ressaltamos que tal feito só foi possível mediante a conjugação de esforços dos participantes e uma impressionante capacidade de articulação do grupo, pela parceria entre atores da Universidade, instituições locais e gestores/trabalhadores/usuários da rede de saúde mental da região, além do apoio imprescindível das gestões municipais, especialmente de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, das Secretarias Estaduais de Saúde (SESAB e SES-PE) e do CRP-02.

Fundamental, outrossim, foi a legitimação do nosso processo pela Área Técnica de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde (ATSM/MS).

Após esse intenso movimento, o *Numans* manteve reuniões esporádicas, percebendo-se certa dificuldade para o seu fortalecimento. Um dos fatores identificados foi a rotatividade dos participantes – em sua maioria estudantes de Psicologia e residentes, que finalizavam seus cursos e seguiam seus trajetos – além da impossibilidade de constituir, nesse período, participação sistemática e liderança de usuários e familiares dos serviços de saúde mental.

Ainda assim, com um grupo menor, foram realizadas algumas ações em 2011, para marcar datas especiais da luta pela saúde mental, entre elas o *18 de maio* e o *Dia Mundial da Saúde Mental* (10 de outubro), em parceria da Univasf com os CAPs de Juazeiro e Petrolina. Dentre estes, cabe aqui destacar o evento “Tá pintando loucura na Ilha do Fogo”, realizado no dia 02 de outubro, na Ilha do Fogo, situada na divisa Juazeiro-BA e Petrolina-PE, tendo como objetivo promover um dia artístico-cultural-poético, com pinturas de painéis coletivos, tematizando saúde mental e loucura, na perspectiva de contribuir para a construção de outros lugares sociais para a loucura, que não os de exclusão e preconceito. Esse encontro tornou-se mais um marco dessa história da celebração da vida e dos modos singulares de existir, constituindo um espaço de férteis reflexões, mediadas pela arte, entre os participantes.

Em 2012, o *Numans* retomou suas reuniões – ainda de forma não sistemática – motivado pela comemoração do 18 de maio, que resultou na articulação e organização do *I Ciclo da Luta Antimanicomial no Sertão*, realizado de 11 a 18 de maio. Houve diversas atividades, como rodas de debates, oficinas e exibição de filmes, sendo também finalizada com a caminhada festiva pelas ruas de Petrolina-PE. Isso favoreceu uma sensibilização à importância da luta, uma vez que, ao convidar usuários, familiares e profissionais em geral a ocupar o espaço da universidade, proporcionou uma rica troca de experiências e saberes. Esse movimento acabou inserindo novos integrantes às discussões, sobretudo estudantes, na proporção que despertava reflexões sobre a necessidade e importância do *agir político* (ARENDDT, 2009) bem como um sentido de pertencimento à “luta”.

Em um dos momentos, na concentração para a saída da caminhada festiva, vários participantes uniram-se numa grande roda, numa mistura alegre e colorida, entre as cores das fantasias e os baques de instrumentos de percussão, que soavam de maneira improvisada. Ficou claro ali que não importava de qual lugar se falava, sendo valorizado o sentido comum que integrava as pessoas naquele instante. Em meio à euforia e ensaios de grito de guerra para sair às ruas, o microfone esteve disponível *para todos*, a fim de maximizar o que ecoava naquela concentração: *era necessário fazer caber na sociedade modos singulares de existência, pois isso é marca da vida!* Poder brincar em público, no coletivo, com os sentidos de loucura, relativizando o peso que foi atribuído a essa experiência a partir de sua redução à doença mental, ao mesmo tempo em que se pleiteava uma rede de atenção integral a quem necessita de cuidados nesse âmbito, surgiu como uma possibilidade de abertura e ampliação de visão, produzindo outras sensibilidades.

No grupo estavam integrantes fantasiados da Unidade de Palhaçada Intensiva (UPI), outro projeto de extensão da Universidade que faz intervenções de caráter lúdico/terapêutico em hospitais. Enquanto os *clowns* da UPI mexiam com nossas lembranças infantis, provocando facilmente o riso, usuários, gestores, estudantes e diversas pessoas que por ali passavam formaram um coro alegre na rua. Deixar o espaço “protegido” da Universidade e desfilar pelas principais ruas da cidade, entoando frases preenhes de desejos de democratização, de partilha, de reconhecimento funcionou, mais uma vez, como exercício ético-político.

Pretendia-se levar os transeuntes à *loucura* – ou levar um pouco de loucura a todos? – provocando o imaginário à produção de outros sentidos para esta experiência, estimulando-se atitude de abertura e respeito. Com todos misturados – como costumam ser os encontros na vida – ficava difícil categorizar, conforme os padrões enrijecidos de normatização da vida e do humano, quem era louco ou não. *E o que é loucura, afinal?* Que se mantivesse, diante dessa pergunta, uma atitude de cautela, desconfiança e reconhecimento de singularidade e pluralidade do humano, tal era o intuito.

Reconhecida a importância do fortalecimento do *Numans* na região, foi proposto e aprovado, no final de 2012, um projeto de extensão por meio do Edital 01/2012, da Pró-reitoria de Extensão da Univasf (PROEX/PIBEX 2013/2014), tendo o trabalho com o grupo, que batizamos de MANS, iniciado já em dezembro desse mesmo ano. O projeto conta com parcerias no próprio Colegiado de Psicologia bem como de profissionais dos serviços da rede de saúde mental de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, do Tribunal de Justiça-PE e de residentes de Saúde da Família.

Desde então, a direção perseguida tem sido a de construção de uma atuação com maior grau de autonomia, com identificação de lideranças que estejam conectadas às suas bases, além do estímulo à criação de mecanismos de sustentabilidade política e financeira para o movimento. São valorizados e tomados, como fundamentos das práticas a serem desenvolvidas, princípios como: integralidade, justiça, direito à saúde, centralidade do usuário, reconhecimento da alteridade, ativação de redes sociais e outros que se sintonizem com esse ideário. Temos assumido o desafio – dado não haver receituário – de que tais princípios se construam e operacionalizem como ações concretas em cada passo e/ou etapa do projeto.

Introduziu-se, com esse projeto de extensão, um diferencial na história do *Numans*, possibilitando-se a retomada de reuniões sistemáticas mensais desde janeiro de 2013. O Projeto MANS objetiva mobilizar usuários da rede de saúde mental, profissionais de saúde, a comunidade universitária e comunidade em geral das cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE – e outros municípios da região – a discutir e refletir sobre as propostas do Movimento de Reforma Psiquiátrica, da Luta Antimanicomial e das políticas públicas no campo da atenção à saúde mental, tendo como foco prioritário, nesse momento, as dimensões sociocultural e político-jurídica.

Pretende-se, assim, provocar reflexões sobre o lugar social da loucura, estimulando a construção de relações mais positivas da sociedade com as pessoas que vivem essa experiência e uma convivência mais respeitosa com a diversidade própria do humano; viabilizar espaços formativos, sobretudo para usuários, seus familiares e profissionais dos CAPSs, voltados à construção ou ampliação da responsabilização política

pelo fortalecimento das redes de cuidado e constituir espaços de discussão sobre os avanços e dificuldades enfrentadas na implantação da reforma psiquiátrica na região.

Acreditamos que, desse modo, é possível apoiar o fortalecimento desse núcleo como fórum permanente de discussão em torno do aprimoramento da Rede de Atenção Psicossocial no Sertão do Submédio São Francisco, focalizando a participação de usuários e familiares, construindo um sentido de implicação ético-política, que poderá seguir trazendo impulso para mudança no cenário local neste campo.

No contexto do projeto MANS, os encontros semanais entre coordenadora e estudantes proporcionam um maior embasamento teórico-prático em torno das temáticas pertinentes a sua execução, aprofundando-se a compreensão de saúde mental, de movimento social, de ação política, destacando-se o planejamento das atividades estratégicas, como as reuniões mensais do *Numans*. Trata-se, indubitavelmente, de um expressivo espaço de formação, de um grupo que se articulou inspirado na história do *Numans* e que se comprometeu com o seu fortalecimento, movidos pelas discussões em sala, principalmente nas aulas de Saúde Mental I (no semestre letivo de 2012.1). O projeto vem viabilizando, ainda, uma aproximação com o dia-a-dia dos serviços da rede de saúde mental, cabendo aqui destacar as visitas realizadas para divulgação e informação do *Numans*, visando-se à futura realização de atividades itinerantes.

Nessa atmosfera, desde o início de 2013 definiu-se pela realização do *III Fórum de Mobilização Antimanicomial: Ativando as Redes de Atenção à Saúde Mental e o Direito ao Cuidado*, que de fato aconteceu nos dias 25 e 26 de abril, também no Complexo Multieventos. Durante as articulações para sua concretização, conquistamos o apoio da ATSM/MS, que garantiu a vinda de alguns convidados bem como a sua própria representação no evento, o que nos deu um alento e estímulo.

Mais uma vez, a força de um coletivo e as parcerias garantiram o acontecimento do III FMA: além da Univasf, por meio da PROEX, as Secretarias Municipais de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, assim como a SES-PE e a SESAB, foram fundamentais. Pelas parcerias, inclusive do CRP-03 (Bahia), conseguimos garantir a participação de representantes da AMEA, que mobilizaram de forma magistral os participantes, em especial os usuários dos CAPs da região. Os municípios que compõem a 15^a. Diretoria de Saúde da Bahia (DIRES) e a 8^a. Gerência Regional de Saúde de Pernambuco (GERES) foram novamente convidados e convocados a apoiar esse movimento.

Assim, o *III FMA* cumpriu seu objetivo de rearticular – numa perspectiva interestadual e intersetorial – os municípios do sertão do Submédio São Francisco acerca do debate e implantação/fortalecimento das RAPSs. Ao longo da organização, surgiu a proposta de articular ao evento o *I Seminário de Articulação Intersetorial da RAPS no Vale do São Francisco*, aventada pela supervisora clínico-institucional dos CAPs de Petrolina-PE. Foram cerca de 400 pessoas circulando no Complexo Multieventos, que se transformou numa grande *ágora*, debatendo-se em praça pública – a exemplo do que ocorria na democracia grega – temas cruciais e rumos possíveis para a política de saúde mental na região.

O evento mobilizou membros de várias instituições, enfatizando-se a participação de atores/autores centrais nessa luta, que são os usuários e familiares. Para a alegria de todos, houve uma circulação expressiva desse público, embora se reconheça

a importância de repensar estratégias relativas aos horários das atividades para promover uma maior participação. Nesse contexto, buscou-se garantir o máximo acolhimento a todos os participantes, com destaque aos usuários, estimulando-os a se apropriar das discussões, da dimensão política relativa aos direitos garantidos – mas não efetivados – e a reconhecer naquele espaço a liberdade e possibilidade de expressão de sua singularidade. O objetivo era que todos se percebessem ativos e mediadores na construção das redes de atenção. A convivência como modos diversos de ser foi um exercício naqueles dois instigantes dias, contribuindo para a uma desconstrução de vários preconceitos ainda resistentes em nossa sociedade.

A partir disso, destaca-se a oportunidade que o *III FMA/I Seminários da RAPS* trouxe em relação à articulação de vários saberes e instituições, pela participação de representantes de diversos núcleos profissionais do campo da saúde (estudantes e profissionais), policiais militares, Ministério Público, Tribunal de Justiça, professores universitários, usuários dos serviços, gestores de diversas instâncias e outros. Ali se forjou um precioso espaço formativo, de modo que se torna inevitável ressaltar que poderia/deveria ter havido um maior estímulo à participação de profissionais da própria área de saúde não lotados em serviços específicos da saúde mental; por exemplo, ressaltou-se a pouca participação de profissionais da Estratégia Saúde da Família, componente também estratégico na RAPS.

Caracterizando-se como um evento político – no sentido nobre e originário do termo –, o *III FMA/I Seminários da RAPS* pretendeu – e logrou – ser um espaço de debates e articulações para fazer avançar na região o processo de implantação de redes integrais de saúde. A sua dinâmica se configurou nas *ágoras* – momentos de concentração de todos os participantes em um grande auditório, que tiveram o intento de estimular discussões a partir de temáticas específicas pertinentes ao contexto da saúde mental – e nas *rodas narrativas* – momentos de concentração de grupos menores, assumindo efetivamente um caráter narrativo, em que os participantes puderam partilhar suas experiências nas redes de atenção psicossocial na região, a partir de alguma temática específica. Em ambos os dispositivos, a proposta era, sobretudo, promover a circulação da palavra.

No segundo dia do *III FMA/I Seminário da RAPS*, cabe destacar o lançamento teatralizado do *Guia de Direitos Humanos do Projeto Loucura Cidadã de Usuários de Saúde Mental*, coordenado pela AMEA. Quem estava presente, testemunhou ali o fruto de uma organização e mobilização que aconteceram “da noite para o dia”, como uma expressão singular, espontânea e libertária de usuários dos CAPs locais, que se permitiram a alcunha de “loucos do Sertão” e subiram ao palco, mostrando-se como quiseram e afirmando-se em sua alteridade. Possivelmente experimentou-se ali um processo de empoderamento, tal como indicado por Vasconcelos (2008), numa condição de uma mobilização compartilhada e contextual, baseando-se na apropriação da própria experiência e participação política.

Na *Exposição de Artes dos CAPs*, que aconteceu durante todo o evento, os usuários puderam divulgar os trabalhos que confeccionam como parte de seus projetos terapêuticos. O Coral se apresentou e encantou! Uma senhora, usuária do CAPs II João Martins de Souza, que adora cantar, pleiteou seu espaço no grande palco, ficando intranquila até que esse momento acontecesse: terminou sua cantoria sob aplausos...

Os estudantes artistas, que se dispuseram a contribuir com o evento, arrasaram nos momentos musicais do lanche interativo... Sobrou comida – uma das grandes preocupações da Comissão Organizadora –, que se multiplicou a partir do apoio imprescindível dos CAPs e patrocinadores... As necessidades foram sendo mediadas à medida que emergiam e o evento foi ganhando um caráter de leveza! Aos que partilharam aqueles momentos, ficou a referência de bons encontros, na frequência indicada por Espinosa (2009): as afetações brotadas dos encontros dos corpos ali presentes geraram alegria, que suplantou o cansaço, inclusive dos que estavam à frente da organização...

Durante os preparativos para o *III FMA/I Seminário da RAPS*, as visitas dos estudantes do projeto MANS aos CAPs se destacaram como pérolas do processo formativo, no contexto do projeto de extensão. Dentre estas, uma em especial proporcionou uma intensificação do caráter de implicação com o projeto. Consideramos importante narrar tal fato, brevemente. A ida à instituição teve um sentido diferenciado, pois não foi apenas um momento para divulgar o evento e combinar com os usuários uma possível exposição de produtos artísticos, configurando-se como uma grande oportunidade para refletir sobre a prática da profissão de psicólogo escolhida, enquanto estávamos na sala de espera.

Dentre os que buscavam informações no CAPs naquele dia, um chamou atenção por estar com um encaminhamento de outra pessoa, parecendo procurar se situar no serviço. Trazia em seu rosto um misto de angústia, medo, talvez vergonha por tudo o que representa, para uma família, a experiência de ter alguém com “transtorno psíquico” em nossa sociedade. Apesar de aparentemente calma, essa pessoa revelava um aspecto de insegurança, perplexidade, estranheza ou algo que não nos cabe denominar ou rotular, posto que fosse sentido por outra pessoa e apenas nos foi parcialmente revelado mediante suas expressões naquele dado momento.

Na sala ao lado, a psicóloga atendia uma pessoa, uma senhora, aparentemente com mais de 65 anos. Ela saiu da sala em lágrimas, tentando contê-las e nós, que estávamos ali, sentimos um pouquinho do “peso” dessas lágrimas. Naquele instante, surgiu a reflexão relacionada à dor do outro, ao sentido de nossa profissão, à atitude de disponibilidade ao outro, à escuta e sua potência. Isto nos mobilizou a pensar algo assim: “Nada como perceber a importância de assumirmos o nossa função social, o nosso compromisso com a causa que tanto defendemos!”. Ao mesmo tempo, brotou um sentimento de “inutilidade”, de estarmos “de mãos atadas” frente a alguns acontecimentos que realmente fogem ao controle. Exercício difícil o de cuidar, que implica não assumir o lugar do outro, mas sintonizar com a perspectiva de sua experiência...

Então, fomos apresentados pela psicóloga aos usuários, que estavam em roda. A partir disso, foi possível apresentar o *Numans*, falar sobre a importância da participação deles e dos familiares, sobre o evento, perguntamos sobre suas produções artísticas, se poderiam expor ou programar a apresentação do coral.

Experiências como essas nos remeteram a uma direção indicada na música “Caminhos do Coração”, de Gonzaguinha, que privilegia a condição de ser entre humanos:

E aprendi que se depende sempre / de tanta, muita, diferente gente / Toda pessoa sempre é as marcas / Das lições diárias de outras tantas pessoas / E é tão bonito quando a gente entende / Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá / E é tão bonito quando a gente sente / Que nunca está sozinho por mais que pense estar / É tão bonito quando a gente pisa firme / Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos / É tão bonito quando a gente vai à vida / Nos caminhos onde bate bem mais forte o coração...

Ao longo do tempo, a participação no *Numans* e seus desdobramentos vêm proporcionando uma ampla apropriação do caráter diverso da experiência de loucura, desenvolvendo-se uma atitude crítica a quaisquer capturas dessa diversidade pelas percepções e padronizações sociais. Paulatinamente vai se relacionando o conhecimento e as compreensões produzidas sobre saúde mental a possibilidades interventivas, dado que se vai alargando uma habilidade – ou melhor, uma atitude – de cuidado ao humano.

DOS DESAFIOS PARA SEGUIR: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do *III FMA/I Seminário da RAPS* aconteceu num momento bastante crítico para a Política Nacional de Saúde Mental, que se agrava em regiões menos favorecidas socioeconomicamente e distantes dos grandes centros, como a nossa, tendo sido esse aspecto bastante debatido. Anteriormente ao evento, nas reuniões abertas do *Numans* e em algumas visitas aos CAPs da região, foram relatadas e testemunhadas as condições precárias em que as atividades terapêuticas vêm se desenvolvendo, revelando uma falta de investimento político na rede, tanto no que se refere à infraestrutura e garantia de insumos básicos como à composição e valorização das equipes de trabalho.

Sabe-se que há forças reacionárias em ascensão no país, que respaldam, por exemplo, a instituição e popularização de medidas como a internação compulsória a pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas (especialmente o crack) – que se traduz como uma caça às bruxas, tal como ocorreu na Idade Média, ou a repetição do fenômeno da *Grande Internação* do século XVII, descrito por Foucault, que retirava do convívio social toda a sorte de marginalizados do sistema vigente, numa perspectiva de limpeza urbana.

Há muito o que discutir e fazer acontecer no campo da saúde mental, pois embora a Lei Constitucional garanta o direito à saúde, a sua efetivação, com respeito à dignidade da condição humana, demanda um processo permanente de vigilância e resistência.

A Lei Nacional de Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216/2001), conhecida como *Lei Paulo Delgado*, indica caminhos cruciais, porém sua efetivação cotidiana remete ao ponto discutido previamente. O aparato legislativo, não obstante sua importância, não garante as mudanças. De fato, nada está garantido do ponto de vista da efetivação de direitos no cenário político-social, sendo necessária uma militância permanente.

Aproximando-se mais um 18 de maio, após a realização do *III FMA*, o desafio continuou sendo o de conquistar espaços expressivos de mobilização social, impactando a dimensão sociocultural do processo de reforma psiquiátrica.

Como estratégia política, foi elaborada em conjunto com usuários, familiares, profissionais e estudantes, uma carta-manifesto, direcionada e entregue aos gestores dos municípios da região, alertando sobre a necessidade de maior investimento nas redes de saúde/saúde mental.

O *Numans* seguirá apoiando o movimento antimanicomial na região, articulando-se aos serviços e rediscutindo os próprios pilares desse processo. Cientes da magnitude dos objetivos propostos, a motivação e ousadia desse núcleo – que vai se reinventando a cada ano – residem na indignação diante do descaso e retrocesso a que as redes de saúde/saúde mental locais vêm sendo submetidas nos últimos anos em nossa região. Como movimento social, assume-se também a responsabilidade pela construção de novos fatos e condições, como algo processual, como é o próprio sentido da vida.

Aberto e democrático, por condição e princípio, o *Numans* reconhece o caráter complexo e a condição enigmática do que se chama loucura, questionando e extrapolando sua redução a categorias diagnósticas ou a qualquer definição que tolha a multiplicidade do humano. Sem que isso represente contradição – mas tão somente um instigante paradoxo –, busca também contribuir para a consolidação e expansão da rede de cuidados às pessoas que manifestam intenso sofrimento psíquico nesta região do sertão nordestino.

Recorremos a uma frase provocativa de um dos clássicos personagens machadianos, o alienista Simão Bacamarte, para apimentar essa discussão: “A loucura - objeto de meus estudos - era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente”. Destaca-se que, dessa obra, também tiramos a inspiração para o título deste artigo.

Um aspecto desafiador para a continuidade do *Numans* é a atenção em não alimentar sua dependência em relação à Universidade ou qualquer instituição, buscando-se identificar lideranças locais que possam assumi-lo. Isso não implica eximir a universidade de sua responsabilidade, que deverá seguir sendo parceira, mediando processos de ensino-aprendizagem nas redes locais. Entretanto, é imprescindível que se busquem vias de sustentabilidade com vistas a sua crescente autonomia, que pode se relacionar a uma pluralidade de vinculações.

O norte é que o *Numans*, mesmo tendo nascido da mobilização de um grupo ligado à universidade, que encontrou apoio, parceria e disponibilidade em profissionais das redes locais, fortaleça seus passos e siga ocupando os devidos espaços de um movimento social.

Sua finalidade será sempre a de provocar a comunidade em geral – destacando usuários da rede de saúde, familiares, profissionais, gestores, professores e alunos – a refletir e contribuir para a consolidação do processo de Reforma Psiquiátrica na região. Assim, é importante que o *Numans* seja assumido pela comunidade, pois é onde pertence.

Assim, o convite ao debate permanece posto. Que outros caminhos serão desbravados nessa direção a ser seguida firmemente, estamos ainda por descobrir e, seguramente, inventar. Isso dependerá da composição das forças, desejos, disponibilidades, capacidades de articulação dos que se envolveram e se envolverem nesse processo.

O certo, nessas trilhas tortuosas, é que a determinação em fazer acontecer uma mobilização em prol da construção de modos respeitosos de atenção em saúde mental na região tem produzido milagres, no sentido arendtiano da expressão: humanos são capazes de produzir milagres, pelo simples fato de serem capazes de agir – ou seja, disparar processos, iniciar... Saindo da inércia, algo se produz! Que disso não nos esqueçamos ou cansemos...

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo (Coord.). **Loucos pela vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

_____. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 2. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BASAGLIA, Franco. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BIRMAN, Joel. A cidadania tresloucada. In: BEZERRA JUNIOR, Benilton; AMARANTE, Paulo (Org.). **Psiquiatria sem hospício**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. p. 71-90.

BENEVIDES, Regina. A psicologia e o Sistema Único de Saúde: quais interfaces? **Psicologia e Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 21-25, maio/ago. 2005.

BONET, Octavio; TAVARES, Fátima; CAMPOS, Estela M. S.; TEIXEIRA, Maria Teresa B.; RODRIGUES, Michelle G. Situação-centrada, rede e itinerário terapêutico: o trabalho dos mediadores. In: PINHEIRO, Roseni; MARTINS, Paulo (Org.). **Avaliação em saúde na perspectiva do usuário: abordagem multicêntrica**. Rio de Janeiro: CEPESC / IMS-UERJ; Recife: Editora Universitária UFPE; São Paulo: ABRASCO, 2011. p. 241-250.

CABRAL, Barbara E. B. **Sustentando a tensão: um estudo genealógico sobre as possibilidades de ação transdisciplinar em equipes de saúde**. 2011. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

CAPONI, Sandra. **Loucos e degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. 210p.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MACHADO, Roberto. **Foucault: a ciência e Saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PINHEIRO, Roseni; GUIZARDI, Francini L. Cuidado e integralidade: por uma genealogia de saberes e práticas no cotidiano. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araujo de (Org.). **Cuidado: as fronteiras da integralidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: IMS/UERJ-CEPESC-ABRASCO, 2008. p. 23-38.

SILVEIRA, Rodrigo; REBOUÇAS, Márcia; MESSIAS, Ana Cristina; CATALAN, Ximena; ALVES, Caroline. Desinstitucionalização e modelos assistenciais em saúde mental: avaliação na perspectiva da integralidade. In: PINHEIRO, Roseni; MARTINS, Paulo (Org.). **Avaliação em saúde na perspectiva do usuário: abordagem multicêntrica**. Rio de Janeiro: CEPESC / IMS-UERJ; Recife: Editora Universitária UFPE; São Paulo: ABRASCO, 2011. p. 95-102.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VASCONCELOS, Eduardo M. (Org.). **Abordagens psicossociais: reforma psiquiátrica e saúde mental na ótica da cultura e das lutas populares**. V. II. São Paulo: Aderaldo e Rothschild, 2008. p. 26-55.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

CABRAL, Barbara E. B.; COSTA, Michele L. de S.; LIMA, Grécia R. N. de; MELO, Jessica R. S.; SANTOS, Geizeane R. dos. De como o Sertão do Submédio São Francisco ganhou um núcleo de mobilização antimanicomial: da história aos desafios atuais. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 81-96, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 5 maio 2013.

Aceito em: 18 jun. 2013.

Ensinando odontologia em cenários extramuros: uma parceria entre a Faculdade de Odontologia da UFMG, Associação Mineira de Reabilitação e uma escola para portadores de deficiências neuromotoras

Lia Silva de Castilho¹
Vera Lúcia Silva Resende²
Maria Elisa Souza e Silva³
Amanda Pacheco⁴
Natália Frias⁵
Elizabeth Moreira⁶

¹ Professora Adjunta do Departamento de Odontologia. Restauradora da Faculdade de Odontologia da UFMG. liacastilho@ig.com.br

² Professora Adjunta do Departamento de Odontologia. Restauradora da Faculdade de Odontologia da UFMG. silres@gmail.com

³ Professora Adjunta do Departamento de Odontologia. Restauradora da Faculdade de Odontologia da UFMG. mariaelisa1956@gmail.com

⁴ Graduanda na Faculdade de Odontologia da UFMG. nandaoliwer@yahoo.com.br

⁵ Graduanda na Faculdade de Odontologia UFMG. frisanat@yahoo.com.br

⁶ Administradora na Associação Mineira de Reabilitação. elizabeth@amr.org.br

RESUMO

Esta é a experiência intersetorial entre a Faculdade de Odontologia da UFMG, a Associação Mineira de Reabilitação (AMR), uma organização não governamental, e uma escola pública para portadores de deficiências neuromotoras. As ações de promoção de saúde bucal são realizadas nas dependências da AMR e são parte de um programa denominado Serviço Integrado de Reabilitação – SIR. Este serviço envolve outras áreas do conhecimento e busca a integração social do deficiente neuromotor. Além da vivência do trabalho multidisciplinar, o estudante de odontologia participa do planejamento, executa ações individuais e coletivas de promoção da saúde bucal e avalia os resultados conseguidos. Este projeto extramuros é bem avaliado por todos os atores sociais envolvidos, é duradouro e possui uma produção bibliográfica significativa.

Palavras-chave: Organizações não governamentais; Deficiências neuromotoras; Promoção da saúde; Instituições de ensino superior; Odontologia.

Teaching dentistry in extramural scenarios: a partnership between the Dental School of UFMG, Associação Mineira de Reabilitação (AMR) and a school for people with neuromotor disabilities

ABSTRACT

This is the intersectoral experience between the Dental School of UFMG, the Associação Mineira de Reabilitação (AMR), a non-governmental organization, and a public school for people with neuromotor disabilities. The service of oral health promotion is performed with the financial help of AMR and is part of a program called integrated rehabilitation service (Serviço Integrado de Reabilitação-SIR). This service involves other areas of the knowledge and search the social integration of the individual with neuromotor disabilities. Beyond the experience of multidisciplinary working, the dental students participate in the planning of individual and collective actions of the dental health promotion, perform the dental treatment and evaluate the results. This extramural project is well evaluated by all the social actors involved, it is sustainable and have a significant bibliographic production.

Keywords: Non-governmental organizations; Neuromotor disabilities; Health promotion; Higher education institutions; Dentistry.

INTRODUÇÃO

Desde 1998, a Faculdade de Odontologia da UFMG (FO-UFMG), a Associação Mineira de Reabilitação (AMR), uma entidade sem fins lucrativos, e a Escola Estadual João Moreira Salles realizam um programa de assistência odontológica a crianças e adultos carentes portadores de deficiências neuromotoras. A promoção de saúde bucal é uma das etapas a serem galgadas na busca da integração social destes indivíduos. Para que esta integração social aconteça, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, ortopedistas, neurologistas, professores de educação física, dentistas, terapeutas ocupacionais, musicoterapeutas e assistentes sociais trabalham em conjunto no mesmo espaço físico (dependências da AMR). Estes profissionais integram o Serviço Integrado de Reabilitação (SIR) (CASTILHO et al., 2012). Além da atenção profissional, a AMR possui uma oficina de órteses e equipamentos terapêuticos para distribuição gratuita de aparelhos aos atendidos. Alunos de outras universidades privadas também possuem atividades extramurais de extensão, ensino e pesquisa nesta entidade.

A abordagem odontológica envolve procedimentos de prevenção da cárie dentária e da doença periodontal, procedimentos próprios da atenção primária, em atendimento ambulatorial programado e racionalização das indicações de tratamento sob anestesia geral.

O público alvo é composto de crianças de 0 a 12 anos de idade, oriundas do setor de reabilitação da AMR, adolescentes de 12 a 18 anos do setor de esportoterapia, também da AMR, e de jovens e adultos, alunos da Escola Estadual João Moreira Salles, num total de 810 indivíduos aproximadamente.

O objetivo deste trabalho é descrever os resultados principais produzidos após 14 anos de uma ação intersetorial entre uma instituição universitária pública (UFMG), uma instituição de ensino fundamental público (Escola João Moreira Salles) e uma organização não governamental sem fins lucrativos (AMR). Para tanto, pretende-se extrapolar a simples descrição das metas odontológicas alcançadas, para concatená-las ao desenvolvimento da cidadania tanto do paciente quanto do graduando em odontologia.

REVISÃO DA LITERATURA

Atividades Extramuros no Ensino Superior

A sala de aula não deve ser o único espaço de veiculação do conhecimento na Universidade. A formação do graduando pode ser alavancada pela experiência do aprendizado em diversos cenários fora dos limites físicos da instituição de ensino. A vivência dos problemas em locais diversos proporciona ao aluno vislumbrar diferentes formas de inserção profissional e o exercício da cidadania promovendo a formação de um indivíduo mais solidário. Relato anterior, sobre atividades extramuros, revela que a troca de informações entre instituições, professores, graduandos e usuários são positivas, motivadoras e capazes de gerar uma postura crítica perante a realidade (GALASSI et al., 2006).

Objetivamente, a educação odontológica extramural viabiliza o conhecimento das dimensões dos serviços públicos de saúde, a compreensão das políticas de saúde bucal, a participação ativa no atendimento à população e o entendimento da função do cirurgião-dentista dentro do contexto social no qual ele será inserido. Essas atividades, por sua enorme contribuição na formação do graduando em odontologia, não podem ser encaradas como ações isoladas das ações propostas pelas instituições de ensino superior. Ao serem assumidas pela totalidade da instituição, resgatam o conceito de que as ações de educação, promoção de saúde, prevenção e tratamento são indissociáveis. Além disso, essas atividades extramurais recuperam a ideia de integralidade da extensão universitária contrária à compartimentalização do conhecimento e da fragmentação de ações do ensino, pesquisa e extensão (MOIMAZ et al., 2004).

A fundamental experiência de educação extramuros na área da saúde é aquela resultante de parcerias com o serviço público (primeiro setor) que faz parte inclusive das diretrizes curriculares dos cursos de odontologia (MOIMAZ et al., 2004; GALASSI et al., 2006). Existem descrições de parcerias com o segundo setor (iniciativa privada) (LEMOS et al., 2010) na formação do cirurgião-dentista. Para que seja possível delimitar o escopo de ação deste projeto de extensão, será necessário conceituar o termo “terceiro setor”.

O terceiro setor

As características do chamado “terceiro setor” envolvem perspectivas que o classificam como “não governamental”, com ausência do objetivo de lucro em suas atividades e com uma organização em torno de objetivos coletivos ou do interesse público (MADEIRA; BIANCARDI, 2003). Para que exista um “terceiro setor” pressupõe-se a existência de um “primeiro setor” que se refere à esfera do poder público e um “segundo setor” correspondente às atividades de iniciativa privada visando a obtenção de lucro (SILVA, 2010).

Em uma análise histórica das instituições sem fins lucrativos, observa-se que a solidariedade e a caridade ainda são tônicas preponderantes em suas ações. Entretanto, o cumprimento de metas cada vez mais elaboradas, com vistas à obtenção de maior efetividade e resolutividade dos problemas impõe a adoção de novas práticas a estas organizações e da gestão orientada no desempenho (SILVA, 2010).

Os esforços conjuntos caracterizados pelas parcerias institucionais se articulam através de negociações, de decisões, e da gestão dos projetos que interligam as organizações sociais com o desenvolvimento local. Na base desta construção, encontra-se a articulação dos valores sociais buscados pelos participantes do projeto com os resultados pretendidos pela comunidade, pelo mercado e pelo Estado (CABRAL, 2011).

Em relação à participação do “segundo setor” (Responsabilidade Social Empresarial) na promoção social, a literatura não é unânime em considerá-la como fundamental para o desenvolvimento de políticas de promoção social. Menezes (2010) critica a postura de muitos autores que consideram que as parcerias com empresas privadas trariam da racionalidade do mercado conceitos de eficácia e eficiência que, juntamente com o investimento financeiro privado, viabilizariam uma resposta aos problemas enfrentados pela sociedade. Para a autora, são intencionais e possuem um nítido caráter de classe as ações dos teóricos que se manifestaram a favor da filantropia empresarial

como agente que possibilite uma mudança social. A autora ainda pondera que o atendimento das demandas sociais a partir das ações resultantes da Responsabilidade Social Empresarial se dá no campo do “não direito”, da filantropia ou das benesses e que seu reconhecimento pela sociedade e pelo Estado só contribui para o esvaziamento da concepção dos direitos sociais existentes que podem ser acionados por via judicial (inclusive) quando não cumpridos pelas instituições públicas. Finalmente, conclui que não existe garantia de atendimento à população através da atuação empresarial na promoção social, pois o público-alvo é escolhido de acordo com a imagem que a empresa pretende passar para o seu público e suas ações são paliativas e superficiais, devido à necessidade de obtenção imediata de resultados positivos para garantia de lucros e manutenção da visibilidade desejada.

O terceiro setor vem apresentando um destaque crescente na área acadêmica e no contexto político sobre o papel da sociedade civil. O debate sobre a sociedade civil abarca conceitos novos e precisas especificações. Esta nova percepção sobre a sociedade civil engloba a emergência de novos atores sociais, com qualificações específicas e que são fundamentais para a implementação de um desenvolvimento sustentável (MADEIRA; BIANCARDI, 2003).

Atualmente no Brasil, tais organizações agem com mais autonomia, atuam de forma menos politizada do que nas décadas de 1970 e 1980 e de uma maneira mais empresarial, objetivando defender as suas pautas sociais com vistas à sua legitimização no espaço público. Suas fontes de recursos são o autofinanciamento ou o estabelecimento de parcerias com o poder público e/ou iniciativa privada (ASSUMPCÃO; CAMPOS, 2011). Este financiamento é oriundo de várias fontes de recursos sociais e concatenam as ações dos diferentes grupos sociais com os interesses dos seus públicos constituintes. As diferentes fontes financiadoras e os diversos atores sociais que se reúnem em uma organização sem fins lucrativos indicam a capacidade de interpenetração social por meio da qual a sua missão se concretiza e se expande (CABRAL, 2011).

As organizações que compõem o terceiro setor buscam, através de valores sociais fundamentais associados a resultados, impactar positivamente a vida das pessoas. Portanto, a avaliação de projetos sociais deve levar em consideração os valores e os resultados para a mensuração dos seus impactos (CABRAL, 2011). A partir de um cenário no qual as mudanças nas regras de financiamento de cooperação internacional se tornaram frequentes graças à instabilidade econômica, essas organizações passaram a buscar meios para autossustentação, principalmente a partir de produção e comercialização de produtos e serviços. Com isso observa-se uma maior profissionalização e a busca e sistematização de processos de gestão (SILVA, 2010).

A avaliação de projetos sociais conduzidos por organizações sem fins lucrativos é um importante balizador para a continuidade do financiamento das atividades do projeto, tendo em vista a efetividade dos resultados alcançados ou a eficiência da sua relação custo-benefício. Estes projetos, algumas vezes, compartilham com o setor público formas de financiamento, representações de valores, parcerias com outras instituições, equipamentos, objetivos, entre outros. Apesar de sua importância, as práticas de avaliação não se encontram suficientemente sistematizadas, difundidas e carecem de profissionalização. Para isso, pesa a ausência de metodologias adequadas que comportem o conteúdo de valores próprios das ações sociais além da importação de técnicas de avaliação tanto do setor público quanto privado sem a necessária

reelaboração de conceitos que abarquem as especificidades próprias do chamado “terceiro setor” (CABRAL, 2011). Assumpção e Campos (2011) também reafirmam a complexidade de se avaliar as ações produzidas pelo chamado “terceiro setor”. Para estes autores é clara a dificuldade de sistematizar e classificar o tipo de avaliação que contemple similaridades entre a organização, os fins a que se propõe, a ação empreendida, a natureza da ação e sua amplitude.

Como poderia um projeto de extensão de uma Faculdade de Odontologia colaborar em um programa de reabilitação neuromotora cujo valor social é a inserção social do portador de deficiências neuromotoras? Como os resultados atingidos em 14 anos de trabalho poderiam impactar positivamente esta meta? Estas são as questões que este trabalho busca responder através da análise dos produtos gerados e sua contribuição na formação do cirurgião-dentista e promoção da saúde bucal como um dos benefícios alcançados para a inserção social dos pacientes da AMR e estudantes da Escola Estadual João Moreira Salles.

METODOLOGIA

Analisou-se a produção do projeto de extensão “Atendimento Odontológico a Portadores de Necessidades Especiais” no período de 1998 a 2011 em termos de ações individuais e coletivas voltadas para o público-alvo. Foram também levantados os trabalhos produzidos por estudantes de graduação e pós-graduação durante o período. A partir da produção levantada, buscou-se correlacionar o quanto este projeto contribui para a formação do estudante em odontologia e quanto ele impacta o benefício final, que é a inserção social do portador de deficiência neuromotora. Para tanto, foi construído o Mapa de Bens e Valores proposto por Cabral (2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período proposto para o estudo, 750 pacientes foram atendidos pelo referido projeto de extensão. Atualmente, 462 encontram-se em tratamento e/ou manutenção. Por ano, uma média de 67 novos pacientes é incorporada, aproximadamente 472 atendimentos são realizados, 317 altas são dadas e uma média de 1311/ano procedimentos curativos e/ou preventivos são realizados. Estes atendimentos são realizados entre os meses de fevereiro a julho (primeira quinzena) e de agosto a dezembro (primeira quinzena). Em levantamento publicado em 2007, 65% dos pacientes encontravam-se livres de cárie (RESENDE et al., 2007).

Em termos de produção científica, o projeto de extensão já gerou uma dissertação de Mestrado, uma monografia de Especialização e outra de iniciação científica. São, ao todo, 15 artigos completos em veículos científicos e outros 29 resumos apresentados em congressos e publicados em Anais (VITTORINO et al., 2011).

Para a AMR, a parceria com a Faculdade de Odontologia da UFMG, possibilita a troca de experiências de profissionais especializados com o desenvolvimento do conhecimento técnico/científico, gerado pelo trabalho dos alunos e professores da universidade; permite que a instituição esteja na vanguarda da

promoção de saúde e mantenha o aprimoramento contínuo de suas atividades; contribui para que o programa esteja alinhado às políticas públicas para o cumprimento dos projetos sociais; e enriquece a formação de alianças e parcerias através de redes intersetoriais.

Para a Faculdade de Odontologia, a parceira com a AMR proporciona um novo cenário de práticas no qual o estudante tem a possibilidade de trabalhar em equipe com profissionais da área da saúde, educação e assistência social buscando alcançar um valor social que extrapola a promoção de saúde bucal. Este é um conceito-chave que perpassa todo o presente projeto. O aluno de odontologia, ao participar de um programa com tais dimensões, passa a encarar o portador de deficiências neuromotoras como um cidadão e não apenas como um usuário de serviços de saúde que nem sempre estão concatenados. Além disso, o graduando em odontologia vislumbra uma oportunidade de trabalho diversa tanto do consultório particular, quanto das clínicas privadas de atendimento odontológico, além, é claro da participação no Sistema Único de Saúde. Esta experiência só é possível porque o projeto é realizado fora dos limites da Faculdade de Odontologia da UFMG. Com isso, o profissional formado pode se posicionar dentro do amplo planejamento de promoção de saúde geral do portador de deficiências neuromotoras. Ao se perguntar sobre quais são as verdadeiras necessidades do paciente, quais são as respostas que a odontologia pode proporcionar a este cidadão e quais seriam os limites de sua atuação, o futuro profissional passa a perceber com maior clareza qual o seu papel dentro de um contexto de abordagem integral do paciente.

O presente projeto, ao integrar o SIR, proporciona ao graduando em odontologia, a experiência de vivenciar uma abordagem multidisciplinar do portador de deficiências neuromotoras, em cenário extramuros, incluindo a convivência com graduandos de outras instituições de ensino. Está assim garantida a diretriz da interdisciplinaridade (CASTILHO et al., 2012). O aluno também tem a oportunidade de conhecer a realidade operacional de uma organização sem fins lucrativos (terceiro setor), vivenciar uma parceria Universidade/Organização autônoma voltada para o interesse coletivo e participar de um projeto intersetorial em resposta a uma demanda social específica. Neste processo, o aluno compreende a importância de considerar o paciente como sujeito e não como objeto de intervenção que participa ativamente da identificação dos seus problemas e para eles busca soluções.

Como o aluno inicia o seu trabalho no projeto como voluntário e não como bolsista da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), ele tem a oportunidade de incorporar à sua experiência formativa o trabalho voluntário, valorizando-o. O aluno coloca o seu tempo e a sua experiência a serviço do interesse coletivo.

O graduando recebe um ou mais pacientes que ficam sob sua responsabilidade, tanto em relação ao tratamento odontológico quanto em relação à sua manutenção. Para a abordagem do paciente, o estudante deve planejar suas ações em congruência com as ações desenvolvidas pelo restante da equipe multidisciplinar. Da mesma forma, o aluno tem a oportunidade de conhecer o planejamento organizacional proposto anualmente, considerando metas de atendimento, planejamento de consumo de material odontológico, de escritório, possibilidades de expansão, novos projetos assumidos, entre outros quesitos que a FO-UFMG em conjunto com a AMR, E. E. João Moreira Salles e demais parceiros se propuserem a participar.

Finalmente, o graduando avalia o seu desempenho, o desempenho do projeto em comparação com as metas estabelecidas no início do ano e compara seus dados com os dados alcançados pela organização como um todo.

O usuário e seus pais e responsáveis também têm a oportunidade de se posicionar em relação ao tratamento odontológico recebido e quais são as alternativas que podem ser consideradas. Como resultado, a lógica da política social, normalmente proposta para este grupo, é modificada de uma visão de carência e solução de necessidades, para aquela de direito aos cidadãos a uma vida digna e de qualidade. O processo de planejamento não é por si a ação intersetorial. Ele deve abranger a avaliação e o monitoramento das ações, visando resultados que efetivamente melhorem a qualidade de vida do cidadão. Sem monitoramento e avaliação de resultados não se trabalha em uma perspectiva de processo. Neste contexto a criatividade e a compreensão por parte de todos os atores sociais envolvidos são mais importantes do que a certeza e a predição (JUNQUEIRA, 2004).

Em termos de indissocialidade ensino-pesquisa-transformação e relação dialógica com a sociedade, o graduando da FO-UFMG também desenvolve projetos de pesquisa e os divulga nos ambientes acadêmicos (VITTORINO et al., 2011). Os trabalhos resultantes são apresentados em inúmeros congressos, merecendo destaque os trabalhos desenvolvidos a partir de pesquisas realizadas por alunos da pós-graduação (ABREU et al., 2002; SCARPELLI et al., 2008; SCARPELLI et al., 2011) e por alunos da graduação (RESENDE et al., 2007; TELLES et al., 2009; ROBERTO et al., 2012). Além disso, a experiência desta parceria, tão duradoura, é difundida através de tecnologias inovadoras de ensino seja através de videoconferências realizadas para os profissionais da rede pública municipal de Belo Horizonte (em 2007 e em 2011), ou profissionais de cidades do interior do estado através das teleconferências organizadas pelo Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (NESCON) da Faculdade de Medicina em 2008, no informativo da PROEX/UFMG de 31/03/2009 (<<http://www.ufmg.br/proex/mostraNoticias.php?codigo=299>>.) e no programa Conexões da Rádio 104,5 Educativa UFMG no ano do 2008. Como resultado indireto, a metodologia de abordagem odontológica do portador de deficiências neuromotoras apresentada é aproveitada em programas direcionados para este e outros públicos em todo o Brasil. Portanto, é de fundamental importância que cada organização pública ou privada desenvolva o seu saber e o coloque a serviço do interesse público.

Como percebido pela revisão da literatura apresentada, é altamente desejável e profícuo que se consiga coadunar os resultados mensuráveis alcançados com a proposição de valor que se almeja, a partir das ações dos projetos frutos de parcerias com o terceiro setor (ASSUMPCÃO; CAMPOS, 2011; CABRAL, 2011). Para uma maior clareza do que foi estabelecido como metas e valores nos anos de atuação do presente projeto, elaborou-se um Mapa de Bens Públicos, tal como proposto por Cabral (2011) (Quadro 1).

Quadro 1 - Mapa de Bens públicos, Faculdade de Odontologia, AMR e E. E. João Moreira Salles- Fatos e valores (adaptado de CABRAL, 2011: 1930).

Recursos (necessidades)	Atividades	Bens Públicos	Resultados	Benefício
Consultório odontológico (construção)	Educação em saúde bucal	Treinamento de recursos humanos	Pacientes livres de cárie (65%)	Contribuição para inserção social do portador de deficiências
Equipamentos odontológicos (aquisição)	Atividades para controle de lesões incipientes de cárie dentária	Desenvolvimento da autoestima e envolvimento familiar	Controle da doença e manutenção da saúde	
Material odontológico	Atividades para controle da gengivite, cálculo e doença periodontal	Desenvolvimento no graduando em odontologia do sentimento de empatia pelo paciente	Controle de hábitos deletérios	
Auxiliar de Consultório Dentário	Atividades cirúrgico-restauradoras	Desenvolvimento do interesse pela pesquisa e pela participação em reuniões de cunho científico	O aluno é responsável pelo seu paciente e pelo coletivo de pacientes	
Alunos do curso de odontologia	Atividades de promoção integral da saúde	Difusão do conhecimento científico produzido	15 Artigos científicos e 30 participações em congressos	
Professoras do curso de odontologia	Atividades lúdicas de adaptação comportamental	Estímulo ao trabalho voluntário	Dissertação de mestrado	
Custos diretos (água, luz, telefone, entre outros)	Ensino em odontologia	Envolvimento familiar como co-participante da promoção de saúde do paciente e da própria família	Monografia de especialização	
Material de limpeza e de escritório	Produção de conhecimento científico	Adoção de hábitos saudáveis	Monografia de iniciação científica	
Custos sociais	Temas sociais	Fatos e valores	Indicadores	Impacto

Para a construção deste mapa foi preciso analisar de forma valorativa o arranjo social dos bens disponibilizados pela iniciativa de trabalho em conjunto da Faculdade de Odontologia da UFMG, AMR e E. E. João Moreira Salles, porque desta forma fica viável que as instituições envolvidas possam cumprir seus objetivos na confluência dos diversos atores na gestão social. Desta maneira, o impacto social pretendido extrapola a explicitação de um resultado alcançado que beneficia um número de indivíduos passando a representar a pesquisa por um estado de possibilidades ao qual o público beneficiário do projeto mostra-se mais ou menos capaz de ascender (CABRAL, 2011).

Apesar do reconhecimento de que muitas das críticas apresentadas por Menezes (2010) são pertinentes, é preciso que se ressalte que os valores que norteiam os objetivos do presente projeto estão em consonância com os valores da AMR e da E. E. João Moreira Salles.

É fato que o debate internacional sobre o tema, que influencia sobremaneira a agenda nacional, sublinha a importância da corresponsabilidade social e da complementaridade entre as estratégias coordenadas pelos diversos atores e setores que atuam no campo social. É quase unânime a percepção de que a intersecção de ações e agentes na implantação de políticas públicas cria um ambiente favorável à troca de saberes sobre experiências das mais diversas, proporcionando maior racionalidade, criatividade, qualidade e eficácia às ações desenvolvidas em todas as instâncias envolvidas, evitando a superposição de recursos e competências. Portanto, as diferenças entre as lógicas governamentais, do setor privado e da sociedade civil são percebidas como complementares e imprescindíveis nas tarefas de elaboração e viabilização de ações que proporcionem o desenvolvimento sustentável (MADEIRA; BIANCARDI, 2003).

Não se pretende, com base apenas em uma experiência, propor um modelo de avaliação de projetos de promoção de saúde. Entretanto, o modelo apresentado por Cabral (2011) permite uma clareza de interligação de ideias que convergem na direção do benefício. Como proposição final, a equipe odontológica decidiu pela elaboração de projeto de pesquisa de cunho qualitativo para a abordagem

do alcance ou não do benefício almejado no Mapa de Bens Públicos apresentado. Este será um assunto para reflexões futuras registradas em publicações científicas. Pois a avaliação bem fundamentada é imprescindível para que as ações resultantes das parcerias entre o setor público e o terceiro setor sejam transparentes (MADEIRA; BIANCARDI, 2003).

A intersectorialidade pressupõe uma nova forma de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, garantindo um acesso igual àqueles considerados desiguais. Trabalhar com cidadãos de maneira integral e integrada envolve mudanças de valores e mudanças culturais que são evidenciadas nas normas e regras que regem a ação dos grupos e organizações sociais. A construção dessas mudanças não deve ocorrer apenas no interior das organizações, nem somente nos relacionamentos interpessoais, mas pelo funcionamento do grupo ou grupos exteriores às organizações e das lideranças emergentes neste processo (JUNQUEIRA, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um projeto de caráter extensionista com reconhecido sucesso. O fato de ser realizado fora dos limites da Faculdade de Odontologia da UFMG permite que o estudante tenha contato com novas realidades, novas formas de resolução de problemas, novos saberes e novos atores sociais. A parceria público-privada entre Faculdade de Odontologia da UFMG, E. E. de Ensino Especial João Moreira Salles e AMR gerou vários resultados positivos atestados nos 14 anos de sua existência, tanto do ponto de vista de formação do aluno de odontologia quanto da perspectiva de promoção de saúde bucal entre os seus pacientes.

A utilização do Mapa de Bens Públicos permitiu visualizar com clareza as ideias que se conectam visando o benefício que é a contribuição para promover a inclusão social desta parcela da população. O percentual atingido de indivíduos livres de cárie pelo projeto é o seu resultado mais concreto, a expressiva publicação científica gerada é a sua contribuição mais ampla e as perspectivas da produção de novos saberes e formação de recurso humano engajado e responsável, o maior estímulo à sua continuidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. H. N. G. et al. Mechanical and chemical home plaque control: a study of Brazilian children and adolescents with disabilities. *Spec. Care Dentistr.*, Chicago- USA, v. 22, p. 59-64, 2002.

ASSUMPÇÃO, J. J.; CAMPOS, L. M. S. Avaliação de projetos sociais em ONGs da Grande Florianópolis: um estudo sobre modelos relacionados ao foco de atuação. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 209-242, jan./fev. 2011.

CABRAL, E. H. S. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1915-1941, nov./dez. 2011.

CASTILHO, L. S.; BARROS, A. P.; SOUZA, G. L. N.; LACERDA, D. C.; MARQUES, E. E. M.; SANTOS, E. B.; REIS, M. Q.; SILVA, P. A.; LISBOA, S. O.; RESENDE, V. L. S. A contribuição da odontologia na equipe multidisciplinar na promoção de saúde do paciente com paralisia cerebral. **Revista de Extensão**, Cruz das Almas, v. 2, p. 141-153, 2012.

GALASSI, M. A. S.; BARBIN, E. L.; SPANO, J. C. E.; MELO, J. A. J.; TORTAMANO, N. C.; PERRI, A. Atividades extramuros como estratégia viável no processo ensino-aprendizagem. **Revista da ABENO**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 66-69, jan./jun. 2006.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004.

LEMOS, P. N. et al. O modelo de atenção a saúde bucal no Médio e Baixo Xingu: parcerias, processos e perspectivas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 1449-1456, 2010.

MADEIRA, F. R.; BIANCARADI, M. R. O desafio das estatísticas do terceiro setor. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 177-184, 2003.

MENEZES, F. C. O Serviço Social e a “responsabilidade social das empresas”: o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 503-531, jul./set. 2010.

MOIMAZ, S. S.; SALIBA, N. A.; GARBIN, C. A. S.; ZINA, L. G.; FURTADO, J. F.; AMORIN, J. A. Serviço extramuro odontológico: impacto na formação profissional. **Pesquisa Brasileira de Odontopediatria e Clínica Integrada**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 53-57, jan./abr., 2004.

RESENDE, V. L. S., CASTILHO, L. S., VIEGAS, C. M. S., SOARES, M. A. Fatores de Risco para a Cárie em Dentes Decíduos de Portadores de Necessidades Especiais. **Pesquisa Brasileira de Odontopediatria e Clínica Integrada**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 111-117, maio/ago. 2007.

ROBERTO, L. L.; MACHADO, M. G.; RESENDE, V. L. S.; CASTILHO, L. S.; ABREU, M. H. N. G. Factors associated with dental caries in the primary dentition of children with cerebral palsy. **Brazilian Oral Research**, São Paulo, v. 26, p. 471-477, 2012.

SCARPELLI A. C. et al. Moebius syndrome: a case with oral involvement. **The Cleft Palate-Cranio Facial Journal**, Augusta, GA-USA, v. 45, p. 319-324, 2008.

SCARPELLI A. C. et al. Cornelia de Lange syndrome: A case report of a Brazilian boy. **The Cleft Palate-Cranio Facial Journal**, Augusta, GA-USA, v. 48, n. 4, p. 490-93, 2011.

SILVA, C. E. G. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, p. 1301-1325, nov./dez. 2010.

TELES, C. G.; ALMEIDA, C. E. F.; CASTILHO, L. S.; RESENDE, V. L. S. Síndrome de Rubinstein-Taybi: revisão da literatura e descrição de conduta odontológica. **Revista do CROMG**, Belo Horizonte, v. 10, p. 16-21, 2009.

VITTORINO, G. G.; SOUZA, G. L. N.; SILVA, H. M. M.; MARQUES, E. E. M.; RESENDE, V. L. S.; CASTILHO, L. S. Atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais: treze anos. **Arquivos em Odontologia (UFMG)**, Belo Horizonte, v. 47, p. 12-15, 2011.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

CASTILHO, Lia Silva de; RESENDE, Vera Lúcia Silva; SILVA, Maria Elisa Souza e; PACHECO, Amanda; FRIAS, Natália; MOREIRA, Elizabeth. Ensinando odontologia em cenários extramuros: uma parceria entre a Faculdade de Odontologia da UFMG, Associação Mineira de Reabilitação e uma escola para portadores de deficiências neuromotoras. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 97-107, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 15 abr. 2013.

Aceito em: 23 jun. 2013.

Envelhecendo equilibradamente: considerações de um programa de atividade física para idosos fundamentado no método Pilates

Marcelo de Maio Nascimento¹
Ruthe Kécia Rodrigues de Lima²

¹ Professor Adjunto do Colegiado de Educação Física (CEFIS) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). marcelo.nascimento@univasf.edu.br

² Discente do curso de Bacharelado em Educação Física da UNIVASF. Bolsista do Projeto de Extensão “Pilates e o Idoso: Contribuições para o equilíbrio corporal”. ruthebj@hotmail.com

Agradecemos e dedicamos este trabalho a todos os alunos deste projeto, os quais nos têm ensinado a viver o presente, despreocupados com o amanhã. Pois acreditando na alegria e na tranquilidade de bem estarem no agora, investem na saúde do futuro.

RESUMO

O envelhecimento se afigura como uma das poucas certezas da vida. Este inevitável processo de vida apresenta transformações morfológicas, bioquímicas, psicológicas e funcionais responsáveis pelo detrimento da capacidade humana em se adequar – cada vez mais – ao meio em que vive. Uma possível forma para retardar este processo consiste na prática da atividade física. O presente trabalho tem por fim, apresentar as ações do primeiro ano, 2012-2013, do Projeto de Extensão “Pilates e o Idoso: Contribuições para o equilíbrio corporal”, uma iniciativa do Colegiado de Educação Física da Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. O Projeto contou com a participação de 70 moradores da cidade Petrolina-PE, em idade entre 60-80 anos.

Palavras-chave: Idoso; Pilates; Qualidade de vida; Extensão universitária.

Balanced aging: considerations of a physical activity program for the elderly based on the Pilates method

ABSTRACT

Aging appears as one of the few certainties of life. This inevitable process of life presents morphological, biochemical, psychological and functional transformations responsible for the impairment of human suit – increasingly – the environment in which they live. One possible way to slow this process consists in the practice of physical activity. This paper aims to present the actions of the first year, 2012-2013, the Extension Project “Pilates and Elderly: Contributions to the body balance”, an initiative of the College of Physical Education, of the Federal University of Vale do São Francisco-UNIVASF. The project involved the participation of 70 city residents of Petrolina (in the state of Pernambuco), aged between 60-80 years.

Keywords: Elderly; Pilates; Quality of life; University extension.

INTRODUÇÃO

A universidade pública brasileira, em sentido às representações que lhe são conferidas, assume papéis diferenciados na sociedade. Um caminho à efetivação de suas atribuições se afiança por meio de Projetos de Extensão, os quais se tornaram obrigatórios no ensino superior pela Lei 5.540 de 1968 (ROSAS; NUNES, 2008). Atividades “extensionistas” operam com o ensino e a pesquisa na busca de soluções que viabilizem a redução de diferenças (sociais, políticas, econômicas, culturais, entre outras). Suas ações são regulamentadas pelo Plano Nacional de Extensão, sendo pautadas segundo as áreas do conhecimento do CNPq. De tal forma, tais ações buscam intensificar as pertinências da universidade, aproximando seus representantes – alunos, técnicos e professores –, além dos conhecimentos gerados no interior de seus muros às demandas da comunidade.

O presente artigo tem por fim apresentar as ações do Projeto de Extensão “Pilates e o Idoso: Contribuições para o equilíbrio corporal”, em sua primeira edição 2012-2013. O mesmo esteve vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UNIVASF- Universidade Federal do Vale do São Francisco (Programa Institucional de Bolsas de Extensão PIBEX). Seu principal objetivo consistiu em oferecer um programa de atividade física fundamentado no Método Pilates à população idosa (60-80 anos) da cidade de Petrolina-PE. Prontamente, as atividades estiveram direcionadas à ampliação dos níveis de saúde e qualidade de vida da comunidade local.

As principais motivações que conduziram à realização deste projeto foram: a) a carência de ofertas na região de atividades que valorizassem a relação corpo-movimento-saúde, específicas, para este público; b) a deficiência quantitativa de profissionais especializados para planejar e executar atividades desta ordem, visto que há mercado de trabalho na área do idoso nesta cidade e na região do Médio São Francisco, entretanto, ele ainda é pouco explorado; c) aliado a isto, existe o compromisso da própria universidade por meio da formação em Educação Física em qualificar profissionais que preencham essas lacunas; ou seja, a universidade deve cumprir com o pacto político e social – assumido – por ela de estender suas ações e conhecimentos “além-muros”.

O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Nas últimas décadas, a estrutura etária da população mundial vem passando por mudanças significativas. Segundo especialistas este processo é um reflexo da redução das taxas de fecundidade e mortalidade, este último também está relacionado à evolução da ciência – áreas da saúde – elevando assim os índices da expectativa média de vida (SANTOS et al., 2013). De tal forma, observa-se um crescimento representativo da população idosa, principalmente, acima de 65 anos (IBGE, 2010). Em 1960 o número de idosos no país era de três milhões, subindo para sete milhões em 1975, duplicando em 2006 para 17 milhões, atingindo a casa dos 20 milhões em 2008 (IBGE, 2011). Segundo VERAS (2009), isto significa um aumento de aproximadamente 700% da população idosa no período de cinco décadas. As previsões para o Brasil são de que em 2025 o número de indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos atinja a casa dos 32 milhões (LIMA, 2012).

O envelhecimento consiste em um processo dinâmico e progressivo seguido por um conjunto de modificações em caráter morfológico, funcional, bioquímico e psicológico que ocasionarão o detrimento da capacidade humana de se adequar ao meio ambiente. Tais alterações também podem deixar o sujeito mais vulnerável, aumentando a incidência de patologias que poderão resultar em seu óbito (CARVALHO, 1994). Se considerarmos a população como sujeito coletivo, também há de se ponderar que assim como os sujeitos, ela envelhecerá a partir de um dado momento.

O envelhecimento humano não é e nem pode ser reconhecido como um processo patológico (ROWE; KAHN, 1987). VERAS (2009) qualifica o prolongamento da vida como uma aspiração de qualquer sociedade, porém, isto só pode ser considerado como uma conquista real caso se adicione qualidade aos anos de vida. Com o passar do tempo a capacidade ativa do homem diminui, no entanto, uma das formas para retardar ou mesmo estender os anos de vida, em situação considerável, consiste na prática da atividade física. Indicativos sobre os benefícios da atividade física em idade avançada, bem como as desvantagens decorrentes do sedentarismo são relatados na literatura especializada (LIMA, 2012; VILELA JÚNIOR et al., 2010; MECHLING; NETZ, 2009; SPIRDUSO, 2005).

Distintos são os benefícios atribuídos à atividade física em relação ao organismo humano. Nesta perspectiva, podemos citar o aumento da força muscular, do fluxo sanguíneo, a redução do percentual de gordura e dos níveis da pressão arterial, a manutenção ou melhora da densidade corporal óssea, desenvolvimento da consciência corporal em sentido a postura, o aprimoramento da flexibilidade, além dos benefícios para o equilíbrio corporal estático e dinâmico.

A redução da capacidade humana em manter o equilíbrio também está associada ao envelhecimento. A capacidade do equilíbrio está relacionada ao funcionamento dos analisadores óticos, cenestésico, táteis e a capacidade funcional muscular (ILLING et al., 2005; ORR, 2010). Em pessoas idosas, a instabilidade corporal aumenta o risco da incidência de quedas (MELZER et al., 2004) que devido à baixa densidade da fibra óssea – em indivíduos idosos – irá gerar fraturas, podendo resultar até mesmo em óbito (FREIBERGER; VREEDE, 2011). Assim sendo, para o idoso uma simples queda pode implicar em decréscimo da qualidade de vida.

Por meio de exercícios físicos específicos é possível manter ou mesmo desenvolver consideravelmente, em pessoas idosas, os níveis de força muscular e equilíbrio corporal (CORIOLANO-APPELL; PEREZ; NASCIMENTO; APPELL-CORIOLANO, 2012). O método Pilates de exercícios corporais consiste em atividade que busca a reestruturação – alinhamento – do corpo e desenvolvimento da força do centro de equilíbrio (*powerhouse*). Isto implica no fortalecimento dos músculos “mais internos” localizados na região abdominal e responsáveis pela estabilização do tronco (APARÍCIO; PÉREZ, 2005; MUSCOLINO; CIPRIANI, 2004).

O MÉTODO PILATES

O método foi desenvolvido pelo alemão Joseph Hubertus Pilates (1880-1967), com o objetivo principal de elevar qualitativamente a relação corpo-movimento e, assim, ampliar os níveis de saúde e longevidade de seus praticantes. Apesar de ter publicado dois livros (PILATES, 1998; PILATES; MILLER, 1948) Pilates não apresentou grandes interesses investigativos sobre a eficácia de seu método. A inspiração para a criação do trabalho surgiu na movimentação corporal de animais e em figuras que retratavam as lutas de soldados gregos e romanos. Ao passar dos anos Pilates foi desenvolvendo um conjunto de exercícios que buscavam melhor integrar o corpo humano às tarefas do cotidiano (princípio da ginástica funcional). Nesta metodologia o corpo é visto como uma unidade, assim sendo, os exercícios buscam a correção de déficits posturais por meio do realinhamento dos músculos, contribuindo para a estabilização da estrutura muscular e articular, principalmente, na região abdominal (MUSCOLINO; CIPRIATI, 2004).

Segundo COMUNELLO (2011) o diferencial do Pilates em relação às demais formas de se exercitar o corpo consiste em sua capacidade de integrar exercícios de baixo impacto, não unicamente às necessidades do corpo, mas, simultaneamente, à mente. Sua prática regular permite que pessoas, de todas as idades, possam conhecer ou mesmo “re-descobrir” o corpo e suas capacidades de movimentação com mais aprofundamento. E isso implica na ampliação dos níveis de qualidade de vida motivado em mudanças dos hábitos corporais diários. No caso de pessoas idosas, a tentativa de transformação de atitudes corporais pode suscitar resistências, pois na maioria das vezes, costumes e/ou estilos comportamentais já se apresentam enraizados no cotidiano (PIRES et al., 2013).

O Pilates também é definido como arte de controle consciente da movimentação corporal, fundamentado pela “contrologia” (COMUNELLO, 2011). Seu princípio consiste em treinar o domínio do “centro de força” corporal, também chamado por *powerhouse* (APARÍCIO; PÉREZ, 2005). Conforme o próprio Pilates, esta expressão se refere à – casa de força – circunferência da cintura pélvica, a qual funciona como estrutura que suporta e reforça a coluna vertebral (MUSCOLINO; CIPRIANI, 2004). O método é fundamentado em considerações anatômicas, fisiológicas e cinesiológicas, a elaboração e execução de exercícios partem de seis princípios: concentração, controle, centralização, fluidez, respiração e precisão (LATEY, 2001).

Quanto à prática o método pode ser executado tanto na posição deitada, como em pé. Os exercícios tanto podem ser executados com o emprego do próprio peso corporal ou em aparelhos fundamentados no princípio de molas. Entre eles há o reformer, cadilac ou trapézio, barris e as unidades de parede. Os aparelhos possibilitam a diversificação da movimentação corporal, além de garantirem a qualidade do treinamento (precisão). A metodologia favorece que os músculos estabilizadores da coluna vertebral sejam contraídos livres de tensões desnecessárias (MCMILLAN et al., 1998). É interessante salientar que o método foi criado com a intenção de recuperar o corpo de dançarinos lesionados, contribuindo para o desempenho físico em suas futuras práticas. Entretanto, nos últimos anos, o Pilates vem se tornando, cada vez mais, popular na orientação de correções posturais, assim como na área da reabilitação de patologias ortopédicas, reumatológicas e respiratórias (ALVES et al., 2013; BERTOLLA et al., 2007).

METODOLOGIA

A primeira edição deste projeto aconteceu entre março de 2012 e fevereiro de 2013. Suas ações foram divididas em cinco fases, cada uma com objetivos determinados: inicialmente tivemos o recrutamento da aluna bolsista e de dois voluntários (graduandos em Educação Física); revisão bibliográfica para a fundamentação do grupo docente; definição das metas a curto, médio e longo prazo; escolha das estratégias para a divulgação do projeto junto à comunidade; definição do número de participantes; escolha dos critérios para a seleção exclusão dos alunos; aspectos relativos à organização das turmas, horários, além da disposição das funções dos alunos envolvidos no projeto de acordo com o cronograma de trabalho (Figura 1, p. 114).

Quanto à divulgação, optou-se pela divulgação no *Facebook*, seguida por cartazes e panfletos distribuídos nos bairros da cidade de Petrolina e na própria universidade. O processo de seleção dos candidatos teve a princípio uma entrevista (anamnese), seguido do preenchimento de um questionário de prontidão à atividade física (Par-Q). Este instrumento permite que se faça uma triagem preliminar – mais segura – dos candidatos, possibilitando avaliar suas capacidades funcionais e, assim estabelecer parâmetros para futuras prescrições (THOMAS et al., 1992). Em nosso caso, as informações do “ParQ” possibilitaram que restrições ou limitações dos candidatos fossem identificadas, determinando ou não a necessidade de um exame mais apurado do aluno pelo médico especialista. Em certos casos o questionário serviu, também, como critério à exclusão do candidato, visto que o programa trabalha – essencialmente – com idosos “fisicamente independentes”.

A segunda fase consistiu na avaliação postural, testes de força, flexibilidade e equilíbrio (14 itens) com fundamentação no trabalho de Coriolano-Appell, Perez, Nascimento et al. (2012): *The Pilates method to improve body balance in the elderly*. Tanto os testes, como as atividades práticas foram realizados na sala de ginástica do prédio do Colegiado de Educação Física da UNIVASF-Petrolina.

A divisão dos alunos em grupos se deu segundo a categorização de faixas etária estabelecida pela Organização Mundial da Saúde. A OMS considera como idosos os indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos. No caso do Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA (2008), classifica como “idosos jovens” os indivíduos entre 60 e 69 anos. Já aqueles com idade igual 70 até 79 anos são denominados como “medianamente idosos”. Os demais, com idade igual ou superior a 80 anos são considerados como “longevos”. Assim sendo, as turmas foram divididas em grupo “A” alunos com idade entre 60-69 anos e grupo “B” composto por todos aqueles com idade igual ou superior a 70 anos.

Inicialmente, o projeto teve a procura de 132 pessoas. No entanto, tendo em vista a qualidade e segurança do trabalho apenas 40 pessoas foram admitidas. Após três meses de atividades, ampliou-se o número de vagas para mais 30 pessoas. Questões referentes à segurança do trabalho são extremamente importantes no caso de alunos idosos, visto que esses carecem de maior atenção – principalmente – durante a atividade física, pois em certos casos, devido ao aumento da instabilidade postural, há o risco de quedas.

Idosos também necessitam de mais tempo para a compreensão dos exercícios que exigem uma correção apurada. De tal forma, muitas vezes, foi necessário disponibilizar uma pessoa do grupo docente para o acompanhamento de um idoso.

Dentre os 70 alunos, 62 eram do sexo feminino, perfazendo um total de 88,57% do contingente. 26% dos participantes tinham idade entre 70-82 anos e 74% entre 60-69 anos. Quanto à evasão, esta foi mais acentuada nos primeiros três meses, perfazendo um total de 15%. Entretanto, a partir do mês de julho/2012 houve um aumento de 22% na procura do projeto, considerando que sempre existiu uma lista de espera com aproximadamente 40 pessoas. Assim sendo, o número de alunos ativos permaneceu estável até o final do primeiro ano do projeto (fevereiro/2013). Outro fator a salientar, consiste no contingente de interessados do sexo feminino, fenômeno natural para atividades de ginástica, com exceção da musculação.

As atividades práticas foram divididas em três etapas distintas. Deste modo, pode-se controlar melhor a execução das atividades e o aproveitamento dos alunos quanto a capacidades físicas como equilíbrio, flexibilidade, alongamento, força muscular e consciência corporal. A frequência dos encontros foi de dois dias por semana, no período da tarde, com duração de 60 minutos por aula.

O programa de treinamento, propriamente dito, teve início na fase III do projeto e estendeu-se até a Fase V (Figura 01). Para tanto, foram eleitos 15 exercícios de fácil execução oriundos do modelo original do método Pilates. O principal critério para a elegibilidade dos exercícios consistiu na individualidade biológica dos participantes, faixa etária, seguido pela eficácia dos exercícios em sentido ao fortalecimento dos músculos estabilizadores do tronco e quadril deste grupo etário. Vale salientar que os exercícios eleitos para o grupo “B” (70-80 anos) consistiram em formas adaptadas dos exercícios trabalhados com o grupo “A” (60-69 anos). As atividades do grupo “B” apresentaram, também, uma particularidade: exercícios fundamentados na imaginação do movimento; além de atividades recreativas, massagens e relaxamentos.

Ao final das Fases III, IV e V, avaliações funcionais foram realizadas, com o desígnio de verificar os níveis de aproveitamento dos alunos neste período. Os instrumentos escolhidos para tanto foram observações, conversas com os próprios alunos (perguntas sobre sua percepção corporal), além de testes físicos simplificados. Após essas ações, o grupo docente se unia e traçava os objetivos para a fase seguinte. Ao final de cada seção de treinamento, eram realizadas reuniões entre os docentes e o coordenador, buscando o *feedback* do dia de trabalho. Por intermédio dos diálogos graduando em Educação Física puderam trocar suas subjetividades, associar os conhecimentos teóricos à prática e, acima de tudo, construir uma metodologia de trabalho própria para o projeto.

Por meio da Figura 1 é possível visualizar o cronograma de atividades e protocolo de ações segundo os grupos durante os 12 meses:

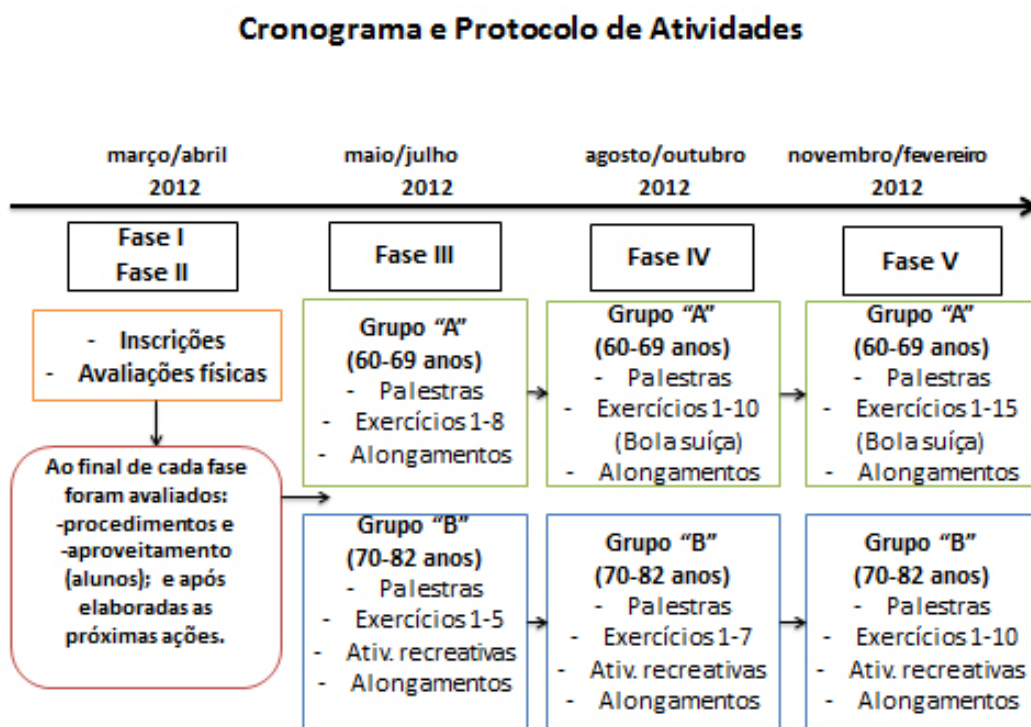


Figura 1: Cronograma e protocolo de atividades.

DINÂMICAS DAS AULAS (FASE III-V)

Antes do início das aulas, buscou-se criar um espaço para o diálogo entre os integrantes do projeto e o grupo docente. Assim sendo, designou-se um ambiente ideal para isto: amplo, climatizado e com a possibilidade de assentos. Durante este tempo, estórias de vida eram relatadas, novas amizades firmadas; progressivamente o projeto “Pilates e o Idoso” ia se materializando. Paralelamente, a pressão arterial (PA) dos alunos era verificada. O controle da “PA” consiste em ação de suma importância para indivíduos desta faixa etária, pois quando não tratada ela se afirma como risco de vida. E não foram poucas as vezes em que os níveis da “PA” dos participantes se apresentaram acima dos níveis de tolerância. Outro procedimento consistiu na configuração de uma caderneta pessoal, onde a média da “PA” mensal era fixada e, posteriormente, no início do mês seguinte, entregue aos participantes. Neste sentido, foi possível traçar, ao longo de 12 meses, um mapa individualizado desta variável.



Figura 2: Verificação da pressão arterial.

GRUPO “A” (IDOSOS JOVENS)

As práticas adotadas tiveram a preocupação em respeitar as capacidades motoras próprias de cada faixa etária. De tal forma, o programa de treinamento exibiu diferenciação entre os grupos. Alunos do grupo “A” (60-69 anos) praticavam atividades de força, agilidade, equilíbrio e coordenação mais intensamente do que o grupo “B”. Tais exercícios evoluíram gradualmente segundo os níveis de intensidade e complexidade motora, fato que também exigiu da capacidade cognitiva – coordenação – dos alunos. Os exercícios eram realizados tanto na posição em pé, como deitada no solo, também com o auxílio do treinamento por meio da instabilidade em bolas suíças.



Figura 3: Grupo “A” (60-69 anos), exercícios no solo.

GRUPO “B” (MEDIANAMENTE IDOSOS E LONGEVOS)

As atividades realizadas pelos alunos do grupo “B”, 70-80 anos de idade, consistiram em exercícios adaptados do método original Pilates, muitos dos quais serviram para o desenvolvimento de uma metodologia própria para pessoas idosas na posição sentada. O fato incidiu na busca de soluções às restrições funcionais apresentadas pelos alunos. Logo, distintamente do grupo “A”, aderiu-se à execução de exercícios utilizando-se de cadeiras.

Vale ressaltar que, inicialmente, isto consistiu em um problema para o planejamento das atividades, entretanto, foi a partir do dado problema que o grupo docente aprendeu a estudar e construir dinâmicas específicas para cada situação. Junto aos procedimentos, também, foram incluídos materiais como cordas e pequenas bolas.



Figura 4: Grupo “B” (70-82 anos), exercícios nas cadeiras.

Outra técnica trabalhada com o grupo de 70-80 anos de idade consistiu no estudo da imagem do movimento. A técnica consiste em exercitar a representação de ações corporais do cotidiano mentalmente: “A imaginação pode ser considerada um complemento da prática motora, sendo que a combinação entre ambas pode ampliar os ganhos em programas voltados ao restabelecimento e/ou à manutenção do equilíbrio corporal” (TASSA; STEFANELLO, 2012).

Ora, partindo do princípio de que este projeto de Extensão visa à ampliação dos níveis de saúde, qualidade de vida e bem-estar e, sendo que, comprovadamente, ao passar dos anos o corpo humano perde sua funcionalidade (PEDRINELI et al., 2009; DUARTE; APPELL, 2005; CARVALHO, 1994), então, capacidades e habilidades motoras devem ser treinadas. No entanto, em idade avançada não basta unicamente treinar músculos e articulações de forma ativa, mais do que isso, há a necessidade de se realizar uma (re)educação do movimento. Ou seja, o sujeito deve adaptar seu corpo às situações diárias, porém, reconhecendo – sem vaidade – as limitações impostas pela idade ao aparelho esquelético e muscular. Neste contexto, o trabalho mental se afigura como um excelente mecanismo à conscientização da imagem do “eu-movimento”, principalmente, em relação aos aspectos do equilíbrio corporal (MALOUIN et al., 2007; MULDER et al., 2007). Os resultados desta técnica também estão relacionados à neurociência (COSENZA; GUERRA, 2011; LUNDY-ECKMAN, 2008).

PRINCIPAIS RESULTADOS

Considerando, que apenas 20% dos alunos do grupo “A”, praticavam regularmente atividades físicas antes de ingressarem no projeto e 100% dos integrantes do grupo “B” eram sedentários, podemos afirmar que a intenção inicial, que consistiu em oferecer um programa de atividade física e mantê-lo por 12 meses, foi atingida. Da mesma forma, constatou-se que em curto espaço de tempo tanto a postura corporal, como os níveis de força, flexibilidade, alongamento, assim como o equilíbrio estático

e dinâmico foram desenvolvidos. Outro aspecto consistiu na diminuição ou perda total da tensão de grupos musculares, os quais eram – antes – reconhecidos pelos alunos como zonas de desconforto ou dor. Assim sendo, devido à incorporação de novos hábitos posturais, *powerhouse*, houve melhoras significativas nos hábitos posturais e de locomoção.

Por fim, considera-se que a convivência em grupo na idade idosa tende a motivar sujeitos a praticar exercícios físicos. Muitos participantes do projeto baixaram seus percentuais de gordura corporal (IMC), aumentando os coeficientes de massa corporal magra. Por meio do mapa da “PA” foi possível que alunos, que outrora não consideravam a hipertensão como uma doença de risco, após esta medida, passassem a respeitar o caso, seguindo as indicações médicas de controle.

EVENTOS REALIZADOS

Os eventos promovidos durante os 12 meses do projeto podem ser divididos em dois tipos: a) instrucionais aqueles com caráter de informar e instrumentalizar o público-alvo sobre aspectos da área da saúde; b) sociais, aqueles com objetivo de integrar e socializar o grupo.

INSTRUCIONAIS:

Um evento de médio porte com a participação de 70 pessoas, entre alunos do projeto, amigos e familiares, foi realizado. O simples fato de que os próprios alunos se responsabilizaram pela divulgação do evento, demonstrou o grau de engajamento do grupo com a ação “extensionista”. O evento teve três horas de duração e foi executado em parceria com o PET-Educação Física/UNIVASF. As atividades foram ministradas pelos alunos bolsistas do PET. As atividades realizadas consistiram na aferição da pressão arterial e nível de glicose sanguínea, teste de IMC-Índice de Massa Corporal, além de palestras sobre hipertensão, obesidade, diabetes, alongamento, flexibilidade, artrose e qualidade de vida.

SOCIAIS:

Os resultados de ações nesta esfera foram surpreendentes. Observou-se uma extrema disponibilidade dos integrantes – sem exceções – de organização e, principalmente, de participação (comemorações de aniversários, festejos de Carnaval, Páscoa, São João e Natal).

As ações eram acompanhadas de uma gastronomia – farta – prontamente organizada pelos alunos. De tal forma, nesses dias o prédio do Colegiado de Educação Física se transformava por algumas horas em um espaço de confraternização entre os alunos, seus familiares (netos, filhos, vizinhos, companheiros) e a própria universidade por meio de funcionários terceirizados, graduandos, técnicos e professores. Neste sentido, pôde-se, realmente, ver e sentir uma universidade aberta e integrada com a comunidade, ou seja, um exemplo do firmamento entre ensino, pesquisa e extensão materializado pela relação corpo-movimento.



Figura 5:
Atividade social
(Carnaval, 2013).

PARTICIPAÇÃO DO GRUPO DOCENTE EM EVENTOS CIENTÍFICOS E PRODUÇÃO DE ARTIGOS

Ao longo de 12 meses o grupo participou de três eventos científicos, com apresentação de trabalhos no XIV Congresso de Ciência do Desporto e Educação Física dos Países de Língua Portuguesa (Belo Horizonte), III Seminário de Educação Física do Vale do São Francisco (Petrolina-PE) e na V-SCIENTEX Feira de Ciências Universitária e VII-Mostra de Extensão (Juazeiro-BA). Também houve a publicação do artigo intitulado *The Pilates method to improve body balance in the elderly*, uma produção internacional conjunta com pesquisadores da Universidade de Esportes da cidade de Colônia/Alemanha (Instituto de Anatomia e Fisiologia).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades do projeto “Pilates e o Idoso: Contribuições para o equilíbrio corporal” conduziram seus participantes a se conscientizarem e perceberem seus corpos em sentido funcional ativo. 70 alunos de 60-80 anos apresentaram, ao longo de 12 meses, melhorias de capacidades como equilíbrio, flexibilidade, alongamento, força, além de baixarem os níveis de stress devido a dinâmicas de consciência e relaxamento muscular. De tal modo, confirmou-se, mais uma vez, que a prática do Pilates possibilita o incremento de aptidões motoras, além de ser responsável por transformações a nível morfológico e psicológico na terceira idade.

Por meio de depoimentos dos próprios alunos foi constatado que o tema qualidade de vida era um conceito, até então, vivenciado – unicamente – nos meios de comunicação, que se tornou conhecido, algo percebido no próprio corpo.

Para a grande maioria o projeto se apresentou como um divisor de águas, contribuindo para que os idosos passassem a se enxergar como cidadãos ativos, produtivos, reconhecidos e integrados socialmente. Ora, partindo-se do ponto de vista fenomenológico-existencialista em sentido à consciência de um “eu-saúde” e de um “eu-idoso”, podemos dizer que as vivências proporcionadas por esta iniciativa de extensão contribuíram para o desenvolvimento do sentido de pertencimento social desses cidadãos idosos.

Por outro lado, deve-se considerar que o projeto concebeu perspectivas à qualificação de um grupo de graduandos em Educação Física, auxiliando no desenvolvimento de metodologias específicas relativas ao envelhecimento ativo na cidade de Petrolina-PE.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. et al. Grau de satisfação com a imagem corporal em praticantes de pilates. **Lecture**, Buenos Aires, n. 13, p. 64-66, 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd128/grau-de-satisfacao-com-a-imagem-corporal-em-praticantes-de-pilates.htm>>. Acesso em: 18 marzo. 2013.

APARÍCIO, E.; PÉREZ, J. **O autêntico método Pilates, a arte do controle**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

BERTOLLA, F. et al. Efeito de um programa de treinamento utilizando o método Pilates na flexibilidade de atletas juvenis de futsal. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Niterói-RJ, v. 13, n. 4, p. 222-226, jul./ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pihS1517-86922007000400002>. Acesso em: 18 mar. 2013.

CARVALHO, E. T. et al. Teoria do envelhecimento. In: CARVALHO FILHO, E. T.; PAPALEO NETTO, M. **Geriatrics - fundamentos, clínica e terapêutica**. São Paulo: Atheneu, p. 1-8, 1994.

COMUNELLO, J. F. Método Pilates: aspectos históricos e princípios norteadores. **Instituto Salus**, São Paulo, p. 4-18, jun. 2011. Disponível em: <http://www.instituto-salus.com/_arquivos/artigos/14572582194e06900ce98834.50901811.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

CONSENZA, R.; GUERRA, L. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: Artmedia, 2011.

CORIOLOANO-APPELL, I.; PEREZ, V.; NASCIMENTO, de M. M.; APPELL-CORIOLOANO, H. J. The Pilates method to improve body balance in the elderly. **Archives of Exercises in Health and Disease**, Porto, v. 3, n. 3, p. 188-193, Aug. 2012. Disponível em: <<http://ciafel.fade.up.pt/aehd/index.php/aehd/issue/view/26/showToc>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

DUARTE, J. A.; APPELL, H. J. Physical activity for longevity - does the dosage make the poison? **European Review of Aging and Physical Activity**, Porto, n. 2, p. 6-12, Mar. 2005.

FREIBERGER, E.; VREDEE, P. de. Falls recall - limitations of the most used inclusion criteria. **European Review of Aging and Physical Activity**, England, v. 8, n. 2, p. 105-108, Oct. 2011. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s11556-011-0078-9>>. Acesso em: 12 Mar. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios - resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro, 2010.

ILLING, S. et al. Sensory system function and postural stability in men aged 30-80 years. **The Aging Male**, London, v. 13, n. 3, p. 202-210, Oct. 2005. Disponível em: <<http://informahealthcare.com/doi/abs/10.3109/13685531003657826>>. Acesso em: 10 May 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

JOHNSON, C. et al. Aging and the time needed to reacquire postural stability. **Journal of Aging and Physical Activity**, Virginia, v. 11, n. 4, p. 419-429, Oct. 2003. Disponível em: <<http://journals.humankinetics.com/japa-back-issues/JAPAVolume11Issue4October/AgingandtheTimeNeededtoReacquirePosturalStability>>. Acesso em: 15 Jan. 2012.

KAESLER, D. et al. A novel balance exercise program for postural stability in older adults. **Journal of Bodywork and Movement Therapies**, USA, v. 11, n. 1, p. 37-43, Jan. 2007. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/13608592/11/1>>. Acesso em: 20 Jan. 2012.

LATEY, P. et al. The Pilates method: history and philosophy. **Journal of Bodywork and Movement Therapies**, USA, v. 5, n. 4, p. 275-282, Oct. 2001. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/13608592/5>>. Acesso em: 16 June 2012.

LIMA, L. et al. A percepção de qualidade de vida em idoso: um estudo exploratório. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 1-11, ago. 2012. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pg/index.php/rbqv/article/view/1076/822>>. Acesso em: 9 mar. 2013.

LITVOC, J. et al. (Org.). **Envelhecimento** - prevenção e promoção da saúde. São Paulo: Atheneu, 2004.

LUNDY-EKMAN, L. **Neurociência**: fundamentos para reabilitação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

- MALOUIN, F. et al. The Kinesthetic and Visual Imagery Questionnaire (KVIQ) for assessing motor imagery in persons with physical disabilities: a reliability and construct validity study. **Journal of Neurologic Physical Therapy**, USA, v. 31, n. 1, p. 20-29, Mar. 2007. Disponível em: <<http://journals.lww.com/jnpt/toc/2007/03000#-941262733>>. Acesso em: 4 Mar. 2013.
- MCMILLAN, A. et al. The effect of Pilates-based training on dancer's dynamic posture. **Journal Of Dance Medicine & Science**, USA, p. 101-107, July 1998.
- MECHLING, H; NETZ, Y. Aging and inactivity - capitalizing on the protective effect of planned physical activity in old age. **European Review in Aging and Physical Activity**, Germany, v. 6, n. 2, p. 89-97, Oct. 2009. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s11556-009-0052-y>>. Acesso em: 4 Mar. 2013.
- MELZER, I. et al. Postural stability in the elderly: a comparison between fallers and non-fallers. **Age and Ageing**, London, v. 6, n. 2, p. 602-607, Nov. 2004. Disponível em: <http://ageing.oxfordjournals.org/content/33/6/602.full.pdf+html>>. Acesso em: 24 Mar. 2013.
- MUSCOLINO, J. E.; CIPRIANI, S. Postural stability in the elderly: a comparison between fallers and non-fallers. **Journal of Bodywork and Movement Therapies**, USA, v. 8, n. 1, p. 15-24, Jan. 2004. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/13608592/8/1>>. Acesso em: 21 Mar. 2013.
- MULDER, T. H. et al. Motor imagery: the relation between age and imagery capacity. **Human Movement Science**, USA, v. 26, n. 2, p. 203-211, Apr. 2007. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/01679457/26/2>>. Acesso em: 10 Mar. 2013.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Planificación y organización de los servicios geriátricos**. Informe de un Comité de Expertos. Ginebra, 1974.
- ORR, R. Contribution of muscle weakness to postural instability in the elderly. A systematic review. **European Journal of Physical and Rehabilitation Medicine**, Torino, v. 46, n. 3, p. 183-220, June 2010. Disponível em: <<http://www.minervamedica.it/en/journals/europa-medicophysica/article.php?cod=R33Y2010N02A0183>>. Acesso em: 5 Mar. 2013.
- PEDRINELLI, A. et al. O efeito da atividade física no aparelho locomotor do idoso. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 96-101, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-36162009000200002>. Acesso em: 9 mar. 2013.
- PILATES, H J. **Your health**. A corrective system of exercising that revolutionizes the entire field of Physical Education. Incline Village-USA: J. Robins, 1998.

PILATES, H. J.; MILLER, W. **Return to Life Through Contrology**. USA: Atlasbooks, 1948.

PIRES, F. et al. Perfil da qualidade de vida de idosos ativos e sedentários. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 12-21, jan. 2013. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pg/index.php/rbqv/article/view/1397>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ROSAS, J.; NUNES, C. Política de extensão: a educação ambiental na perspectiva dos projetos de extensão da UFPE no período 2006 - 2008. **Extensão em Foco**, Curitiba, n. 6, p. 27-35, dez. 2010. Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/extensaoemfoco/download/2012/Extensao_em_foco_N6_jul_dez_2010.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2013.

ROWE, J. B.; KAHN, R. L. Human aging: usual and successful. **Science**, USA, v. 237, n. 4811, p. 143-147, July 1987. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/content/237/4811/143.full.pdf>>. Acesso em: 15 Mar. 2013.

SANTOS, P. et al. Percepção de qualidade de vida entre idosos jovens e longevos praticantes de hidroginástica. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 1-11, jan. 2013. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pg/index.php/rbqv/article/view/1324/958>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SPIRDUSO, W. W. **Physical dimensions of aging**. Champaign: Human Kinetics, 2005.

TASSA, K.; STEFANELLO, J. Efeitos de um programa de imaginação sobre o equilíbrio em idosos: uma revisão de literatura. **Revista A Terceira Idade**, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 18-29, mar. 2012. Disponível em: <http://issuu.com/sescsp/docs/terceira_idade_53_sescsp>. Acesso em: 5 abr. 2013.

THOMAS, S. et al. Revision of the Physical Activity Readiness Questionnaire (PAR-Q). **Canadian Journal of Sport Sciences**, Toronto, p. 338-345. Dec. 1992.

VILELA JÚNIOR, G. B. et al. Qualidade de vida e processo de equilíbrio durante o processo de envelhecimento de mulheres praticantes de atividade física. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 18-25, jul. 2010. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pg/index.php/rbqv/article/view/664/553>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

VERAS, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 548-544, maio 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000300020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 mar. 2013.

WINSOR, M.; LASKA, M. **The Pilates Powerhouse**. Cambridge: Perseus Books, 2009.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

NASCIMENTO, Marcelo de Maio; LIMA, Ruthe Kécia Rodrigues de. Envelhecendo equilibradamente: considerações de um programa de atividade física para idosos fundamentado no método Pilates. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 108-123, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 2 maio 2013.

Aceito em: 28 jun. 2013.

Ginástica artística: uma proposta de aplicabilidade

Rosangela Marques Busto¹
Abdallah Achour Junior²
Rosana Sohaila Teixeira Moreira³

¹ Docente do Curso de Esporte e Educação Física da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutora em Educação. busto@uel.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados do projeto de extensão universitária “Ginástica Artística para todos” desenvolvido no Centro de Educação Física e Esporte da Universidade Estadual de Londrina-PR de 2009 a 2011. Participaram do projeto 28 professores da rede estadual de educação, cinco docentes da Universidade Estadual de Londrina que orientaram e supervisionaram 184 acadêmicos dos cursos de Licenciatura em Educação Física e Bacharel em Ciência do Esporte, e 28 escolas estaduais de Londrina e da Região Metropolitana. Durante as ações pedagógicas de iniciação em ginástica artística, aplicaram os conteúdos teóricos e práticos da disciplina dos cursos. Participaram 700 meninas na faixa etária de dez a 12 anos de diferentes classes socioeconômicas. Os acadêmicos concluíram o estágio com a apresentação das crianças na Copa UEL de Ginástica Artística, no Torneio Escolar Londrinense (TORNECOLON) e Festivais Recreativos de Ginástica Artística.

Palavras-chave: Ensino superior; Educação física; Extensão universitária; Esporte.

Artistic gymnastics: a proposal of application

ABSTRACT

This article aims to present the results of the extension project “Artistic Gymnastics for all” developed at the Center for Physical Education and Sport, State University of Londrina (in the state of Paraná) from 2009 to 2011. Twenty-eight teachers of public state schools participated in the project along with five professors from the State University of Londrina-PR, who guided and supervised 184 undergraduate students of Physical Education and Bachelor of Science in Sport, and 28 state schools in Londrina and the Metropolitan Region. During the pedagogical practices of initiation into artistic gymnastics, they applied the theoretical and practical courses of the discipline. 700 girls aged 10-12 years and of different socioeconomic classes participated in the project. The undergraduate students concluded their educational experience with the children’s UEL Cup of Gymnastics in the Londrinense School Tournament (TORNECOLON), Festivals and Recreational Artistic Gymnastics.

Keywords: Higher education; Physical education; University project for the community; Sport.

² Docente do Curso de Esporte e Educação Física da UEL. Doutor em Educação Física. achour-junior@hotmail.com

³ Docente do Curso de Esporte e Educação Física da UEL. Mestre em Educação Física. rosana.st.moreira@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Ginástica Artística é uma das modalidades esportivas mais antigas e populares do programa olímpico, e teve seu início no Brasil com a colonização alemã, no Rio Grande do Sul, no ano de 1824 como forma de lazer (PUBLIO, 1998). Em 1996, foi incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1996).

A cidade de Londrina e a Universidade Estadual de Londrina estão envolvidas com a Ginástica Artística desde 1980 quando iniciaram uma parceria com a então Secretaria de Cultura e Esporte do Estado do Paraná com a implantação do projeto Polos Esportivos (BUSTO, 2008).

Os cursos de Bacharel em Esporte e Licenciatura em Educação Física desenvolvidos no Centro de Educação Física e Esporte da Universidade Estadual de Londrina têm entre seus objetivos formar profissionais que deverão atuar nas dimensões (educacionais, de rendimento, de saúde e de lazer) do Esporte. No curso de Esportes, as características extensionistas, de natureza educativa, cultural, científica ou técnica, são executadas sob a forma de projetos voltados a questões relevantes da sociedade.

A ginástica artística é uma modalidade em que o ginasta se expressa com o próprio corpo e se distingue pela grande variedade de movimentos dinâmicos ou estáticos de coordenação complexa (VIEIRA; FREITAS, 2007). Nessa modalidade, os objetivos das práticas variam conforme sua classificação e contexto. A atividade ginástica artística tem caráter formativo com finalidade de desenvolver as habilidades motoras e tem caráter competitivo cuja finalidade é desenvolver as habilidades específicas com alta precisão técnica e que atenda ao grau de exigência do código de pontuação, ou seja, as regras da modalidade (NUNOMURA; CARRARA; CARBINATTO, 2010).

Para o ensino da ginástica artística, independente do contexto, utiliza-se inicialmente, da familiarização e iniciação. A familiarização constitui todo o trabalho de aproximação, contato, ambientação e experimentação dos aparelhos oficiais ou alternativos. Nessa fase de familiarização, não se exige a perfeição dos exercícios, solicita-se a movimentação para que se tenha conhecimento do corpo no espaço, bem como, suas posições nos mais variados movimentos. Após esse conhecimento, iniciamos a aprendizagem das posições básicas, manipulação e repetições dos exercícios para que haja melhoria das sensações, fixação e automatização dos movimentos básicos (ARAÚJO, 2003; NUNOMURA; TSUKAMOTO, 2006).

Neste sentido, compreende-se que a ginástica artística pode proporcionar aos alunos a possibilidade de escolha de movimentos de acordo com as suas capacidades, podendo obter um maior rendimento pessoal.

Essa modalidade esportiva, por sua característica e riqueza de movimentos, ensina a enfrentar progressivamente, a partir de situações seguras, situações mais perigosas, a lutar para vencer as dificuldades dos problemas propostos, a superar e a sentir o prazer de superação, contribuir ainda com o desenvolvimento das capacidades físicas e motoras, com a coragem e a participação em grupos, pois embora seja um esporte individual, as crianças necessitam de ajuda mútua para a aprendizagem dos movimentos (TEIXEIRA, 2005, LOPES; NUNOMURA, 2007).

Destarte e visando atender os objetivos do Projeto Político Pedagógico dos Cursos oferecidos pela instituição e privilegiando a participação dos alunos em projetos de extensão e monitorias para contribuir na formação acadêmica é que foi proposto o projeto de extensão “Ginástica Artística Para Todos”, vinculado ao Departamento de Ciências do Esporte do Centro de Educação Física e Esporte da Universidade Estadual de Londrina, cujos resultados serão apresentados.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

O projeto de extensão foi concebido tendo como objetivos principais: estimular o desenvolvimento da prática de Ginástica Artística em Londrina e região; proporcionar aos acadêmicos uma experiência no campo prático em ginástica artística, contribuindo para a sua formação profissional; desenvolver no acadêmico o interesse para a pesquisa científica, utilizando o projeto como trabalho de conclusão de curso; contribuir na integração social das meninas de escolas e instituições; oportunizar a participação de meninas em atividades que propiciam o desenvolvimento físico, psíquico e social; encaminhar as meninas talentosas ao centro de treinamento da “ALGA”⁴; realizar eventos, campeonatos e festivais de Ginástica Artística.

⁴ Associação Londrinense de Ginástica Artística.

Após as definições dos objetivos e procedimentos do projeto de extensão entre os docentes envolvidos, houve encaminhamento para a aprovação interna. O projeto de extensão foi aprovado por todas as instâncias da Universidade Estadual de Londrina, com a organização apresentada abaixo:

Plano de Trabalho Individual do Coordenador

- Seleção de estagiários;
- Reuniões com colaboradores e estagiários;
- Planejamento das ações;
- Aplicação de testes morfofuncionais;
- Elaboração do material de disseminação e divulgação;
- Acompanhamento de trabalhos e pesquisas realizadas no projeto;
- Elaboração de artigos e relatórios parciais;
- Elaboração de relatório final.

Plano de Trabalho Individual do Colaborador

- Auxiliar na seleção de estagiários;
- Participar do planejamento das ações;
- Participar das reuniões com estagiários;
- Auxiliar na aplicação de testes morfofuncionais;
- Auxiliar na elaboração do material de disseminação e divulgação;
- Auxiliar na elaboração de trabalhos e pesquisas realizadas no projeto;
- Colaborar na elaboração de artigos e relatórios parciais;
- Colaborar na elaboração de relatório final.

Avaliação do Projeto

- Análise das avaliações morfofuncionais realizadas nas atletas;
- Publicações nos meios de comunicação.

Resultados e Contribuições esperadas

- Aprimoramento motor e cognitivo das crianças envolvidas;
- Campo de Estágio aos acadêmicos do curso de Licenciatura e Bacharel em Esporte;
- Desenvolvimento de pesquisas;
- Apresentação de trabalho em eventos e congressos.

Disseminação dos Resultados

- Apresentação de publicações em eventos;
- Recortes de jornais referentes ao projeto;
- Realização de eventos.

Após receber a aprovação formal do projeto, foi realizada uma reunião com o coordenador de Educação Física do Núcleo Regional de Educação, o qual convidou os professores de Educação Física. A partir disso, manifestaram interesse em participar 25 professores da rede estadual de educação da cidade de Londrina e três professores de cidades da região (Cambé, Rolândia e Araçongas).

Concomitante às definições junto ao Núcleo Regional, foram convidados os discentes matriculados nas disciplinas de Ginástica Artística, dos Cursos de Bacharel em Ciências do Esporte e de Licenciatura em Educação Física, para participar. Os interessados preencheram a ficha de atividade acadêmica complementar, exigência da PROGRAD⁵ para a contagem da carga horária desenvolvida em projetos.

⁵ Pró-Reitoria de Graduação.

A distribuição dos acadêmicos pelas escolas cadastradas foi de acordo com seu interesse e facilidade de acesso. Os mesmos dirigiram-se às escolas onde foram abertas as inscrições sendo preenchida uma ficha de cadastro das meninas por estabelecimento de ensino.



RESULTADOS

Os acadêmicos, durante o primeiro semestre de cada ano letivo, participaram de aulas práticas e realizaram o planejamento das atividades a ser aplicadas junto às crianças das escolas participantes.





No segundo semestre de cada ano, ocorreu a intervenção com duração de duas horas semanais, preparando as crianças para participarem dos eventos de ginástica aos quais foram realizados no Ginásio Municipal de Londrina/Moringão e nas dependências do Centro de Educação Física e Esportes.

Durante o desenvolvimento do projeto, para preparação das meninas foram realizadas inúmeras adaptações para aplicação das atividades considerando as particularidades das escolas, que nos permitem a indicação de propostas mostrando as possibilidades de práticas em ambientes variados, externos (Quadro 1) e ambientes internos alternativos (Quadro 2).

O cenário encontrado condizia com o relatado na pesquisa de Luguetti, Dantas, Nunomura e Bohme (2013), nas quais indicam que os professores/técnico das escolas públicas relataram condições inadequadas das instalações e dos materiais.




Descrição do Espaço	Imagens	Descrição da ação
<p>Crianças utilizaram espaços com gramado, aonde foram realizadas as atividades de primeiro contato com a modalidade.</p>	 <p style="text-align: center;">Gramado da Escola</p>	<p>O acadêmico demonstra a atividade sugerida e todas as crianças podem visualizar o que está sendo proposto e assim realizar a tarefa.</p>
	 <p style="text-align: center;">Campo de Futebol</p>	<p>Os acadêmicos ajudam as crianças na realização do movimento parada de cabeça enquanto as demais crianças realizam sozinha a atividade.</p>

Quadro 1: Algumas atividades desenvolvidas em ambiente externo.

Descrição do Espaço	Imagens	Descrição da ação
<p>Crianças utilizaram espaços de laboratórios de ensino, salas de aula e corredores de entrada da escola no desenvolvimento das atividades propostas.</p>	 <p style="text-align: center;">Laboratório</p>	<p>As atividades eram iniciadas com um aquecimento dirigido a fim de prepará-las para o início das sessões.</p>
	 <p style="text-align: center;">Sala de Aula</p>	<p>O Acadêmico passa instruções sobre os cuidados necessários para a realização do rolamento para frente grupado.</p>
	 <p style="text-align: center;">Entrada da escola</p>	<p>As acadêmicas utilizam de procedimentos pedagógicos para ensinar a roda.</p>
	 <p style="text-align: center;">Refeitório</p>	<p>Acadêmicos desenvolviam o trabalho em duplas.</p>

Quadro 2: Algumas atividades desenvolvidas em ambientes internos alternativos.

Os professores supervisores se deslocavam até as escolas para orientar as aulas que estavam sendo realizadas (Quadro 3).




Descrição da Ação	Imagens	Descrição da orientação
<p>Docente supervisora intervém demonstrando como deve ser realizada a atividade e a ajuda na realização da tarefa.</p>		<p>Orientação para a realização de meia lua para a realização da roda.</p>
		<p>Ajuda física para a realização da roda sobre a linha.</p>
		<p>Orientação para a realização da parada de mão.</p>

Quadro 3: Orientação dos professores supervisores nas atividades propostas.

No primeiro ano do projeto, os acadêmicos prepararam as equipes com dez meninas para participarem da Copa UEL de Ginástica Artística e do TORNESCOLON no Ginásio de Esportes Moringão (Figura 1 do Quadro 4).




Nos anos subsequentes, os discentes treinaram as crianças para participarem da Copa UEL de Ginástica Artística e do Festival Recreativo de Ginástica Artística (Figuras 2 e 3 do Quadro 4), eventos realizados nas dependências do Centro de Educação Física e Esportes. Os eventos foram promovidos pela Universidade Estadual de Londrina com o apoio da Fundação de Esportes, Núcleo Regional de Educação e Associação Londrinense de Ginástica Artística.

Quadro 4: Eventos realizados envolvendo acadêmicos e crianças do projeto.

Eventos realizados no projeto.	 <p>Abertura do TORNESCOLON e COPA UEL DE G.A. / Ginásio de Esportes Moringão.</p>
	 <p>FESTIVAL RECREATIVO DE GINÁSTICA ARTÍSTICA - Área de Ginástica Artística "Elci Bittencourt Schleder Mazzio" no Centro de Educação Física e Esporte da UEL.</p>
	 <p>COPA UEL DE GINÁSTICA ARTÍSTICA - Sala de Ginástica no Centro de Educação Física e Esporte da UEL.</p>

Os eventos supracitados consistiram na competição por meio de séries de solo compostas de coreografia e elementos obrigatórios organizados de acordo com a competência individual (Figuras 4 e 5 do Quadro 5).

Quadro 5: Série de solo e premiação.

Série de solo no Ginásio de Esportes Moringão e na Sala de Ginástica do Centro de Educação Física e Esporte da Universidade Estadual de Londrina.	 <p>Realização de rolamento para frente durante a série de solo.</p>
	 <p>Realização de uma coreografia na série de solo.</p>
	 <p>Premiação de todas as crianças participantes nos eventos.</p>

Todos os participantes da Copa UEL de Ginástica Artística, do TORNESCOLON e do Festival Recreativo receberam premiação pela sua participação no evento, pois os eventos tiveram como objetivo principal a formação educacional das meninas (Figura 6 do Quadro 5).

Durante os três anos de funcionamento do projeto, houve o envolvimento de 28 professores da rede estadual de ensino, cinco docentes da UEL, 28 escolas da cidade de Londrina e Região Metropolitana, 184 acadêmicos dos cursos de Licenciatura em Educação Física e Bacharel em Ciência do Esporte (atualmente, curso de Esporte) e 700 crianças envolvidas (Gráfico 1).

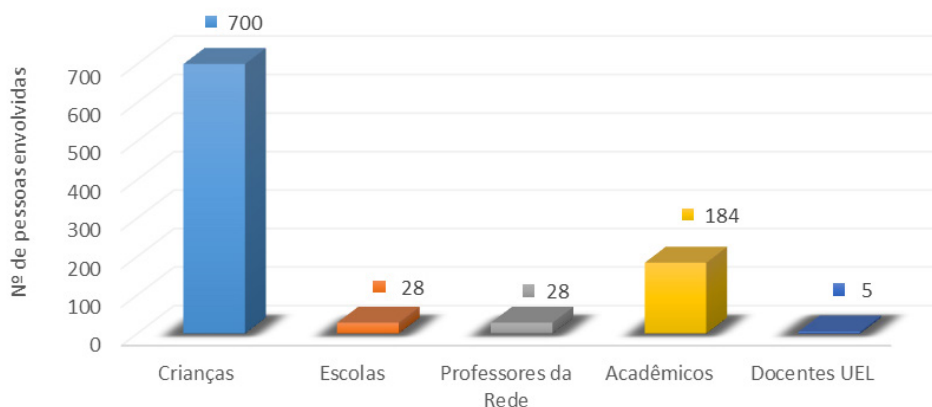


Gráfico 1: Número de pessoas e instituições envolvidas no projeto de extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ginástica artística, por sua característica e riqueza de movimentos, ensina a criança/aluno/atleta a enfrentar as dificuldades, a superar e a sentir o prazer de superação, contribuindo com o desenvolvimento das capacidades motoras, com a coragem e a participação em grupos, pois mesmo sendo um esporte individual, as crianças necessitam de ajuda mútua para a aprendizagem dos movimentos. Assim, os professores e/ou treinadores devem programar e estabelecer condições de prática que proporcionem maior probabilidade de desempenho bem-sucedido em situações que requerem as habilidades que estão sendo aprendidas.

A partir das experiências apresentadas, conclui-se que o projeto desenvolvido junto aos acadêmicos de Educação Física e Esporte do Centro de Educação Física e Esporte da Universidade Estadual de Londrina atingiu seus objetivos, pois colocou os acadêmicos para inter-relacionar o programa da disciplina do curso com a realidade do ambiente escolar e melhorar a condição das crianças com um objetivo (apresentar os conteúdos aprendidos/ensinados nos eventos realizados durante o processo).

Visto que o ensino das habilidades da ginástica artística deve estar voltado para um determinado fim, seja este uma competição ou mesmo uma apresentação, as habilidades devem ser treinadas com a finalidade de melhorar a capacidade da criança de desempenhá-las em situações futuras.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. **Manual de ajudas em Ginástica Artística**. Canoas: Ulbra, 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC. Brasília-DF, 1996.

BUSTO, R. M. Pólo de Ginástica Olímpica já cadastrou os primeiros nomes (2008). Disponível em: <<http://www2.uel.br/cef/sgo/PROJETO/SGO10-2.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

LOPES, P; NUNOMURA, M. Motivação para prática e permanência na Ginástica Artística. **Revista Brasileira Educação Física Esporte**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 177-187, 2007.

LUGUETTI C. N.; DANTAS, L.; NUNOMURA, M.; BOHME, M. T. Práticas esportivas escolares na cidade de Santos-SP: o ponto de vista dos professores/treinadores. **Motriz: Revista de Educação Física**, Rio Claro-SP, v. 19, p. 10-21, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-65742013000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 abr. 2013.

NUNOMURA, M.; CARRARA, P. D. S.; CARBINATTO, M. Análise dos objetivos dos técnicos na Ginástica Artística. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 16, p. 95-102, 2010. Disponível em: <www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/viewArticle/630>. Acesso em 15 abr. 2013.

NUNOMURA, M.; TSUKAMOTO, M. H. C. Análise e ensino da Ginástica Olímpica. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. S. **Pedagogia do desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

PUBLIO, N. S. **Evolução histórica da Ginástica Olímpica**. Guarulhos-SP: Phorte Editora, 1998.

TEXEIRA, L. A. Aprendizagem de habilidades motoras na ginástica artística. In: NUNOMURA, M.; PICCOLO, V. L. N. **Compreendendo a Ginástica Artística**. São Paulo: Phorte, 2005.

VIEIRA, N. S. **O que é Ginástica Artística - história, regras e curiosidades**. Rio de Janeiro-RJ: Casa da Palavra, 2007.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

BUSTO, Rosangela Marques; ACHOUR JUNIOR, Abdallah; MOREIRA, Rosana Sohaila Teixeira. Ginástica artística: uma proposta de aplicabilidade. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 124-133, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 5 abr. 2013.

Aceito em: 1 jul. 2013.

A ampliação das fronteiras do acesso à Justiça: em foco o Projeto Direito Perto de Casa¹

Paula Daniella Almeida Castro²

¹ Texto produzido a partir do estudo monográfico realizado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de Direito realizado na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

² Bacharela em Direito pela UNEB; Analista Técnica da Defensoria Pública do Estado da Bahia, lotada na cidade de Salvador. pauladaniella.ac@gmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise das atuais fronteiras do acesso à justiça na cidade de Juazeiro-BA, a partir de um estudo monográfico de campo que teve como *locus* o Projeto de Extensão Acadêmica Direito Perto de Casa. A pesquisa seguiu o seguinte problema: em que medida o Projeto Direito Perto de Casa amplia as fronteiras do acesso qualitativo à justiça na cidade de Juazeiro-BA? E teve como objetivo geral verificar quais as dificuldades e possibilidades enfrentadas pelo Projeto. O referencial teórico circundou os estudos de: Baumann (2003), Foucault (2005), Cappelletti e Barth (1988), na área da Sociologia, além de Silva (2008) e Lenza (2009), teóricos do Direito Constitucional. O estudo constituiu-se em uma pesquisa descritiva, com enfoque qualitativo. Como resultados verificou-se que o Projeto amplia o acesso qualitativo à justiça, por outro lado apresenta as seguintes dificuldades: a carência de recursos materiais, a falta de capacitação técnica dos estagiários e a não execução da Assessoria Jurídica.

Palavras-chave: Acesso à justiça; Igualdade; Legitimidade popular.

Expansion of the access to Justice frontiers: focus on the Project Direito Perto de Casa

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the current access to justice boundaries in Juazeiro (in the state of Bahia), from a monographic field study that had as locus the Extension Academic Project Law Near Home. The research followed the following problem: how the Project Law Near Home expands the boundaries of qualitative access to justice in Juazeiro City? It aimed to verify what the difficulties and opportunities faced by the project are. The theoretical studies circled Baumann (2003), Foucault (2005), Cappelletti and Barth (1988), in the field of Sociology, in addition to Silva (2008) and Lenza (2009), Constitutional Law theorists. The study was based on a descriptive study with qualitative and quantitative approach. The results showed that the qualitative project expands access to justice, on the other hand has the following problems: the lack of material resources, lack of technical skills of trainees and non-execution of the Legal Advice.

Keywords: Access to justice; Equality; Popular legitimacy.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta o resultado da pesquisa monográfica que analisou as atuais fronteiras da busca pela democratização do acesso à justiça na cidade de Juazeiro-Bahia. A pesquisa revelou-se sob a forma de estudo de campo e teve como *locus* o espaço no qual é executado o Projeto de Extensão Acadêmica intitulado Direito Perto de Casa, em execução desde julho de 2011, com atividade permanente na sede dos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) dos bairros: Kidé, Malhada da Areia, Tabuleiro, Itaberaba e João Paulo II.

O Projeto Direito Perto de Casa foi idealizado por alunos do curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus III, que na época cursavam o terceiro semestre, e ampliado pelo professor coordenador do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) desse Departamento, atual coordenador da atividade.

Situada no estado da Bahia, no semiárido baiano da região Nordeste, a cidade de Juazeiro conta com uma população de 197.965 habitantes³, sendo estes distribuídos no centro da cidade, em bairros periféricos e na zona rural. O município conta com algumas iniciativas voltadas à democratização do acesso à justiça, sendo as principais: a Defensoria Pública Estadual, assistentes jurídicos municipais e o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da UNEB – Campus III, única Universidade a oferecer o curso de Direito.

³ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.codmun=291840>. Acesso em: maio 2013.

Entretanto, em que pese à cidade dotar-se de todos esses aparatos jurídicos, percebeu-se a necessidade de que referidas ações se adequassem à realidade social da população mais carente, a qual habita bairros distantes do centro da cidade, aspecto que dificultava o acesso à justiça e representava verdadeiro óbice à construção da cidadania. Nesse sentido, entendeu-se a importância do trabalho desenvolvido pelos núcleos de atendimento do Projeto Direito Perto de Casa, consistente em aproximar as práticas jurídicas das pessoas com menor poder aquisitivo.

A análise perseguiu a seguinte problemática: em que medida o Projeto Direito Perto de Casa amplia as fronteiras do acesso qualitativo à justiça na cidade de Juazeiro-BA? Diante do problema materializado, o estudo perseguiu o objetivo geral de verificar as dificuldades e possibilidades enfrentadas por estagiários, coordenador e cidadãos atendidos pelo Projeto. Entre os objetivos específicos, foram elencados: identificar quais as principais possibilidades e barreiras encontradas pelo Projeto, considerando os seguintes aspectos: divulgação, legitimidade popular e eficácia; investigar o impacto do Projeto junto à comunidade; reconhecer os pontos de aproximação entre a base teórica e a vivência dos estagiários no *locus* de atuação.

O tema pesquisado demonstrou íntima relação com o Direito Constitucional e com a Sociologia Jurídica, razão pela qual todo o arsenal teórico tomou como base clássicos dessas duas disciplinas, a exemplo dos estudos realizados por José Afonso da Silva (2008) e Pedro Lenza (2009), expoentes constitucionalistas, e dos sociólogos: Baumann (2003), Bourdieu (1989), Foucault (2005), Boaventura Santos (1999), Max Weber (2001), além de Cappelletti e Garth (1988).

O PROJETO DIREITO PERTO DE CASA: FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

A Constituição Federal de 1988 elevou o acesso à justiça à categoria de direito fundamental. No referido texto, encontram-se a base principiológica, representada pelo princípio da igualdade - reconhecido pelo caput do art. 5º. - e o fundamento normativo do acesso à justiça, constante do inc. LXXIV do mesmo artigo, *in verbis*: “O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, na forma do art. 5º., inc. LXXIV”. Esse fundamento normativo apresenta direta relação com a atuação das Defensorias Públicas dos Estados e da União. Isso porque, referida instituição se configura no país como o principal instrumento garantidor do acesso gratuito e inafastável ao judiciário. A ela compete, por excelência, orientar e defender em todos os graus, as partes que aleguem insuficiência de recursos.

Entretanto, a realidade da Defensoria Pública brasileira muito se distancia do ideal constitucional. Dada referida deficiência, outras instâncias incumbem-se da responsabilidade de garantir o acesso à justiça aos mais necessitados, embora enfrentem semelhantes problemas, a exemplo dos serviços jurídicos vinculados ao Poder Público Municipal, dos núcleos de assistência jurídica mantidos por Universidades e Faculdades em todo o país, e de projetos sociais voltados à prestação de assistência aos cidadãos desprovidos de recursos.

Ocorre que apesar da atuação de outras instituições na busca pela democratização do acesso à justiça, uma série de obstáculos continuam a distanciar o cidadão mais carente dos ambientes de prestação jurídica. Para Santos (1999, p. 170-171), “a distância dos cidadãos em relação à administração da justiça é tanto maior quanto mais baixo é o extrato a que pertencem”. Dentre esses obstáculos, merecem destaque: terminologia; localização; preconceito; baixa autoestima; fronteiras invisíveis, como fóruns e tribunais, territórios onde se desenvolve um jogo de forças simbólicas.

Com efeito, não há dúvidas de que o Direito é a forma por excelência do discurso dominante, razão pela qual representa a expressão pura do poder simbólico que cria realidades, grupos, efeitos. Da mesma forma, o exercício das práticas e dos discursos jurídicos envolvidos na prestação do acesso à justiça não se trata de construção aleatória, mas de produto de relações de força específicas e da lógica interna do universo jurídico. Conforme leciona Bourdieu, a ação jurídica encontra-se inserida em um universo composto por um conjunto de relações objetivas e de poder, espaço no qual prevalecem relações sociais complexas abalizadas pelos interesses dos agentes dominantes:

O campo judicial é o espaço social organizado no qual e pelo qual se opera a transmutação de um conflito direto entre partes diretamente interessadas no debate juridicamente regulado entre profissionais que atuam por procuração e que tem de comum o conhecer e o reconhecer da regra do jogo jurídico [...] Entrar no jogo, conformar-se com o Direito para resolver o conflito, é aceitar tacitamente a adoção de um modo de expressão e de discussão que implica a renúncia à violência e às formas elementares da violência simbólica (BOURDIEU, 1989, p. 229).

A pesquisa revelou que, desse contexto de obstáculos ao acesso à justiça, surge a importância do Projeto de Extensão Acadêmica Direito Perto de Casa, cuja atividade tem como objetivo central proporcionar a democratização desse acesso aos mais

necessitados, como estratégia para amenizar o déficit social provocado pela má estruturação das Defensorias e de outras instituições que, a rigor, deveriam prestar ditos serviços com qualidade. Importante destacar aqui que o sentido de acesso à justiça visualizado pelo Projeto tem em vista a promoção do direito à igualdade de informação e de atendimento jurídico.

Atualmente, o Projeto Direito Perto de Casa conta com 15 estagiários, divididos em cinco grupos, cada um com três componentes, entre os quais um é o líder. Os acadêmicos desempenham suas atividades na sede dos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) dos cinco bairros atendidos, a saber: Kidé, Malhada da Areia, Tabuleiro, Itaberaba e João Paulo II, escolhidos como espaço para a execução pelo fato de apresentarem expressiva parcela da população com baixos índices de desenvolvimento social.

OS ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

A pesquisa percorreu as seguintes etapas: fichamento dos marcos teóricos que tratam da democratização e do acesso à justiça; entrada no campo, para a coleta e análise de protocolos de atendimentos; entrevistas a estagiários, usuários e ao coordenador do Projeto; análise e tabulação dos dados; considerações finais e revisão do texto. Em face disso, deu-se preferência à análise de dados e relatos concretos, obtidos no próprio *locus* onde se desenvolve o Projeto que constitui o foco da análise. Para tanto, as entrevistas foram realizadas pessoalmente pela pesquisadora, durante o mês de janeiro de 2012, nos locais onde os entrevistados prestavam/recebiam atendimento.

Foram sujeitos focais do estudo: 9 (nove) estagiários, 9 (nove) cidadãos moradores dos bairros onde os serviços são prestados, e 1 (um) professor na condição de coordenador do projeto de extensão. Os estagiários entrevistados cursavam o 4º, 6º, 8º e 10º períodos do curso de Direito. No trabalho preferiu-se identificar os estagiários como E1, E2, E3, E4 e E5, e o coordenador como C, para respeitar a identidade dos sujeitos. Importante ressaltar que os cidadãos assistidos pertenciam, em sua maioria, à classe C.

A análise dos dados e das entrevistas revestiu-se de caráter qualitativo, sem, porém, desprezar os dados quânticos por entender que a linguagem numérica também traduz carga significativa.

A análise documental lançou o olhar sobre os protocolos de registro de atendimento, os quais evidenciaram que as questões cíveis, em especial a ação de alimentos, são as principais demandas atendidas pelos estagiários, fato determinado pelas condições socioeconômicas da população-alvo da iniciativa, com alto índice de gravidez precoce e não planejada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

OS AVANÇOS E ENTRAVES DO PROJETO SOB A ÓTICA DOS ESTAGIÁRIOS

Os estagiários foram uníssomos ao considerar como de grande importância a realização do Projeto para a população atendida. Perguntados sobre a importância dos serviços desempenhados nos núcleos de atendimento, os acadêmicos assim comentavam:

Eu acho que se não tivesse esse serviço aqui, muita gente não teria o acesso que tem hoje. Porque são pessoas que não tem a mínima condição mesmo. Não tem nem condição nem instrução de ir buscar. (E1)

A inserção de núcleos de atendimento do Projeto nos bairros mais pobres da cidade partiu da premissa de que a justiça é um bem comum, ao qual todos devem ter acesso. A condição econômica dos usuários do Projeto e o fato de residirem em bairros afastados do centro da cidade - onde se localiza boa parte dos órgãos jurídicos - impede que esses cidadãos se desloquem na busca de atendimento especializado. Em verdade, os indivíduos chegam aos centros de atendimentos aprisionados pelo temor e pela sensação de inferioridade. Além da indisponibilidade de recursos para a condução até o centro da cidade, percebeu-se o desconhecimento em relação à existência e localização dos órgãos jurídicos. Não raro, chegavam sem saber onde requerer uma certidão de nascimento ou divórcio. Nessa ordem, o Projeto ganha importância na medida em que se insere na comunidade onde vive o assistido, o que diminui sobremaneira a barreira física que separa esse cidadão do mundo jurídico.

Os relatos dos estagiários apontaram ainda que a atuação no Projeto Direito Perto de Casa contribui para o fortalecimento da consciência social e da sensibilidade neles próprios, futuros operadores do Direito. Evidenciaram também o aprimoramento técnico dos acadêmicos, os quais desempenham ali funções típicas da profissão de advogado, como peticionar, participar de audiências e prestar orientações específicas, sempre orientados por bacharéis em Direito.

Por outro lado, o Projeto enfrenta entraves. As respostas dos entrevistados permitiram traçar o seguinte gráfico quantitativo:

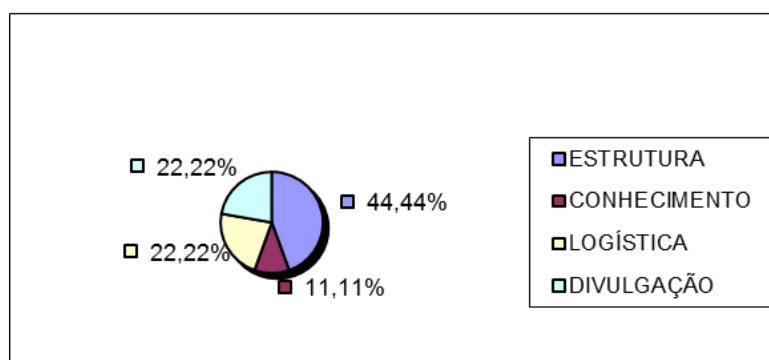


Gráfico 1 – principais dificuldades enfrentadas para a execução do projeto Direito Perto de Casa. Dados obtidos em entrevistas aos estagiários entre os meses de janeiro e fevereiro de 2012.

Como se percebe, a estrutura desponta como principal dificuldade, na visão dos estagiários, seguida da logística e da divulgação e, por último, dos limites de conhecimento.

A pesquisa lançou ainda o olhar para as ferramentas materiais e humanas envolvidas nas atividades dos núcleos de atendimento. Relativamente às ferramentas essenciais para o atendimento, percebeu-se de pronto a falta de computadores, embora solicitados às instâncias administrativas da Universidade desde a apresentação primeira do Projeto. O orçamento previa a compra de 5 (cinco) *notebooks* e de 5 (cinco) *pen drives*, a serem distribuídos entre os grupos. Traduzindo-se em valores atuais de mercado, a compra desses produtos representaria hoje um gasto médio de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), quantia possível aos cofres da instituição, dada a importância do Projeto. Faltam também: papel, modem de acesso à internet, impressoras. As atividades têm sido prestadas independentemente de uma estrutura material adequada, o que repercute em prejuízo à qualidade do serviço, sobretudo em razão da demora para a consulta de processos, e impressão de peças processuais. Os relatos dos estagiários confirmam que essa situação ameaça a confiança e a legitimidade atribuída pela população ao Projeto.

Também foi nítida a carência de recurso humano especializado, a saber: advogados para supervisionarem a atuação dos estagiários. Quando da visita a campo havia apenas um advogado supervisor responsável pela atuação do Projeto⁴. O desempenho desse profissional foi alvo das principais críticas por parte dos estagiários entrevistados. É o que se depreende do relato a seguir:

A gente precisava de um apoio maior do núcleo para corrigir nossas petições, para tirar as dúvidas e, de certa forma, até para levar um pouquinho mais a sério a faculdade. [...] Ter um advogado que compareça, que não deixe a gente na mão. (E5)

Como se vê, a atuação do advogado supervisor é ponto que merece melhor avaliação da coordenação, haja vista o prejuízo causado ao desempenho das atividades. Felizmente, os acadêmicos recebem o apoio de discentes da Universidade vinculados ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), os quais prestam orientações técnicas e corrigem petições, quando solicitados. Segundo informaram alguns estagiários, o contato com esses profissionais é extremamente útil e esclarecedor, contudo, ocorre apenas algumas vezes por mês, razão pela qual não torna prescindível a assistência do advogado supervisor, que deveria ser diária.

Nesse sentido, a contratação de profissional de advocacia pela Universidade é mais uma entre as previsões constantes do Projeto original que não foram atendidas pela Instituição. À época das visitas a campo, o Projeto não contava com advogado contratado especificamente para supervisioná-lo, mas com servidor dos quadros do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) que prestava assistência ao Projeto, dada a identidade de atribuições. Nesse especial, não restam dúvidas de que admitir a prestação desse serviço de forma inassídua como tem sido, é colocar em risco a eficácia trabalho desenvolvido pelo Projeto.

No que se refere à divulgação do Projeto, o coordenador também informa que iniciativas nesse sentido foram levadas a cabo pelos próprios estagiários, através de cartazes distribuídos nos bairros atendidos, e pelos profissionais do CRAS, os quais informaram pessoalmente aos cidadãos atendidos acerca do atendimento jurídico ali prestado. Assim diz o coordenador: “foram distribuídos cartazes, panfletos, porque a gente não podia ir nem para a TV nem para o Rádio, porque não temos o convênio com a Prefeitura. Em todos os postos há avisos”.

⁴ Segundo informação de estagiária atualmente vinculada ao Projeto, até hoje há apenas um advogado responsável pelas atividades dos cinco polos de atendimento.

Nota-se, assim, que de todo modo, a divulgação eficaz do Projeto é atitude imprescindível para que a iniciativa logre alcançar seu objetivo maior, a saber: fortalecer a cidadania das comunidades carentes de Juazeiro-BA.

No que tange à logística de atuação do Projeto, importante é apoio do Departamento de Tecnologia de Ciências Sociais (DTCS) do campus universitário, o qual disponibiliza um micro-ônibus para conduzir os estagiários até as sedes dos CRAS. O veículo, guiado por motoristas da instituição, toma os estagiários em pontos estratégicos da cidade no início da manhã, leva-os até os cinco bairros atendidos e os conduz de volta aos mesmos pontos ao final do expediente.

Importante esclarecer que a iniciativa da Universidade em disponibilizar o ônibus para o Projeto decorre de mera liberalidade da diretoria do Campus - já que os estagiários recebem auxílio-transporte. De qualquer forma, mostra-se louvável, na medida em que garante a segurança dos estagiários, levados para bairros com altos índices de violência. A crítica dos estagiários recai sobre a falta de escala organizada entre os motoristas que conduzem o veículo, e de fiscalização em relação ao cumprimento dos horários marcados, o que repercute em rotineiros atrasos na partida para os bairros:

Não é um problema, é uma solução. Se não fosse o ônibus da UNEB, era difícil. Eu nunca viria para o João Paulo de ônibus, nunca na minha vida! Muitas vezes a gente vem com computador, eu não teria coragem de trazer meu computador, nunca. (E2)

Outra coisa também, que acontece no setor de transporte é: sabe-se da quantidade de estagiários [...], mas tavam indo buscar a gente num carro pequeno, numa ranger, para dar oito ou nove pessoas. (E1)

Conforme se verificou, em que pese as dificuldades enfrentadas no transporte, a relação entre motoristas e estagiários é amigável e facilitadora.

Questionados se enfrentam dificuldades em razão da falta de domínio de conteúdos abordados nos atendimentos, a maioria dos estagiários, acadêmicos cursando entre o 4º. e o 10º. período de Direito, não consideraram a falta de conhecimento como dificuldade relevante para a execução do Projeto. É o que se percebe do relato a seguir: “A falta de conhecimento não é problema, porque a gente só trabalha com direito de família [...] Os casos que a gente pega aqui são simples”. (E1)

Ocorre que apesar de ser fácil a familiarização com os conhecimentos ali tratados, a inexistência de capacitação adequada constituiu grande equívoco da implementação do Projeto, pela razão lógica de que qualquer trabalho a ser iniciado depende da preparação de seus executores.

Por último, valioso acrescentar que a versão original do Projeto Direito Perto de Casa previa, em paralelo à prestação da Assistência Jurídica, vertente que recebeu maior apreciação neste trabalho, a execução de atividades voltadas à Assessoria Jurídica, descrita como: palestras informativas; divulgação do Projeto com materiais expositivos direcionados a públicos de diferentes faixas etárias; apresentações lúdicas para o público infantil e debates provocantes para os adolescentes, no intuito de despertar-lhes para seus deveres e direitos enquanto atores sociais.

Com efeito, oferecer informação e, eventualmente, ajuizar ações a partir do apelo dos usuários atendidos são atividades de extrema importância, mas insuficientes para o fortalecimento da cidadania, inclusive entre aqueles que não se dirigem aos polos de atendimento, mas que residem na comunidade atendida. Os cidadãos precisam entender, inclusive, quais foram as circunstâncias sociais e históricas determinantes para que eles buscassem informação ou assistência nesses centros e não em escritórios de advocacia. Outra grande vantagem da assessoria jurídica seria corroborar com o enfraquecimento da cultura do litígio, que condiciona o pensamento dos cidadãos para a necessidade do ajuizamento de ações para a resolução de lides que, muitas vezes, poderiam ser solucionadas através de simples conciliações ou acordos amigáveis.

A VISÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIADA

Como resultado do questionário aplicado a nove moradores das comunidades atendidas pelo Projeto, obteve-se os seguintes dados:

1.	Sabiam da existência do Projeto	4
2.	Foram informados dos serviços por profissionais do CRAS	2
3.	Foram informados por vizinhos ou pela rádio comunitária	2
4.	Já buscaram atendimento em um dos polos do Projeto	3
5.	Sentiram segurança nas informações prestadas	3
6.	Consideraram satisfatória a orientação obtida o obtiveram êxito na ação ajuizada	3
7.	Já tinham buscado atendimento jurídico em outro lugar	3
8.	Consideraram o atendimento anterior como bom	1

Tabela 1: respostas dos cidadãos ao questionário aplicado. Respostas do universo de nove cidadãos entrevistados pela pesquisadora nos bairros atendidos pelo Projeto.

Como visto, foi unânime entre os cidadãos atendidos pelo Projeto a opinião de que sentiram segurança nas informações prestadas e que ficaram satisfeitos com a orientação ou com o êxito da ação ajuizada. Assim, tomado um universo de seis cidadãos entrevistados, dos quais três buscaram atendimento no Projeto e três outros foram atendidos nos demais centros de atendimento, obteve-se a seguinte tabulação de dados demonstrativa do nível de satisfação desses dois grupos:

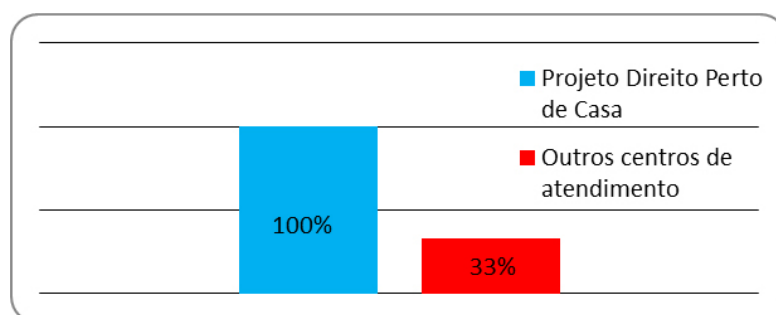


Gráfico 2 – comparativo da satisfação do cidadão atendido. Dados obtidos pela pesquisadora em entrevista a seis cidadãos nos bairros atendidos pelo Projeto.

Na via oposta, entre os três cidadãos que já haviam buscado atendimento em outro lugar, a exemplo da Defensoria Pública, Serviço de Atendimento Judiciário (SAJ), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), apenas um mostrou-se satisfeito, sendo que dois consideraram o serviço ali prestado mediano ou ruim, fato que demonstra o alto índice de reprovação dos demais órgãos locais voltados à assistência jurídica. Importante observar também que dos quatro cidadãos que disseram saber da existência do projeto, três buscaram o atendimento dos estagiários, o que significa que a carência / necessidade de assistência jurídica gratuita e próxima é expressiva. Destarte, pode-se afirmar que, de uma forma geral, o projeto conquistou legitimidade popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relevante ressaltar que no contato com o *locus* o que mais assustou não foi a situação de miséria da população, mas a carência de informação e de noções de cidadania por parte daquele povo. Carência esta, aliás, muito maior do que imaginaram os acadêmicos, quando da elaboração do Projeto. Foi inspirador perceber o afincamento com que desempenham suas atribuições os estagiários, jovens que iniciam suas carreiras carregando com eles tão importante compromisso social: o de incitar a busca por direitos em cidadãos que estão e que se percebem à margem do ordenamento pátrio.

A produção dos dados coletados apontou as principais possibilidades e barreiras encontradas para execução do Projeto. Dentre as barreiras detectadas, a carência de recursos materiais - como computadores, impressora e internet móvel - são os maiores entraves às atividades, seguido pela falta de adequada assistência técnica por advogado.

A pesquisa revelou que a postura da UNEB em relação à dotação de recursos materiais para a iniciativa extensionista demonstra descaso, situação que repercute na qualidade da prestação do serviço. Não obstante, é possível afirmar que o Projeto se demonstra eficaz no atual cumprimento de suas atividades, em especial, no que se refere à prestação de orientação jurídica de qualidade, no que se reconhece o compromisso e o empenho dos acadêmicos, verdadeiros promotores da cidadania nos bairros, e ao mesmo tempo, grandes beneficiados pelo aprendizado e amadurecimento pessoal. A legitimidade popular é inquestionável tomando-se por base os relatos dos cidadãos entrevistados e, principalmente, as expressões de confiança notadas pela pesquisadora no olhar de cada um deles, quando da visita aos polos de atendimento.

Por fim, a pesquisa realizada permite afirmar que o Projeto Direito Perto de Casa cumpre com seu dever de ampliar de forma qualitativa o acesso à justiça entre as populações atendidas. Ele constitui instrumento de mudança, de igualização; simboliza a aplicação prática do ideal de isonomia, na medida em que propõe uma quebra da tendência geral segundo a qual ser hipossuficiente é sinônimo de não ter direitos. Representa, sobretudo, sinal de esperança para uma parcela da população que se acha às margens da justiça, encorajando-a a buscar direitos, a esclarecer dúvidas, a se informar, enfim, a exercer a cidadania.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A força do direito. In: _____. **O poder simbólico**. Fernando Tomaz (Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 209-254.

BAUMANN, Zygmunt. Direito ao reconhecimento, direito à redistribuição. In: _____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 69-81.

CAPPELLETTI, Mauro. **Acesso à justiça**. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Roberto Machado (Trad.). Rio de Janeiro: PUC, 2005.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

WEBER, Max. Ordem jurídica e ordem econômica. In: SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim (Org.). **Sociologia e direito: textos básicos para a disciplina de Sociologia Jurídica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001. p. 22-24.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

CASTRO, Paula Daniella Almeida. A ampliação das fronteiras do acesso à justiça: em foco o Projeto Direito Perto de Casa. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 134-143, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 20 maio 2013.

Aceito em: 5 jul. 2013.

Didiê Ana Ceni Denardi¹

Amanda Jacobsen de Oliveira²

¹ Doutora em Letras-Inglês pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Pato Branco. Coordenadora do Programa de Extensão. didiedenardi@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês da UTFPR, Câmpus Pato Branco. Bolsista do Programa de Extensão. amandajacobsen.o@gmail.com

Agradecemos aos Professores de Línguas Portuguesa e Inglesa do Curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês da Universidade Tecnológica do Paraná que colaboram com o Programa de Extensão de que trata este artigo.

Dedicamos o artigo aos Professores de Línguas Portuguesa e Inglesa em formação inicial e continuada do Sudoeste do Paraná.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar o Programa de Extensão *Integração e Formação em Letras Português e Inglês* do Curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Pato Branco, cuja finalidade é contribuir para a formação docente inicial e continuada de professores de Línguas Portuguesa e Inglesa, bem como para o processo de ensino-aprendizagem de Línguas na Educação Básica da região sudoeste do Paraná. Especificamente, busca-se descrever a trajetória do Programa, com início em março de 2012, suas ações e possíveis contribuições até o presente momento, bem como instigar a reflexão sobre a formação de professores de Línguas Portuguesa e Inglesa.

Palavras-chave: Programa de extensão; Parceria universidade-escola; Curso de Letras/ UTFPR Câmpus Pato Branco; Formação de professores; Ensino-aprendizagem de Línguas Portuguesa e Inglesa.

Extension program: Integration and Education in Portuguese and English Language Teaching

ABSTRACT

The aim of this text is to present the Extension Program *Integration and Education in Portuguese and English Language Teaching* of the Letters Course at the Federal University of Technology of Paraná on Pato Branco Campus, which the main objective is to contribute to the Portuguese and English teacher education, as well as to the teaching and learning process improvement on Basic Education in the Southwest region of Parana. Specifically, the text tries to describe the trajectory of the Program, which started in 2012, developed actions and activities and to discuss its possible contributions until the present moment, as well as to provoke some pieces of reflection on Portuguese and English Teacher Education.

Keywords: Extension program. University-school partnership; Letters Course/ UTFPR Pato Branco Campus; Teacher education; Portuguese and English teaching and learning process.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No Programa de Extensão a ser aqui apresentado encontra-se o esforço de professores universitários em reconhecer a extensão como parte do fazer acadêmico, ou seja, como “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (BRASIL, 1987).

Nesse sentido, ancorados no quadro teórico-metodológico do Interacionismo Sociodiscursivo (BRONCKART, 2003, 2008; CRISTOVÃO, 2007; CRISTOVÃO; STUTZ, 2011; DENARDI, 2009, 2011; MACHADO, 2004), no Sociointeracionismo (BAKHTIN, 2010; VYGOTSKY, 1978, 1986) e nos pressupostos do materialismo histórico e dialético (MARX, 2008), propomo-nos, neste trabalho, apresentar o Programa de Extensão Parceria Universidade-Escola: *Integração e Formação de Professores em Letras Português e Inglês*³, em desenvolvimento, no Curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco. Especificamente, busca-se descrever a trajetória do Programa, com início em março de 2012, suas ações e possíveis contribuições até o presente momento, bem como instigar a reflexão sobre a formação de professores de Línguas Portuguesa e Inglesa.

PROGRAMA DE EXTENSÃO: INTEGRAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE EM LETRAS PORTUGUÊS E INGLÊS

É importante iniciar esta seção trazendo algumas informações sobre o Curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês da UTFPR, Câmpus Pato Branco, e o correspondente Estágio - embora de forma bastante generalizada devido ao espaço deste texto - bem como seu objetivo, uma vez que a prática extensionista do Curso de Letras surge e está vinculada ao Estágio Curricular Supervisionado do referido Curso.

O Curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês da UTFPR, em vigor a partir do segundo semestre de 2008, constitui-se de 8 semestres, com entrada semestral de 44 alunos. No momento, o Curso já tem formado duas turmas de professores de Línguas Portuguesa e Inglesa. De acordo com o Regulamento do Curso, este tem como objetivo

[...] formar profissionais para atuarem como docentes em Português e Inglês na Educação Básica com a possibilidade de optarem por outras áreas profissionais ligadas tanto ao ensino das línguas português e inglês quanto ao trabalho como pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas e assessores culturais (Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês da UTFPR, Câmpus Pato Branco⁴).

³ O Programa de Extensão Parceria Universidade-Escola: Integração e Formação de Professores em Letras Português e Inglês encontra-se registrado sob o número 47/2012 no Departamento de Extensão da UTFPR, Câmpus Pato Branco.

⁴ O Projeto Pedagógico do referido Curso encontra-se disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/patobranco/estrutura/universitaria/diretorias/dirgrad/cursos/colet/documentos/normativas/projeto-pedagogico-do-curso-de-licenciatura-em-letras-portugues-ingles-da-utfpr>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

Em relação ao Estágio Curricular Supervisionado do referido Curso, constituído por diferentes níveis, inicia-se a preparação para o Estágio no 5º. Semestre, ou seja, 5º. Período, conforme Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado⁵ e estrutura-se em uma carga horária de 400 horas-aula, sendo essas distribuídas em 230 horas-aula para Língua Portuguesa, com 50 horas-aula presenciais; e 170 horas-aula para Língua Inglesa, com 30 horas aula presenciais. As horas-aulas presenciais são usadas para a observação de espaço escolar e regência de classe nos Ensinos Fundamental e Médio, enquanto que as horas-aulas não presenciais servem para estudo, planejamento de aulas, confecção de relatórios parciais e final, preparação e socialização de estágios, entre outras atividades afins.

Tendo, assim, uma noção geral do Curso em questão e de como seu Estágio se organiza, passamos a apresentar o Programa de Extensão do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês – da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Pato Branco, nomeadamente Programa de Extensão Universitária: *Integração e formação docente em Letras Português e Inglês* - cujo objetivo é:

Promover a formação acadêmica e docente inicial e continuada como meio de intervenção crítica sobre a realidade, bem como potencializar os resultados do processo de ensino-aprendizagem de línguas portuguesa e inglesa, através da integração do conhecimento teórico da esfera acadêmica e do conhecimento prático-pedagógico do âmbito da atuação na educação básica, engajando-se em um durável e dialético processo de ação-pesquisa-ação (Programa de Extensão 47/2012- UTFPR, Câmpus Pato Branco).

Objetivando, assim, desenvolver ações conjuntas para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem das Línguas Portuguesa e Inglesa, este Programa conta com o apoio do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Pato Branco-PR. Nessa parceria, a UTFPR, Câmpus Pato Branco, através do Curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês, oferta seminários formativos para professores das disciplinas de Línguas Portuguesa e Inglesa e para alunos estagiários do próprio curso, enquanto que o NRE Pato Branco abre espaço em suas escolas para o desenvolvimento de estágios curriculares em Línguas Portuguesa e Inglesa nos Ensinos Fundamental e Médio⁶.

Em outras palavras, o Programa, que teve início em março de 2012, procura estabelecer uma relação mais estreita e consolidada entre universidade e escola. Tal demanda surgiu quando os primeiros estagiários do Curso de Letras iniciaram suas atividades de Estágio Curricular Supervisionado de Observação do contexto escolar e de aulas de Línguas Portuguesa e Inglesa no segundo semestre de 2010 nas escolas públicas na região sudoeste do Paraná. Na ocasião, os alunos estagiários enfrentaram (e ainda hoje enfrentam) dificuldades para se inserirem nas escolas. Alguns dos principais problemas relatados pelos estagiários nos seus relatórios de estágio referiam-se ao/à: a) receio manifestado por professores supervisores em relação à avaliação de suas aulas; b) baixo interesse das escolas e/ou professores em aceitar os acadêmicos-estagiários; c) dificuldade de adaptação do Estágio ao calendário e currículo escolar dos estabelecimentos de ensino de Educação Básica, dentre outros aspectos.

O quadro apresentado pelos alunos-estagiários revela que o estágio, em si, padece de certo descaso por parte de alguns professores-supervisores e de escolas condescendentes de estágio, embora o Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Licenciatura deva se constituir pelo desenvolvimento de atividades na escola resultantes

⁵ Em abril de 2012 houve a aprovação da reestruturação do Estágio, na qual houve uma redução de carga horária de 700 horas para 400 horas sem deixar de atender à legislação vigente, isto é, a Resolução CNE/CP no. 2 de 19 de fevereiro de 2002. O Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado encontra-se disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/patobranco/estrutura-universitaria/diretorias/dirgrad/cursos/colet/documentos/normativas/regulamento-de-estagio-curricular-letras>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

⁶ O termo escola é usado neste artigo com a acepção instituição escolar, independente da referência escola para ensino Fundamental e 'colégio' para Ensino Médio.

da aproximação dos estagiários com essa realidade, bem como pela interação e inter-relação que se dá nas esferas acadêmica e escolar constituindo-as coparticipantes na formação do futuro professor.

Nesse sentido, ações comuns e comprometidas desenvolvidas em parceria escola-universidade são necessárias para a melhoria da formação docente, assim como para a melhoria do ensino-aprendizagem de Línguas Portuguesa e Inglesa na Educação Básica.

A TRAJETÓRIA, AÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

A partir do final do ano de 2010, diferentes ações/atividades foram desenvolvidas na tentativa de amenizar as dificuldades apresentadas pelos alunos no cumprimento das tarefas de estágio, resultando assim na implantação e desenvolvimento do programa. Entre essas atividades, podemos citar:

- visitas formais às escolas pertencentes ao NRE Pato Branco pelas professoras do Curso de Letras responsáveis pelo Estágio no primeiro semestre de 2011. O objetivo das visitas foi apresentar a estrutura do Estágio de Letras e os estagiários interessados naquela escola, bem como argumentar sobre os papéis da escola e da universidade na formação de futuros profissionais da educação. Com essa iniciativa, foi possível estabelecer uma relação mais estreita entre as duas instâncias de ensino e percebeu-se uma melhor recepção aos acadêmicos-estagiários nas escolas;
- promoção de seminários de socialização das experiências de ensino, por professoras experientes de Línguas Portuguesa e Inglesa das escolas parceiras, nas aulas das disciplinas “Metodologia e Práticas de Ensino de Línguas Portuguesa e Inglesa” - alocadas nos 4 últimos Períodos do Curso, no primeiro semestre de 2011. As professoras, oriundas de diferentes escolas da região sudoeste do Paraná, expuseram projetos significativos de leitura e escrita, desenvolvidos com alunos de Ensinos Fundamental e Médio, bem como expuseram suas dificuldades e expectativas com relação ao ensino de Línguas. Os alunos de Letras, por sua vez, fizeram questionamentos e comentários sobre os projetos. Segundo alguns alunos, a troca foi de extrema importância, uma vez que propiciou-lhes entendimento de como se dá realmente o ensino de línguas na escola pública;
- palestras ministradas pelas professoras responsáveis pelas disciplinas de Línguas Materna e Estrangeiras do Núcleo Regional de Ensino (NRE) de Pato Branco sobre Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino de Línguas Portuguesa e Estrangeiras (PARANÁ, 2008), no primeiro semestre de 2011. Segundo depoimentos espontâneos dos acadêmicos, foi possível perceber a coerência entre os conteúdos teóricos discutidos na universidade e os pressupostos teóricos estabelecidos nos documentos oficiais de ensino (PARANÁ, 2008);
- evento científico e palestra: “O papel do estágio como componente da formação docente”, em agosto de 2011. Participaram do evento os professores e alguns alunos do Curso de Letras, bem como professores e diretores de escolas públicas do NRE de Pato Branco. Em um primeiro momento, a Professora Dr^a. Vera Lúcia Lopes Cristovão, da Universidade Estadual de Londrina/Paraná (UEL), palestrou e conduziu a discussão

sobre o tema do evento. Em um segundo momento, os professores e alunos-estagiários presentes, relataram suas práticas, dificuldades, preocupações, anseios e expectativas sobre o ensino–aprendizagem de Línguas na Educação Básica. Pode-se dizer que Professores de Português e de Inglês, preocupam-se com: a) o interesse (ou falta de) dos alunos para a aprendizagem de línguas; b) a forma de agir dos estudantes em sala de aula; c) os fatores e influências externas (positivas/negativas) na aprendizagem de línguas dos estudantes, entre outros aspectos. Especificamente, os professores de Inglês mostraram um grande anseio por se desenvolverem na fluência de Língua Inglesa. Ao final das discussões, chegou-se ao consenso sobre a necessidade de se buscar estreitar relações de trabalho entre a universidade e a escola, no sentido de se desenvolver ações/atividades em prol de melhorias para a ação docente. Para efetivar essa relação, as professoras coordenadoras do evento, apresentaram ao grupo a proposta de constituir o Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Letras em “estágio como pesquisa”, conforme Pimenta e Lima (2011, p. 51) recomendam. Para tal, o Estágio precisaria estar vinculado a um projeto maior, ou seja, a um Projeto de Extensão Parceria Universidade-Escola, a ser elaborado na sequência. A proposta foi prontamente aprovada pelos presentes;

- reuniões entre o grupo, de professoras do Curso, diretores de escolas e equipe do NRE de Pato Branco, estabelecimento de contrato de parceria universidade-escola de agosto a dezembro de 2011, apresentação da proposta e cronograma de atividades para o 1º. semestre de 2012 aos professores de Línguas Portuguesa e Inglesa da rede pública e aos acadêmicos de Letras;
- registro do projeto no Departamento de Extensão da UTFPR Câmpus Pato Branco, que após análise, entendeu-se tratar-se não de Projeto e sim de um Programa de Extensão, uma vez que este se constitui de diferentes projetos integrando teoria e prática e ações de extensão (como cursos, grupo de estudos, eventos), e, sendo assim, alia pesquisa e ensino na formação inicial e continuada de professores de Letras Português-Inglês, com um objetivo em comum: Educação Básica de qualidade;
- parceria universidade-escola: especificamente, com relação à parceria estabelecida entre a UTFPR e o NRE, as Escolas responsabilizam-se pela oferta de estágios curriculares em Línguas Portuguesa e Inglesa nos Ensinos Fundamental e Médio, enquanto que ao Curso de Letras/UTFPR cabe responsabilizar-se pela oferta de seminários formativos para professores supervisores de estágio, de Línguas Portuguesa e Inglesa, das diferentes escolas de Educação Básica do NRE Pato Branco, bem como para alunos estagiários do Curso de Letras. Nesse sentido, cerca de 100 pessoas, dentre as quais professores de escolas públicas da região sudoeste do Paraná e alunos-professores de Letras Português-Inglês da referida universidade têm participado do Programa. Ainda o Programa conta com dez professores colaboradores e de diferentes subáreas de Letras Português e Inglês (por exemplo: Professores de Literaturas de Língua Inglesa e de Literaturas Portuguesa e Brasileira, Língua Aplicada ao Português e ao Inglês e Formação de Professores de Línguas), uma aluna bolsista e uma aluna voluntária (Edital PIBEXT-2012⁷).
- oferta de seminários formativos em fluxo contínuo (ver Anexo 1) para grupo de Professores de Português e de Inglês, a partir de março de 2012. O Programa oferta seminários formativos em duas modalidades: grupo de estudos e oficinas de Língua Portuguesa e grupo de estudos e oficinas de Língua Inglesa,

⁷ A página da Capes pode ser acessada em: <<http://www.capes.gov.br/>>.

cada qual com carga horária semestral de 100 horas-aula, tendo por finalidade discutir textos referentes à relação teoria e prática pedagógica e socialização das atividades dos estágios e cuja avaliação corresponde a 75% de presença e entrega de trabalhos.

- projetos de pesquisa: professores e acadêmicos iniciaram projetos de pesquisas científicas tendo como foco principal o ensino e aprendizagem de Línguas Portuguesa e Inglesa. A partir das pesquisas desenvolvidas, oito trabalhos na modalidade pôster e dois trabalhos na modalidade comunicação oral foram apresentados no II Seminário de Extensão e Inovação da UTFPR realizado em setembro de 2012 na UTFPR Câmpus Curitiba;
- mostra de Estágios do Curso de Letras a ser implementado a partir do segundo semestre de 2013. O objetivo maior desse evento será integrar e congregar professores da comunidade local e regional, alunos-estagiários, alunos-formandos e professores educadores num evento científico-acadêmico, aberto à comunidade, no qual os alunos-estagiários formandos do semestre, bem como alunos egressos de Letras, juntamente com os professores supervisores das escolas terão a oportunidade de mostrar os trabalhos de estágio. Ainda, todos os participantes do Programa, bem como outros professores de Línguas poderão discutir questões relacionadas ao ensino-aprendizagem de Línguas Portuguesa e Inglesa na Educação Básica e terão espaço para apresentar resultados de suas pesquisas.

Em síntese, as ações e atividades, aqui relatadas, buscaram e buscam contribuir para o aperfeiçoamento tanto do conhecimento técnico-científico nas diferentes especificidades das disciplinas de Português e Inglês, quanto do conhecimento prático docente (ELBAZ, 1981) através de estudos, pesquisas e reflexões e, desta forma, promover o desenvolvimento do professor de Línguas Portuguesa e Inglesa, comprometendo-se com a construção permanente da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS PORTUGUESA E INGLESA: QUESTIONAMENTOS E REFLEXÕES

Este Programa tem sua importância nas contribuições que oferece à formação inicial e continuada de professores e no processo ensino-aprendizagem das Línguas Portuguesa e Inglesa na escola vinculados ao Estágio Curricular Supervisionado, uma vez que é no Estágio que se dá a aproximação dos estagiários à realidade da escola para que, a partir do arcabouço teórico construído na graduação, possam refletir criticamente sobre a realidade de ensino, interferir na escola teorizando a prática docente a partir de atividades ali desenvolvidas, e, enfim, tornar o estágio uma atividade “instrumentalizadora da práxis docente, entendida como transformadora da realidade” (PIMENTA; LIMA, 2011, p. 45). Portanto, segundo Pimenta e Lima (2011, p. 45), “o estágio curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade” que, por sua vez, se torna possível através da interação e inter-relação que se dá nas esferas acadêmica e escolar constituindo-as coparticipantes na formação do futuro professor.

Por outro lado, sabe-se que muitos desafios devem ser enfrentados na continuidade de um programa como este, através de diferentes ações e atividades, na qual o diálogo aberto entre as instâncias universitária e escolar deve prevalecer em prol da melhoria da qualidade da Educação Básica.

Dessa forma, o Programa orienta-se numa perspectiva de formação do professor de Línguas “crítico-reflexivo e professor pesquisador” (PIMENTA; LIMA, 2011, p. 51), no sentido de provocar os professores supervisores das escolas concedentes de Estágio a buscar respostas às questões referentes à Educação Básica, dentre as quais destacamos: Como quebrar paradigmas e passar de uma perspectiva linguística para uma perspectiva social-interacionista na aquisição/letramento de Línguas Portuguesa e Inglesa? Que fatores internos/externos influenciam a prática pedagógica? Como identificar e buscar soluções para os problemas concernentes às dificuldades de aprendizagem e motivação para a aprendizagem de Línguas Portuguesa e Inglesa? Como os professores podem contribuir/ provocar ações para a melhoria da Educação Básica?

Já aos professores educadores do Programa, outras questões, igualmente desafiadoras, devem permear seu agir no Programa, entre elas: Como motivar os professores a continuarem no Programa? Somente a capacitação de professores é suficiente para que tenhamos Educação Básica de qualidade? O professor de Línguas Portuguesa e Inglesa de hoje tem suficiente preparo para atuar com os alunos na contemporaneidade? Que professores e alunos de línguas queremos formar? Qual é o papel social do professor educador?

Em suma, entendemos que essas e outras questões podem contribuir para a reflexão concernente à formação de professores de Línguas Portuguesa e Inglesa no sudoeste do Paraná no sentido amplo do termo, ou seja, entendendo a reflexão colaborativa segundo pressupostos do movimento de professores-reflexivos (ZEICHNER; LISTON, 1996 apud PESSOA, 2003; PESSOA, 2003; GIMENEZ, 1999, 2004) como ação transformadora da realidade e promotora da igualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo deste artigo, procuramos aqui apresentar o Programa de Extensão *Integração e Formação em Letras Português-Inglês* do Curso de Licenciatura em Letras Português- Inglês - da UTFPR, Câmpus Pato Branco, em parceria com o NRE de Pato Branco, descrevendo sua trajetória, ações e possíveis contribuições até o presente momento.

É importante ressaltar que quando se trata de educação em geral, e, em específico, de formação de professores, os resultados de ações, como as descritas neste artigo, não são imediatos ou diretos, por isso, devemos ser persistentes e corajosos no enfrentamento dos desafios assumidos, uma vez que acreditamos que a extensão universitária pode contribuir para a melhoria da formação de professores e para a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. 203 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Superior. Ministério da Educação. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília-DF, 1987.

_____. Secretaria de Educação Superior. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília-DF, 2000/2001.

BRONCKART, J. P. A atividade de linguagem em relação à língua: homenagem a Ferdinand de Saussure. In: GUIMARÃES, A. M. M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. (Org.). **O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas**. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 19-42.

_____. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2003. 353 p.

CARVALHO, A. M. P. **Os estágios nos cursos de licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 150 p.

CRISTOVÃO, V. L. L. **Estudos da linguagem à luz do interacionismo sociodiscursivo**. Londrina: UEL, 2008. 294 p.

_____. **Modelos didáticos de gêneros: uma abordagem para o ensino de língua estrangeira**. Londrina-PR: EDUEL, 2007. 286 p.

CRISTOVÃO, V. L. L.; STUTZ, L. Sequências didáticas: semelhanças e especificidades no contexto francófono como L1 e no contexto brasileiro como LE. In: SZUNDY, P.T C. et al. (Org.). **Linguística aplicada e sociedade: ensino e aprendizagem de línguas no contexto brasileiro**. Campinas-SP: ALAB/Pontes Editores, 2011. p. 17-40.

DENARDI, D. A. C. **Flying together towards EFL teacher development as language learners and professionals through genre writing**. 2009. 260p. Tese (Doutorado em Letras/Inglês e Literatura Correspondente) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2009.

_____. Representações de professores de inglês sobre uma experiência de ensino e aprendizagem de escrita mediada pelo procedimento de sequência didática. In: CRISTOVÃO, V. L. L. (Org.). **Atividade docente e desenvolvimento**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2011. p. 155-170.

ELBAZ, F. The teacher's practical knowledge: report on a case study. **Curriculum Inquiry**, Ontario-CA, v. 11, n. 1, p. 43-71, 1981.

GIMENEZ, T. Reflective teaching and teacher education: contributions for teacher training. **Linguagem & Ensino**, Pelotas-RS, v. 2, n. 2, p. 129-143, 1999.

_____. **Ensino de línguas estrangeiras no ensino fundamental: questões para debate.** Londrina, 2004, mimeo.

MACHADO, A. R. (Org.). **O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva.** Londrina-PR: EDUEL, 2004. 326 p.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política - Livro I.** Tradução de Gabriel Deville. 3. ed. São Paulo: Edipro Edições Profissionais, 2008. 222 p.

PARANÁ. Secretaria do Estado de Educação do Paraná. **Diretrizes curriculares de língua estrangeira moderna para a educação básica.** Paraná, 2008. 86 p.

PESSOA, R. R. Reflexão interativa: implicações para o desenvolvimento do professor de inglês da escola pública. **Anais do V Seminário de Línguas Estrangeiras.** Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003. p. 45-56.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 296 p.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Departamento de Extensão. **Programa de Extensão 47/2012.** Pato Branco-PR, 2012.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Pró-reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias. **Regulamento de Programas e Projetos de Extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.** 16 p. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-extensao/normas-e-regulamentos/regulamento-de-programas-e-projetos-de-extensao>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

VYGOTSKY, L. S. **Mind in society: the development of higher psychological processes.** Cambridge-MA: Harvard University Press, 1978. 159 p.

_____. **Language and thought.** Cambridge-MA: The MIT Press, 1986. 283 p.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

DENARDI, Didiê Ana Ceni; OLIVEIRA, Amanda Jacobsen de. Integração e formação em Letras Português e Inglês. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 144-152, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 6 maio 2013.

Aceito em: 8 jul. 2013.

ANEXO 1

Atividades
do Programa
de Extensão:
Parceria
Universidade/
Escola – Letras
UTFPR/NRE
Pato Branco –
2012-1/2013.

Data/ Carga Horária		Área	Modalidade/Título	Conteúdo Programático	Ministrante
2012 - 1	50 h/a	Inglês	Grupo de Estudos: <i>(Re)pensando a prática pedagógica 1</i>	Reflexões sobre a prática pedagógica. Construção da identidade do professor de Língua Estrangeira. O papel do professor de Língua Estrangeira na escola pública.	Prof. ^a Dr. ^a Didiê A. Ceni Denardi
2012 - 1	50 h/a	Inglês	Oficina: <i>Língua Inglesa Através do Texto Literário</i>	Compreensão de textos literários e autores anglofônos. Atividades inovadoras e comunicativas com textos literários de Língua Inglesa.	Prof. ^a Dr. ^a Gisele G. Wolkoff
2012 - 1	50 h/a	Português	Grupo de Estudos: <i>(Re)pensando a prática pedagógica - 1</i>	Reflexões sobre a prática pedagógica. O papel do professor de Língua Portuguesa na escola pública. Construção da identidade do professor de Língua Portuguesa.	Prof. ^a Dr. ^a Márcia Andrea Santos
2012 - 1	50 h/a	Português	Oficina: <i>Correção de Produção de Texto</i>	Correção Textual	Prof. ^a Dr. ^a Maria Ieda A. Muniz
2012 - 2	50 h/a	Português	Grupo de Estudos: <i>(Re)pensando a prática pedagógica 2</i>	Continuidade temas trabalhados no Grupo de Estudos -2012 (1)	Prof. ^a Dr. ^a Márcia Andrea Santos
2012 - 2	50 h/a	Inglês	Grupo de Estudos: <i>(Re)pensando a prática pedagógica 2</i>	Continuidade temas trabalhados no Grupo de Estudos -2012 (1)	Prof. ^a Dr. ^a Didiê A. Ceni Denardi
2012 - 2	20h/a	Português	Oficina: Trabalho docente: compreendendo seu agir	Trabalho docente A saúde e qualidade de vida do professor	Prof. ^a Dr. ^a Siderlene Muniz Oliveira
2012 - 2	10h/a	Inglês	Oficina: <i>Compreensão de leitura em uma perspectiva sociocultural</i>	Estratégias de leitura	Prof. ^a Esp. Maria Lúcia Villaça
2012 - 2	10h/a	Português	Oficina: <i>Pressupostos do materialismo histórico-dialético na formação do profissional da educação</i>	Bases do materialismo histórico-dialético Implicações na formação do professor	Prof. ^a Dr. ^a Maria de Lourdes Bernart

Data/ Carga Horária		Área	Modalidade/Título	Conteúdo Programático	Ministrante
2013-1	30 h/a	Português e Inglês	Ciclo de Palestras	Programa de Extensão do Curso de Licenciatura em Letras da UTFPR Câmpus Pato Branco: trajetória e expectativas	Prof.ª Dr.ª Didiê A. C. Denardi (UTFPR)
				O Estatuto da Criança e do Adolescente e o cotidiano escolar na relação entre o instrumento jurídico em foco e a atividade educacional	Professor Esp. Júlio César Lucchesi (Colégio SESI Pato Branco/PR)
				Acuidade visual e aprendizagem na escola	Acadêmico Dalton Longhi
				Os Pilares da Educação	Acadêmico Paulo S. Biesek
				A obra literária no ensino de língua portuguesa	Acadêmicas Priscila Chuarts e Sabrina dos Santos
				A construção do sobrevivente em “Vida e época de Michael K.”	Acadêmica Thiana N. Cella
2013-1	30 h/a	Inglês	Oficina: <i>Escrita e identidade do professor de Inglês</i>	Conceitos de escrita; reflexão; de identidade; Relação entre escrita, reflexão e identidade	Prof.ª Dr.ª Didiê A. C. Denardi
2013-1	20 h/a	Inglês	Oficina: <i>Ensinando Língua Inglesa com Literaturas</i>	Os gêneros literários narrativa de vida, romance, conto e poesia	Prof.ª Dr.ª Gisele G. Wolkoff
2013-1	20 h/a	Português	Oficina: <i>O negro na literatura – discurso e representação</i>	Importância e contextualização dos estudos Africano e Afro-Descendente na Educação Contemporânea, sob as novas perspectivas do Ministério da Educação. O ensino da história e cultura africanas e a questão racial no Brasil. A literatura negra africana e afro-brasileira, através do romance, do conto, da poesia, entre outros.	Prof.ª Ma. Rosângela Marquezi
2013-1	20 h/a	Português e Inglês	Oficina: <i>Elaboração de modelo didático de gêneros textuais para o ensino-aprendizagem</i>	Conceitos de transposição didática; de Modelo didático de gênero textual e de sequência didática; Elaboração de Modelo didático de gênero textual.	Prof.ª Dr.ª Siderlene Muniz Oliveira

Horta escolar agroecológica como instrumento de educação ambiental e alimentar na Creche Municipal Dr. Washington Barros - Petrolina/PE

Helder Ribeiro Freitas¹
Rita de Cássia Rodrigues Gonçalves-Gervásio²
Cristiane Moraes Marinho³
Alex Sandro Silva Fonseca⁴
Anny Karoline Rocha Quirino⁵
Kerly Mariana Marques dos Santos Xavier⁶
Paulo Vitor Pereira do Nascimento⁷

¹ Doutor em Solos e Nutrição de Plantas, Colegiado de Engenharia Agrônoma da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).
helder.freitas@univasf.edu.br

² Doutora em Entomologia, Colegiado de Engenharia Agrônoma (UNIVASF).
rita.gervasio@univasf.edu.br

³ Mestre em Extensão Rural, Colegiado de Pedagogia – Universidade de Pernambuco (UPE) – Campus Petrolina.
crimarinho@yahoo.com.br

⁴ Discente de Engenharia Agrônoma (UNIVASF).
agro.assfonseca@hotmail.com

⁵ Discente de Engenharia Agrônoma (UNIVASF).
karoline_rocha-quirino@hotmail.com

⁶ Discente de Engenharia Agrônoma (UNIVASF).
kerlyxavier@hotmail.com

⁷ Discente de Engenharia Agrônoma (UNIVASF).
ppereiranascimento@bol.com.br

RESUMO

A implantação de horta escolar agroecológica permite a reflexão da comunidade escolar sobre questões ambientais, qualidade nutricional e qualidade de vida. As hortas podem ser utilizadas como espaços de aprendizado, tornando o ambiente escolar mais agradável com a implantação de áreas verdes produtivas. A implantação e manutenção dessas áreas no ambiente escolar, entretanto, exige o enfrentamento de alguns desafios para sua consolidação. O trabalho realizado na Creche Municipal Dr. Washington Barros teve como objetivo discutir o processo de implantação, gestão produtiva e pedagógica de uma horta escolar agroecológica. Nesse sentido, foi realizado um diagnóstico junto à creche e voluntários que já mantinham uma horta com fins comerciais no terreno da escola. Após reestruturação da horta, de modo a atender as necessidades de ambas as partes, foram realizadas diversas atividades educativas com os alunos, as quais variaram em função da faixa etária das crianças envolvidas. As atividades possibilitaram o conhecimento e contato das crianças com os alimentos no seu ambiente de produção e consumo, bem como os fatores e recursos ambientais envolvidos na produção vegetal. Tais atividades contribuíram com a sensibilização das crianças quanto à alimentação saudável e despertaram nos professores o interesse no trabalho pedagógico com hortas escolares agroecológicas.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Horta escolar; Educação ambiental; Segurança alimentar.

Agroecological school vegetable garden as a tool for environmental and food education in Municipal Nursery Dr. Washington Barros - Petrolina/PE

ABSTRACT

The implementation of agroecological school vegetable gardens allow reflection of the school community on environmental issues, nutritional quality and life quality. The vegetable gardens can be used as learning area, making the school environment more enjoyable with the deployment of productive green areas. However, the implementation and maintenance of these areas in the school environment requires some challenges for its consolidation. The work conducted in the Municipal Nursery Dr. Washington Barros had the objective to discuss the implementation process, productive and pedagogic management of an agroecological school garden. In this sense, a diagnostic was made by the nursery and volunteers who already had a vegetable garden for commercial purposes on school area.

After restructuring the vegetable garden, so as to attend the needs of both parties, there were several educational activities with students, which varied depending on the age of the children involved. Activities facilitated the contact and knowledge of children with food in its production environment and consumption, as well as environmental factors and resources involved in vegetable production. These activities contributed to the awareness of children about healthy eating and aroused interest among teachers in the pedagogical work with agroecological school gardens.

Keywords: Urban agriculture; School vegetable gardens; Environment education; Food safety.

INTRODUÇÃO

A agricultura urbana tem sido praticada por meio de cultivo de hortas, pomares, plantas medicinais, aromáticas e ornamentais em quintais, terrenos sem edificações e mesmo pequenas propriedades rurais incorporadas aos espaços urbanos devido ao rápido crescimento das cidades. Dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) indicam que em 1999, aproximadamente 800 milhões de pessoas estavam envolvidas com a produção de alimentos nas cidades e no seu entorno e eram responsáveis por cerca de 15% da produção alimentar mundial. A implantação de hortas comunitárias, principalmente em ambientes escolares é um bom exemplo de aproveitamento de áreas urbanas e periurbanas para a produção de alimentos de qualidade (FARFAN, 2008; MENDONÇA; 2012).

Uma importante questão a ser considerada é a capacidade dos governos em administrar o crescimento urbano de modo a encontrar meios de fornecer alimentos, moradia e serviços básicos à população buscando garantir a qualidade de vida. A segurança alimentar nos grandes centros depende de fatores como disponibilidade, acesso e qualidade dos alimentos oriundos das áreas urbana e rural (DRESCHER et al., 2001; LOPES; LOPES, 2012). A segurança alimentar e nutricional tem sido compreendida como a garantia do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004). No caso específico das hortas implantadas no contexto escolar, é possível destacar que essas podem contribuir sistematicamente com a segurança alimentar no contexto da educação alimentar e ambiental. Assim, as hortas se constituem espaços de aprendizado dos alunos, tornando o ambiente escolar mais agradável com a transformação de áreas não ocupadas ou mal planejadas em espaços verdes.

A implantação e condução comunitária das hortas escolares permite a reflexão da comunidade escolar sobre questões ambientais, qualidade nutricional, saúde, qualidade de vida e contato das crianças com as relações ecológicas no meio natural da própria escola. Dessa forma, as hortas se constituem num instrumento pedagógico que possibilita o aumento do consumo de frutas e hortaliças, a construção de hábitos alimentares saudáveis, o resgate dos hábitos regionais e locais e a redução dos custos referentes à merenda escolar (MUNIZ; CARVALHO, 2007).

Tais potencialidades também suscitam questionamento quanto às formas de se fazer agricultura, especificamente nos aspectos relacionados às práticas agrícolas adotadas nos sistemas de cultivo tradicionais com destaque para a contaminação dos alimentos, dos agricultores e consumidores, bem como para a poluição do meio ambiente e sustentabilidade destas práticas. Nesse sentido, as experiências apontam para perspectiva da agricultura agroecológica como sendo o caminho mais adequado a ser percorrido pela agricultura urbana, considerando-se a melhoria da qualidade de vida das comunidades por meio da produção de alimentos saudáveis, aumento da biodiversidade nos ambientes urbanos, bem como ampliação de áreas verdes nas cidades (ALTIERE, 2000; CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Alguns autores apontam para a importância das hortas escolares agroecológicas, enquanto possibilidade para o enriquecimento da merenda escolar com a inclusão de produtos naturais, favorecimento da suplementação das necessidades vitamínicas e minerais, além de promoverem mudanças de hábitos alimentares de alunos e da comunidade escolar (GALLO et al., 2004; MORGADO; SANTOS, 2008).

Os fundamentos pedagógicos desse trabalho constituem a Ecopedagogia e a Educação Contextualizada. Contrapõe-se a perspectiva da ação educativa como a simples transmissão de conhecimentos que nada, ou muito pouco, relacionam com a realidade social concreta vivenciada pelos sujeitos.

Nesse contexto, a Ecopedagogia tem sua definição relacionada à sustentabilidade socioambiental e a práticas educativas que buscam construir uma consciência planetária para além de qualquer gênero, espécie ou reino (GADOTTI, 2001). Aliada a essa perspectiva, a Educação Contextualizada supõe, fomenta e instrumentaliza a participação direta dos sujeitos no processo de construção e disseminação do conhecimento tendo como ponto de partida e como ponto de chegada sua realidade social concreta, suas vivências e práticas (ROCHA e MACHADO, 2007).

Em outras palavras, “contextualizar é construir significados e significados não são neutros, incorporam valores porque explicitam o cotidiano, constroem compreensão de problemas do entorno social e cultural, ou facilitam viver o processo da descoberta” (WARTHA; FALJONI-ALÁRIO, 2005, p. 43).

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo relatar e refletir sobre a experiência vivenciada na Creche Municipal Dr. Washington Barros no município de Petrolina-PE, onde o planejamento, implantação e condução de uma “horta escolar agroecológica” possibilitou a realização de diversas atividades pedagógicas direcionadas para temas como educação ambiental e segurança alimentar. Essa experiência se insere no âmbito do projeto “Integração Universidade-Escola no Desenvolvimento da Agricultura Urbana: o papel das hortas escolares na promoção da segurança alimentar e nutricional em Petrolina – PE”, referente ao Programa de Extensão Universitária/Ministério da Educação.

METODOLOGIA

Inicialmente foram realizadas visitas a quatro escolas públicas do município de Petrolina-PE sugeridas por profissionais da Secretaria Municipal de Educação, as quais possuíam horta funcionando no terreno da escola. A Creche Municipal Dr. Washington Barros foi selecionada para o desenvolvimento do projeto em função do interesse que os gestores demonstraram em associar o trabalho na horta com as atividades pedagógicas desenvolvidas junto às crianças, bem como por já contar com uma pequena horta já conduzida por um casal que vive no bairro em que a escola está inserida. O trabalho teve início no mês de março de 2012 se estendendo até dezembro do mesmo ano. A creche atende aproximadamente 188 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, atuando tanto nas atividades de creche como também do ensino fundamental.

Na primeira visita à creche em conversas com o casal responsável pela condução da horta, verificou-se um grande interesse em um trabalho conjunto entre o casal, a escola, a universidade e a comunidade. Isso possibilitou a transformação da horta já existente na escola em espaço de aprendizado e troca de saberes. Num segundo momento, foram realizadas reuniões com os gestores, professores da creche e responsáveis pela horta para exposição da proposta do projeto de extensão e apresentação da equipe da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Após a proposta ter sido acolhida pela comunidade escolar, teve início a coleta de informações, bem como sugestão de ações na perspectiva do planejamento pedagógico da creche. Para isso, foram consideradas as particularidades, o contexto socioeconômico e cotidiano da instituição de ensino.

Após as atividades de diagnóstico iniciais, foi proposta uma readequação da horta existente de forma a viabilizar as atividades pedagógicas sugeridas pela equipe e pelos professores bem como estabelecer cultivos diversificados e práticas de manejo sustentáveis inerentes à perspectiva da agroecologia. Dessa forma, algumas plantas doentes e improdutivas foram retiradas e os canteiros foram reorganizados e distribuídos de forma a facilitar o trânsito das crianças durante as atividades. Assim foram selecionados 12 (doze) canteiros para as atividades com as crianças, sendo que em 6 (seis) deles foi realizado o plantio de algumas espécies vegetais para fins de adubação verde e observação da biodiversidade associada. A adubação verde tinha por fim melhorar as características físicas, químicas e biológicas do solo, além de contribuir com o manejo de ervas espontâneas frequentemente encontradas na horta. Todas as alterações realizadas na configuração e manejo da horta foram feitas a partir de discussão e estabelecimento de consenso entre membros do projeto, a família que iria conduzir a horta e a comunidade escolar. Nesse sentido, cabe destacar o constante diálogo entre os membros do projeto e o casal de agricultores urbanos que trabalham na horta no sentido de identificar problemas, apontar potencialidades e construir um planejamento que atendesse ao objetivo produtivo almejado pelo casal de agricultores, bem como também possibilitasse um conjunto de atividades de educação junto às crianças.

Com base no planejamento e após a reestruturação da horta além dos canteiros conduzidos para fins didáticos, também havia os canteiros implantados pelo casal de agricultores que os conduzia para fins de comercialização das hortaliças. Os canteiros conduzidos para produção comercial também eram conduzidos seguindo os princípios agroecológicos e também se constituíram em espaços destinados às atividades pedagógicas.

Deste modo, iniciaram-se as atividades pedagógicas de educação ambiental e alimentar com as crianças, levando-se em consideração as especificidades de cada faixa etária.

Atividades desenvolvidas com crianças de 1 a 2 anos

Nessa faixa etária foi realizada uma atividade de degustação de frutas, buscando relacionar as cores com as preferências pelas frutas apresentadas. As frutas utilizadas na atividade foram escolhidas de acordo com os seguintes critérios: produção e disponibilidade na região, diferente coloração externa e interna (partes comestíveis), bem como facilidade de mastigação, uma vez que nem todas as crianças apresentavam a primeira dentição completamente desenvolvida. Nesse momento, a equipe da UNIVASF avaliou que as frutas que mais se adequaram a essas características seriam banana, mamão, melancia, laranja e manga.

A degustação ocorreu no horário rotineiramente estipulado pela escola para o lanche das crianças, possibilitando o incentivo da inserção de frutas durante esta refeição. As frutas foram oferecidas em pequenos pedaços, os quais foram dispostos separadamente em recipientes distribuídos de forma aleatória sobre uma mesa de altura adequada para o livre acesso das crianças. Ao lado de cada recipiente foi exposta a fruta inteira ou um corte longitudinal desta, de forma que os alunos pudessem ver a forma da fruta e em alguns casos o contraste entre a cor da casca, a polpa da fruta e as sementes (Figura 1).

Essa atividade contou com a participação de 19 crianças, as quais foram identificadas numericamente de 1 a 19, tendo sido chamadas individualmente para escolher e provar as frutas expostas sem restrição de quantidade. Os resultados foram anotados em uma tabela, procurando registrar a expressão facial de cada criança no momento da degustação considerando-se os seguintes parâmetros quantitativos; frutas escolhidas, cara feia, cara feliz, satisfação, insatisfação e não esboçou reação. Ao final das escolhas, cada criança recebeu uma porção de salada de frutas para estimular o consumo de várias frutas juntas em uma única porção. (Figura 2)



Figura 1. Disposição das frutas para atividade de degustação com crianças de 1 a 2 anos de idade.



Figura 2. Procedimento de livre escolha de frutas por parte das crianças.

Atividades desenvolvidas com crianças de 2 a 3 anos

Com a finalidade de demonstrar o aproveitamento do espaço disponível para implantação de uma horta, foi confeccionada com as crianças de 2 a 3 anos (maternal I) uma “horta vertical” utilizando garrafas ‘pet’ e barbante, como mostrado na Figura 3.



Figura 3. Garrafa pet utilizada na horta vertical.

Nessa atividade, além de hortaliças, utilizaram-se espécies ornamentais e medicinais que pudessem despertar os sentidos como visão, olfato, gustação e tato.

As espécies selecionadas foram manjericão (*Ocimum basilicum*), menta (*Mentha spicata*), alface (*Lactuca sativa*), coentro (*Coriandrum sativum*) e planta ornamental (*Zinia sp.*).

Atividades desenvolvidas com crianças de 3 a 6 anos

Essa atividade envolveu crianças das turmas do maternal II, pré I e pré II e permitiu que as mesmas tivessem o contato direto com as sementes, o solo, miniferramentas e água para irrigação dos canteiros após o plantio. O Quadro 1 mostra um resumo das atividades realizadas e os conceitos trabalhados em cada uma delas.

Data	Atividade	Conceitos trabalhados
Junho/2012	Plantio	<ul style="list-style-type: none"> • Como nasce uma planta.
Julho/2012	Acompanhamento do desenvolvimento das plantas	<ul style="list-style-type: none"> • Germinação e desenvolvimento da planta; • Plantas espontâneas.
Agosto/2012	Acompanhamento do desenvolvimento das plantas	<ul style="list-style-type: none"> • Floração e frutificação; • Biodiversidade; • Insetos associados às plantas
Outubro/2012	Colheita	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de alimentos
Dezembro/2012	Almoço	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentos provenientes da horta; • Importância de uma alimentação saudável.

Quadro 1. Atividades realizadas com crianças de 3 a 6 anos de idade.



Primeiramente, foi realizado o plantio de espécies de desenvolvimento rápido com as quais as crianças tinham maior afinidade como feijão, coentro, erva doce e melancia (Figura 4).



Figura 4 A e B. Atividade de plantio realizada com crianças de 3 a 6 anos de idade.

Paralelamente às atividades na horta, nas salas de aula foram distribuídos entre as crianças jogos temáticos (jogo da memória e quebra-cabeça) relacionados à atividade de plantio, ao ciclo de vida dos vegetais, bem como à diversidade de organismos que podem ser encontrados no agroecossistema da horta (Figura 5).



Figura 5 A e B. Atividade em sala de aula realizada com crianças de 3 a 6 anos de idade.

Depois de aproximadamente 30 dias do plantio, as crianças voltaram à horta para acompanhar o desenvolvimento das plantas. Nessa atividade, utilizaram-se cartazes e painéis vivos para demonstração das fases de germinação, utilizando como exemplo o feijoeiro (Figura 6). Na oportunidade foi trabalhado o conceito de plantas espontâneas e a importância das mesmas no agroecossistema e produção de alimentos. Além da visita à horta, foi realizada atividade em sala de aula, na qual as crianças foram incentivadas a registrar em forma de desenho as diferentes fases de desenvolvimento das plantas.



Figura 6. Painel para demonstração das fases de desenvolvimento do feijoeiro.

Durante as fases de florescimento e frutificação do feijão, as crianças foram novamente à horta para verificar a formação das flores e frutos (Figura 7). Nessa mesma visita, elas tiveram a oportunidade de observar alguns insetos que podem ser encontrados na horta (Figura 8).



A diversidade de insetos foi verificada por meio de coletas realizadas nos próprios canteiros com a participação das crianças, bem como por meio da apresentação de uma coleção entomológica didática. Nesse momento também foi feita uma caminhada orientada por toda a área da horta apresentando para as crianças as demais plantas cultivadas nesse espaço (hortaliças, frutíferas, medicinais e ornamentais).

Figura 7. Acompanhamento do desenvolvimento das plantas: floração e frutificação.



Figura 8. Observação de insetos que podem ser encontrados na horta.

Após acompanhamento de todo o desenvolvimento da planta, as crianças voltaram à horta para realizarem a colheita do feijão. Nessa atividade, as crianças tiveram a oportunidade de observar a produção das plantas que elas próprias cultivaram (Figura 9).



Figura 9. Colheita



Para concluir os trabalhos realizados ao longo do ano, foi preparado um almoço com vários ingredientes que podem ser obtidos em uma horta escolar. Além de salada verde e legumes, as crianças tiveram acesso a sucos e frutas como melancia, mamão, caju, goiaba e manga (Figura 10).

Figura 10. Almoço de encerramento do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atividade desenvolvida com crianças de 1 a 2 anos

A atividade transcorreu de modo que as crianças fizessem suas escolhas durante a degustação das frutas. Cabe destacar que, contrariando uma impressão inicial de algumas professoras, de que as crianças não consumiam e não se interessariam pelo consumo das frutas nas poucas ocasiões em que essas foram oferecidas nas refeições da creche, a grande maioria experimentou as frutas. No universo de 19 crianças que participaram da atividade apenas 1 (uma) se recusou a experimentar as frutas. Outra observação importante deve-se ao fato de que mesmo tendo sido esclarecido e orientado às crianças que poderiam repetir e experimentar mais de uma fruta, somente duas o fizeram, sendo que uma delas experimentou melancia, mamão e laranja e a outra laranja e manga.

As frutas mais escolhidas no processo de degustação foram (em ordem decrescente de número de escolhas: melancia (7) > mamão (6) > laranja (4) > manga (3) > banana (1). Assim, constatou-se que a fruta com maior número de opções apresenta cor vermelha (melancia). Entretanto, a cor laranja se destaca ao somarmos o quantitativo das opções feitas pelas frutas com esta coloração (mamão + laranja + manga). A cor que apresentou menor número de escolhas foi a branca (banana). O estímulo visual da cor certamente exerceu influência nas escolhas, entretanto outros estímulos não avaliados certamente influenciaram no resultado, com destaque para o cheiro das frutas frescas que agiu sobre o sentido do olfativo das crianças.

As impressões coletadas numa abordagem qualitativa da reação das crianças ao provar as frutas apresentaram um quadro geral da satisfação ao consumir as frutas. Num total de 28 (vinte e oito) observações, houve 19 (dezenove) manifestações positivas em relação às frutas experimentadas (9 cara feliz + 10 satisfação) em detrimento de 6 (seis) crianças que não esboçaram reação e 2 (duas) que demonstraram insatisfação.

Nesse sentido, pode-se concluir que as crianças, em sua maioria, gostaram das frutas que experimentaram. O grande número de observações de cara feliz e satisfação podem ser explicados devido à provável escolha das crianças de frutas que já conheciam e gostavam.

Uma provável razão para que a maioria das crianças experimentasse somente uma fruta pode estar relacionada ao fato da excepcionalidade da atividade e da idade das crianças (de 1 a 2 anos), levando-as, em sua maioria, a manifestar um comportamento de constrangimento e vergonha diante dos monitores do projeto que estavam conduzindo a atividade, mesmo sob a supervisão da professora da turma. No entanto, isso também pode estar relacionado ao baixo acesso e consumo corriqueiro destas frutas pelas crianças no âmbito das condições socioeconômicas e culturais familiares, como demonstrado por Farias Júnior e Osório (2005). Os referidos autores relataram que a alimentação das crianças menores de cinco anos no Estado de Pernambuco é monótona e pouco diversificada, tendo como base uma dieta láctea, com consumo elevado de açúcar e de gordura, e reduzido consumo de frutas e verduras.

Outro aspecto importante a mencionar é o fato de Petrolina ser um destaque nacional na produção de frutas tanto para o mercado interno quanto para exportação (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2010). Assim, os aspectos ligados à diversidade de oferta de frutas e economicidade na aquisição destas revelam uma contradição com reflexo na baixa diversificação da alimentação oferecida às crianças.

Atividades desenvolvidas com crianças de 2 a 3 anos

Essa atividade não alcançou os resultados esperados, uma vez que nenhuma das espécies plantadas apresentou desenvolvimento satisfatório. Esse fato está diretamente ligado à falta de cuidados essenciais durante o manejo da horta suspensa. Por se tratar de uma atividade pedagógica, seria necessário um maior envolvimento por parte da comunidade escolar no processo de cultivo. Entretanto isso não ocorreu, o que levou a morte da maioria das plantas, principalmente pela falta de irrigação frequente. O insucesso nessa experiência pode ser atribuído à sobrecarga de trabalho dos professores e escassez de recursos humanos na creche de modo a favorecer o desenvolvimento de projetos pedagógicos que saiam um pouco da rotina já adotada pela instituição. Também se pode atribuir o andamento insatisfatório dessa ação a possíveis falhas de comunicação da equipe do projeto de extensão com a comunidade escolar no que tange ao entendimento da proposta ou mesmo distribuição de responsabilidades para que a referida atividade alcançasse êxito.

Atividades desenvolvidas com crianças de 3 a 6 anos

O feijão cultivado na horta da escola permitiu o acompanhamento de todas as fases de desenvolvimento das plantas desde o plantio, germinação, desenvolvimento vegetativo, florescimento, frutificação e morte da planta.

A atividade de plantio se destacou por ser o primeiro contato das crianças com a horta da escola. Algumas crianças relataram que os pais ou avós possuem plantas ornamentais, pequenas hortas, frutíferas e plantas medicinais em suas casas. Além disso, algumas delas ressaltaram que ajudam no cuidado com as plantas (irrigação ou “rega”), bem como identificaram que a maioria das sementes que estavam plantando

também são alimentos consumidos por elas como é o caso do feijão (na forma de semente), o coentro (folhas) e melancia (fruto). Esse momento também possibilitou a observação da forma de preparo dos canteiros, plantio das sementes e necessidade de água para que as sementes germinem e iniciem seu desenvolvimento.

Foram feitas visitas das crianças na horta no momento em que a planta estava em pleno desenvolvimento vegetativo, podendo estas observarem o bom desenvolvimento da planta e a presença de insetos, germinação e crescimento de outras plantas no canteiro (plantas espontâneas ou “mato”), bem como a necessidade de cuidados para que o feijão tivesse um bom desenvolvimento. As crianças ajudaram na retirada de plantas espontâneas e na irrigação do canteiro utilizando-se de regadores coloridos de brinquedo. Tais atividades foram repetidas no período de floração do feijão, bem como também se destacou a importância de molhar as plantas e controlar o “mato” para que a planta pudesse produzir os “feijãozinhos”.

Na visita para observar a floração e frutificação do feijão também foi apresentada uma coleção de insetos com inúmeras espécies. Nesse momento destacaram-se as expressões das crianças com a observação das características dos diferentes tipos de insetos. Alguns insetos, eles disseram já conhecer (terem visto), tanto em casa (barata), quanto na horta (formiga e besouros). Ao final desta atividade fez-se uma caminhada em que foram apresentadas as demais plantas cultivadas no espaço da horta com destaque para as frutíferas (mamão, maracujá, acerola, melancia, videira e caju), hortaliças (couve, pimenta, alface, cenoura e beterraba), medicinais (erva-doce, capim cidreira, babosa e hortelã) e várias plantas ornamentais. Esse momento foi muito importante, pois algumas crianças revelaram conhecer muitas das plantas ou terem contato com as mesmas em espaços como nas propriedades rurais, nos quintais e vasos em suas residências, feiras livres ou mesmo nas ruas e praças.

Ao longo de todo trabalho com as crianças foi possível registrar expressões como: “Minha mãe coloca água para as plantinhas lá de casa”; “Quando fiquei doente minha vó me fez um chá”; “Eu gosto de comer feijão”; “Lá em casa tem pé de manga e goiaba”; “Tem formiga aqui no feijão”; “Tira as plantinhas no meio do feijão”; “Tem um bicho aqui”; “Olha uma formiga aqui”; dentre inúmeras outras expressões colhidas no decorrer das atividades de visita à horta. Tais expressões apontam para a construção de relação, pelas crianças, entre as atividades desenvolvidas pelo projeto e as vivências quotidianas das crianças na relação com a terra, as plantas, o meio ambiente e a biodiversidade.

Durante o desenvolvimento dessa atividade, foi possível trabalhar conceitos ligados a diferentes temas como: desenvolvimento vegetal, diversidade de plantas e animais nos ecossistemas, uso racional da água, importância das hortaliças na alimentação saudável, dentre outros. No período de acompanhamento do desenvolvimento das plantas, os alunos registraram em forma de desenhos as experiências vivenciadas. A qualidade dos trabalhos apresentados demonstrou que os conceitos ligados a meio ambiente, ecologia, desenvolvimento das plantas e produção de alimentos saudáveis e trabalhados durante as atividades na horta foram satisfatoriamente incorporados pelas crianças. (Figura 11)



Figura 11 A, B e C. Ilustrações feitas pelas crianças após a experiência de plantio e observação do desenvolvimento das plantas na horta.

O comportamento das crianças durante o almoço realizado para concluir as atividades também evidenciou o resultado positivo de ações dessa natureza em ambiente escolar (Figura 12). Foi possível verificar o interesse das crianças em experimentar os alimentos oferecidos. Uma das constatações dessa experiência é de que o contato com a produção e diversidade de alimentos ao longo do projeto possibilitou uma maior sensibilização das crianças no processo de experimentação/degustação de alimentos saudáveis que podem ser produzidos no próprio ambiente escolar.



Figura 12 A e B. Crianças durante o almoço que encerrou as atividades do projeto.

DISCUSSÃO GERAL

Durante o trabalho constatou-se que é possível viabilizar a implantação e utilização de hortas escolares como estratégia de estímulo ao consumo de alimentos saudáveis e modificação da dieta das crianças conforme também verificado por Magalhães (2003). O conhecimento e a ação participativa na produção e no consumo principalmente de hortaliças (fonte de vitaminas, sais minerais e fibras) despertam nos alunos mudanças em seu comportamento alimentar, tendo sido também observado que as crianças interligam as experiências vivenciadas no âmbito do projeto da horta escolar agroecológica com a sua realidade familiar, corroborando as observações de Turano (1990). De acordo com Morgado e Santos (2008), esse contato direto com os alimentos também contribui para que o comportamento alimentar das crianças se volte para o consumo de produtos naturais e saudáveis, oferecendo um contraponto à ostensiva propaganda de produtos industrializados e do tipo *fast-food*. Assim, contata-se que um dos principais papéis da implantação de hortas escolares é a promoção da segurança alimentar e nutricional das crianças e da comunidade envolvida no contexto do direito humano à alimentação adequada (CONSEA, 2004), podendo também contribuir com a geração de renda para os agentes da comunidade envolvidos enquanto voluntários nas hortas agroecológicas.

Outro aspecto relevante da implantação de hortas no ambiente escolar se insere no contexto da agricultura urbana (MENDONÇA, 2012) ao possibilitar o debate de questões inerentes ao meio ambiente, sustentabilidade e geração de renda de populações em condições de risco social e econômico. Esse tipo de experiência possibilita trabalhos de formação da comunidade escolar (professores, voluntários e alunos) na área de meio ambiente perpassando pelas temáticas da qualidade e uso racional da água, reciclagem e compostagem de resíduos

orgânicos, ecologia e formas de agricultura ecológica, cidades sustentáveis, intoxicação por agrotóxicos, contaminação do meio ambiente e seus riscos à vida humana.

A reflexão sobre experiências de implantação de hortas escolares agroecológicas se constitui numa importante ação ao possibilitar estudos, pesquisas, debates e atividades sobre as questões ambiental, alimentar e nutricional, além de estimular o trabalho pedagógico dinâmico, participativo, prazeroso, inter e transdisciplinar, proporcionando descobertas e gerando aprendizagens múltiplas (BARBOSA, 2008). A construção de uma política de educação ambiental contextualizada passa, em primeira instância, pela diversificação ambiental e enriquecimento biológico dos ambientes urbanos (parque, jardins, hortos florestais e hortas agroecológicas). A agricultura urbana de base ecológica se constitui num dos principais espaços para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e alimentar. A implantação de hortas agroecológicas conduzidas por funcionários da escola ou da comunidade na qual tal escola esteja inserida proporciona o uso dessas hortas em atividades lúdicas pensadas no âmbito do projeto pedagógico da escola.

A implantação de hortas escolares através da agricultura urbana não garante que tais espaços sejam utilizados enquanto ambiente de educação ambiental e alimentar. Em estudo realizado no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA, Farfan (2008) identificou uma forte relação entre hortas urbanas e o ambiente escolar, de modo que a grande maioria das hortas urbanas destas cidades, em especial Petrolina, estão localizadas no espaço escolar. No referido trabalho o autor aponta para uma relação de reciprocidade entre escola e horticultores destacando o apoio da escola no que tange à cessão do terreno, água tratada e segurança por se tratar de um terreno murado; bem como o apoio dos horticultores à escola com a possibilidade de oferecimento de hortaliças para a merenda escolar, para a vizinhança da escola, espaço para uso em aulas práticas, além da inibição da ação de vândalos pela presença diária de agricultores no ambiente da escola.

A dimensão pedagógica de uma horta escolar agroecológica extrapola o instrumento do livro didático, estabelece novas relações entre os sujeitos, alunos, professores e comunidade escolar que assumem papéis ativos e cooperativos no processo de construção e disseminação de conhecimentos já existentes e de novos oriundos da práxis pedagógica dialógica.

Fundados na Ecopedagogia e na Educação Contextualizada essa práxis pedagógica tende a instrumentalizar os sujeitos a estabelecerem relações socioambientais sustentáveis, uma vez que, a construção de uma horta escolar agroecológica supõe a construção de uma série de novos conhecimentos, de valores, habilidades e atitudes que vão desde o trabalho colaborativo em grupos, a capacidade de ouvir o outro, de tomar decisões, de compreender o ecossistema, suas inter-relações, e o pertencimento de cada um neste, até a gestão de recursos materiais e humanos necessários.

No entanto, o uso de hortas em escolas enquanto um instrumento pedagógico tem se mostrado uma tarefa não muito fácil quando se parte do envolvimento somente de professores, estudantes e gestão escolar, conforme constatado na experiência deste projeto de extensão e observações em outras escolas visitadas durante a execução das atividades. Isso se deve à intensa dinâmica de trabalho no cuidado com as crianças por parte dos profissionais da creche com a qual trabalhamos.

De acordo com Andrade (2000), fatores como o tamanho da escola, predisposição dos professores em passar por um processo de treinamento e vontade da diretoria em implementar um projeto ambiental com possível alteração da rotina escolar podem servir como obstáculos à implementação de ações dessa natureza.

Desse modo, a intensidade de trabalho e responsabilidade no lidar com as crianças implica pouca disponibilidade de tempo para assumir compromissos e envolvimento na condução de atividades não inerentes à rotina das escolas, como as propostas no âmbito do presente projeto de implantação de hortas escolares agroecológicas. Tais atividades fogem da rotina de ensino e cuidados necessários com as crianças, podendo sobrecarregar ainda mais os profissionais da educação infantil com os quais se trabalhou nesse projeto. Isso, no entanto, não pode ser visto como uma barreira para o desenvolvimento de atividades desta natureza, ou mesmo outras ações diferenciadas não menos importantes para o desenvolvimento e educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados alcançados com esse projeto, é possível concluir que a existência de uma horta agroecológica no ambiente escolar se constitui num importante instrumento de aprendizagem e de construção de uma cultura socioambiental sustentável. Assim, além de possibilitar uma série de opções pedagógicas para trabalhar conteúdos abordados em sala de aula, a horta permite que as crianças despertem o interesse por hábitos mais saudáveis e o contato com o meio ambiente. O fato de produzirem seu próprio alimento estimula o consumo e desmistifica o conceito de que crianças não gostam de frutas e verduras.

Além disso, é possível trabalhar questões relacionadas à alimentação saudável e educação ambiental de forma contextualizada, lúdica e prazerosa, o que proporciona um maior aproveitamento dos conteúdos curriculares, a incorporação e vivência de novos valores, habilidades e atitudes nas relações socioambientais estabelecidas pelos sujeitos dentro e fora da escola.

A inserção da comunidade no cotidiano escolar, vivenciado nesse projeto de extensão, por meio do trabalho de voluntários na horta da escola, pode viabilizar ações educativas diferenciadas, superando-se assim as restrições de recursos humanos e financeiros demandados por atividades dessa natureza.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia - A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

ANDRADE, D. F. Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande-RS, v. 4, p. 86-94, 2000. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea>>. Acesso em 17 jun. 2013.

BARBOSA, N. V. S. **A horta escolar dinamizando o currículo da escola**. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2008. (Caderno 1).

_____. **Alimentação e nutrição** - caminhos para uma vida saudável. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2008. (Caderno 3).

_____. **Orientações para implantação e implementação da horta escolar**. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2008. (Caderno 2).

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília-DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.

CONSEA. **Documento de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília-DF: CONSEA, 2004.

DRESCHER, A.; JACOBI, P.; AMEND, J. Seguridad alimentaria urbana - agricultura urbana, una respuesta a la crisis? **Revista de Agricultura Urbana**, Quito-EQ, v. 1, n. 1, p. 8-10, 2001.

FARFAN, S. J. A. **Diagnóstico de hortas comunitárias no dipolo Juazeiro-BA e Petrolina-PE: perfil e demandas de pesquisas**. 2008. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2008.

FARIAS JUNIOR, G. de; OSORIO, M. M. Padrão alimentar de crianças menores de cinco anos. **Revista de Nutrição**, Campinas-SP, v. 18, n. 6, p. 793-802, 2005.

GADOTTI, M. Pedagogia da terra: ecopedagogia e educação sustentável. In: TORRES, Carlos Alberto (Org.). **Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI**. Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 81-132. Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.clacso.org/ar/libros/torres/gadotti.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

GALLO, Z.; SPAVOREK, R. B. M.; MARTINS, F. P. L. Das hortas domésticas para a horta comunitária: estudo de caso no bairro Jardim Oriente em Piracicaba, SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **2. Anais**. Belo Horizonte, 2004.

LOPES, P. R.; LOPES, K. C. S. A. Agricultura urbana ecológica: a experiência de Cuba. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 4-5, 2012.

MAGALHÃES, A. M. **A horta como estratégia de educação alimentar em creche**. 2003. 120 f. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MENDONÇA, M. M. de. Semeando agroecologia nas cidades. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 39-41, 2012.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Plano de Ação Integrada e Sustentável para a RIDE Petrolina-Juazeiro: relatório final**. Ministério da Integração Nacional. Brasília-DF: Terragraph, 2010. 260 p.

MORGADO, F. da S.; SANTOS, M. A. A. dos. A horta escolar na educação ambiental e alimentar: experiência do projeto horta viva nas escolas municipais de Florianópolis. **EXTENSIO - Revista Eletrônica de Extensão**. n. 6, p. 1-10, 2008.

MUNIZ, V. M.; CARVALHO, A. T. de. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Revista de Nutrição**, Campinas-SP, v. 20, n. 3, p. 285-296, 2007.

ROCHA, E. N.; MACHADO, J. C. P. Formação de educadores rurais: construindo uma política de educação contextualizada. In. KUSTER, A.; MATTOS, B. **Educação no contexto do semiárido brasileiro**. Juazeiro-BA: RESAB, 2007.

TURANO, W. A didática na educação nutricional. In: GOUVEIA, E. **Nutrição, saúde e comunidade**. São Paulo: Revinter, 1990. 246 p.

WARTHA, E. J.; FALJONI-ALÁRIO, A. A contextualização no ensino de química através do livro didático. **Revista Química Nova na Escola**, São Paulo, n. 21, nov. 2005.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

FREITAS, Helder Ribeiro; GONÇALVES-GERVÁSIO, Rita de Cássia Rodrigues; MARINHO, Cristiane Moraes; FONSECA, Alex Sandro Silva; QUIRINO, Anny Karoline Rocha; XAVIER, Kerly Mariana Marques dos Santos; NASCIMENTO, Paulo Vitor Pereira do. Horta escolar agroecológica como instrumento de educação ambiental e alimentar na Creche Municipal Dr. Washington Barros – Petrolina/PE. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 155-169, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 25 maio 2013.

Aceito em: 12 jul. 2013.

Educação Ambiental em uma comunidade acometida pela fluorose grave: uma abordagem interdisciplinar entre a geologia e odontologia

Lúcia Maria Fantinel¹
Leila Nunes Menegase Velásquez²
Dora Atman Costa³
Efigênia Ferreira e Ferreira⁴
Lia Silva de Castilho⁵

¹ Docente do Departamento de Geologia do Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
luciafantinel@gmail.com

² Docente do Departamento de Geologia do IGC/UFMG.
menegase@yahoo.com.br

³ Discente do Programa de Mestrado do IGC/UFMG.
doraabh@gmail.com

⁴ Docente da Faculdade de Odontologia da UFMG.
efigenia@gmail.com

⁵ Docente da Faculdade de Odontologia da UFMG.
licastilho@ig.com.br

RESUMO

A fluorose dentária endêmica foi diagnosticada no município de São Francisco, estado de Minas Gerais, Brasil, nos anos 1980. Desde então vários estudos foram realizados para diagnosticar e mapear a doença e suas fontes de contaminação. Outros estudos foram conduzidos para tentar remediar o problema tanto no nível individual (restaurações das lesões dentárias) quanto no nível coletivo (qualidade da água de abastecimento). Este é o relato das ações de educação em saúde promovidas pelo Departamento de Geologia e pela Faculdade de Odontologia da UFMG nas comunidades atingidas. A metodologia ativa de ensino empregada foi caracterizada pela sua intensa troca de experiências com a comunidade. Empregou-se um teatro de fantoches e uma exposição interativa para abordar os temas relacionados às consequências da ingestão de altos teores de fluoretos e das consequências no cotidiano do indivíduo que possui as graves lesões fluoróticas em seus dentes.

Palavras-chave: Relações comunidade-instituição; Educação em saúde; Educação ambiental.

Health education in a population affected by endemic fluorosis: geology and dentistry in an interdisciplinary approach

ABSTRACT

The endemic fluorosis was diagnosed in the city of São Francisco, Minas Gerais State, Brazil, in the 1980s. Since then, several studies have been conducted to diagnose and map the disease and its source of contamination. Other studies were performed to try to remedy the problem at the individual level (dental restorations of the lesions) as the collective level (drinking water quality). This is the report of the health education actions promoted by the Department of Geology and Dentistry School of UFMG in affected communities. The methodology employed was characterized by intense exchange of experiences with the community. It was used a puppet theater and an interactive exhibition to address issues related to the consequences of ingesting high levels of fluoride and consequences in daily individual who has the serious fluorotic injuries in their teeth.

Keywords: Community-institutional relations; Health education; Environmental education.

INTRODUÇÃO

Em quatro distritos rurais do município de São Francisco a fluorose dentária grave e moderada configura-se não apenas como um problema de agravo às estruturas dentárias dos portadores. A fluorose afeta, também, crianças e jovens de Brejo dos Angicos, foco desta pesquisa que faz parte de um relatório técnico para o CNPq. Além do problema estético e funcional da dentição na população acometida, as lesões geram problema de ordem social que atinge crianças e jovens portadores e dificulta a plena inserção no mundo escolar, do trabalho e das relações sociais dessa população (CASTILHO et al., 2009).

Quando consumido em pequenas doses, o fluoreto contribui para a redução da incidência da cárie dentária. A ingestão de níveis elevados de flúor tem provocado sérios problemas de fluorose dentária e óssea em populações de diversas partes do mundo. A fluorose dentária é uma doença que se relaciona ao desenvolvimento dos dentes. Está ligada a deformações do esmalte e ocorre em consequência da ingestão prolongada de flúor na faixa etária em que o esmalte está em fase de formação (WHO, 2008). Caracteriza-se pelo aumento da porosidade do esmalte, fazendo com que este adquira aspecto opaco e manchado, com coloração que varia desde o branco até vários tons de marrom, ou mesmo preto. Clinicamente, as características bilaterais vão desde finas linhas brancas cruzando o dente em forma de traço a várias formas de erosão. Nos casos graves, a perda da substância do esmalte pode levar a deformidades anatômicas dos dentes, chegando, em alguns casos, à perda dos mesmos (FEJERSKOV, 1994). Em levantamento epidemiológico prévio, neste distrito, a fluorose leve a moderada (Índice Thylstrup & Fejerskov – TF- de 1 a 4) atinge 53,8% das crianças e jovens. Além disso, 23,1% apresentam fluorose grave (> 5 a 9). Ali, a água de abastecimento apresenta um teor de fluoretos de 2,6 mg/L (FERREIRA et al., 2010). Em 2009, iniciou-se um trabalho odontológico de restauração das lesões de fluorose grave e moderada em todos os distritos afetados pela fluorose endêmica (ABREU et al., 2009) que foi agraciado com o Prêmio Abril de 2012.

Os jovens acometidos, ao se expressarem sobre o assunto, deixam transparecer que conviver com a desfiguração dentária resultante do consumo excessivo de flúor durante a formação do dente é uma luta diária. Os jovens relatam serem alvos de deboche, discriminação e acusações sobre falta de higiene, principalmente no ambiente escolar (CASTILHO et al. 2009).

O desconhecimento das causas do problema é generalizado na população local, mas o mais preocupante é que o mesmo ocorre entre os professores, responsáveis pela instrução formal daquelas crianças e jovens. De maneira geral, tais profissionais mostram-se confusos quanto ao papel do flúor na causalidade da anomalia, indicando que o conhecimento científico sobre a doença ainda não se tornou acessível, mesmo aos educadores. Na ausência desse conhecimento, são estabelecidas relações causais intuitivas reforçando, no senso comum, noções muitas vezes imprecisas, tais como: atribuição de semelhanças entre os processos que envolvem o aparecimento da fluorose e o processo de filtração da água ingerida pelos rins no organismo humano; difusão da ideia de que o subsolo, de onde provém a água dos poços tubulares profundos que abastece a população é “doente”; identificação do calcário (e não do fluoreto contido nas águas subterrâneas) como o causador da fluorose dentária na região. Dessa forma, a água captada de outras fontes (como nas comunidades de Mocambo e Alto São João),

quando se apresenta com turbidez e/ou “gosto salgado”, é vista com cepticismo pela população (CASTILHO et al., 2010), provavelmente pela associação, ainda que de forma intuitiva, com algumas daquelas noções da fluorose descalçadas de bases científicas.

Considera-se, portanto, que qualquer proposta técnica de prevenção ou remediação da endemia de fluorose dentária na região pressupõe, para a necessária adesão por parte da população, de um processo de divulgação do conhecimento de base científica na comunidade afetada e no meio escolar, especialmente de esclarecimento aos professores e lideranças locais sobre as relações causais da doença para que os mesmos atuem como difusores desse conhecimento.

As ações educativas desenvolvidas neste artigo integraram os esforços para estabelecer uma relação dialógica entre a realidade local (com seus elementos do ambiente físico e sócio-histórico-cultural), o conhecimento científico sobre os condicionantes geológico-hidrogeológicos dos teores elevados de flúor na água subterrânea e o desenvolvimento de uma nova técnica de desfluoretação da água que, em outro projeto, foi submetida a testes de bancada e de campo na comunidade de Brejo dos Angicos. Este novo sistema se baseia no uso de esferas absorventes ocas, de composto alumina-carvão ativado, desenvolvidas pelo Laboratório de Microesferas Gel, no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear da UFMG. Unidades desse sistema foram instaladas em três domicílios em Brejo dos Angicos e utilizadas por 16 indivíduos: quatro crianças, cinco adolescentes e sete adultos (DRUMOND et al., 2011).

A principal meta da educação comunitária é o esclarecimento da população portadora, dos educadores e dos gestores da saúde sobre as relações causais entre fluorose e contaminação natural da água subterrânea por fluoreto. As ações de educação em saúde aqui apresentadas têm como objetivo proporcionar ao indivíduo a conscientização de que a doença (no caso a fluorose dentária grave e moderada) é um evento passível de ser prevenido. Para tanto, é preciso se levar em consideração o conjunto de representações sociais que o indivíduo e sua comunidade têm sobre o problema.

Dessa forma, as atividades buscaram, também, delinear trajetórias coletivas com professores, alunos e moradores de Brejo dos Angicos para a realização de oficinas e de materiais instrucionais sobre o ambiente local e saúde, em especial sobre:

- origem da fluorose,
- mecanismos de contaminação das águas,
- formas de controle e mitigação;
- importância da participação da comunidade na definição de estratégias para a resolução dos problemas de abastecimento e de controle da qualidade da água.

Dentre os objetivos pretendidos e alcançados, destacam-se:

- Realizar reuniões com gestores de saúde sobre o quadro da fluorose no município e em Brejo dos Angicos, e o treinamento de cirurgiões dentistas da rede pública municipal no diagnóstico da fluorose dentária;

- Averiguar a percepção de educadores e agentes sociais locais acerca das relações Ambiente-Saúde-Sociedade;
- Estabelecer o diálogo entre conhecimento científico e conhecimento da comunidade sobre a relação rocha-solo-água-saúde;
- Esclarecer a comunidade sobre as causas da contaminação da água subterrânea por fluoreto e sobre as formas de prevenção e remediação da fluorose;
- Realizar atividades formativas com profissionais e comunidade local e estimular a participação da comunidade na vigilância da qualidade da água e da saúde bucal.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A “promoção de saúde” engloba a construção de políticas públicas saudáveis, com fortalecimento da ação comunitária, desenvolvimento de habilidades e reorientação de serviços (SHEIHAM; MOYSÉS, 2000). A “prevenção de doenças” corresponde a ações preventivas que se caracterizam por intervenções dirigidas à população para se evitar o surgimento de doenças e reduzir sua prevalência (CZERESNIA, 2003). Em ambos os casos, a educação comunitária é etapa construtiva importante.

A educação em saúde objetiva proporcionar aos cidadãos a capacidade de fazer suas escolhas mais saudáveis, ao passo que a promoção de saúde tenta tornar mais fácil o acesso a essas escolhas salutares (MILLIO 1993).

As atividades de educação formal e informal estruturam-se em bases ou de transmissão ou de construção do conhecimento. Na chamada pedagogia de transmissão, o indivíduo apenas recebe as informações, as ideias e os conhecimentos como uma folha em branco. Não existe uma síntese dos conteúdos e, mesmo com a realização de provas, não há garantias de que esse aprendizado tenha sido significativo para o aluno. Os seus métodos concentram-se em exposição oral do professor. Essa forma de ensino está presente também em situações de educação informal e nem sempre está acompanhada do esforço para desenvolver as habilidades intelectuais de observação, análise, extrapolação e compreensão. De uma maneira geral, essa tendência não leva em consideração o contexto social e enfatiza a repetição para a garantia de memorização dos conteúdos (KRUSCHEWSK et al., 2008).

Ultrapassar o paradigma comportamentalista é fundamental. Este paradigma está enraizado na concepção higienista e individual da prevenção de doenças. Em outras palavras, a responsabilidade de não ter fluorose dentária grave cabe ao próprio indivíduo. A educação em saúde, por outro lado, deve substituir a atitude normativa e modeladora de comportamento pela atitude emancipatória através de estratégias dialógicas e construtivistas. Desta forma, são valorizadas, no grupo, a interação e a reflexão, levando o indivíduo a reconhecer e assumir o seu papel de ator social (PAULETO et al., 2004).

Os programas voltados para a prevenção de agravos à saúde e para as práticas educativas de promoção de saúde buscam o que Gazzinelli et al. (2005) classificam como o processo de “desnaturalização da doença”.

Nesse enfoque, o que a comunidade e o que cada indivíduo pensa a respeito do problema em questão (suas representações sociais) embasam, junto com a informação científica, a construção de programas de educação em saúde. Quando também entram em cena as representações individuais e os saberes do senso comum, a soberania do saber científico como única maneira de se explicar o “adoecer” é questionada. Dessa forma, supera-se a característica instrumental da educação em saúde e novas práticas são re-dimensionadas.

Nas experiências pedagógicas que buscam problematizar o fenômeno, as experiências críticas ou libertárias, a principal finalidade é superar as desigualdades sociais pelo desenvolvimento da consciência da realidade. Assim, o indivíduo passa a atuar de forma transformadora socialmente (KRUSCHEWSK et al., 2008). A promoção de saúde deve ser, portanto, fundamentada em uma pedagogia de participação. Os princípios norteadores desta seriam: o desenvolvimento da capacidade da competência, da criatividade, da solidariedade e da habilidade para a resolução dos problemas (TAMIETTI et al. 1998).

Apesar de ser difícil dimensionar o impacto social e individual da fluorose, a educação comunitária deve levar em conta esse fator para que as ações educativas consigam estreitar as identidades locais, reconhecer a inserção ambiental da comunidade e valorizar a participação de todos os seus membros. Estudo de Gonçalves (2006) alerta que “principalmente entre os jovens, o apelo estético [da fluorose] pode trazer problemas de auto-estima até para aqueles considerados dentro da normalidade”. Portanto, pode estar sendo imposto a esse grupo de adolescentes marcados pela aparência desfavorável um sofrimento não mensurável pelo grau de fluorose apresentado ao exame, nem tampouco por dados agrupados para a população.

A elucidação do fenômeno “fluorose dentária endêmica” envolvendo metodologias multi e interdisciplinares, em especial nos campos da geologia, hidrogeologia e da odontologia em conjunto, é uma experiência inédita no Brasil. Apesar desse potencial na abordagem interdisciplinar dos citados campos, permanecem dificuldades internas a cada campo e de concepção de ciência e público, especialmente em geologia.

O conhecimento geológico está ausente na formação básica da maior parte dos cidadãos, não apenas no meio rural. Praticamente inexistente como forma disciplinar no ensino brasileiro nos níveis fundamental e médio e na formação superior constitui disciplinas na estrutura curricular de reduzido número de cursos. Além disso, a abordagem dos currículos de Ciências, compartimentada segundo as áreas específicas do conhecimento científico, opõe-se a uma visão de mundo, de processos naturais e de saúde mais integrada. Além disso, nota-se a inexpressiva divulgação social da geologia decorrente da pouca valorização dos profissionais da área pela difusão de suas pesquisas em meios não especializados, da escassez de livros didáticos e paradidáticos nacionais, do reduzido número de exposições e museus geocientíficos no país e da limitada abordagem de temas geológicos nas mídias nacionais.

Piranha e Carneiro (2009), por exemplo, preconizam uma melhor integração das Ciências da Terra nos diversos sistemas educativos como uma estratégia importante para a formação de cidadãos informados, participativos e comprometidos com a gestão responsável do planeta e seus recursos. Defendem também que os saberes geológicos sejam mais bem explorados em práticas educacionais e constituam

“referencial curricular multi, trans, pluri e interdisciplinar, capaz de agregar valor intrínseco ao ensino efetivo, por proporcionar a formação integral do cidadão planetário”. Esses autores consideram as informações geológicas regionais e locais um elo integrador da aprendizagem que convida os aprendizes à reflexão, pois lhes mostram a realidade de seu espaço de vivência e estimulam a consciência reflexiva.

Destaca-se o papel do entendimento dos processos da dinâmica terrestre como sendo uma elaboração favorável à compreensão da natureza. A adoção dessa linha no ensino, calcada em princípios formativos e de investigação do ambiente, contribui para uma formação que transcende os limites entre as áreas específicas de cada ciência. O estudante que vivencia a construção desse conhecimento, da observação dos materiais e processos até a elaboração/questionamento de modelos evolutivos, percorrendo múltiplas escalas de espaço e tempo, percebe o mundo com outros olhos. Esse processo revoluciona seu olhar através de “[...] um de um modo de ver a natureza [...] uma relação entre o planeta e o Homem.” (COMPIANI et al., 1984).

A presença no ensino, desde o nível fundamental, da abordagem geocientífica anteriormente referida poderia embasar a difusão do saber sobre as causas dos riscos ambientais e suas consequências para a humanidade, inclusive para a saúde humana (ponto crucial para a compreensão do fenômeno em questão), avançando para a discussão sobre o uso dos recursos naturais, sua relação com a sustentabilidade ambiental e as consequências da ação humana sobre esses recursos. Dessa forma, abrir-se-ia a sala de aula para o mundo real (CARNEIRO et al., 2004).

Além dos fatores limitantes já mencionadas para essa construção, a execução das ações educativas depara-se com as dificuldades de comunicação, que são constantes na avaliação de programas de educação em saúde no Brasil. No campo da relação entre geologia-hidrogeologia e público tais dificuldades são igualmente constantes, agravadas ainda pelo uso de uma terminologia não usual na sociedade e desconhecida do leigo. Na área odontológica, os profissionais, apesar de deterem o conhecimento científico sobre o tema, não têm formação adequada na área pedagógica; o mesmo ocorrendo com os geólogos. A difusão dos conhecimentos pelo dentista, por exemplo, seja na forma de palestras dirigidas a uma plateia ou no ato de conversar com seu paciente sobre a importância da higienização ou da adoção de hábitos dietéticos saudáveis, ainda carece de eficácia (PAULETO et al., 2004).

Porém, apregoar simplesmente sobre a necessidade de “educar para a saúde”, mesmo com a contextualização ambiental da saúde, não é suficiente. É preciso que tais ações educativas não estejam isoladas do contexto geral das ações de promoção de saúde. Para responder a essa necessidade, o projeto em foco buscou o trabalho conjunto de áreas tão diversas como a odontologia e a geologia, tendo a endemia de fluorose como problema-chave que orientou a construção dos necessários elos metodológicos entre aquelas áreas.

METODOLOGIA

A metodologia adotada buscou a construção de uma relação dialógica entre pesquisa e divulgação do conhecimento, sendo norteadada pela busca da interdisciplinaridade e da participação ativa e protagonista da comunidade. A avaliação dos resultados tem por base métodos qualitativos de análise.

Considerando que estudos anteriores detectaram o ambiente escolar como o ambiente em que os constrangimentos causados pela fluorose grave se tornam mais evidentes (CASTILHO et al., 2009), optou-se por atuar prioritariamente nesse espaço.

Os propósitos do projeto foram levados ao grupo de professores e, após levantamento das demandas locais, as ações de educação assumiram o formato de educação para a saúde articulada com educação sobre o ambiente físico de vivência da comunidade.

A metodologia consolidou a concepção de que a educação em saúde deve estar presente no ambiente e nas práticas escolares uma vez que estes são espaços de vivência adequados para a implementação de programas de saúde voltados para crianças e jovens em faixa etária propícia ao aprendizado de medidas educativas e preventivas (VASCONCELOS et al., 2001).

De fato, a idade escolar é o período mais apropriado uma vez que as crianças e adolescentes são mais receptivos a novos conhecimentos, sentindo-se inseridos em um ambiente de aprendizado. Por conseguinte, a escola diferencia-se como uma das instituições onde a promoção de saúde tem grande potencial para gerar resultados positivos. Com a educação estabelecida, espera-se que as crianças desenvolvam senso de responsabilidade em relação a sua saúde bucal, em prol de se manterem saudáveis durante toda a vida (NAVARRO et al., 1996).

Etapa de trabalho	2009	2010	2011
Reuniões de equipe para discussão dos dados, planejamento e avaliação das atividades, ocorridas em Belo Horizonte, realizadas em vários momentos do projeto	x	x	X
Reuniões com agentes da administração municipal, lideranças comunitárias e professores para apresentar a proposta, discutir apoio e planejar as atividades conjuntas. As reuniões ocorreram na sede das secretarias municipais da Saúde e do Meio Ambiente e na sede do jornal local, na cidade de São Francisco.	x	x	
Reuniões com a diretora e professoras da Escola Estadual João José Silveira, em Croá e da unidade rural da escola, em Brejo dos Angicos para apresentar a proposta, levantar dados das escolas, conhecer a infraestrutura, planejar as atividades conjuntas, conhecer as demandas locais de ensino, traçar o desenho da percepção das professoras acerca das relações Ambiente-Saúde-Sociedade, conhecer as expectativas das mesmas e discutir articulações possíveis entre as atividades e os planos de ensino da escola.		x	

Quadro 1. Etapas de Trabalho-Educação para a Saúde, Brejo dos Angicos, Município de São Francisco, Minas Gerais, Brasil.

Levantamento de campo das famílias residentes em Brejo dos Angicos e apresentação do projeto.		x	
Trabalhos de campo na bacia do córrego do Boi Morto para realizar: a coleta de amostras de minerais, rochas e solo a serem utilizadas nas coleções didáticas pela equipe de geólogos; registrar imagens do ambiente e tomar depoimentos de moradores para a produção de materiais didáticos.		x	
Elaboração de material didático. Foram doados para o acervo da Escola Estadual João José Silveira: os materiais impressos da exposição autoexplicativa, os arquivos digitais dos painéis instrucionais e das apresentações multimídia, além das amostras representativas do contexto geológico da bacia.		x	x
Realização das atividades educativas e posterior avaliação com as professoras, em abril de 2011.			x

As atividades de educação incluíram exposição interativa com emprego de materiais didáticos diversos elaborados pela equipe. Dentre eles, citam-se:

- Materiais instrucionais autoexplicativos;
- Painel ilustrativo e relacional sobre o ciclo da água global e local, identificando os impactos sobre os recursos hídricos locais gerados pelas formas de uso do solo na bacia do córrego do Boi Morto;
- Mostruário de minerais e rochas, incluindo exemplares locais acompanhados de esquemas-guia para a experimentação pelo público (Fig. 1);
- Mostruário com diferentes tipos de água utilizados pela comunidade (água subterrânea do poço tubular local, água do córrego do Boi Morto, da cisterna da escola, água de chuva e do caminhão pipa) para a determinação, pelo público, do pH com tornassol e discussão do significado dos resultados;
- Maquete tridimensional de hidrogeologia com os tipos de aquíferos (granular, fraturado e cárstico) articulada com exemplos de rochas locais, incluindo calcário com fluorita, utilizada na discussão sobre as características da água subterrânea da região e o mecanismo natural (hidrogeológico) responsável pelas concentrações anômalas de flúor na água subterrânea (Fig. 2);
- Projeções multimídia organizadas com as imagens locais contextualizadas em diferentes escalas;
- Pirâmide alimentar e modelos para a orientação sobre saúde bucal;
- Mapas temáticos da bacia do córrego do Boi Morto;
- História-painel musicada sobre o ciclo da água para exposição aos presentes.

Foram utilizados, também, estereoscópios de espelho para a observação de pares, estereoscópios de fotografias aéreas de São Francisco e da bacia do córrego do Boi Morto pelo público, medidor de nível de água e recipiente com água para simulação de medida em poço, computador e projetor multimídia, escala de dureza de minerais, ímã e outros materiais básicos para a realização de testes simples.



Figura 1: Sala de atividades interativas com mostruário de minerais e rochas sobre a mesa e painéis ilustrativos fixados na lousa, ao fundo da sala. Escola Estadual João José Vieira, Croá, município de São Francisco – MG. Abril de 2011.

Os efeitos do flúor na dentição humana, e em particular no caso da área em estudo, foram abordados por meio de teatro dialógico com fantoches no qual uma personagem, Dona Judith, estimulava a plateia a se expressar sobre a sua realidade, a compartilhar suas ideias sobre as causas da fluorose dentária naquela região e sobre os problemas originados quando os colegas se referem ao sorriso do outro como consequência de “falta de higiene”.



Figura 2: Sala de atividades interativas com maquete tridimensional de hidrogeologia ilustrando os tipos de aquíferos. Escola Estadual João José Vieira, Brejo dos Angicos, SF-MG. Abril de 2012.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A participação dos professores foi intensa, tanto na etapa de planejamento, quanto na execução e na avaliação das atividades. Vários estudos demonstraram que é benéfica a relação entre dentistas e professores na divulgação coesa de saúde bucal em escolares dentro da faixa etária em que a higiene bucal está em processo de formação (GARCIA et al., 1998). No estudo realizado, fica claro que a participação dos professores é crucial para a continuidade das atividades de conhecer o entorno e relacioná-lo com os problemas de saúde da comunidade, como foi percebido na etapa de educação em saúde em Brejo dos Angicos.

As atividades do campo da educação comunitária convergiram para a realização de oficinas interativas nas duas unidades da Escola Estadual João José Silveira que recebem crianças e adolescentes de Brejo dos Angicos afetados pela fluorose dentária grave e moderada. Cada família beneficiada pelo filtro desenvolvido no projeto recebeu, previamente em projeto de pesquisa específico, uma abordagem instrucional no campo da saúde, correspondendo ao atendimento individual (DRUMOND et al., 2011). As oficinas aqui descritas correspondem à estratégia coletiva de enfrentamento do problema. Não só as causas da fluorose dentária foram abordadas - as consequências no cotidiano das pessoas afetadas por essa doença também foram tratadas na discussão com a comunidade.

As etapas iniciais do projeto, que antecederam a ação na escola, propiciaram à equipe a possibilidade de identificar e interagir com a administração local, lideranças comunitárias, diretora e professores da Escola. Com estas ações não apenas as autorizações para a realização das atividades foram conseguidas como também: obtenção de apoio logístico, levantamento de dados locais sobre as características do meio físico e da população local, auxílio para coletar amostras (como a disponibilização de guias, escolhidos entre a população, para orientação sobre trilhas, nascentes, entre outros), para proceder à organização de *kits* de exposição e registrar imagens para posterior incorporação aos materiais instrucionais.

A partir do contato com lideranças comunitárias ficou mais fácil a interação com a comunidade. Com o estabelecimento de relações com a população, foi possível identificar as principais explicações e mitos criados pela população sobre a fluorose, bem como os termos e dúvidas mais recorrentes na discussão sobre o tema. Esses conhecimentos prévios, aliados às definições metodológicas, estruturaram as atividades e foram fundamentais para que a equipe superasse as dificuldades de comunicação. Cita-se, a título de exemplo, a incorporação, nos materiais elaborados, de termos de uso local de determinadas feições de relevo ou rocha em paralelo com a identificação do termo utilizado pela comunidade especializada, facilitando o diálogo e entendimento entre todos os agentes do processo.

O teatro de fantoches mostrou-se particularmente eficaz na interação com o público, não apenas com as crianças e adolescentes, mas também com os adultos, em especial com as mães e a agente de saúde que atua na comunidade. Tal avaliação é qualitativa e tem como base a participação da plateia nos diálogos e interlocuções com o personagem. Para estabelecer os elos entre as imagens da comunidade e o conhecimento científico, o fantoche-protagonista estabelecia diálogos entre o público e outra personagem fantoche, que respondia as perguntas do público. A ação tinha como características a interatividade e a espontaneidade e, embora houvesse um roteiro, este não foi seguido à risca devido ao alto grau de participação dos presentes com perguntas, intervenções e comentários.

A atividade de ensino desenvolvida na forma de teatro envolveu os presentes ao abordar de forma lúdica e interativa o tema complexo da fluorose, cujas relações causais situam-se em campos de interface entre geociências e odontologia e que, além disso, envolve as impressões pessoais e coletivas sobre a doença (Fig. 3). Os presentes sentiram-se à vontade para emitir opiniões, formular perguntas, compartilhar preocupações e apresentar sugestões. Nesse sentido, a atividade alcançou os objetivos pretendidos. A empatia do público com as personagens foi de tal ordem que, embora não previsto originalmente, os fantoches migraram para as atividades da história-painel musicada, igualmente interativa (Fig. 4), e continuaram, dessa forma, a exercer uma saudável mediação entre o público e os pesquisadores.



Figura 3: Teatro dialógico com fantoches utilizado para motivar a discussão sobre as causas da fluorose dentária e os fatores ambientais relacionados. Escola Estadual João José Vieira, Croá, SF-MG. Abril de 2011.

Em outro ambiente, a oficina interativa sobre as características físicas do ambiente possibilitava experimentação dos participantes com diversos materiais da região. O reconhecimento dos espaços de vivência do observador nas imagens aéreas estereoscópicas, por exemplo, introduzia a discussão sobre as características do ambiente identificadas pelo mesmo e as representações desse espaço em diversos tipos de produtos cartográficos. Essa dinâmica permitiu estabelecer o diálogo entre a percepção do espaço pelo indivíduo e as representações desse mesmo espaço pelas geociências.



Figura 4: História-painel sobre o ciclo da água. Sobre a mesa, à direita da figura, maquete de hidrogeologia e, na lousa, painel ilustrativo do ciclo hidrológico Escola Estadual João José Vieira, Brejo dos Angicos, SF-MG. Abril de 2011.

No ambiente escolar, a participação ampla da comunidade foi perceptível no envolvimento dos pais, responsáveis e professores no ato de educar. Além desses, participaram as servidoras das escolas e uma agente de saúde que atua em Brejo dos Angicos. Esse envolvimento é importante na consolidação das ações educativas e na expansão das mesmas para além dos muros da escola, constituindo o cerne conceitual da prática de promoção de saúde. O uso de recursos didáticos variados que motivem esse envolvimento deve ser estimulado, pois essas experiências impactam as práticas de promoção de saúde sobremaneira. Não se trata de coação ou apenas de transmissão de informações, mas de proporcionar subsídios que capacitem os atores sociais para a ação (KRUSCHEWSK et al., 2008). Dessa forma, durante os trabalhos da oficina foram empregados recursos variados, tais como painéis, maquetes, projeções multimídia, teatro, além de exposição aberta à experimentação pelo público.

Como a escola se relaciona diretamente para a família, espera-se que os resultados das oficinas estendam o seu leque de atuação para dentro dos lares. Para isso, há que se considerar que a educação em saúde bucal está relacionada com o conhecimento e com a conscientização comunitária, sendo, portanto, focada em oportunidades de aprendizagem e, como tal, podendo se expandir para outros espaços sociais, além da escola (MESQUINI et al., 2006). Portanto, na pesquisa, os métodos e os recursos didáticos utilizados foram escolhidos por seu potencial de comunicação da informação, bem como pela facilidade de sua futura reprodução pela escola ou outros interessados da comunidade.

Em síntese, apesar das dificuldades de cada área envolvida na pesquisa para efetivar a transposição didática do conhecimento e do caráter pioneiro da experiência, buscou-se a construção de uma abordagem multidisciplinar, considerada fundamental para a ação educativa na comunidade.

CONCLUSÕES

As ações educativas mostraram-se eficazes para: (a) aproximar a equipe da realidade social e cultural da comunidade; (b) reconhecer lideranças locais; (c) estabelecer mútua relação de confiança e colaboração da equipe com as lideranças; (d) divulgar as metas do projeto e obter adesões locais; (e) prestar esclarecimentos à comunidade sobre a origem da fluorose e sua relação com as características geoambientais da área

(que determinam as concentrações anômalas de flúor na água subterrânea); (f) informar a comunidade sobre o tratamento domiciliar proposto e, por fim, (g) difundir conhecimento e contribuir para o processo de ensino nas escolas da bacia do córrego do Boi Morto, em Brejo dos Angicos.

As orientações sobre fluorose dentária e saúde bucal, realizadas por meio de atividades lúdicas ou de debate com as especialistas, motivaram a explicitação de dúvidas e preocupações da comunidade. Nesse aspecto, os presentes perguntaram sobre as consequências do consumo de água com excesso de flúor sobre o organismo como um todo, a relação entre fluorose e outras doenças, as formas de prevenir e tratar a fluorose, as diferenças entre as técnicas de desfluoretação da água, a eficácia do filtro de vela comum e as alternativas para o abastecimento futuro de água de qualidade para o consumo humano. Os métodos dialógicos e participativos da atividade foram catalisadores do ambiente descontraído, que motivou a colocação das dúvidas e anseios da comunidade, assim como o posicionamento claro e objetivo dos pesquisadores. As dificuldades de comunicação das áreas específicas, já previstas nas etapas iniciais do projeto, parecem ter sido diluídas no processo, em grande parte, devido à natureza daqueles métodos.

Com base na observação do grande envolvimento das crianças, jovens e adultos nas atividades realizadas, considera-se que a difusão das informações geoambientais e odontológicas praticadas neste projeto conseguiu dialogar com a cultura local e com as prioridades temáticas das escolas. Nesse sentido, e nos limites da avaliação qualitativa aqui realizada, a difusão do conhecimento produzido pela pesquisa poderia ser considerada uma ferramenta de esclarecimento das causas da fluorose dentária na comunidade afetada e, até certo ponto, uma ferramenta de interação entre ciência e sociedade.

Tamietti et al.(1998) defendem que a educação para a saúde seja incorporada de forma efetiva no conteúdo do ensino fundamental. Na mesma direção, o presente estudo conclui que a abordagem pela escola do problema da fluorose dentária em Brejo dos Angicos (e de seus condicionantes ambientais) deve fazer parte dos conteúdos escolares daquelas comunidades desde a educação fundamental. Trata-se de um problema de saúde pública que afeta a população rural abastecida por água subterrânea com elevados teores de flúor, sendo perfeitamente passível de ser englobado no ensino de conteúdos escolares, como em ciências, e preferencialmente no tratamento interdisciplinar de conteúdos das áreas ambientais e sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, F. M. S.; CHAVES, S. F.; MAGALHÃES, C. S.; CASTILHO, L. S.; VARGAS, A. M. D.; FERREIRA, E. F.; SANTA-ROSA, T. T. A. Projeto Inclusão Social através da Recuperação do Sorriso: relato de atividades. **IX Forum de Ensino, X Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação, VIII Seminário de Iniciação Científica, III Mostra De Ensino Médio, IV Semana de Extensão, 2009.** Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2009.

CARNEIRO, C. R.; TOLEDO, M. C. M.; ALMEIDA, F. F. M. Dez motivos para a inclusão de temas de geologia na educação básica. **Revista Brasileira de Geociências**, Campinas-SP, v. 34, n. 4, p. 553-560, 2004.

CASTILHO, L. S.; FERREIRA, E. F.; PERINI, E. Perceptions of adolescents and young people regarding endemic dental fluorosis in a rural area of Brazil: psychosocial suffering. **Health and Social Care in the Community**, Manchester-UK, v. 17, p. 557–563, 2009.

CASTILHO, L. S.; FERREIRA, E. E.; VELÁSQUEZ, L. N. M.; FANTINEL, L.; PERINI, E. Beliefs and attitudes about endemic dental fluorosis among adolescents in rural Brazil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 261-266, 2010.

COMPIANI M.; GONÇALVES P. W.; CAIUBY, S. C. S.; KULAIE, Y.; SHIMABUKURO, Y. (Org.). **Jornada sobre o ensino do conteúdo geológico nos 1º e 2º graus**, Belém-PA. Documento final. São Paulo: SBG, 1983. 61 p.

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERINA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). **Promoção da saúde: conceito, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 5.

DRUMMOND, A. M. A.; CURY, J. A.; FERREIRA, E. F. Avaliação da efetividade de um sistema de defluoretação domiciliar de água da zona rural de São Francisco-MG, Brasil. **20ª. Reunião da SBPqO**. Águas de Lindoia-SP, 2011.

FEJERSKOV, O. **Fluorose dentária - um manual para profissionais da saúde**. São Paulo: Editora Santos, 1994.

FERREIRA, E. F.; VARGAS, A. M. D.; CASTILHO, L. S.; VELASQUEZ, L. N. M.; FANTINEL, L. M.; ABREU, M. H. N. G. Factors Associated to endemic dental fluorosis in Brazilian rural communities. **International Journal of Environmental Research Public Health**, Basel-SW, v. 7, n. 8, p. 3115-3128, 2010.

GARCIA, P. P. N. S.; CORONA, S. A. M.; VALSECKI JÚNIOR, A. Educação e motivação: segunda avaliação da efetividade de métodos educativos-preventivos relativos à cárie dental e à doença periodontal. **Rev. Odont. Unesp**, Araraquara-SP, v. 27, n. 2, p. 405-415, 1998.

GAZZINELLI, M. F. et al. Educação em saúde: conhecimentos, representações sociais e experiência da doença. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 200-206, jan./fev. 2005.

GONÇALVES, S. L. **A fluorose dentária endêmica em um contexto de vulnerabilidade social**. 2006. Dissertação (Mestrado em Odontologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

KRUSCHEWSK, J. E. et al. Experiências pedagógicas de educação popular em saúde: a pedagogia tradicional versus a problematizadora. **Rev. Saúde. Com.**, Jequié-BA, v. 4, n. 2, p. 160-176, 2008.

MESQUINE, M. A.; MOLINARI, S. L.; PRADO, I. M. M. Educação em saúde: uma proposta para abordagem no ensino fundamental e médio. **Arq. Mudi.**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 16-22, 2006.

MILIO, N.; KATZ, M. Promoting health through public policy. **Journal of Health Politics Policy and Law**, Durham, NC-USA, v. 8, n. 1, p. 176-177, 1983.

NAVARRO, R. S.; ESTEVES, G. V.; YOUSSEF, M. N. Estudo clínico do comportamento de escolares mediante escovação supervisionada e motivação no controle de placa bacteriana. **Rev. Odontol. USP**, São Paulo, v. 6, p. 9-13, 1996.

PAULLETO, A. R. C.; PEREIRA, M. L. T.; CYRINO, E. G. Saúde bucal: uma revisão crítica sobre programações educativas para escolares. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 121-130, 2004.

PIRANHA J. M.; CARNEIRO, C. D. R. O ensino de geologia como instrumento formador de uma cultura de sustentabilidade. **Revista Brasileira de Geociências**, Campinas-SP, v. 39, n.1, p. 129-137, 2009.

SHEIHAM, A.; MOYSES, S. J. O papel dos profissionais de saúde bucal na promoção de saúde, In: YP, Buischi (Org.). **Promoção de saúde bucal na clínica odontológica**. São Paulo: Artes Médicas, 2000. p. 23-36.

TAMIETTI, M. B. et al. Educação em saúde bucal para adolescentes: inadequação de uma metodologia tradicional. **Arq. Odontol.**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 33-45, jan./jun. 1998.

VASCONCELOS, R.; MATTA, M. L.; PORDEUS, I. A.; PAIVA, S. M. Escola: um espaço importante de informação em saúde bucal para a população infantil. **Rev. Fac. Odontol.**, São José dos Campos, v. 4, n. 3, p. 43-47, set./dez. 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATON. **Water sanitation and health**. Disponível em: <http://www.who.int/water_sanitation_health/diseases/fluorosis/en2008>. Acesso em: 12 Sept. 2008.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

FANTINEL, Lúcia Maria; VELÁSQUEZ, Leila Nunes Menegase; COSTA, Dora Atman; FERREIRA, Efigênia Ferreira e; CASTILHO, Lia Silva de. Educação ambiental em uma comunidade acometida pela fluorose grave: uma abordagem interdisciplinar entre a geologia e odontologia. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 1, n. 1, p. 170-183, jan./jul. 2013. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 29 abr. 2013.

Aceito em: 14 jul. 2013.

CHAMADA DE TEXTOS

v. 1, n. 2

(ago./dez. 2013)

PRAZO: 15 de outubro de 2013.

A **EXTRAMUROS** - Revista de Extensão da UNIVASF, iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco, foca na publicação de artigos que versem sobre a prática extensionista universitária em qualquer área (seja ela relacionada a Ciências da Terra, Ciências da Vida, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Ciências Exatas). A revista também publica relatos de experiência e outras contribuições, tais como resenhas e entrevistas sobre a área de extensão.

Todos os textos relacionados à extensão serão submetidos ao processo de avaliação por pares (*blind review*).

Para enviar seu texto, acesse www.extramuros.univasf.edu.br e siga o caminho **SOBRE > SUBMISSÕES > CADASTRO DE USUÁRIOS**. Na tela após o cadastro, siga **AUTOR > INICIAR NOVA SUBMISSÃO**. Em seguida, preencher os dados dos 5 passos para submissão.

DIRETRIZES PARA AUTORES

I - INSTRUÇÕES PARA O PREPARO E ENCAMINHAMENTO DE ARTIGOS

[instruções sobre outros textos seguem na parte II]

Os artigos devem ter no mínimo 10 e no máximo 20 páginas, incluindo as referências. Todas as margens do texto devem ter 2,5 cm.

Se no trabalho houver a inclusão de imagem(s), essa(s) deverá(ão) ser enviadas no corpo do texto e não exceder 1 MB cada.

Do título às palavras-chave em língua estrangeira, utilizar espaçamento simples. No texto, utilizar espaçamento 1,5. Para as referências, utilizar espaçamento simples.

O texto deve manter a sequência e formatação a seguir:

- a) Título do trabalho em português;
- b) Nome do(s) autor(es): com nota de rodapé informando titulação, vinculação institucional e endereço eletrônico para correspondência;
- c) Agradecimento e/ou dedicatória: incluí-los brevemente após os nomes dos autores (estes dois itens são OPCIONAIS e não devem exceder 20 palavras cada);
- d) Resumo com até 150 palavras;
- e) Palavras-chave: de três a cinco, com iniciais maiúsculas e separadas por ponto e vírgula;
- f) Título do trabalho em inglês ou espanhol;

g) **Abstract** ou **Resumen**: com no máximo 150 palavras;

h) As mesmas três ou cinco palavras-chave traduzidas para o idioma escolhido e na mesma formatação.

TEXTO: todo o texto deve ter fonte Times New Roman, tamanho 12 (exceto quando indicado tamanho diferente). Parágrafos devem ser iniciados com recuo de 1,25 cm (1 TAB).

É obrigatório haver pelo menos três divisões referentes à introdução, ao desenvolvimento e à conclusão. Essas divisões podem ter quaisquer subtítulos, desde que o conteúdo tenha relação com elas. Durante o texto é essencial:

a) usar sistema autor-data;

b) inserir notas de rodapé apenas quando relevantes;

c) que citações com até três linhas fiquem entre aspas no próprio corpo do texto;

d) que citações com mais de três linhas sejam recuadas em 4 cm da margem esquerda, fonte tamanho 11;

e) que tabelas e gráficos estejam com fonte tamanho 11 e tenham legendas com fonte tamanho 10;

f) evitar jargão extremamente técnico ou, quando este for necessário, fazê-lo vir acompanhado de uma breve explicação.

Referências bibliográficas: incluir apenas aquelas que constam no corpo do texto, conforme as normas da ABNT. Todos os hyperlinks devem ser removidos.

II - INSTRUÇÕES PARA O PREPARO E ENCAMINHAMENTO DE OUTROS TEXTOS [relatos de experiência, entrevistas, ensaios, resenhas sobre obras de extensão e afins]

Outros textos devem ter a mesma formatação do artigo, com as seguintes exceções:

a) para relatos de experiência, o número de páginas fica circunscrito a: mínimo de 6 e máximo de 8 (esse texto deve ter resumo e palavras-chave em português e em língua estrangeira);

b) para outros textos (resenhas, ensaios, entrevistas etc.), o número de páginas mínimo é 4 e máximo é 6 (esses textos dispensam resumo e palavras-chave em português e em língua estrangeira).

AS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE ARTIGOS E OUTROS TEXTOS SÃO:

- a) Artigos são textos com maior extensão e aprofundamento teórico;
- b) Relatos de experiência são mais breves e fluidos, sem dispensar um arcabouço teórico para a apresentação e articulação das ideias;
- c) Outros textos, como entrevistas e resenhas dispensam referências e a articulação de ideias deve ser feita de acordo com cada gênero textual.

PRAZO PARA SUBMISSÃO: 15 DE OUTUBRO DE 2013

www.extramuros.univasf.edu.br



1



2



3

As imagens utilizadas para ilustrar a Capa, assim como as seções *Relatos* e *Artigos* desta revista, foram gentilmente cedidas por seu criador, o artista plástico

A. C. Coêlho de Assis (Coelhão), da cidade de Juazeiro (Bahia).

Os originais (em óleo sobre tela) 1 e 2 pertencem, respectivamente, ao acervo de Josemar Martins Pinzoh e Edirane Carvalho Coelho Assis.

DADOS TÉCNICOS

Título: EXTRAMUROS - Revista de Extensão da UNIVASF

Projeto gráfico: Cecilio Ricardo de Carvalho Bastos

Logotipo: Ricardo Guimarães Cardoso

Editoração Eletrônica: Fulvio Torres Flores

Formato do arquivo: Portable Document Format (PDF)

Formato do papel: 21 x 29,70cm

Fontes: Bodoni, Berlin Sans e Chiantin

Número de páginas: 189